

José Soares Neves (coord.)
Jorge Alves dos Santos
Maria João Lima

O panorama **m**useológico em Portugal

Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus
na Primeira Década do Século XXI

O panorama
museológico
em **Portugal**

Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus
na Primeira Década do Século XXI

José Soares Neves (coord.)
Jorge Alves dos Santos
Maria João Lima

O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI

Autores: José Soares Neves (coord.)
Jorge Alves dos Santos
Maria João Lima

Edição: Direção-Geral do Património Cultural

Coordenação editorial: Maria João Lima

Data de edição: dezembro de 2013

Design gráfico/Paginação: António Cruz e Inês Patrício – DGPC

Impressão: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8052-62-9

Depósito legal: 368 980/13

Este estudo foi realizado com o apoio do Instituto dos Museus e da Conservação IP no Observatório das Actividades Culturais (OAC), presidido por José Luís Garcia. Esta associação sem fins lucrativos foi fundada em 1996 e extinta em 2013 tendo como associados fundadores o Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística.

A Rede Portuguesa de Museus perfez dez anos de existência no ano de 2010.

Ao longo de uma década os museus portugueses prosseguiram um caminho de sólida qualificação, aumentaram públicos, diversificaram iniciativas, reforçaram a formação técnica e académica dos seus colaboradores, estabeleceram novas parcerias, aprofundaram inventários, estudaram coleções, promoveram a divulgação pública dos seus acervos e alargaram as suas relações com as comunidades que servem.

A Rede Portuguesa de Museus (RPM) cumpriu, ao longo desses dez anos, um importante papel na valorização dos museus portugueses, incentivando a colaboração mútua, difundindo boas práticas, impulsionando a criação de normativos, apoiando a formação profissional e concretizando apoios a projetos relevantes promovidos pelos museus que a integram.

Após o *Inquérito aos Museus em Portugal*, estudo desenvolvido em parceria pelo IPM e pelo Observatório das Atividades Culturais (OAC) e que esteve na génese da estruturação da RPM, foi editado em 2005 o *Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, no qual se procedeu a uma avaliação dos resultados obtidos na fase inicial da Rede Portuguesa de Museus, e se divulgaram e analisaram dados estatísticos e informação obtida através da BdMuseus, gerida pelo OAC, e através dos Inquéritos a museus anualmente lançados pelo INE.

A edição do *Panorama Museológico em Portugal (2000-2010)* permite um olhar detalhado sobre as transformações ocorridas nos museus nessa primeira década de existência da RPM e fornece-nos informação relevante para a definição de linhas de atuação futuras, agora no quadro da DGPC.

O estudo agora editado não perspetiva ainda as consequências dos tempos que atravessamos e que se refletem, como não podia deixar de ser, nas organizações institucionais e nas capacidades de atuação das instituições museológicas.

A abordagem de todas as resultantes das profundas modificações verificadas nos últimos anos no universo dos museus portugueses ficará para um outro estudo, a realizar em momento oportuno.

Este *Panorama Museológico Português (2000-2010)*, agora editado pela DGPC, é o último resultado de uma profícua colaboração entre a DGPC (e os institutos que a antecederam) com o OAC, entretanto extinto.

A todos os colaboradores do OAC que ao longo dos anos trabalharam a informação sobre os museus, muito em particular ao Doutor José Neves, e a todos os elementos das equipas que construíram e consolidaram a Rede Portuguesa de Museus nos dez anos que agora se analisam, muito em particular à Dr.^a Clara Camacho e ao Dr. Manuel Bairrão Oleiro, expresso os meus agradecimentos pelo trabalho realizado que, de alguma forma, é espelhado neste estudo.

Isabel Cordeiro
Diretora-Geral do Património Cultural

ÍNDICE

13	AGRADECIMENTOS
15	INTRODUÇÃO
16	Alterações e continuidades face ao anterior Panorama (2000-2003)
17	A BdMuseus e a produção de conhecimento sobre os museus
18	As alterações no Inquérito aos Museus do INE (IMUS)
19	Os museus nas estatísticas europeias
21	1. CONTEXTOS E DINÂMICAS DOS MUSEUS EM PORTUGAL
21	1.1. Enquadramento legislativo, alterações orgânicas e orientações da tutela dos museus
23	1.1.1. A RPM e a tutela pública dos museus
23	1.2. Despesas públicas com museus em Portugal
25	1.2.1. Despesas da Administração Central com museus
25	1.2.2. Despesas da Administração Local com museus
26	1.2.3. Prémios internacionais dos museus portugueses
27	1.3. Redes de museus
31	2. RECENSEAMENTO: RESULTADOS E PROBLEMAS
31	2.1. Método e resultados globais
32	2.1.1. Museus
34	2.1.2. Museus polinucleados e núcleos
36	2.2. Problemas no recenseamento: algumas ilustrações
37	2.2.1. Sítios arqueológicos
38	2.2.2. Centros Ciência Viva
39	2.2.3. Monumentos
39	2.2.4. Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários
43	3. OS MUSEUS: CARATERIZAÇÃO GERAL, RECURSOS, ACERVOS, INSTALAÇÕES E PARCERIAS
43	3.1. Metodologia do IMUS
45	3.2. Museus por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Ano de criação
47	3.2.1. Uma análise por Tutela desagregada
52	3.2.2. Uma perspetiva diacrónica da criação de museus
52	<i>Criação de museus por Tutela</i>
53	<i>Criação de museus por Tipo</i>
53	<i>Criação de museus por Região</i>
54	3.2.3. Uma ponderação dos museus pela população e pela região (2003 e 2009)
55	3.3. Recursos
55	3.3.1. Recursos Humanos
56	<i>Os responsáveis</i>
56	<i>Pessoal</i>
60	3.3.2. Orçamento próprio
60	3.3.3. Recursos informáticos
61	3.4. Acervo: localização, tipos, bens e formas de registo
61	3.4.1. Localização
61	3.4.2. Tipos dominantes
63	<i>Uma classificação dos museus de acordo com os tipos dominantes de bens</i>
64	3.4.3. Bens
65	3.4.4. Forma de registo

71	3.5. Instalações, espaços técnicos e sistemas de segurança
73	3.6. Parcerias
75	3.7. Associação de amigos do museu
79	4. OS MUSEUS E OS VISITANTES: ATIVIDADES E CARATERÍSTICAS
79	4.1. Abertura, períodos de funcionamento e salas ou espaços de exposição
79	4.1.1. Abertura e períodos de funcionamento
80	4.1.2. Salas ou espaços de exposição
81	4.2. Atividades orientadas para os visitantes
81	4.2.1. Serviço educativo
84	4.2.2. Outras atividades orientadas para os visitantes
88	4.3. Visitantes
89	4.3.1. Museus por escalão de visitantes
89	4.3.2. Controlo dos visitantes
90	4.3.3. Volume de visitantes
93	4.3.4. Sazonalidade do volume de visitantes
94	4.4. Caraterísticas dos visitantes
94	4.4.1. Grupos escolares, visitantes estrangeiros e entradas gratuitas
95	4.4.2. Um enfoque nos visitantes por Tutela, Tipo e Região dos museus
95	<i>Por Tutela</i>
95	<i>Por Tipo</i>
97	<i>Por Região</i>
99	4.5 Visitantes dos museus da RPM
105	5. A RPM E OS MUSEUS DA RPM
105	5.1. Enquadramento orgânico e linhas programáticas
106	<i>Linhas programáticas</i>
107	<i>Recursos humanos</i>
107	5.2. A RPM enquanto rede
108	5.2.1. Modalidades de integração
111	5.2.2. Museus RPM
111	5.3. Linhas de ação da RPM
111	5.3.1. Credenciação
111	<i>Transição dos museus integrados na RPM</i>
114	<i>Credenciação de museus (candidaturas)</i>
115	5.3.2. Informação
115	<i>Boletim</i>
117	<i>Site RPM</i>
118	<i>Visitas do Site</i>
119	5.3.3. Formação
119	<i>Ações de formação</i>
126	<i>Centro de Documentação RPM</i>
126	5.3.4. Qualificação
126	<i>Programa de Apoio à Qualificação dos Museus (PAQM)</i>
129	<i>Programa de Apoio a Museus (ProMuseus)</i>
131	<i>Programa de Apoio Técnico aos Museus (PATM)</i>
133	<i>Outras atividades</i>
134	5.3.5. Articulação e Cooperação
134	<i>Incentivo à articulação entre museus</i>
134	<i>Emissão de pareceres técnicos</i>

137	<i>Cooperação IMC/OAC/INE</i>
137	<i>Cooperação com outros organismos</i>
137	5.4. Nível de participação nas linhas de ação da RPM
141	6. INQUÉRITO AOS MUSEUS DA RPM
141	6.1. Metodologia
142	6.1.1. Questionário
142	6.1.2. Aplicação
143	6.1.3. Taxa de resposta, validação e sequência analítica
143	6.2. Resultados
144	6.2.1. Resultados globais detalhados, 2011 (percentagem)
148	6.2.2. Por Tutela e Nível de participação, 2011 (médias)
150	6.2.3. Resultados globais: comparação dos Inquéritos 2004 e 2011 (médias)
151	6.2.4. Resultados das não-respostas: comparação dos Inquéritos 2004 e 2011 (percentagem)
154	6.2.5. Grau de expectativas quanto ao futuro da RPM (2004 e 2011)
156	6.2.6. Sugestões, opiniões e comentários quanto ao futuro da RPM (2011)
165	7. INDICADORES GLOBAIS DE EVOLUÇÃO DO PANORAMA MUSEOLÓGICO
165	7.1. Dois modelos de aferição
166	7.1.1. Modelo Minimal
167	7.1.2. Modelo Desenvolvimento
170	7.2. Regulamentos, normas e planos
177	NOTAS CONCLUSIVAS
186	BIBLIOGRAFIA CITADA
194	WEBGRAFIA
195	LEGISLAÇÃO
	ANEXOS
	Capítulo 1
199	Anexo 1.1: Museus e RPM: Principais referências no período 2000-2011
205	Anexo 1.2: Prémios internacionais atribuídos a museus portugueses (1977-2012)
209	Anexo 1.3: Redes nacionais e internacionais de museus
	Capítulo 3
211	Anexo 3.1: Tipos de Museu
	Capítulo 4
213	Anexo 4.1: Serviços educativos e outras atividades orientadas para os visitantes
215	Anexo 4.2: Visitantes dos museus da RPM
	Capítulo 6
217	Anexo 6.1: Tabela comparativa inquérito aos Museus RPM 2004 e 2011
221	Anexo 6.2: Inquérito aos Museus RPM 2011: Questionário
228	Anexo 6.3: Resultados globais inquérito aos museus da RPM (2011)

ÍNDICE DE QUADROS

Cap. 1

- 24 1.1 Execução do orçamento da tutela da Cultura por Ano (2000-2010)
- 26 1.2 Despesas dos municípios com Cultura e com Museus por Ano (2000-2010)

Cap. 2

- 32 2.1 Recenseamento dos museus por Situação e por Ano (2000-2010)
- 36 2.2 Museus polinucleados e Núcleos por Situação e por Ano (2000-2010)
- 37 2.3 Sítios arqueológicos visitáveis por Situação e por Classificação (2010)
- 40 2.4 Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários por Tutela e por Abertura (2010)

Cap. 3

- 44 3.1 Bases numéricas do IMUS por Fase e por Ano
- 44 3.2 Museus inquiridos pelo INE por Situação e por Ano
- 46 3.3 Museus por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano
- 52 3.4 Museus por Tutela (desagregada) e por Ano
- 53 3.5 Museus por Tutela e por Ano de criação (2009) [% coluna]
- 53 3.6 Museus por Tutela e por Ano de criação (2009) [% linha]
- 54 3.7 Museus por Tipo e por Ano de criação (2009)
- 54 3.8 Museus por Região e por Ano de criação (2009) [% coluna]
- 54 3.9 Museus por Região e por Ano de criação (2009) [% linha]
- 57 3.10 Categoria do responsável por Ano
- 57 3.11 Escolaridade do responsável por Ano
- 57 3.12 Escolaridade de nível superior do responsável por Ano
- 58 3.13 Museus com responsáveis com curso superior por Tutela e por Ano
- 58 3.14 Quadro de pessoal por Ano
- 58 3.15 Museus com Quadro de pessoal por Tutela e por Ano
- 58 3.16 Museus com Pessoal ao serviço por Grupo, Regime e Remuneração por Ano
- 59 3.17 Pessoal ao serviço por Grupo, Regime e Remuneração por Ano
- 60 3.18 Pessoal ao serviço por Região e por Ano
- 61 3.19 Museus com Orçamento próprio por Tutela e por Ano
- 62 3.20 Museus que não possuem Recursos informáticos por Tutela e por Ano
- 62 3.21 Museus por Escalão do número de computadores por Ano
- 63 3.22 Museus por Localização do acervo e por Ano
- 63 3.23 Tipos dominantes do acervo por Ano
- 63 3.24 Museus por Escalão do número de tipos por Ano
- 64 3.25 Museus por Tipologia de bens e por Tipos dominantes do acervo (2009)
- 64 3.26 Museus por Tipologia de bens e por Tutela (2009)
- 65 3.27 Museus por Tipologia de bens e por Tipo (2009)
- 65 3.28 Museus por Tipologia de bens e por Região (2009)
- 66 3.29 Bens do acervo por Tipo de bens e por Ano
- 66 3.30 Bens do acervo por Região e por Ano
- 66 3.31 Forma de registo dos bens por Ano
- 70 3.32 Modalidades de inventário por Ano
- 71 3.33 Pertença e Ocupação das instalações por Ano
- 72 3.34 Museus com Instalações definitivas por Tutela e por Ano
- 72 3.35 Espaços técnicos por Ano
- 72 3.36 Sistemas de segurança por Ano
- 73 3.37 Museus com Ambos os sistemas de segurança por Tutela e por Ano
- 74 3.38 Museus com Parcerias por Tutela e por Ano

- 74 3.39 Parcerias estabelecidas por Âmbito e por Ano
- 75 3.40 Tipo de instituição parceira por Âmbito e por Ano
- 77 3.41 Associações de amigos dos museus por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura (2007)

Cap. 4

- 80 4.1 Abertura ao público, Funcionamento ao longo do ano e Abertura aos fins de semana por Ano
- 80 4.2 Salas ou espaços de exposição por Ano
- 81 4.3 Outros espaços destinados ao público por Ano
- 83 4.4 Museus com Serviço educativo por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano
- 85 4.5 Outras atividades orientadas para os visitantes por Ano
- 85 4.6 Museus sem Serviço educativo por Atividade e por Ano
- 86 4.7 As 3 exposições temporárias com mais visitantes dos museus Coleção Berardo e Serralves (2010)
- 86 4.8 Visitantes de exposições temporárias realizadas em museus em Portugal
- 87 4.9 Museus com Publicações produzidas ou editadas por Ano (2000-2007)
- 88 4.10 Museus que utilizam Suportes de publicidade por Ano (2000-2006)
- 89 4.11 Museus por Escalão de visitantes e por Ano
- 89 4.12 Controlo de visitantes por Ano
- 90 4.13 Museus com controlo informatizado de entradas por Tutela e por Ano
- 92 4.14 Visitantes por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Escalão de visitantes por Ano

Cap. 5

- 108 5.1 Rede Portuguesa de Museus: Definição e Objetivos segundo as Linhas programáticas e a Lei Quadro dos Museus Portugueses
- 109 5.2 Recursos Humanos da Rede Portuguesa de Museus (2000-2010)
- 109 5.3 Modalidade de integração na RPM por Ano
- 112 5.4 Evolução dos Museus integrados na RPM por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano
- 114 5.5 Súmula de procedimentos com vista à credenciação de museus (2006-2010)
- 116 5.6 Principais alterações do Boletim RPM (2001-2010)
- 117 5.7 Distribuição do Boletim RPM por Entidades
- 119 5.8 Principais alterações no Site RPM (2001-2010)
- 120 5.9 Formação RPM por Ano
- 122 5.10 Ações de formação e Formandos por Ano
- 123 5.11 Ações de formação por Região de acolhimento e por Ano
- 123 5.12 Formação RPM por Região de acolhimento
- 125 5.13 Participantes nas ações de formação segundo o Sexo, Função, Tutela do museu e Região de origem por Ano
- 127 5.14 PAQM – Projetos apoiados por Programa e subprograma por Ano
- 128 5.15 PAQM – Total elegível e Comparticipação IPM/RPM por Ano
- 129 5.16 PAQM – Museus por número de projetos aprovados e por Ano
- 131 5.17 PAQM – Museus participantes por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Integração na RPM por Ano
- 132 5.18 ProMuseus – Áreas e Descritivo
- 132 5.19 ProMuseus – Projetos aprovados, candidatos e comparticipação prevista por Área e por Ano (2007 e 2010)
- 133 5.20 ProMuseus – Museus por número de projetos aprovados e por Ano (2007 e 2010)
- 134 5.21 ProMuseus – Museus com projetos aprovados por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Integração na RPM por Ano (2007 e 2010)
- 135 5.22 PATM – Áreas e Descritivo
- 136 5.23 PATM – Entidades participantes por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura, Integração na RPM, Situação da entidade e Área de apoio por Ano (2001-2010)
- 137 5.24 Qualificação: Visitas a museus e reuniões de trabalho realizadas pela equipa RPM por Ano (2001-2010)
- 138 5.25 Pareceres emitidos pela RPM por Programa Comunitário de Apoio
- 139 5.26 Nível de participação nas atividades da RPM por Período (2001-2003 e 2004-2010)

Cap. 6

- 144 6.1 Avaliação da ação da RPM face aos Objetivos programáticos (2011).
- 145 6.2 Avaliação da ação da RPM face aos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus (2011)
- 145 6.3 Avaliação dos Eixos Programáticos da RPM (2011)
- 146 6.4 Avaliação do Eixo Informação (2011)
- 146 6.5 Avaliação do Eixo Formação (2011)
- 147 6.6. Qualificação: Avaliação por parte de Museus com tutela da Administração Central e Governos Regionais (2011)
- 147 6.7 Qualificação: Avaliação por parte de Museus com outras tutelas – Administração Local e Privados (2011)
- 148 6.8 Avaliação do Eixo da Articulação e Cooperação (2011)
- 148 6.9 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus em processo de transição (2011)
- 149 6.10 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus que passaram pelo processo de candidatura (2011)
- 149 6.11 Impacto da Ação da RPM no museu (2011)
- 150 6.12 Expectativas quanto ao Futuro da RPM (2011)
- 150 6.13 Avaliação da ação da RPM quanto aos objetivos programáticos por Tutela (2011)
- 151 6.14 Avaliação dos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus por Tutela (2011)
- 151 6.15 Avaliação dos Eixos Programáticos por Tutela (2011)
- 152 6.16 Avaliação do Eixo Informação por Tutela (2011)
- 152 6.17 Avaliação do Eixo Formação por Tutela (2011)
- 152 6.18 Avaliação do Eixo Qualificação por Tutela (2011)
- 152 6.19 Avaliação do Eixo Articulação e Cooperação por Tutela (2011)
- 153 6.20 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus em processo de transição por Tutela (2011)
- 153 6.21 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus que passaram pelo processo de candidatura por Tutela (2011)
- 154 6.22 Impacto da Ação da RPM por Tutela (2011)
- 154 6.23 Expectativas quanto ao futuro da RPM por Tutela (2011)
- 159 6.24 Grau de expectativas (2004 e 2011)
- 160 6.25 Grau de expectativas por Tutela (2004 e 2011)
- 160 6.26 Sugestões e comentários quanto ao futuro da RPM por temática (2004 e 2011)

Cap. 7

- 166 7.1 Museus que correspondem ao modelo Minimal por Critério e por Ano (2003, 2006 e 2009)
- 167 7.2 Museus que correspondem ao modelo Minimal por Tutela, Tipo, Região, RPM e Ano de abertura por Ano (2003, 2006 e 2009)
- 168 7.3 Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Critério e por Ano (2003 e 2006)
- 169 7.4 Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Tutela, Tipo, Região, RPM e Ano de abertura por Ano (2003 e 2006)
- 173 7.5 Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela e por Ano (2007 e 2010)
- 174 7.6 Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela e por Ano (2007 e 2010)

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Cap. 1

- 24 1.1 Execução do orçamento da tutela dos museus por Ano (2000-2010)
- 27 1.2 Despesas dos municípios com Património (2000)
- 27 1.3 Despesas dos municípios com Património (2010)

Cap. 2

- 38 2.1 Rede Nacional de Centros Ciência Viva por Situação e por Região (2003 e 2010)
- 41 2.2 Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários por Região (2010)

Cap. 3

- 51 3.1 Museus por Ano de criação e por Ano de abertura (2009)
- 51 3.2 Museus por Tutela (agregada) e por Ano

55	3.3 Museus por População e por Ano numa perspetiva regional (2003 e 2009)
55	3.4 Museus por Hóspedes e por Ano numa perspetiva regional (2003 e 2009)
61	3.5 Existência de Orçamento próprio por Ano
62	3.6 Recursos informáticos e Ligação à Internet por Ano (2000-2007)
67	3.7 Bens do acervo com Inventário sumário ou desenvolvido por Tipo de bens e por Ano (2002 e 2009)
67	3.8 Bens do acervo com Registo fotográfico por Tipo de bens e por Ano (2002 e 2009)
68	3.9 Bens do acervo em Base de dados por Tipo de bens e por Ano (2002 e 2009)
68	3.10 Bens do acervo com Inventário sumário ou desenvolvido por Região e por Ano (2002 e 2009)
69	3.11 Bens do acervo com Registo Fotográfico por Região e por Ano (2002 e 2009)
70	3.12 Bens do acervo em Base de dados por Região e por Ano (2002 e 2009)
70	3.13 Informatização do inventário por Ano
72	3.14 Existência de Sistemas de segurança por Ano (2000-2006)
74	3.15 Museus que estabeleceram Parcerias por Ano (2000-2007)
76	3.16 Existência de Associação de Amigos do Museu (2007)

Cap. 4

82	4.1 Museus com Serviço educativo por Ano
84	4.2 Formalização do serviço educativo por Ano (2007-2009)
86	4.3 Museus com Exposição temporária por Ano
88	4.4 Museus com presença em Itinerários culturais por Ano (2000-2007)
90	4.5 Museus com informatização da bilheteira por Escalão de visitantes (2009)
91	4.6 Visitantes por Ano
93	4.7 Visitantes dos museus por Mês (2009)
95	4.8 Visitas em grupos escolares, visitantes estrangeiros e entradas gratuitas por Ano
96	4.9 Visitas em Grupos escolares por Tutela e por Ano (2007-2009)
96	4.10 Visitantes estrangeiros por Tutela e por Ano (2007-2009)
97	4.11 Entradas gratuitas por Tutela e por Ano (2007-2009)
98	4.12 Visitas em Grupos escolares por Tipo e por Ano (2007-2009)
98	4.13 Visitantes estrangeiros por Tipo e por Ano (2007-2009)
99	4.14 Entradas gratuitas por Tipo e por Ano (2007-2009)
100	4.15 Visitas em Grupos escolares por Região e por Ano (2007-2009)
100	4.16 Visitantes estrangeiros por Região e por Ano (2007-2009)
101	4.17 Entradas gratuitas por Região e por Ano (2007-2009)
102	4.18 Visitantes dos museus da RPM por Ano (2003-2009)
102	4.19 Visitantes e museus da RPM por Ano (2003-2009)
103	4.20 Visitas em Grupos escolares dos museus da RPM por Ano (2003-2009)

Cap. 5

110	5.1 Museus integrados na RPM por Ano
119	5.2 Visitas do Site RPM por Ano (2001-2008)
128	5.3 PAQM – Total elegível e Projetos apoiados por Ano

Cap. 6

155	6.1 Resultados globais: comparação inquéritos 2004 e 2011
157	6.2 Resultados Não sabe/Não responde: comparação Inquéritos 2004 e 2011

Cap. 7

166	7.1 Museus que correspondem ao modelo Minimal por Ano (2000-2009)
168	7.2 Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Ano (2000-2006)
171	7.3 Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Ano (2007 e 2010)
172	7.4 Regulamentos, normas e planos (2007)
172	7.5 Regulamentos, normas e planos (2010)

- 173 7.6 Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela (diferença entre 2007 e 2010)
 174 7.7 Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Ano (2007 e 2010)
 175 7.8 Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela (diferença entre 2007 e 2010)

ÍNDICE DE MAPAS

Cap. 2

- 33 2.1 Projetos/intenções de criação de museus e museus a funcionar por Concelho (2010)

Cap. 3

- 47 3.1 Museus por Concelho (2003)
 48 3.2 Museus por Concelho (2006)
 49 3.3 Museus por Concelho (2009)
 50 3.4 Museus por Concelho e por 10.000 habitantes (2009)

Cap. 5

- 113 5.1 Museus RPM por Concelho (2010)
 124 5.2 Ações de formação RPM por Concelho

SIGLAS E ABREVIATURAS

APOM • Associação Portuguesa de Museologia

BdMuseus • Base de dados Museus

CCDR • Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CDRPM • Centro de Documentação RPM

CSE • Conselho Superior de Estatística

CNC • Conselho Nacional de Cultura

DCQM • Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus (IMC)

DGPC • Direção-Geral do Património Cultural

DM • Departamento de Museus (IMC)

DRC • Direção Regional de Cultura

EC • Estatísticas da Cultura (INE)

ECDR • Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (INE)

EGMUS • European Group on Museum Statistics

EM • Estrutura de Missão

EP • Estrutura de Projeto

GEPAAC • Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

GPEARI • Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

GTEC • Grupo de Trabalho Estatísticas da Cultura

IGESPAR • Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

ICOM • International Council of Museums

IMC • Instituto dos Museus e da Conservação

IMUS • Inquérito aos Museus (INE)

INE • Instituto Nacional de Estatística

IPCR • Instituto Português de Conservação e Restauro

IPM • Instituto Português de Museus

IPPAR • Instituto Português do Património Arquitectónico

ISO • International Organization for Standardization

MC • Ministério da Cultura

NUTS II • Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos – Nível II

OAC • Observatório das Actividades Culturais

PAQM • Programa de Apoio à Qualificação dos Museus (RPM)

PATM • Programa de Apoio Técnico aos Museus (RPM)

POC • Programa Operacional da Cultura

PRACE • Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

ProMuseus • Programa de Apoio a Museus (RPM)

QCA • Quadro Comunitário de Apoio

QREN • Quadro de Referência Estratégico Nacional

RPM • Rede Portuguesa de Museus

SEC • Secretário de Estado da Cultura

SMCR • Secção dos Museus e da Conservação e Restauro

AGRADECIMENTOS

A realização do presente estudo *O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI* contou com muitos e valiosos contributos, institucionais e pessoais. Mesmo correndo o risco de alguma omissão importa deixar agradecimentos a João Brigola, Clara Camacho, Isabel Victor, Cláudia Freire, Joana Sousa Monteiro, Teresa Saraiva de Sousa, João Alpuim Botelho e Manuel Oleiro. Agradecimentos são devidos também aos responsáveis dos museus da RPM pela resposta ao inquérito e a todos os diretores, responsáveis e demais interlocutores que, ao longo dos anos, colaboraram no recenseamento dos museus, bem como aos que responderam aos pedidos de informação e de esclarecimento já durante a fase de redação do estudo. Naturalmente, a responsabilidade pelo texto cabe exclusivamente aos autores.

INTRODUÇÃO

Na sequência da realização do pioneiro *Inquérito aos Museus em Portugal*, os dirigentes do Instituto Português de Museus (IPM), do Observatório das Actividades Culturais (OAC) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) assinaram a 5 de Abril de 2000, justamente no ato de lançamento público dos resultados do *Inquérito*, um protocolo¹ que articulava investigação, estatísticas oficiais e políticas públicas e cujos objetivos, no essencial, têm sido prosseguidos até ao presente. Em resultado da visão desses dirigentes é hoje possível continuar a dispor de dados de acompanhamento do panorama museológico em Portugal num período temporal alargado.

No desenho do sistema de produção de informação estatística sobre os museus, decorrente do referido protocolo, previa-se a atualização do universo e do instrumento de recolha de informação do inquérito anual do INE (o IMUS) e a realização em permanência do levantamento dos museus para o qual foi criada uma base de dados gerida pelo OAC (a BdMuseus). Lembre-se que estava então eminente a concretização de dois importantes instrumentos das políticas museológicas: a Rede Portuguesa de Museus e o III Quadro Comunitário de Apoio/ Programa Operacional da Cultura (2000-2006) com uma forte componente direcionada para os museus.

Era ainda objetivo das dirigentes do IPM e do OAC a atualização regular do *Inquérito*, embora com um ritmo temporal mais espaçado, cujas fontes centrais seriam a BdMuseus e o IMUS. Tratava-se portanto de analisar e difundir um conjunto vasto de informação estatística entretanto produzida. O primeiro estudo decorrente deste objetivo, *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*², foi editado em 2005. Uma vez que a criação do referido sistema de informação acompanhou e é indissociável da implementação da Rede Portuguesa de Museus (RPM), o estudo incluiu ainda uma caracterização das atividades da Rede e uma avaliação dos seus primeiros três anos, na ótica dos responsáveis dos museus integrados.

O presente *Panorama*, o segundo desta linha de pesquisa, atualiza para o período que vai até 2010 e desenvolve as dimensões analíticas do anterior. São duas as principais ordens de interrogações que o orientam. A um nível de maior generalidade, quais as principais características do panorama museológico em Portugal no termo da primeira década do século XXI? Como evoluiu ao longo dessa década? Como é esperável que evolua no futuro próximo? A um nível mais específico, quais os objetivos, quais as atividades desenvolvidas pela RPM desde a sua criação em 2000? Como avaliam o cumprimento dos objetivos e o desempenho das atividades os responsáveis pelos museus que integram a Rede?

¹ A realização do Inquérito foi promovida e apoiada pelo IPM, dirigido por Raquel Henriques da Silva. A equipa responsável pelo relatório do OAC, editado em 2000, foi coordenada cientificamente por Maria de Lourdes Lima dos Santos (também presidente do OAC) e teve como responsável executivo José Soares Neves. O protocolo foi assinado pelas referidas dirigentes e pelo presidente do INE, Carlos Corrêa Gago.

² Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), José Soares Neves, Jorge Alves dos Santos e Joana Saldanha Nunes (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, IPM/RPM e OAC.

De acordo com as referidas orientações, o panorama museológico é aqui abordado em três planos. No primeiro consideram-se as entidades já implantadas no terreno, a funcionar, com (ou ainda sem) abertura ao público. Consideram-se ainda as intenções e os projetos publicamente explicitados de criação de novos museus. Pretende-se neste plano ter uma visão global da situação atual mas também da evolução expectável, tanto no curto como no médio prazo, a partir das intenções e projetos já conhecidos. No segundo plano a análise restringe-se a um segmento do universo, o dos museus a funcionar e que cumprem um conjunto de critérios, universo que corresponde aos museus inquiridos pelo INE anualmente. E no terceiro plano a análise restringe-se à RPM e aos museus que a integravam no termo de 2010, com destaque para os resultados de uma avaliação da Rede nas suas múltiplas vertentes por parte dos responsáveis dos museus aderentes.

O dispositivo metodológico acionado inclui técnicas de análise documental, de construção de séries estatísticas e de conceção e aplicação de inquérito extensivo por questionário. A análise documental incidiu em grande medida na informação administrativa produzida e disponibilizada pela RPM e pelo IPM/IMC. As séries estatísticas foram construídas a partir das duas fontes centrais já referidas: a BdMuseus, gerida pelo OAC com contributos da RPM e do INE; e o Inquérito aos Museus (IMUS) do INE³. A fonte quanto à avaliação da RPM é o inquérito aos responsáveis dos museus da RPM realizado pelo OAC. Importa referir que a vertente quantitativa, aqui dominante, é complementar da vertente qualitativa adotada pela RPM nos seus procedimentos, em particular os que decorrem da apreciação dos processos de adesão e, mais recentemente, de credenciação que os museus têm de percorrer até serem membros da Rede.

O estudo organiza-se em sete capítulos. No primeiro faz-se a contextualização do panorama museológico, suas dinâmicas e tendências, com particular incidência nas políticas públicas para os museus, instrumentos, orientações e despesas, bem como nas formas de articulação em rede que marcaram a primeira década do século XXI. No segundo capítulo introduzem-se os resultados do recenseamento, quanto aos museus em geral e aos museus polinucleados em particular, e referem-se, ilustrativamente, alguns problemas inerentes ao processo de construção dos dados. A fonte é a BdMuseus. O terceiro e o quarto capítulos dão conta da caracterização dos museus em Portugal em várias dimensões. A principal fonte é o IMUS. No terceiro, caracterizam-se os museus segundo as principais variáveis, as infraestruturas e o funcionamento; no quarto trata-se especificamente das relações com os visitantes, tanto do ponto de vista da oferta (as atividades dos museus) como das procuras (quantidades e características dos visitantes). O quinto e o sexto capítulos são dedicados à RPM. O quinto tem como principal fonte a documentação produzida pela RPM e centra-se em quatro vertentes: uma de balanço do enquadramento orgânico e da (pequena) estrutura organizativa que sustentou o seu funcionamento no período em análise; outra sobre os museus que integram a rede; outra ainda sobre as linhas de ação desenvolvidas; e a última incide nos níveis de participação dos museus nas linhas de ação. Isto tendo sempre presentes a missão e os objetivos da Rede. No sexto capítulo apresentam-se e analisam-se detalhadamente os resultados da avaliação da RPM a partir do inquérito realizado pelo OAC. No sétimo capítulo analisa-se a evolução do panorama museológico português na perspetiva da qualificação dos seus serviços com base em indicadores expressamente construídos com esse fim. A fechar sintetizam-se, na forma de notas conclusivas, alguns dos principais aspetos decorrentes do estudo.

Alterações e continuidades face ao anterior Panorama (2000-2003)

Do ponto de vista dos conteúdos a estrutura dos dois estudos é semelhante, mas foram introduzidas algumas alterações quanto à organização e quanto ao grau de aprofundamento das dimensões analisadas.

Relativamente às alterações na organização dos conteúdos, ao contrário da opção anterior por um único, inicial, capítulo de metodologia, optou-se neste por incluir as notas necessárias nos respetivos capítulos. Mantêm-se e

³ Ainda a propósito do IMUS tenha-se em conta que os dados utilizados no presente estudo são inéditos e não coincidem com os disponibilizados pelo INE uma vez que têm subjacentes diferentes noções de museu (ver adiante capítulo 3).

atualizam-se as séries estatísticas. Tendo sido equacionadas duas hipóteses – complementar as séries do *Panorama (2000-2003)* com o período 2004-2010 ou incluir aqui as séries completas – optou-se por esta última por se considerar que facilitaria a leitura das evoluções verificadas ao longo de todo o período.

No tocante ao grau de aprofundamento das dimensões analisadas mantem-se o enfoque na análise de base territorial, georreferenciada, da distribuição concelhia dos museus e das intenções e projetos. Tendo presente a recente dinâmica de criação de redes regionais de museus dá-se maior atenção à distribuição regional (NUTS II). Do mesmo modo, uma vez que estão disponíveis novos dados sobre os visitantes/entradas por via do IMUS, e que esta dimensão é central na atividade dos museus, foi-lhe atribuída uma atenção especial designadamente no que respeita à desagregação regional.

Uma outra alteração refere-se ao tipo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários. Apesar de estar incluída na definição alargada de museu adotada pelo ICOM, tem características que o diferencia dos museus considerados numa definição estrita e que aconselha, senão a sua distinção em absoluto, pelo menos a sua discriminação em determinadas dimensões. Uma vez que tal não foi possível para os dados do período anteriormente abrangido⁴ optou-se por, no atual *Panorama*, referir sistematicamente o seu peso no conjunto dos dados analisados e por, no período em apreço (2003-2009 quando a fonte é o IMUS), retirar as unidades correspondentes da análise e considerar apenas os museus em sentido estrito.

A BdMuseus e a produção de conhecimento sobre os museus

Ao longo da década intensificou-se a produção e a difusão de pesquisas sobre a realidade museológica em Portugal, em particular as de âmbito académico e nos cursos pós-graduados⁵. Para além, é claro, das dinâmicas próprias de reflexão das associações profissionais, já com uma assinalável espessura temporal.

A BdMuseus é um instrumento de trabalho que tem como principal objetivo informar a gestão pública (Camacho, 2006: 9-10; Camacho, 2010a: 14; Neves, Santos e Nunes, 2008: 1). Mas não se esgotam aí os seus usos. Pelo contrário, tem constituído um estímulo e um instrumento para a realização de pesquisas em diversas áreas que aprofundam determinados problemas, umas que dão continuidade à abordagem quantitativa própria da BdMuseus, outras que enveredam por metodologias qualitativas. Seja como for, todas elas beneficiam das vantagens que advêm da existência de universos conceptual e tecnicamente controlados e de séries quantitativas longitudinais. Assim se procura, também, estimular a análise minuciosa de situações concretas mas a partir de elementos (indicadores) que as situem no contexto estrutural a que pertencem (Pinto, 2004: 25-26; 2010: 23). Deste modo, e ao contrário do que acontece noutros países, em Portugal existe um recenseamento permanente dos museus. De facto, o sistema de informação criado, em que a BdMuseus é um dos principais pilares, é incomum e de certo modo pioneiro, mas vem ganhando visibilidade no plano internacional. Deste ponto de vista veja-se o trabalho que vem sendo realizado nos últimos anos no Brasil (Tolentino, 2006; AAVV, 2011).

⁴ Tal como sucedeu no *Panorama (2000-2003)* a realização do presente estudo só foi possível uma vez assegurado o acesso aos microdados do IMUS, na sequência dos pedidos formulados pela tutela dos museus e das deliberações do Conselho Superior de Estatística (CSE) para a libertação da informação sujeita a segredo estatístico (os dos museus privados). Os pedidos e respetivas deliberações abrangem o período 2003-2006, a primeira, e o período 2007-2009, a segunda. Uma vez que a disponibilização dos dados restringe-se e cessa com o cumprimento do objetivo que a fundamenta, para atualizar as séries de 2000-2002 seria necessário recorrer a um novo pedido ao CSE, o que não se afigurou razoável. Deve acrescentar-se que, de acordo com a deliberação do CSE, não podem ser divulgados dados que ponham em causa o segredo estatístico, ou seja, e em termos práticos, que sejam inferiores a duas unidades de inquirição quando se trata de entidades privadas, o que será assinalado na presente publicação com o símbolo (#).

⁵ Esta constatação é um reflexo do investimento que o ensino superior de Museologia, presente em diferentes faculdades de várias universidades, desenvolve desde a década de noventa do século XX (Brigola, 2009: 14).

No plano nacional os usos da BdMuseus são múltiplos. É com base no recenseamento que é atualizada anualmente a base de dados que constitui o universo do Inquérito aos Museus do INE (o IMUS). Outros usos decorrem das inúmeras solicitações feitas regularmente ao OAC para disponibilização de listagens, dados e indicadores específicos para a elaboração de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento nas mais diversas áreas científicas, bem como por organismos da administração local ou desconcentrados da administração central para a atualização de diretórios, ou ainda para a elaboração de estudos vários como por exemplo o projeto OAC/GPEARL que visa a construção de uma Carta Cultural de Portugal (Neves e Santos, 2012). E, claro, sem esquecer a divulgação que tem sido realizada pelo OAC, pela RPM e pelo IPM/IMC em encontros de diversa natureza e na produção de vários artigos e documentos.

As alterações no Inquérito aos Museus do INE (IMUS)

A par da BdMuseus, o IMUS é o outro pilar em que assenta o sistema de informação estatística sobre museus. Na sequência da assinatura do protocolo IPM/OAC/INE a colaboração entre estas três entidades consubstanciou-se inicialmente na reformulação do universo e do questionário do IMUS em 2000. Mais recentemente beneficiou de um quadro institucional próprio no âmbito do Conselho Superior de Estatística (CSE) entre 2006/2010, período em que foi reativado e funcionou o Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC). Neste âmbito procedeu-se em 2006/2007 a uma atualização do IMUS que foi aplicada aos dados de 2007. Essa atualização abrangeu o universo, o questionário e os conceitos utilizados (Neves, 2007). As principais alterações introduzidas são as seguintes: quanto ao universo, foi retirado o tipo Monumentos Musealizados o que implicou a (re)tipificação de algumas unidades no tipo Museus de História e a saída do universo de outras consideradas património imóvel; quanto ao questionário a criação de um módulo de inquirição anual e outro de inquirição trianual; e quanto aos conceitos a sua formalização articuladamente com as notas explicativas. Estas alterações foram realizadas e aprovadas no âmbito do grupo específico para os museus e depois ratificadas pelo plenário do GTEC e pela Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais do CSE (Neves, 2010b). Esta atualização teve várias implicações nos dados aqui em análise as quais serão desenvolvidas ao longo do texto⁶. Algumas séries estatísticas foram quebradas, outras foram iniciadas. Uma questão relevante que estava em aberto ganhou novos contornos com a reformulação da parte relativa ao tipo Monumentos Musealizados. Ficou novamente claro que o IMUS tem por universo os museus, o património cultural móvel, não o património cultural imóvel. A respeito do património cultural imóvel o GTEC deixou uma chamada de atenção para uma lacuna grave: o facto de Portugal não dispor de dados estatísticos nacionais, oficiais sobre esta matéria (Neves, 2010b), o que significa que não há dados (oficiais) sobre o número de monumentos, a sua localização e o número de visitantes, para citar apenas alguns dos principais indicadores. Se se tomar como referência (como fez o GTEC) o trabalho realizado com os museus, colmatar esta lacuna implica resolver vários problemas. Um deles é de natureza conceptual: para além das unidades que podem ser consideradas, à luz dos conceitos vigentes, sem grande dificuldade, como “monumentos” ou “sítios” (património imóvel), por um lado, e como “museus” (património móvel) por outro, permanece, do ponto de vista da delimitação dos universos e da correspondente recolha de informação, uma vasta zona de sombra sobre a qual será fundamental encontrar entendimentos, designadamente quanto aos monumentos e sítios parcialmente musealizados, com núcleos museológicos, e cuja afetação a um ou a outro universo não é direta. O segundo problema identificado reporta-se à realização de um recenseamento nacional, o terceiro à sua atualização e um quarto ao processo de inquérito das entidades recenseadas.

⁶ Embora não tenha implicações nos dados utilizados no presente Panorama deve ser referido que o INE realizou nova atualização do IMUS em 2012. Para mais informações ver versão 4.0 do documento metodológico do IMUS (INE, 2012).

Os museus nas estatísticas europeias

Importa ainda fazer uma referência ao trabalho realizado no âmbito da União Europeia (UE) no sentido da produção de informação estatística comparável. A preocupação com as estatísticas da cultura neste âmbito é bastante recente. Após o lançamento do processo em 1997, um primeiro relatório, com as conclusões do *Leadership Group Culture* (LEG-Culture), foi divulgado em 2000 (AAVV, 2000). A introdução da noção de indústrias culturais e criativas (AAVV, 2006) veio atrapalhar a sua continuidade (Neves, 2008c) que só conheceu um novo impulso em 2009, no quadro do *European Statistical System Network on Culture* (ESSnet-Culture), do qual resultou novo relatório (Bina e outros, 2012).

Ambos os relatórios refletem sobre os museus. O primeiro sobre as definições em uso (em geral baseadas nas do ICOM), a classificação dos museus e os indicadores de caracterização, os domínios, subdomínios, funções e atividades culturais. Entre as propostas feitas nas várias matérias destaca-se uma classificação que, partindo da adotada pelo ICOM, a reduz de 11 para 3 tipos⁷. O segundo relatório retoma, aprofunda e alarga as matérias antes abordadas na perspetiva da identificação das componentes do sector cultural e criativo.

Ainda no âmbito do Eurostat foram produzidas e divulgadas duas edições na série *Eurostat pocketbooks* sobre estatísticas culturais, em 2007 e 2011 (Beck-Domzalska, 2007; 2011).

Como seria de esperar a generalidade dos países europeus dispõe de estatísticas oficiais sobre os museus. Em alguns países reportam-se à oferta de equipamentos, acervos e entradas/visitantes, noutros também estão disponíveis dados sobre as práticas culturais a nível nacional com incidência nos museus (e.g. Espanha e França).

O facto de a generalidade dos países disporem de estatísticas sobre museus atesta a relevância que lhes é atribuída mas não significa que elas sejam comparáveis, muito pelo contrário, desde logo devido às diferentes noções de museu adotadas as quais refletem diferentes ideias e conceções (Haan, 2010: 2-3). Neste aspeto destaca-se o trabalho realizado desde 2002 por um grupo de países no âmbito do *European Group on Museums Statistics* (EGMUS) cujo objetivo central é, precisamente, a produção e divulgação de dados estatísticos comparáveis. Para tal, desenvolveu um questionário-tipo para ser incluído nos inquéritos realizados a nível nacional, bem como uma grelha de conceitos e de indicadores, igualmente com vista à sua harmonização à escala europeia (Bina e outros, 2012: 289). Apesar dos avanços verificados, não se tem revelado propriamente uma tarefa fácil e está ainda longe de atingir os seus objetivos, como bem mostra o relatório produzido⁸ em 2004 (Hagedom-Saupe e Ermert, 2004). Contudo, haverá que referir um documento com comparações transnacionais resultante do trabalho do EGMUS (Haan, 2010), que inclui Portugal e que, apesar do seu carácter exploratório⁹, permitirá contextualizar à escala europeia alguns dos resultados obtidos nos indicadores trabalhados no presente *Panorama*.

Ainda de âmbito europeu, deve ser mencionado o projeto E=MU² direcionado para a relação entre os museus e os municípios em vários países da Europa que também inclui sugestões de indicadores, designadamente quanto aos visitantes (Greffé e Krebs, 2010).

Finalmente, embora na fase da redação final do presente *Panorama* esteja ainda em fase preparatória, deve ser mencionado um novo projeto designado *International Museum Statistics*, lançado no âmbito da ISO¹⁰, mais propriamente no comité técnico/subsecção *TC 46/SE 8 Quality – Statistics and performance evaluation*, cujos desenvolvimentos importará acompanhar.

⁷ Um exercício para o caso português com base nesta proposta foi feito no Inquérito aos Museus em Portugal (Santos e Neves, 2000: 34). Veja-se, igualmente, o exercício sobre tipologias de museus em uso em vários países feito no Inquérito (idem: 172), do qual se pode concluir pela difícil comparabilidade.

⁸ Relatório que contou com o apoio da NEMO, Network of European Museum Organisations.

⁹ O referido carácter exploratório é atestado, entre outros, pelo facto de os dados analisados serem referenciados aos países que "recolheram dados pelo menos uma vez no período 2004-2009 e os reportaram ao EGMUS". São 25 os países mencionados. O número de museus referido para Portugal é 572 (Haan, 2010: 4).

¹⁰ http://www.iso.org/iso/home/store/catalogue_tc/catalogue_tc_browse.htm?commid=48826&development.

1

CONTEXTOS E DINÂMICAS DOS MUSEUS EM PORTUGAL

Os dados relativos aos museus mostram que nas últimas décadas o seu número não tem parado de crescer. São vários os fatores que contribuem para esta dinâmica de crescimento, em particular a valorização da memória e do património artístico e cultural, a requalificação urbana, a forte relação dos museus com o turismo e a relevância da articulação com o sistema de ensino. Contudo, mais recentemente, outros fatores, decorrentes ou agravados pela crise financeira e económica que eclodiu em 2008, têm vindo a ensombrar o crescimento registado. Embora ainda não seja possível tirar conclusões seguras quanto aos seus impactos no conjunto dos museus, certo é que têm vindo a sentir-se de modo cada vez mais acentuado em vários países – e de forma aguda em Portugal – e na generalidade dos sectores da vida social. O domínio dos museus não será exceção e nele manifesta-se na forte contenção dos investimentos e dos custos com o funcionamento, dos meios organizativos e do financiamento das atividades, medidas por vezes acompanhadas nas tutelas públicas do sector de alterações orgânicas no sentido da perda de autonomia, anteriormente alcançada, relativamente a outros subdomínios do património cultural.

O caso português enquadra-se nesta evolução¹, ainda que com contornos específicos que haverá que identificar do ponto de vista das continuidades e das alterações ocorridas ao longo da primeira década do século XXI² e, mais particularmente, no período consecutivo ao abrangido pelo *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. Assim, no anexo 1.1 sintetizam-se, numa perspetiva cronológica, alguns dos principais aspetos ocorridos em Portugal no tocante à tutela do sector (legislação e orgânica) na década em apreço, à RPM (estrutura, museus e atividades) e aos estudos e estatísticas (nacionais e europeias), aspetos que serão comentados no tópico seguinte.

1.1. Enquadramento legislativo, alterações orgânicas e orientações da tutela dos museus

No plano legislativo, o principal marco da década é sem dúvida a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto). Aprovada em 2004 por unanimidade na Assembleia da República, depois de apurados trabalhos preparatórios, refletiu um largo consenso político, mas também técnico³.

¹ Com o XIX Governo Constitucional, saído das eleições de 5 de junho de 2011, formado pelo PSD e pelo CDS-PP, os assuntos culturais voltaram a ser geridos por um Secretário de Estado e o património por um único organismo, a DGPC, resultante da extinção do IMC e do IGESPAR (Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

² Sobre a evolução dos museus em Portugal no período 1974-2004 ver Semedo (2004).

³ A este propósito deve referir-se a adaptação da Lei Quadro dos Museus Portugueses aos museus e coleções visitáveis do Exército por via do Despacho n.º 96/CEME/08, de 22 de abril (Normas gerais dos museus e coleções visitáveis do Exército).

No plano orgânico, o período fica marcado pela concretização das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e o seu objetivo de reorganizar e concentrar serviços. As orientações viriam a ser consagradas na Lei Orgânica do Ministério da Cultura (Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de outubro). Na sua sequência, em 2007 foi extinto o IPM e em substituição deste foi criado o IMC, Instituto que integrou também a área da conservação e restauro (o anterior IPCR, Instituto Português de Conservação e Restauro) e que formalizou o património imaterial na sua orgânica. Outra alteração significativa decorrente da criação do IMC foi a passagem de cinco palácios antes na tutela do organismo do património imóvel (o IGESPAR) para a tutela dos museus.

Ainda em 2007, de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses e com o PRACE, foi criado o Conselho Nacional de Cultura (CNC) e, no seu âmbito, a Secção dos Museus e da Conservação e Restauro (SMCR). Contudo, esta Secção só viria a ser ativada três anos mais tarde, em 2010, o que teve reflexos negativos para as políticas públicas de museus, que têm na RPM o seu principal instrumento, uma vez que compete à Secção a emissão de pareceres para a credenciação dos museus, credenciação essa que é, à luz da Lei Quadro, condição indispensável para os museus integrarem a Rede.

Quanto às orientações políticas da tutela direcionadas para o tecido museológico nacional manteve-se ao longo de todo o período como grande linha de força da sua intervenção a RPM. A Rede integra uma linha de políticas públicas que ganhou maior impacto com a noção de *sociedade em rede* (Castells, 2002[1996]) e que se vem generalizando a nível internacional nos tempos mais recentes (Biserka, 2011). Em Portugal, com origem na administração central, remonta a 1987, com o programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e abrange vários outros domínios (A. Santos Silva, 2004). A RPM teve na sua génese um conjunto de reflexões

consubstanciadas nas *Linhas Programáticas* (Camacho, Freire-Pignatelli e Monteiro, 2001), as quais determinaram características específicas na sua intervenção quando comparada com outras linhas inspiradas na noção de *rede*, ou pelo menos integrando esse termo na sua designação (Neves, 2004; Camacho, 2010a)⁴.

Mais recentemente, as principais orientações constam de um documento pensado para a legislatura 2009-2013 que foi apresentado publicamente a 20 de janeiro de 2010, portanto logo após a tomada de posse da nova direção do IMC (6 de janeiro) e intitulado “Planeamento estratégico do IMC: Museus para o séc. XXI” (IMC, s.d.)⁵. Nele são definidos “seis eixos estratégicos de intervenção”: 1) Reenquadramento do sistema de gestão dos museus tutelados pelo MC/IMC; 2) Inovação de modelos de funcionamento nos museus e palácios do MC/IMC; 3) Governança de proximidade com os representantes e associações profissionais dos sectores da Cultura, das Universidades, da Museologia e da Conservação e Restauro, e com os municípios, as Regiões Autónomas, entidades públicas, as dioceses, as Misericórdias, as Fundações e outros agentes; 4) Consolidação e crescimento sustentado da RPM [inclui o incentivo à criação de redes regionais]; 5) Política coerente e integrada de preservação, estudo, documentação e comunicação das coleções de bens materiais móveis e do património imaterial; 6) Qualificação profissional e formação académica e científica dos recursos humanos do IMC. Apesar de as orientações de que este documento era portador terem sido interrompidas pela mudança de legislatura haverá a destacar, pelo envolvimento do conjunto dos museus portugueses, as iniciativas tendentes à “criação de redes ou sistemas museológicos” regionais (Eixo 3, alínea 4). Por impulso do IMC e das Direções Regionais de Cultura, portanto num processo conduzido “de cima para baixo”, com a participação da RPM e o envolvimento dos museus da Rede e de outros, foram promovidos encontros com vista à constituição de redes em três regiões (Alentejo, Centro e

⁴ Ainda no âmbito das políticas culturais públicas note-se que também a nível local e dos governos regionais se assistiu à criação de redes de museus (ver, entre outros, Paulo, 2011).

⁵ Documento tornado público a 20 de janeiro de 2010 em sessão realizada no Museu Nacional de Arte Antiga e discutido na reunião da SMCR de 18 de fevereiro de 2010.

Norte). Contudo, com exceção da rede do Algarve, entretanto já criada (mais precisamente em 2007) num processo desenvolvido “de baixo para cima” e dinamizado pelos museus da RPM localizados na região (AAVV, 2010a: 10; Gameiro, 2011; Paulo, 2011), a referida constituição não chegou a concretizar-se.

1.1.1. A RPM e a tutela pública dos museus

A relação da RPM com a tutela central dos museus nos anos mais recentes foi marcada por um processo de integração a vários níveis cujos grandes marcos temporais são os anos de 2007 e de 2010. Criada em 2000 com uma Estrutura de Projeto ligada à direção do IPM, em 2007⁶ as suas competências passaram a integrar, transversalmente, a orgânica do IMC. Entre as atribuições deste Instituto constava a superintendência da RPM, designadamente a supervisão dos museus da Rede pelo Departamento de Museus (DM) e, mais concretamente, pela Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus (DCQM). Manteve a mesma equipa técnica, agora dirigida por Joana Sousa Monteiro, até aí subcoordenadora da Rede, uma vez que a coordenadora, Clara Camacho, foi entretanto nomeada subdiretora do IPM e depois do IMC (2005-2009). Entre as alterações decorrentes da referida integração – que serão detalhadamente abordadas no capítulo 5 – estão a absorção do Centro de Documentação da RPM pela biblioteca central do IMC e da página da RPM na internet que passa a página alojada no portal do IMC.

Refletindo sobre estas alterações, que não foram pacíficas entre os profissionais dos museus, e mais concretamente a propósito da perda do nome Rede Portuguesa de Museus na designação da nova unidade orgânica (a já referida DCQM), Clara Camacho sublinha que “a intenção subjacente assenta na conceção de que a RPM é transversal a todo o IMC,

e que, ao invés de acantoná-la a uma só unidade orgânica, todo o instituto estaria empenhado no seu desenvolvimento” (Camacho, 2009b: 2).

O processo de integração teve continuação em 2010 com a extinção da DCQM, embora as competências relativas à RPM se tenham mantido no DM cuja diretora foi selecionada por concurso (seleção que recaiu em Isabel Victor) e para onde transitou a equipa técnica da Rede.

Do ponto de vista dos museus da RPM, até 2007 foram vários os enquadramentos e os momentos em que novos museus a passaram a integrar: por inerência, por protocolo ou por adesão através de candidatura. Em 2010, na sequência da ativação da Secção dos Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura (SMCR/CNC) e com base nos processos entretanto instruídos pelos serviços da DCQM/DM, tal como estabelecido na Lei Quadro, concretiza-se, finalmente, a credenciação de novos museus e o cancelamento da credenciação de outros que integraram a RPM entre 2001 e 2004. No termo daquele ano são 131 os museus da Rede⁷. Entretanto foi igualmente criado o certificado de credenciação, um novo logótipo e a placa RPM para afixação nos museus.

1.2. Despesas públicas com museus em Portugal

A par das dimensões política, legislativa e orgânica, a económica é outra das mais relevantes na contextualização da evolução do panorama museológico português. A informação a seguir analisada refere-se às despesas das administrações públicas central e local⁸. Quanto à Administração Central a informação reporta-se ao organismo com a tutela dos museus no Ministério da Cultura. Embora não englobe o conjunto dos museus tutelados por aquele nível administrativo, representa apesar de tudo uma parte significativa desses museus.

⁶ Clara Camacho (2010a) considera quatro fases na existência da RPM: 2000-2003, os primeiros anos da “revolução tranquila”; 2004-2006, “anos de consolidação, de terreno e de regulação”; 2007-2009, “anos de reforma e de espera”; 2010, “novo ânimo”. Mas importa acrescentar que no princípio de 2012, contra todas as expectativas, a RPM ficou sem equipa técnica, facto que marcou um novo período cujos contornos se mantinham em aberto no termo da redação do presente Panorama.

⁷ Em 2011 foram credenciados mais 6 museus pelo que à data da finalização do presente estudo são 137 os museus da RPM.

⁸ Apesar de os museus serem inquiridos no IMUS sobre receitas e despesas, os dados recolhidos apresentam problemas de fiabilidade e portanto não são utilizáveis (ver súmula da 6ª reunião do GTEC/museus, 19.06.2006, p. 2).

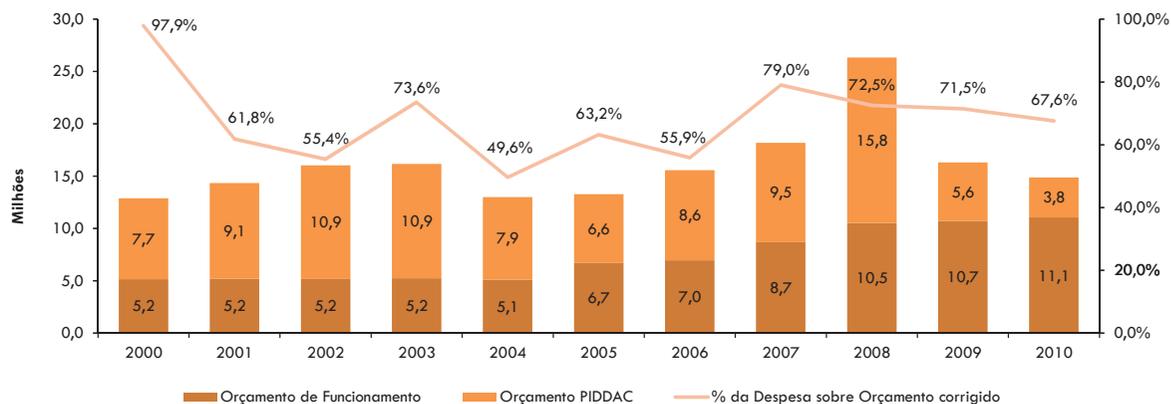
A Administração Local (municípios) é aquela em que a informação disponível é mais específica e detalhada. Antes de passar à análise dos dados disponíveis importa referir que, no plano nacional, o domínio dos museus foi um dos que beneficiou dos programas com financiamento comunitário nos vários Quadros Comunitários de Apoio (QCA)⁹, e inclusivamente de um específico da Cultura, o Programa Operacional da Cultura (POC) no âmbito do QCA III (2000-2008), e no Quadro de Referência Estratégico Nacional, ainda em curso (QREN, 2008-2013). O regulamento do QREN sobre “Património cultural” inclui o apoio aos museus da RPM, com exceção dos situados na região de Lisboa (ver GPEARI, 2011). Por outro lado, importa também ter presente – como atrás se aludiu – que os efeitos da crise financeira

e económica desencadeada a nível internacional em 2008, no que se refere especificamente aos museus, só mais recentemente se tornaram manifestamente visíveis no País e portanto os dados a seguir apresentados ainda não os refletem de forma clara. No início da segunda década deste século a principal preocupação era tentar antecipar quais os possíveis cenários dela decorrentes, não só em Portugal (Camacho e Neves, 2010) como noutros países europeus (AAVV, 2010b), designadamente de um ponto de vista económico (Inkei, 2010), ainda que fosse claro para alguns autores que importava distinguir os desafios estratégicos emergentes (Isar, 2010) e os importantes desafios de mudança colocados à gestão cultural e à governância da cultura (Bonet e Donato, 2011).

Quadro 1.1
Execução do orçamento da tutela da Cultura por Ano (2000-2010) (milhões de euros)
Fontes: Neves, Santos e Lima: 2012, 77 (para total do MC e Património); GEPAC/SEC (para IPM/IMC).

Despesa	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total do MC	232,6	239,	232,	229,	223,	249,	224,	223,	250,	202,	200,2
Com património	77,6	78,9	79,9	77,7	74,8	75,4	69,7	83,4	90,8	53,4	60,8
Do IPM/IMC	12,9	14,3	16,0	16,2	13,0	13,3	15,6	18,2	26,3	16,3	14,9

Gráfico 1.1
Execução do orçamento da tutela dos museus por Ano (2000-2010) (milhões de euros e percentagem)
Fonte: GEPAC/SEC.



⁹ Sobre a estratégia de canalização de fundos comunitários europeus para ampliação e modernização dos edifícios dos museus tutelados pelo IMC, sua espessura temporal e resultados em alguns dos museus que (re)abriram na primeira década do século XXI, como o Museu Dom Diogo de Sousa (Braga, 2007, único construído de raiz), o Museu de Aveiro (2008) ou o Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra, 2012) ver Silva (2009: 59-73).

1.2.1. Despesas da Administração Central com museus

Quanto à Administração Central, uma primeira abordagem refere-se ao domínio do património, claramente aquele que representa a principal fatia da despesa da tutela da cultura. No período 2000-2010 as despesas oscilam entre o valor máximo de €90,8 milhões em 2008 e o valor mínimo de €53,4 milhões em 2009. A tendência recente é de decréscimo, mas com ligeira recuperação em 2010. Quanto ao IPM/IMC cai continuamente a partir de 2008, em linha com a do orçamento executado do MC (quadro 1.1). Haverá que detalhar um pouco mais a abordagem das despesas da tutela dos museus, tanto do ponto de vista da evolução como das grandes componentes da despesa. Adicionalmente importa igualmente referir a taxa de execução da despesa efetiva face ao orçamentado (orçamento corrigido). São estes os objetivos do gráfico 1.1.

A observação da despesa total executada do IPM/IMC ao longo do período permite identificar com alguma clareza três ciclos (2000-2003; 2004-2008; 2009-2010), os dois primeiros de crescimento e o último de diminuição. No primeiro ciclo a despesa total cresce até 2002 e mantém-se estável em 2003. Essa evolução é explicada pelo Orçamento PIDDAC¹⁰ uma vez que o Orçamento de Funcionamento (OF) não varia. No período 2004-2008, o valor inicial baixa para níveis de 2000 mas é visível um crescimento continuado ao longo do ciclo, crescimento sustentado nas despesas do OF e, sobretudo, nas do PIDDAC. Note-se que 2008 é o ano com maior despesa total no conjunto do período (€26,3 milhões) o que se deve aos valores do PIDDAC (€15,8 milhões). Este é o ano limite do POC e portanto a incidência da despesa reflete o termo de obras em vários museus. Quanto ao acréscimo da despesa deve também ter-se em conta que, com a extinção do IPM e consequente criação do IMC em 2007, passaram para a tutela deste Instituto 5 palácios antes na dependência do IGESPAR. Finalmente, quanto aos anos de 2009-2010 é visível a descida acentuada em 2009, e que tem continuidade em 2010 devido à quebra das despesas PIDDAC, sendo que as

de funcionamento crescem em consequência das (re) aberturas de museus entretanto verificadas.

Para além das oscilações nas despesas do PIDDAC uma outra conclusão que se pode tirar é que as despesas com funcionamento, após um período inicial em que permaneceram sem alteração, e registaram mesmo uma ligeira quebra em 2004 (de €5,2 milhões para €5,1 milhões), registaram depois um crescimento constante e chegam aos €11,1 milhões em 2010.

Quanto à taxa de execução – que relaciona o orçamento corrigido com o valor executado ou, dito de outro modo, que dá conta da diferença entre o que foi planeado e o que efetivamente ocorreu em termos financeiros – apresenta grandes oscilações ao longo do período, oscilações balizadas pelo mínimo de 50% (2004) e o máximo de 98%, valor anormalmente elevado, registado em 2000. Em geral esta taxa reflete as restrições verificadas nas despesas do PIDDAC a que acrescem, em alguns anos as de funcionamento (2004, 2007 e 2010) e decorrem, no essencial, de medidas de contenção da despesa pública.

1.2.2. Despesas da Administração Local com museus

De acordo com dados do INE, as despesas dos municípios com Cultura registaram um forte crescimento desde a instauração do poder local democrático (Neves, 2000a), evolução que reflete a atenção que vem ganhando por parte das autoridades locais (Camacho e Neves, 2010: 29) no cumprimento das atribuições constitucionais e do princípio da descentralização nessa matéria. Esta conclusão mantém-se apesar das oscilações anuais (tanto em valores absolutos como em percentagem da despesa total) e dos ciclos de evolução das despesas, evidentes nas décadas mais recentes, e que tendem a coincidir com os ciclos eleitorais (Neves, 2005; 2010a). No arco temporal aqui em apreço manteve-se essa tendência (quadro 1.2). Neste contexto, impulsionadas pelo POC, também as despesas com os museus registam uma significativa evolução positiva. Em valor absoluto passam de €24,3 milhões em 2000 para €42,4 milhões em 2010, sendo que o valor mais elevado é de €77,3 milhões (2009); em percentagem

¹⁰ PIDDAC, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Quadro 1.2 Despesas dos municípios com Cultura e com Museus por Ano (2000-2010)

(em milhões de euros e percentagem)
Fonte: OAC a partir de INE, *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*.
Notas: exclui jogos e desportos.

Despesas	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Com cultura	339,9	402,1	406,6	395,9	461,5	526,7	504,0	489,4	526,0	649,8	433,9
Com cultura no total dos municípios (%)	6,1	6,4	6,0	5,9	6,7	7,2	7,2	6,5	6,6	7,4	5,4
Com museus	24,3	32,8	28,6	30,5	34,1	38,4	39,3	39,7	46,7	77,3	42,4
Com museus em despesas correntes (%)	49,8	42,7	48,3	57,4	53,1	47,9	46,6	52,9	53,5	77,7	67,9
Com museus no total com cultura (%)	7,2	9,7	7,0	7,7	7,4	7,3	7,8	8,1	8,9	11,2	9,8

das despesas com Cultura aumentam de 7% para 10% nesses mesmos anos, sendo que é de novo 2009 o ano em que se regista a mais elevada (11%).

A evolução é talvez mais visível quando se comparam os vários subdomínios de Património considerados pelo INE. Deste ponto de vista, ela é marcada pelo forte reforço da parte da despesa com museus que, como se pode ver pelos gráficos 1.2 e 1.3, cresce de 38% em 2000 para 50% em 2010.

Em suma, ao longo do período em apreço verificou-se o efeito que na obra *Políticas Culturais em Portugal* se designa por *cumulatividade* das despesas centrais e locais com património (Santos e outros, 1998: 109) mas que, como fica patente, incidiu especificamente no subdomínio museus.

1.2.3. Prémios internacionais dos museus portugueses

Os reflexos do contexto favorável atrás descrito, em que se inclui o investimento público com os museus – a que acresce o investimento privado, para o qual não é possível dispor de indicadores –, podem ser medidos em termos quantitativos (por exemplo: número de museus

existente; museus que abriram ou reabriram ao público requalificados) mas incluem, necessariamente, dimensões qualitativas. Deste ponto de vista importa salientar o reconhecimento a nível internacional de que alguns museus portugueses foram objeto (ver Anexo 1.2)¹¹.

Assim, e considerando os 5 prémios europeus mais prestigiados (European Museum of the Year Award; Council of Europe Award, Micheletti Award, Kenneth Hudson Award e Europa Nostra Award), identificam-se 20 prémios atribuídos a entidades museológicas nacionais entre 1977 e 2012, 12 deles no período 2000-2012 o que evidencia, sem dúvida, o reconhecimento internacional do recente investimento na qualificação dos museus portugueses.

Embora o prémio de maior prestígio (o European Museum of the Year Award¹²) nunca tenha sido atribuído a um museu português, 8 foram distinguidos com a menção honrosa – 2 deles durante a década aqui considerada (Visionarium, Santa Maria da Feira, 2000 e Museu do Douro, Peso da Régua, 2011).

O prémio do Conselho da Europa¹³ foi atribuído por 3 vezes a museus portugueses, a última das quais em 2011 ao Museu de Portimão.

¹¹ Este anexo resulta de um levantamento dos prémios atribuídos a museus portugueses a partir dos dados disponíveis nos sites do European Museum Forum <<http://www.europeanmuseumforum.info>> e do Europa Nostra <<http://www.europanostra.org>>. Os dados referentes a candidaturas e a nomeações – os que porventura seriam mais reveladores da iniciativa por parte das tutelas em obter o referido reconhecimento internacional – não estão disponíveis para todos os anos o que inviabiliza a sua utilização. Porém, constata-se um incremento na apresentação de candidaturas de museus portugueses (8 em 2012) e uma regularidade de nomeações como finalistas (3 em 2011 e 2012).

¹² Este prémio é atribuído ao museu que mais contribui diretamente para atrair o público satisfazendo os seus visitantes com uma atmosfera única, interpretação e apresentação imaginativas bem como uma abordagem criativa das suas responsabilidades educativas e sociais. Os museus contemplados com este prémio são museus de grande e pequena dimensão que desenvolveram algo especial que alterou os padrões de qualidade nos museus Europeus <<http://www.europeanmuseumforum.info>>.

¹³ Este prémio reconhece a excelência dos museus vencedores na abordagem que fazem do trabalho do museu, cumprindo plenamente os critérios EMYA, e contribuindo para o dinamismo e variedade dos museus europeus <<http://www.europeanmuseumforum.info>>.

O Micheletti Award, que desde 1996 distingue museus inovadores no mundo da indústria, ciência e técnica, foi atribuído ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Silves¹⁴ (2001), ao Museu da Cerâmica de Sacavém (2002) e ao Museu de Ciência da Universidade de Coimbra (2004).

No domínio do Património Cultural, desde 2002 que o prémio Europa Nostra, atribuído pela UE, promove os altos padrões de qualidade. Por seis vezes foram distinguidos projetos portugueses, designadamente ao nível da conservação – Museu, Igreja e Cemitério da Luz (diploma, 2005); Via Latina, Universidade de Coimbra (2009); Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra (2010), 6 Órgãos Históricos da Basílica de Mafra (2012) – da pesquisa – Palácio de Belém, Lisboa (medalha, 2008) e ao nível do serviço prestado por indivíduos ou organizações – ao Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja (medalha, 2004). A atribuição de prémios, sobretudo de âmbito internacional, pode ser vista como um instrumento de reconhecimento (e promoção) da qualidade, para além da maior visibilidade que confere aos premiados¹⁵.

1.3. Redes de museus

Ao longo dos últimos anos intensificou-se, ou pelo menos foram dados passos significativos, na criação de redes de museus. Como atrás se viu, a colaboração na criação de redes regionais (e municipais) de museus integrou um dos eixos estratégicos do IMC em 2010, mais precisamente o Eixo 3, alínea 4. Sobre estas redes importa ter em conta desde logo que não credenciam museus, ou seja, ao contrário da RPM, não se pretende que os museus aderentes cumpram padrões de funcionamento comuns.

A Rede de Museus do Algarve, constituída em 2007, foi a primeira rede regional (de nível NUTS II) criada no Continente. É composta por 16 museus (incluindo os 4 da RPM situados na região e que foram os seus principais

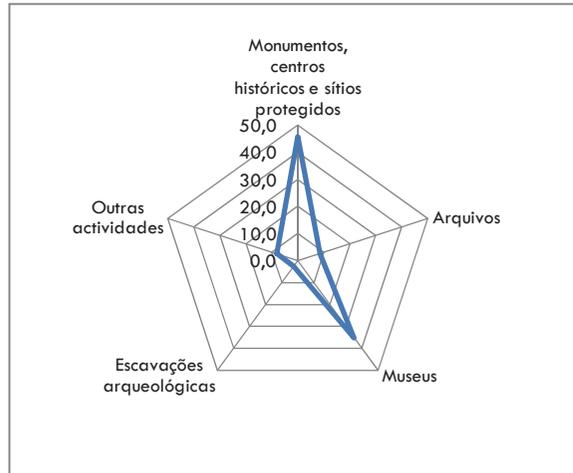


Gráfico 1.2
Despesas dos municípios com Património (2000)
(percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*.

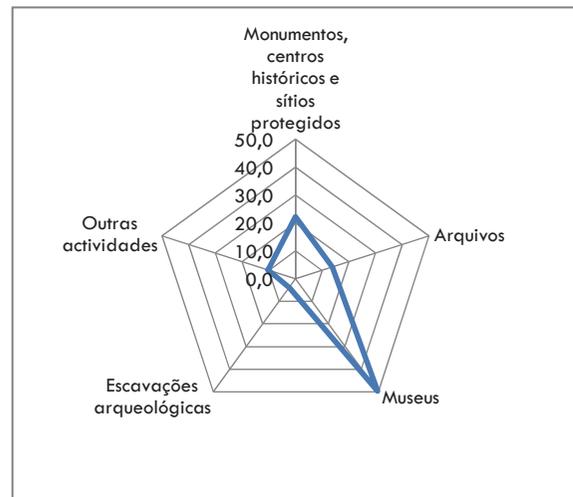


Gráfico 1.3
Despesas dos municípios com Património (2010)
(percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*.

impulsionadores) dependentes de diferentes tutelas (administração central, local e privados) e por alguns projetos museológicos. Constitui-se como uma estrutura de adesão voluntária, que se rege por uma Carta de Princípios e que tem por missão “articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos entre os Museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da ação museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da sua oferta cultural” (Gameiro, 2011: 12)¹⁶. Quanto às restantes regiões a tutela da Cultura

¹⁴ Apesar desta importante distinção, o museu foi obrigado a encerrar em 2009.

¹⁵ No plano nacional os prémios anuais APOM destinam-se a “incentivar e premiar a imaginação e a criatividade dos Museólogos portugueses e o seu contributo efetivo na melhoria da qualidade dos museus em Portugal sendo também uma forma de dar visibilidade ao que de melhor se faz no âmbito da museologia” (www.apom.pt). Incluem inúmeras modalidades entre as quais a de Melhor Museu.

¹⁶ Os primeiros passos para a criação da Rede foram dados no Encontro “Que redes para o Algarve?” realizado em 2006 em Faro, uma organização conjunta da RPM e do Museu Municipal de Faro. Ver a página oficial: <http://museusdoalgarve.wordpress.com>.

promoveu em 2010 e 2011 iniciativas tendentes à criação de redes no Alentejo¹⁷, no Centro¹⁸ e no Norte¹⁹.

A criação de redes, impulsionada ou não pela tutela central dos museus, insere-se numa tendência particularmente visível a partir de meados da primeira década do século XXI²⁰, com diferentes âmbitos (geográfico, temático ou de tutela), níveis de formalização (umas mais formalizadas, outras meramente informais) e durações: umas de duração limitada (centradas num projeto delimitado temporalmente) outras sem qualquer limite (Paulo, 2011).

Nas conclusões do encontro comemorativo dos 10 anos da RPM, na parte relativa às redes regionais, menciona-se o impulso que a criação da RPM, primeiro, e a publicação da Lei Quadro dos Museus Portugueses, depois, significaram. No que respeita à Lei Quadro, esse impulso verificou-se na medida em que, ao definir um período de dois anos de adequação ao novo diploma legal por parte dos museus da RPM, motivou a realização de trabalho conjunto de reflexão e a elaboração dos documentos de base exigidos (regulamentos, planos de incorporação, normas de conservação preventiva). Assim, “por esta via, o trabalho em rede começou a afirmar-se informalmente por uma necessidade concreta sentida pelas equipas.” (AAVV, 2010a: 9).

No anexo 1.3 sintetizam-se alguns dados sobre as redes de museus. Os objetivos a que se dispõem são muito diversos mas visam com frequência: a qualificação e a valorização das unidades que a compõem; a partilha e a difusão de informações, conhecimentos e experiências mais eficazes; a otimização e a rentabilização

dos recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais; e ainda o alargamento dos serviços que prestam ou pretendem vir a prestar à comunidade²¹.

A partir das várias redes identificadas procura-se aqui mostrar alguns exemplos. No que toca a redes geográficas (e de tutela), de âmbito regional, saliente-se o caso da Rede Regional de Museus dos Açores, constituída em 2001, e que compreende os 8 museus tutelados pela Direção Regional da Cultura, todos pertencentes à RPM. De acordo com o documento regulador, os museus da rede agrupam-se em duas categorias “de acordo com a natureza das suas coleções”²²: Museus Regionais e Museus de Ilha.

Outro exemplo é a Rede de Museus do Minho. Criada em 2006 por iniciativa do Museu Alberto Sampaio (Guimarães), durou apenas esse ano. Compunham-na 18 museus, todos integrados na RPM. Constituída como rede informal nasceu da necessidade dos profissionais daqueles museus trabalharem em conjunto para a elaboração dos documentos exigidos na Lei Quadro. Funcionou sempre que os profissionais ou diretores dos museus consideraram necessário.

Com uma abrangência infrarregional evidenciam-se os casos da Rede Cultural da Beira Baixa (criada em 2006 por iniciativa da Sociedade de Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior) e da Rede de Museus do Distrito de Beja (iniciativa autárquica formalmente constituída em 2011)²³. Em fase de projeto está a Rede de Museus do Douro, da responsabilidade da Fundação do Museu do Douro (Fauvrelle e Marques, 2007)²⁴.

¹⁷ Os trabalhos foram iniciados em outubro de 2010 com a realização do I Encontro de Museus no Alentejo, em Mourão e Évora, iniciativa conjunta da Direção Regional da Cultura do Alentejo e do IMC, com a colaboração do Museu da Luz e do Museu de Évora.

¹⁸ Apresentada no Encontro “Fragmentos - Lugar/Memória/Caminho”, em abril de 2011, realizado em Coimbra, e organizado pela Direção Regional de Cultura do Centro. Do programa do encontro destacam-se as iniciativas Seminário Redes Regionais de Museus (abril) e um Encontro de Museus do Centro (maio).

¹⁹ O Encontro/Workshop subordinado à temática “Uma Rede de Museus para o Norte: Interrogações e Caminhos” realizado em novembro de 2011, no Paço dos Duques de Bragança, Guimarães, deu início aos trabalhos de preparação de uma futura rede daquela região. Foi uma iniciativa do IMC e do Paço dos Duques de Bragança.

²⁰ Ver também Lameiras-Campagnolo e Campagnolo (2001: 26-28). Sobre as redes culturais na perspetiva dos programas da tutela da Cultura, mas também das suas funções, ver Augusto Santos Silva (2004). A este último propósito veja-se as noções de rede como uma forma de estruturação de sistemas e vertebração das redes (idem: 249-250).

²¹ A este respeito Stephen Weil (2003) destaca a importância da cooperação e da colaboração entre museus, e entre estes e outras instituições, como meio para potenciar os escassos recursos existentes e melhor poder atingir o objeto pretendido, ideia reforçada, quase uma década depois, por Brent Glass (2011) que acentua a importância dos museus portugueses trabalharem mais em rede, devendo reforçar a cooperação e a colaboração entre si.

²² Decreto regulamentar regional nº 13/2001/A, de 7 de novembro.

²³ <http://museu.cm-vidigueira.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=81>.

²⁴ Foi dada a conhecer em 2007 no I Encontro de Museus do Douro.

Dá-se conta de um outro conjunto de redes, de iniciativa autárquica e de âmbito concelhio, mas abertas à participação não só de museus mas também de igrejas e de galerias, por exemplo, de outras tutelas, visando, designadamente, a promoção e a divulgação de atividades em conjunto, horários de funcionamento articulados, bilhetes de ingresso comuns, bem como a racionalização e partilha de recursos. Nesta linha identificam-se a Rede de Museus do Concelho de Vila do Conde (criada em 2000), a Rede de Museus de Estremoz (2006), a MuMa - Rede de Museus de Matosinhos (2007)²⁵ e a Rede Museológica de Ovar (2010). Outras encontram-se em projeto como é o caso da Rede Museológica Municipal de Vila Nova de Famalicão²⁶.

As redes temáticas incluem museus da mesma área ou tipologia. Alguns exemplos são a Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal (MC²P) fundada em 2004 (AAVV, 2004) e a Rede de Centros de Ciência dos Açores (rede insular criada em 2008 pela Direção Regional de Ciência, Tecnologia e Comunicações)²⁷. Em fase de projeto está a Rede de Municípios com Museus do Vinho (iniciativa da Associação de Municípios Portugueses do Vinho) e a Rede Nacional de Museus de Energia (lançada pela Fundação EDP)²⁸. Outras redes incluem unidades museológicas dependentes de uma mesma tutela (a nível institucional ou

administrativo) com o objetivo de otimizar o modo de funcionamento ou de gestão. Neste quadro inserem-se, para além da já mencionada Rede Regional de Museus dos Açores (criada em 2001 pela Direção Regional da Cultura), a Rede Museológica da Diocese de Beja (constituída em 2002 pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja), a Associação Portuguesa de Museus da Igreja Católica (criada em 2003 pela Conferência Episcopal Portuguesa)²⁹ e a Rede de Museus Escolares de Portalegre (2004)³⁰.

Importa referir ainda que muitos dos museus integrados em redes nacionais tiveram também participação em redes internacionais, tanto de âmbito geográfico como temático. Neste sentido, acrescenta-se que o facto mais relevante é que a grande maioria destas redes se constituíram a partir da cooperação em projetos apresentados no âmbito dos programas de iniciativa comunitária³¹.

A vertente da cooperação transfronteiriça do Programa INTERREG é a mais frequentemente aproveitada. Apesar de muitos dos projetos já terem terminado, o trabalho realizado e os resultados que daí advieram permitem que os contactos estabelecidos entre os museus nacionais e estrangeiros se possam prolongar um pouco mais no tempo.

²⁵ Sobre a Rede de Museus de Matosinhos ver Cleto, Almeida e Soares (2007).

²⁶ Rede apresentada no âmbito do Seminário "Rede de Museus: Território. Identidade. Património", realizado em 2011 em Vila Nova de Famalicão, numa organização conjunta da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²⁷ <<http://centrosciencia.azores.gov.pt>>.

²⁸ Esta Rede, lançada em 2010, tem como entidade central o Museu da Eletricidade e compreende um apoio financeiro através do Programa "Ilumina o Património" (Subprograma "Património elétrico nacional") que procura recuperar, musealizar e valorizar o património do sector elétrico nacional <<http://www.fundacaoedp.pt/ciencia-e-energia/programa-ilumina-o-patrimonio/mecenato-institucional/9>>.

²⁹ Foi criada com a preocupação de fomentar e coordenar a atividade dos museus da igreja. Dela fazem parte museus ou outras instituições com carácter permanente com coleções predominantemente de cariz religioso <www.ecclesia.pt>.

³⁰ Envolve a Câmara Municipal de Portalegre, a Direção Regional de Educação do Alentejo, o Instituto Politécnico de Portalegre e um conjunto de escolas e agrupamentos de escolas do concelho. Ver <www.ipportalegre.pt>.

³¹ A principal referência é o Programa INTERREG, uma iniciativa com o objetivo de reforçar a coesão económica e social da Comunidade Europeia, fomentando a cooperação transfronteiriça, transnacional e Inter-regional.

2

RECEASEAMENTO: RESULTADOS E PROBLEMAS

Desde 2000 que vem sendo realizado o recenseamento permanente dos museus em Portugal no quadro da BdMuseus. Neste capítulo apresentam-se os resultados para o período 2000-2010, situam-se os procedimentos utilizados na recolha, tratamento e produção dos dados e explicitam-se alguns dos problemas derivados das novas abordagens dos museus com implicações no processo de recenseamento.

2.1. Método e resultados globais

O método, relativamente complexo, seguido no recenseamento foi já anteriormente detalhadamente explicitado (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 23; 32) pelo que aqui importa apenas situar, e de modo sucinto, os seus principais procedimentos. São duas as unidades de registo adotadas na BdMuseus: *museu* (unidade principal) e *núcleo de museu polinucleado* (unidade secundária). É sobre estas duas unidades que se procura obter informação para várias dimensões. A unidade de registo principal corresponde às entidades autodenominadas *museu* e (até ao presente) aos

jardins zoológicos, botânicos e aquários. A unidade secundária decorre de uma especificação dos museus polinucleados e inclui os núcleos-sede e demais núcleos. São também duas as grandes fases no tocante à gestão dos registos: a pesquisa de novos casos e a reavaliação dos registos previamente inventariados. O levantamento dos novos casos e da informação respetiva é feito em permanência e, no essencial, pela equipa da BdMuseus através da consulta de fontes várias. Entre estas contam-se a imprensa nacional e regional escrita e on-line, bibliografia diversa, incluindo dissertações e teses académicas, publicações autárquicas como as agendas culturais, roteiros culturais, publicações de museus, portais na internet, etc. É também feita indiretamente através da comunicação com a RPM e o INE. Nesta fase a questão central, quanto aos novos registos, está em chegar a um contato telefónico (ou eletrónico) com um interlocutor. A cada novo registo corresponde a abertura de uma ficha e a introdução dos dados em suporte informático. Os dados recolhidos são objeto de trabalho de classificação – no qual se incluem as variáveis Situação, Tutela, Tipo, Região e Abertura¹ – e, posteriormente, de tratamento estatístico.

¹ A variável Situação é composta por 4 categorias (A funcionar, Projeto, Intenção e Fechado). Na Tutela consideram-se 5 categorias (Administração Central, Governos Regionais, Administração Local, Privados Não Lucrativos e Privados Lucrativos). No Tipo, os 12 considerados (Arte, Arqueologia, História, Ciências Naturais e de História Natural, Ciência e de Técnica, Etnografia e de Antropologia, Especializados, Território, Mistos e Pluridisciplinares, Outros Museus e Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários) são construídos a partir da tipologia do ICOM, sendo que esta tipificação é da responsabilidade do OAC com o apoio da RPM e tem por critério de base as categorias do acervo do museu. Quanto à Região, opta-se pela NUTS de nível II adotada a partir de 2002 e seguida no Sistema Estatístico Nacional (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira). Em relação à Abertura, esta variável é composta por 8 escalões (Antes de 1899, 1900-1929, 1930-1969, 1970-1979, 1980-1989, 1990-1999, 2000-2009 e Não resposta) (ver Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 32).

Quadro 2.1**Recenseamento dos museus por Situação e por Ano (2000-2010)**
(números absolutos e percentagem)

Fonte: OAC, BdMuseus, 31 de dezembro. Exclui núcleos.

Nota: * o universo a inquirir pelo INE é delimitado pelos seguintes parâmetros: todas as entidades autodenominadas museu, com funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço.

Situação	Ano											Taxa de variação 2000-2010
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
A funcionar	728	875	941	954	977	1.018	1.024	1.081	1.110	1.156	1.223	68,0
<i>Aberto ao público</i>	650	800	866	874	898	920	926	987	1.024	1.064	1.117	71,8
Permanente ou sazonal	513	625	642	599	617	622	615	659	644	681	707	37,8
Esporádico	137	175	224	275	281	298	311	328	380	383	410	199,3
<i>Encerrado ao público</i>	78	75	75	80	79	98	98	94	86	92	106	35,9
Temporariamente encerrado (até 6 meses)	24	26	24	21	20	24	20	16	9	11	14	-41,7
Projeto	129	273	307	317	312	326	304	323	349	327	329	155,0
Intenção	54	56	95	96	94	93	93	91	94	95	87	61,1
Fechado	6	10	22	30	33	39	40	48	58	63	68	1.033,3
Universo a inquirir pelo INE *	533	626	631	588	603	618	614	624	627	663	683	28,1
<i>Percentagem do Universo INE nos registos A funcionar</i>	73,2	71,5	67,1	61,6	61,7	60,7	60,1	57,7	56,5	57,4	55,8	-23,7

A reavaliação dos registos já inventariados, e em particular da respetiva situação, segue o método da fase anterior a que se acrescenta a realização de contactos diretos com os museus e com as tutelas ou organismos associativos que se constituem como observadores privilegiados. Esta fase do trabalho é articulada com o INE e concentra-se normalmente nos meses de dezembro e janeiro. A referência temporal da informação recolhida é o dia 31 de dezembro do ano a que se reporta.

2.1.1. Museus

Feita esta breve nota sobre o processo apresentam-se agora os resultados globais. O quadro 2.1 sintetiza os principais indicadores do recenseamento no período 2000-2010 de acordo com a Situação dos registos². Deste ponto de vista a evolução do panorama museológico nacional é marcada pelo

crescimento, muito considerável em alguns indicadores, o que vem confirmar a sua grande dinâmica no período em apreço. O número de casos A funcionar³ passa de 728 em 2000 para 1.223 em 2010, ou seja, cresce 68%. Daqueles, a grande maioria está Aberto ao público, sendo o funcionamento Permanente⁴ ou sazonal⁵ o mais habitual e em crescimento (38%). Mas devem também ter-se em conta as situações de funcionamento mais precário, com abertura esporádica ao público⁶, que são as que registam o crescimento mais acentuado (199%), de 137 em 2000 para 410 em 2010.

Os registos na situação de Encerrado ao público⁷ apresentam um crescimento de 36% no período, ao passo que, pelo contrário, aqueles que se encontram Temporariamente encerrados⁸ registam um decréscimo de 42%.

Numa outra perspetiva, a da implantação de novos espaços museológicos a curto ou a médio prazo, no

² Uma outra análise deste conjunto de indicadores, mas reportada apenas aos anos de 2006 e 2007, encontra-se em Neves, Santos e Nunes (2008: 9-10).

³ Corresponde aos registos cujos serviços administrativos estão em funcionamento, independentemente da atividade expositiva dirigida ao público existir ou não. Esta e outras definições a seguir utilizadas neste capítulo têm por fonte Neves, Santos e Nunes (2002), a menos que haja indicação em contrário. Outra fonte, em geral coincidente, é o Serviço de Metainformação do INE (<http://smi.ine.pt/>), tema Cultura e lazer, em particular quanto aos conceitos de museu e dos tipos de museu.

⁴ Refere-se às entidades com abertura todo o ano, ainda que não necessariamente aberto todos os dias da semana, com um horário diário pré-estabelecido, ainda que parcial, e ao longo da semana.

⁵ Com abertura ao público apenas numa época definida do ano.

⁶ Entidades que abrem ao público apenas em períodos não fixos, através de marcação prévia ou quando solicitado.

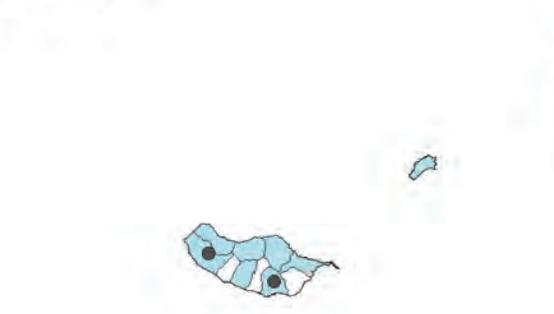
⁷ Situação em que não possui exposição visitável, embora com serviços a funcionar que podem atender públicos específicos (serviço educativo, centro de documentação, etc.) e permitindo até, eventualmente, visitas esporádicas (mediante marcação prévia).

⁸ Considera-se Temporariamente encerrado por obras ou outro motivo num período de tempo não superior a 6 meses.

Açores



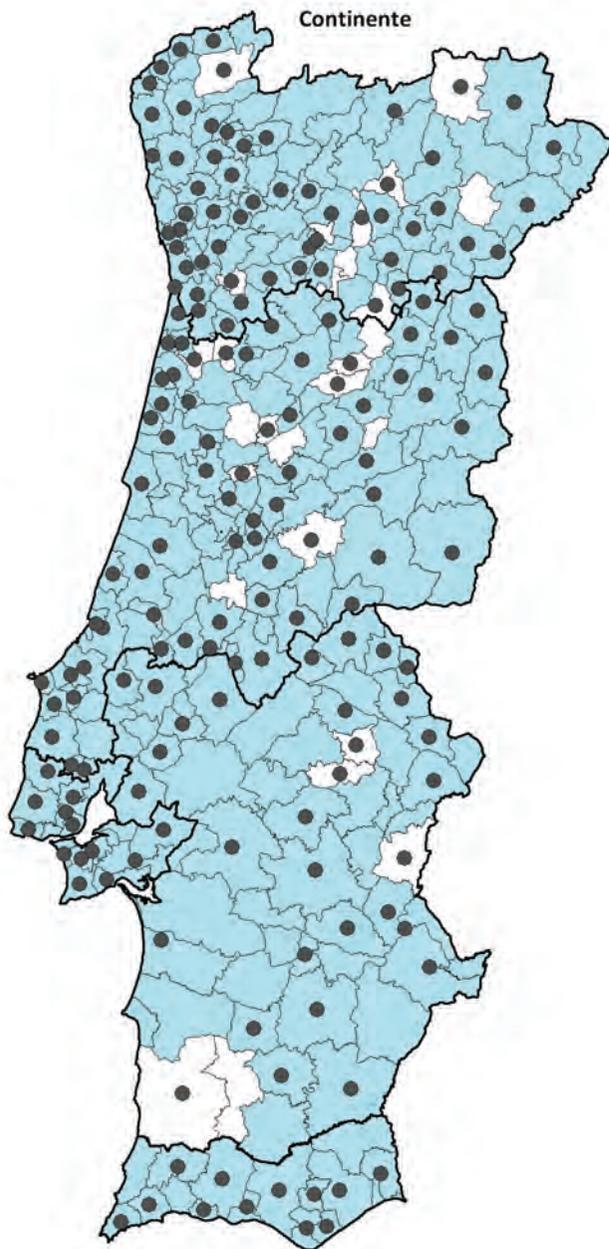
Madeira



Legenda

- Com pelo menos um museu a funcionar
- Com pelo menos um projeto/intenção

Continente



Mapa 2.1
Projetos/intenções de criação de museus e museus a funcionar por Concelho (2010)
(n= 416 projetos/intenções e 1.223 museus a funcionar)
Fonte: OAC, Bd/Museus, 31 de dezembro.

período analisado merecem destaque os Projetos⁹ que passam de 129 para 329, o que corresponde a um crescimento de 155%, e as Intenções¹⁰ que aumentam de 54 para 87, ou seja, registam um crescimento de 61%.

Um olhar pela distribuição territorial dos Projetos e Intenções (numa base concelhia) será relevante uma vez que pode antecipar possíveis cenários futuros. Deste modo, em 2010 são 189 os concelhos em que se verifica a possibilidade de virem a ser implantados novos museus por qualquer das tutelas consideradas. Daqueles 189, na grande maioria (166) essa possibilidade refere-se apenas a um museu, mas nos restantes significa dois ou mais novos museus, o que é particularmente visível na região Centro (mapa 2.1). Pelo contrário, o Alentejo destaca-se pela raridade de Projetos e Intenções.

Este olhar será talvez mais esclarecedor se se entrar também em linha de conta com os museus já a funcionar nos concelhos. O referido mapa permite justamente sustentar duas grandes conclusões quanto aos desenvolvimentos que poderão ocorrer num prazo relativamente curto: (i) em parte muito significativa dos concelhos aumentará o número de museus a funcionar, o que é visível no litoral e em várias regiões com exceção do Alentejo e da Madeira; (ii) e parte relevante dos poucos concelhos ainda sem museu a funcionar passará a ter pelo menos um, o que se pode constatar em três das cinco regiões em que tal se aplica, o Norte, o Centro e o Alentejo. Nas regiões de Lisboa e Algarve já existe pelo menos um museu a funcionar em todos os concelhos. Voltando ao quadro 2.1, quanto aos casos na situação de Fechado¹¹, verifica-se uma tendência de crescimento constante, embora os números absolutos em causa sejam baixos. Mais concretamente, passa-se de 6 em 2000 para 68 em 2010, ou seja, verifica-se um crescimento muito elevado. Do ponto de vista da distribuição regional, com base no valor de 2010, em todas as regiões se

verificou o fecho de pelo menos um museu, mas é a região Centro que regista o maior volume de museus fechados (28%), seguida do Norte (21%) e de Lisboa (19%).

O número de registos que fazem parte do Universo a inquirir pelo INE – indicador que se refere a um panorama mais homogêneo tendo em conta os parâmetros que o conformam – dá conta de diferentes evoluções. Por um lado, apresenta um aumento de 150 casos no período em análise que passam de 533 em 2000 para 683 em 2010 (a que corresponde uma taxa de variação de 28%). No entanto, o crescimento não é constante pois, em números absolutos, verificam-se quebras nos anos de 2003 (588) e 2006 (614). Por outro lado, a percentagem face aos registos a funcionar denota um decréscimo mais acentuado e continuado (de 73% em 2000 para 56% em 2011) que se traduz numa variação negativa (-24%) no período. Isto confirma a divergência crescente entre o número de museus a funcionar e o número de museus que preenchem os critérios do INE, e portanto que correspondem a um nível mais elevado de exigência em termos de funcionamento.

Importa ainda fazer uma referência ao tipo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários. Em termos de unidades a funcionar, abertas de forma permanente, passou-se de 9 em 2000 para 30 em 2010. No que toca às unidades que cumprem os critérios do INE os valores são sensivelmente mais baixos, passam de 7 em 2000 para 24 em 2010.

2.1.2. Museus polinucleados e núcleos

Identificam-se duas grandes opções na gestão das unidades dependentes de uma mesma tutela: uma opção por uma estrutura polinucleada¹² e uma outra por uma estrutura em rede. Embora a opção nem sempre seja clara, poderá dizer-se, de um modo muito simplificado, que a estrutura polinucleada é hierarquizada e corresponde a um núcleo-sede e a um ou mais núcleos, e que

⁹ Projeto corresponde a uma entidade autodesignada como museu já formalmente criada que possui um espaço físico destinado oficialmente a uma entidade museológica, que pode ter ou não uma coleção, que não se encontra a funcionar, com documentos de fase preparatória, um responsável identificado, com estudos e projetos realizados, designadamente de arquitetura.

¹⁰ Corresponde à vontade publicamente expressa de constituir um (projeto de) museu por uma qualquer entidade pública ou privada e pode incluir, ou não, a existência de um espaço físico destinado a uma entidade museológica, ainda que sem coleção, mas com estudos preparatórios realizados.

¹¹ Entidade que deixou de ter existência legal e/ou física (extinto).

¹² Sobre esta matéria ver as atas do encontro “Núcleos museológicos: que sustentabilidade?”, uma organização conjunta do Museu Municipal de Faro e da RPM publicadas na Museal - Revista do Museu Municipal de Faro, 4, setembro de 2009.

a uma estrutura em rede correspondem dois ou mais museus relativamente autónomos entre si.

As opções têm diferentes implicações no processo e nos resultados do recenseamento uma vez que uma estrutura polinucleada corresponde a uma unidade, seja qual for o número de núcleos, ao passo que na opção de rede cada museu é uma unidade. Também por isso a problemática dos museus polinucleados foi abordada anteriormente com algum detalhe (Santos e Neves, 2000: 61-64; Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 25-27). Este método determina que os museus polinucleados sejam identificados¹³ e os respetivos núcleos registados e caracterizados de modo a evitar duplas contagens.

Especificamente quanto aos museus polinucleados entende-se por tal os *museus constituídos por uma sede e por uma ou mais extensões museológicas correspondentes a núcleos ou polos estabelecidos em locais fisicamente autónomos da sede, com características patrimoniais, coleções e atividades diversas, mas com uma ligação institucional e orgânica de dependência do núcleo-sede* (Neves, Santos e Nunes, 2002; Camacho, 2009c). O núcleo corresponde a *uma extensão ou um polo territorialmente descentralizado de um museu. Ou seja, uma unidade dependente de um museu que comporta os principais serviços técnicos que permitem a sua adequada manutenção, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar)*¹⁴. Acrescenta-se que, nesta aceção, o núcleo não se confunde com um museu de pequena dimensão, em particular no que respeita ao edifício ou às suas coleções, o qual, apesar de “pequeno” poderá revestir-se de autonomia e comportar por si só todos os serviços inerentes ao desempenho das funções museológicas.

Alguns exemplos de museus polinucleados¹⁵, em que se evidencia a disseminação geográfica e a diversidade

de tutelas, são os seguintes: entre aqueles com tutela da administração local, os museus do Traje de Viana do Castelo (Botelho, 2009), da Cidade de Aveiro e de Lisboa (Monteiro, 2011) e os municipais de Ferreira do Alentejo, Loulé (Prista, 2009) e Ribeira Grande; de tutela universitária, o Museu de Lanifícios, Covilhã; de outra tutela pública da administração central, o Museu de Marinha, Lisboa; de tutela regional, o Museu de Angra do Heroísmo¹⁶; de tutela associativa, o Museu da Casa Grande, Freixo do Numão; de tutela de entidade religiosa, o Museu Pio XII, Braga; e de tutela de fundação, o Museu Nacional Ferroviário, com sede no Entroncamento. Note-se, contudo, que os núcleos não têm de estar confinados a um único concelho. Este último exemplo do Museu Nacional Ferroviário constitui, precisamente, um caso em que os núcleos (10 no total¹⁷) se encontram disseminados por vários concelhos¹⁸.

Feito este esclarecimento de natureza metodológica e referidos alguns exemplos de museus polinucleados passa-se à apresentação dos resultados para o período considerado. No quadro 2.2 é visível um crescimento continuado, ainda que com pequenas oscilações anuais, quer dos Museus polinucleados (78%) quer dos Núcleos (com um crescimento mais acentuado, de 89%), em ambos tanto em funcionamento como em fase de projeto.

O número de Museus polinucleados A funcionar passa de 101 em 2000 para 180 em 2010 o que significa um crescimento de 78%. Ao longo da série apenas se regista um decréscimo, e ligeiro, de 2003 para 2004. Também os projetos de criação de Museus polinucleados crescem de 10 em 2001 para 30 em 2010, ou seja, um crescimento de 200%. Contudo, se se tiver em conta o total de museus recenseados, é visível que o valor per-

¹³ Tenha-se em conta que, num mesmo museu, a opção pela estrutura polinucleada ou pela estrutura em rede pode variar ao longo do tempo.

¹⁴ Fonte: <<http://metaweb.ine.pt>>, conceito vigente no Sistema Estatístico Nacional desde 04.07.2001.

¹⁵ No anterior Panorama referem-se os museus de Mértola, Porto, Seixal, Tavira, Vila Franca de Xira e Vila Franca do Campo, todos de tutela municipal (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 26).

¹⁶ Acrescente-se que 5 dos 8 museus dependentes do Governo Regional dos Açores têm uma estrutura polinucleada.

¹⁷ Trata-se de um caso extremo de polarização em que nem a sede está totalmente concluída nem os 10 núcleos estão abertos ao público da mesma forma.

¹⁸ Nesta mesma linha estão museus com sede em Lisboa como o Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (com núcleos no Porto e na Batalha), o Museu da Farmácia (núcleo no Porto), o Museu Militar de Lisboa (núcleo na Mealhada), o Museu Nacional dos Coches (núcleo em Vila Viçosa) e, com sede no Porto, o Museu Nacional da Imprensa (com núcleo em Celorico de Basto e com projetos para Arcos de Valdevez, Funchal e Angra do Heroísmo).

Quadro 2.2

Museus polinucleados e Núcleos por Situação e por Ano (2000-2010)

(números absolutos e percentagem)

Fonte: OAC, BdMuseus, 31 de dezembro.

Nota: * a taxa de variação tem por base 2001.

Situação	Ano											Taxa de variação 2000-2010
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Museus polinucleados	101	111	139	154	137	143	157	163	166	168	180	78,2
<i>A funcionar</i>	101	101	126	121	118	120	129	133	136	144	150	48,5
<i>Projetos</i>	0	10	13	33	19	23	28	30	30	24	30	*200,0
Núcleos	238	340	347	387	378	391	412	432	444	437	450	89,1
<i>A funcionar</i>	191	241	219	253	246	258	281	303	306	311	345	80,6
<i>Projetos</i>	47	99	128	134	132	133	131	129	138	126	105	123,4
<i>Ratio núcleos/museus polinucleados a funcionar</i>	1,9	2,4	1,7	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,2	2,3	21,6
Total de registos a funcionar na BdMuseus	728	875	941	954	977	1.018	1.024	1.081	1.110	1.156	1.223	68,0
<i>Percentagem de Museus polinucleados a funcionar/ Total de registos</i>	13,9	11,5	13,4	12,7	12,1	11,8	12,6	12,3	12,3	12,5	12,3	-11,6

centual pouco varia situando-se em torno dos 12%, ou seja, caracteriza-se por uma assinalável estabilidade. Relativamente aos Núcleos constata-se um aumento considerável em número, seja daqueles em funcionamento (de 191 em 2000 passam a 345 em 2010) seja em fase de Projeto (de 47 em 2000 passam a 105 em 2010). Verifica-se uma tendência de crescimento quase constante no caso dos núcleos A funcionar (apenas quebrada em 2002 e 2004) mas nos projetos as oscilações anuais são mais frequentes, apresentando mesmo um movimento de quebra a partir de 2009. O *Ratio* núcleos/museus polinucleados a funcionar mostra que a relação se mantém praticamente idêntica ao longo do período, com exceção dos 3 primeiros anos em que se verificam maiores oscilações, contabilizando-se, em 2010, 2,3 núcleos por museu polinucleado contra 1,9 em 2000. Quanto à opção pela estrutura em rede, de acordo com os dados disponíveis, é uma realidade observada particularmente na administração local. É comum existir uma unidade administrativa central, que pode coincidir com um museu (ou uma unidade orgânica administrativa como a divisão de museus), a quem é atribuído, pela tutela, o papel de responsável pela rede, centralizando naquele algumas funções. Parte significativa das redes detetadas no recenseamento foi implementada na primeira década do século XXI, em particular a partir da segunda metade. Apesar de o recenseamento não incluir o seu registo

sistemático, podem adiantar-se igualmente alguns exemplos, agora exclusivamente de municípios: Loures, Óbidos (inclui galerias), Arruda dos Vinhos, Sintra, Setúbal, Almodôvar, Santa Maria da Feira (Oliveira, 2007), Mogadouro (inclui galerias), Melgaço, Alcoutim (Gradim 2009), Cascais, Vila Real e Almada. Encontram-se em fase de implementação as redes dos municípios de Belmonte, Castelo de Vide, Silves, Viseu, Évora, Gavião, Lagos (Carrilho, 2006), Chaves e Idanha-a-Nova.

Por fim, importa referir que embora se trate de modelos diferentes, parece estar a despontar uma nova abordagem de articulação. Isso mesmo se pode depreender de reflexões de alguns responsáveis e técnicos que se referem a *rede polinucleada de museus* (no sentido da descentralização de equipamentos em várias freguesias de um concelho) (Gradim, 2009; Prista, 2009) ou como *um museu polinucleado cujos núcleos funcionam em rede* (Botelho, 2009), reflexões que sugerem a necessidade do seu aprofundamento em termos conceptuais.

2.2. Problemas no recenseamento: algumas ilustrações

O trabalho permanente e continuado de recenseamento enfrenta inúmeros problemas que exigem a tomada de opções atempadamente de modo a acompanhar as dinâmicas do panorama museológico,

e delas dar conta, mantendo o controlo metodológico do processo e evitar o seu bloqueamento. Deste ponto de vista, para além da questão dos museus polinucleados, há outras opções que têm um significativo impacto nos resultados do recenseamento. Uma decorrem, por exemplo, do alargamento da noção de museu nos domínios arqueológico e científico; outras, pelo contrário, resultam da delimitação mais estrita da noção de museu. A experiência decorrente do trabalho empírico do recenseamento e o seu confronto com algumas opções recentes quanto ao âmbito da noção de museu na perspetiva das estatísticas nacionais e europeias justificam que aqui seja prestada uma maior atenção a algumas destas questões, mais concretamente: os sítios arqueológicos e os Centros Ciência Viva; e os monumentos musealizados e os jardins zoológicos, botânicos e aquários.

2.2.1. Sítios arqueológicos

Uma das tendências mais visíveis no que toca à valorização e comunicação do património cultural diz respeito à musealização de sítios arqueológicos, com a criação de estruturas de apoio como sejam centros de acolhimento e/ou de interpretação que se constituem como espaços de mediação entre o património *in situ* e os visitantes. Como nota Luís Raposo, a criação de sítios musealizados permite “o contacto ‘direto’ com os vestígios do passado, nos seus respetivos contextos, podendo além disso servir necessidades sociais estimáveis (refuncionalização de espaços antigos, turismo de massas, etc.)” (Raposo, 2009: 77).

Tais estruturas podem ser dotadas de várias valências, tanto ao nível do acolhimento (receção, loja ou cafetaria) como da interpretação (espaços expositivos ou núcleos museológicos), complementadas com outras mais específicas como auditórios, centros de documentação, áreas técnicas ou reservas, etc. Aspetos inerentes à constituição destas estruturas de apoio são, por exemplo, a criação de percursos de visita, a instalação de sinalética adequada a uma melhor interpretação ou a disponibilização de diversos materiais de divulgação. Do ponto de vista do recenseamento os sítios arqueológicos foram considerados no *Inquérito aos Museus em*

Situação	Classificação	
	Museu	Núcleo
Total de sítios arqueológicos	31	57
<i>dos quais...</i>		
Visitável (com musealização)	29	23
Visitável (sem musealização)	n/a	23
Visitável (com projeto de musealização)	2	11

Portugal no tipo Monumentos e sítios (Santos e Neves, 2000: 171), mas não no anterior *Panorama* em que se considera o tipo Monumentos Musealizados que exclui explicitamente os sítios (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 39). O problema coloca-se, assim, em destringir quais são sítios arqueológicos – e que, portanto, ficam fora do recenseamento – e aqueles que devem ser classificados como museus (no tipo Museus de Arqueologia), processo que nem sempre é pacífico. Acresce que este problema se estende, embora com outros contornos, aos sítios arqueológicos que são núcleos dependentes de museus polinucleados (os quais, aliás, podem não ser do tipo Museus de Arqueologia), núcleos que são igualmente recenseados, embora como unidade secundária. Refira-se também que os sítios arqueológicos dos museus polinucleados podem ser visitáveis mas ainda não estarem musealizados. Um olhar pelos resultados do recenseamento, utilizando a classificação por unidades principais (museus) e secundárias (núcleos), permite constatar um total de 31 sítios classificados como museus (de Arqueologia) e 57 como núcleos de museus polinucleados (quadro 2.3). Quanto aos sítios arqueológicos classificados como museus a grande maioria está musealizado, como era de esperar, e 2 estão em processo de musealização. No entanto, no que toca aos núcleos saliente-se que com estruturas de apoio criadas (centro de interpretação/núcleo museológico) são menos de metade dos casos (23), existindo igual número de sítios que apesar de visitáveis não possuem qualquer estrutura criada. A estes acrescem 11 em projeto. Considerando agora apenas os sítios visitáveis com musealização pode acrescentar-se que em ambas as unidades a esmagadora maioria (mais de 78%) abriu ao público no período 2000-2009 com particular

Quadro 2.3
Sítios arqueológicos visitáveis por Situação e por Classificação (2010)

(números absolutos e percentagem)

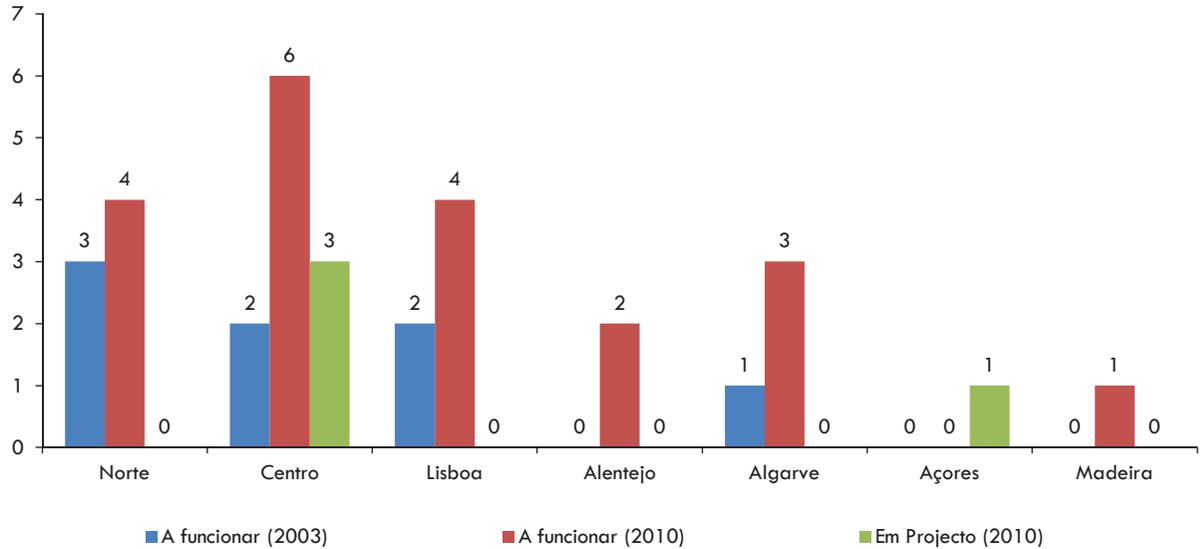
Fonte: OAC, BdMuseus, 31 dezembro de 2010.

Legenda: n/a – Não se aplica.

Gráfico 2.1
Rede Nacional de
Centros Ciência Viva
por Situação e por
Região (2003 e 2010)
 (números absolutos)

Fonte: OAC, BdMuseus,
 31 de dezembro.

Bases de amostragem:
 A funcionar (2003) = 8;
 A funcionar (2010) = 20;
 Em Projeto (2010) = 4.



relevo para a primeira metade da década¹⁹. Outro traço comum a museus e núcleos é o predomínio das entidades com tutela pública (mais de 83% dos casos), sobretudo da administração local.

2.2.2. Centros Ciência Viva

O Programa Ciência Viva foi criado em 1996 pelo então Ministério da Ciência e da Tecnologia. Desde 1998 depende da Associação Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. O Programa tem financiamento nacional e comunitário através dos programas operacionais direcionados para o sector da Ciência (POCTI 2000-2006 e POCI 2010). Uma das suas finalidades-base é a constituição e implementação descentralizada no território de uma Rede Nacional de Centros Ciência Viva²⁰. Os Centros são espaços de educação e divulgação da cultura científica e tecnológica, potenciando a integração de todos os cidadãos na Sociedade do Conhecimento, com particular destaque para os mais jovens e para a população escolar²¹.

Os Centros Ciência Viva são considerados museu²² e tipificados como Museus de Ciência e de Técnica. Em termos do recenseamento, em 2010 existiam 20 a funcionar (30% do total de museus naquele tipo) e outros 4 estavam em projeto (gráfico 2.1).

Relativamente à data de abertura, dois terços dos Centros abriram ao público na década 2000-2009, com maior relevância na segunda metade, sendo ainda de referir que um pequeno contingente (5) abriu ainda na década de 90.

Em termos comparativos com o estudo anterior (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 30), em que se contabilizavam 8 Centros abertos ao público (em 2003), o seu número mais do que duplicou para os referidos 20. Em 2003 os Centros distribuíam-se por 4 das 7 regiões. Em 2010 esse panorama altera-se tanto ao nível da distribuição regional, pois são 6 as regiões com pelo menos um Centro de Ciência Viva integrado na Rede Nacional (a exceção são os Açores), como ao nível do número de unidades que cresce em todas as regiões, com particular destaque para a região Centro

¹⁹ Concorre para esta constatação a abertura ao público de várias estruturas na sequência das intervenções realizadas em 11 sítios arqueológicos ao abrigo do Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. Iniciado em 1994, integrava o Programa de Valorização Cultural e Divulgação Turística (uma parceria do Ministério da Cultura/IPPAP e do Ministério da Economia/Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo) e abrangia 13 sítios arqueológicos localizados no Alentejo (10) e no Algarve (3), sendo que em dois deles não foi possível avançar com as intervenções previstas (Lacerda e Barata, 2001: 43-45). ²⁰ <www.cienciaviva.pt/centros/v/rede/>.

²¹ <www.cienciaviva.pt>.

²² Excluindo os planetários (que integram a Rede Nacional Ciência Viva): Planetário Calouste Gulbenkian - Centro Ciência Viva (Lisboa) e o Planetário do Porto - Centro Ciência Viva.

que passou a ter 6 em 2010 (contra os 2 em 2003). Acrescenta-se ainda que no que toca a projetos é também nesta região que se regista o maior número (3). Ainda quanto à região dos Açores, apesar de não existir nenhum Centro integrado na Rede Nacional, a atividade nesta área já se desenvolve através da Rede de Centros de Ciência dos Açores. Estrutura criada em 2008 pela Direção Regional de Ciência, Tecnologia e Comunicações, conta com 6 Centros de Ciência. Está projetada a integração de um deles na Rede Nacional de Centros Ciência Viva²³.

2.2.3. Monumentos

À semelhança dos sítios arqueológicos, também muitos monumentos têm vindo a ser intervencionados, para além da pesada componente de salvaguarda e requalificação, para os dotar de novas, ou requalificar as atuais, valências de acolhimento, acessibilidade e interpretação, serviços de visita ou suportes informativos como forma de valorização e promoção mais adequada perante os públicos. Pode, assim, falar-se de monumentos musealizados, o que coloca o problema de decidir caso-a-caso, de novo, quais os que cabem na definição de museu e devem ser objeto do recenseamento – e, sendo este o caso, qual a sua classificação por tipo – e quais os que correspondem a património imóvel e portanto não são considerados. As opções tomadas desde 2000 podem dar uma noção dos problemas enfrentados. Como atrás se referiu, o tipo Monumentos e sítios foi considerado no *Inquérito aos Museus em Portugal*, depois substituído, como se dá conta no anterior *Panorama*, pelo tipo Monumentos Musealizados e, mais recentemente, a partir de 2007 (inclusive), na sequência dos trabalhos do GTEC, este último tipo deixou de ser utilizado

no recenseamento e nas estatísticas nacionais²⁴. Os registos (22 em 2006) foram reclassificados de acordo com a existência ou não de vertente museológica e com a natureza das coleções. Daqui resultou que aqueles monumentos com vertente museológica (11 casos) passaram a integrar um de dois tipos – o dos Museus de História ou o dos Outros Museus. Os monumentos sem essa vertente (os outros 11 casos) foram excluídos do recenseamento. Será ainda de referir que, na sequência daquela decisão, o GTEC propôs, e testou, a adoção para o património de uma solução próxima da existente para os museus quanto ao recenseamento (a BdMuseus) e às estatísticas oficiais (um inquérito do INE)²⁵.

Para além de tudo isto, as alterações introduzidas ao longo do tempo implicaram, quanto ao atual *Panorama*, a reclassificação de todos os registos de Monumentos Musealizados anteriores a 2006 de modo a tornar a série homogénea e os dados anuais comparáveis.

2.2.4. Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários

Quanto ao tipo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários a principal questão situa-se na sua inclusão, ou não, na definição de museu. Desde o *Inquérito aos Museus em Portugal* ao período abrangido pelo presente estudo a inclusão deste tipo, próximo da noção mais geral do ICOM com a diferença que se excluía as reservas naturais, foi pacífica e designava as entidades cujo carácter específico é a apresentação de espécies vivas. Contudo, nos trabalhos do Eurostat sobre cultura realizados a partir da década de 90 do século passado a opção foi sempre pela definição estrita de museu (AAVV, 2000: 39-40), opção que viria a ser adotada em 2011 (Bina e outros, 2012: 51) e que terá reflexos a nível das estatísticas nacionais,

²³ <www.cienciaviva.pt/centroscv/rede>.

²⁴ A este propósito deve notar-se que na definição de museu do ICOM ambos os tipos referidos (tal como Jardins Zoológicos Botânicos e Aquários) integram a definição ampla, não a estrita. Sobre a exclusão do tipo Monumentos Musealizados e os procedimentos associados ver súmula da 10ª reunião do GTEC/Sector museus (Neves, 2007). Ver ainda o volume Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2007 (INE, 2008: 39) no qual não só o tipo Monumentos Musealizados já não surge como também o tipo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários é apresentado separadamente dos tipos dos museus.

²⁵ Ver as súmulas da 12ª (6.12.2007), 16ª (15.7.2008) e 18ª (17.11.2008) reuniões do GTEC/Sector património em que se discutem e testam as condições para a adoção de uma solução para o património imóvel semelhante à BdMuseus (recenseamento) e ao IMUS (estatísticas oficiais) para os museus uma vez que, como aí se refere, não existia, e continua a não existir, qualquer recenseamento ou caracterização deste segmento do património. Ver ainda o Relatório Final de Atividades do GTEC (DOCT/2916/CSE/S) de 26 de fevereiro quanto às recomendações (Neves, 2010b).

Quadro 2.4
Jardins Zoológicos,
Botânicos e Aquários
por Tutela e por
Abertura (2010)
 (número)

Fonte: OAC, BdMuseus,
 31 de dezembro
 de 2010.

Tutela	Abertura				Total
	Até 1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	
Pública	6	2	5	3	16
Privada não lucrativa	0	0	1	1	2
Privada lucrativa	1	0	4	7	12
Total	7	2	10	11	30

designadamente em Portugal, com a exclusão deste tipo das estatísticas dos museus a breve trecho.

Um outro aspeto que concorre neste mesmo sentido é que, pelo menos em Portugal, o enquadramento legal é diferente do dos museus. O Decreto-Lei nº 59/2003, de 1 de abril, estabelece as normas para a manutenção e bem-estar de animais nos parques zoológicos, o seu licenciamento e inspeção, a gestão de coleções, a formação do pessoal e a educação pedagógica dos visitantes. Desde 2010 que cabe à Direção-Geral de Veterinária a publicação anual da lista de parques zoológicos e aquários licenciados.

Quanto aos jardins botânicos não parece existir um enquadramento legal específico sendo que a sua constituição, em parte significativa, se encontrará ligada a instituições de ensino superior dada a sua vocação científica.

Por tudo isto mantêm-se na análise realizada nos próximos capítulos este tipo mas ganha maior pertinência a sua exclusão em algumas dimensões, o que, por sua vez, aconselha que se apure qual o seu peso e se realize uma breve caracterização (quadro 2.4). Assim, em 2010 são 30 os casos recenseados (3% do total de registos da BdMuseus), mais de metade dos quais têm tutela pública (16), destacando-se entre estes os dependentes da administração local (com 9). Seguem-se os

privados lucrativos (com 12) e, com muito menor peso, os dependentes dos privados não lucrativos (apenas 2). Relativamente à abertura observa-se que cerca de 70% abriram ao público no século passado. Contudo, o período 2000-2009 é o que regista o maior número de casos (com 11), ligeiramente superior aos abertos no período anterior (com 10). Veja-se ainda que 7 dos casos têm uma abertura anterior a 1979. Assinale-se que o Jardim Zoológico de Lisboa é a entidade mais antiga, tendo sido inaugurado em 1884.

Do cruzamento da Tutela com a Abertura resulta que as entidades tuteladas pelas instituições do sector público se situam maioritariamente no escalão mais antigo e no da década de noventa (6 e 5, respetivamente). Por outro lado, as pertencentes às privadas lucrativas são mais recentes, com predomínio no escalão 2000-2009 (7 casos) e com uma incidência relevante no escalão 1990-1999 (4 casos).

A terminar, e no que diz respeito à distribuição por Região, verifica-se que em 2010 estão presentes em todas, embora com maior relevo para o Norte (24%) e Lisboa (23%) (gráfico 2.2).

Note-se ainda o peso das regiões do Alentejo e Algarve que totalizam em conjunto quase um terço das entidades. A região com a percentagem mais baixa é a dos Açores (3%).

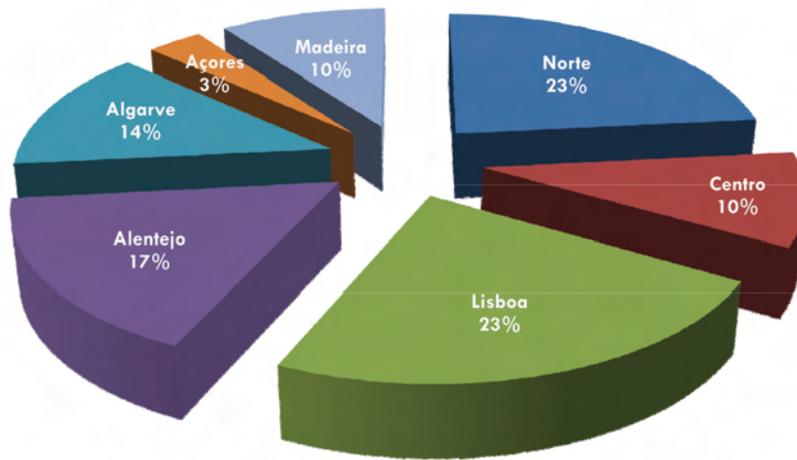


Gráfico 2.2
Jardins Zoológicos,
Botânicos e Aquários
por Região (2010)
(percentagem)
n = 30
Fonte: OAC, BdMuseus,
31 de dezembro.

3

OS MUSEUS: CARATERIZAÇÃO GERAL, RECURSOS, ACERVOS, INSTALAÇÕES E PARCERIAS

Neste capítulo e no seguinte faz-se a caracterização aprofundada da evolução dos museus em Portugal segundo várias dimensões no período 2000-2009. As fontes principais são duas: o Inquérito aos Museus (IMUS) do INE e a BdMuseus gerida pelo OAC. Antes de passar à apresentação dos resultados faz-se uma nota metodológica sobre o IMUS tal como anteriormente se fez quanto à BdMuseus. Situam-se depois, detalhadamente, os museus segundo as variáveis de caracterização (Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Ano de criação), os recursos (humanos e outros), o acervo, as instalações e respetivos sistemas de segurança e, a terminar, as parcerias e as associações de amigos dos museus. O ponto de vista adotado neste capítulo dirige-se, em grande medida, para o interior das instituições museais. No capítulo 4 dá-se continuidade à apresentação dos resultados obtidos a partir das referidas fontes mas o ponto de vista desloca-se para aspetos específicos direcionados para a relação com os visitantes.

3.1. Metodologia do IMUS

O IMUS é aplicado a todas as entidades autodenominadas museus, com um funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de

exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço. Estes são os critérios utilizados na seleção anual dos museus a inquirir pelo INE a partir dos dados do recenseamento realizado no OAC. Incluem-se nesta definição os museus e os jardins zoológicos, botânicos e aquários que cumprem cumulativamente aqueles critérios. Excluem-se, como se referiu já, os monumentos sem vertente museológica, os sítios arqueológicos, os núcleos dos museus polinucleados, os planetários e as reservas naturais¹.

O IMUS tem periodicidade anual e é aplicado por via postal aos museus ou suas tutelas. Nesta fase de recolha da informação a noção de museu tem por base os critérios atrás referidos. Na fase posterior, a da difusão dos dados, o INE adota uma outra noção com base noutros critérios, mais depurados que, observados cumulativamente, estabelecem a base numérica divulgada nas estatísticas oficiais. Esses critérios são 5: ter pelo menos uma sala de exposição; ter uma abertura ao público permanente ou sazonal; ter pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); ter orçamento segundo uma ótica mínima (ter conhecimento do orçamento); e ter pelo menos inventário sumário.

No quadro 3.1 estão expressas as bases numéricas referentes a cada uma das fases consideradas. No presente Panorama, à semelhança do anterior, a base numérica

¹ Tenha-se em conta a reformulação verificada em 2007, no âmbito do GTEC, na qual se procedeu à reclassificação das entidades do tipo Monumentos Musealizados (ver atrás ponto 2.2.3.).

Quadro 3.1**Bases numéricas do IMUS por Fase e por Ano**

(números absolutos e percentagem)

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (2000-2007) e *Estatísticas da Cultura* (2008-2010).

Fase	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Recolha da informação	533	626	631	588	603	618	614	624	627	663	683
Difusão de dados	209	234	246	260	258	285	291	292	321	363	360
Percentagem da fase Difusão	39,2	37,4	39,0	44,2	42,8	46,1	47,4	46,8	51,2	54,8	52,7

Nota: critérios na Recolha da informação – ter um funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço; critérios na Difusão de dados - ter pelo menos uma sala de exposição; ter abertura ao público permanente ou sazonal; ter pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); ter orçamento segundo uma ótica mínima do seu conhecimento; e ter pelo menos inventário sumário.

Quadro 3.2**Museus inquiridos pelo INE por Situação e por Ano**

(números absolutos)

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (2000-2007) e *Estatísticas da Cultura* (2008-2010).

Situação	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Inquiridos	533	626	631	588	603	618	614	624	627	663	683
Inativos	8	11	13	3	14	10	11	38	25	26	35
Fora de âmbito	5	10	4	2	2	3	8	1	0	0	1
Não respostas	29	28	23	8	5	2	3	7	8	11	10
Respostas válidas	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626	637

Nota: a situação Inativos inclui aqueles que aguardam início de atividade, estão com atividade suspensa ou com cessação definitiva.

utilizada corresponde à fase de recolha de informação por ser aquela que permite uma abordagem mais alargada e próxima da realidade portuguesa.

De acordo com o referido quadro 3.1 os números de ambas as fases crescem ao longo do período, se bem que com algumas oscilações em 2003 e 2006 na fase de recolha e em 2004 na da difusão dos dados². Também em ambas as bases os valores máximos são atingidos no final do período, em 2010 (683) na recolha e em 2009 (363) na da difusão. Em termos de percentagem dos registos que cumprem os critérios aplicados na fase de difusão constata-se que oscilam entre o mínimo de 37% em 2001 e o máximo de 55% em 2009.

Para além de permitir aferir a conformidade dos registos recenseados em cada ano com noções mais exigentes de museu, o IMUS constitui um novo filtro de avaliação do funcionamento dos referidos registos. Um indicador de controlo do Inquérito permite verificar que, a partir de 2003, vem crescendo consistentemente o número de registos que estão em condições de ser inquiridos e que os museus Inativos, embora

com números significativamente mais baixos, e com oscilações, tem vindo a engrossar (quadro 3.2). Permite verificar ainda que os que não se enquadram nos critérios são sempre baixos e, nos anos mais recentes, não existem ou são residuais. Note-se que a situação de um museu pode variar de ano de inquirição para ano de inquirição, ou seja, por exemplo, um museu inquirido num ano pode não o ser no(s) seguinte(s) se passar à situação de Inativo ou Fora de âmbito³. Acrescente-se que, decorrente da aplicação do IMUS, ao número de registos que cumprem os critérios (situação Inquiridos) de acordo com o recenseamento será necessário excluir todas as outras situações de forma a obter-se as Respostas válidas as quais constituem as bases numéricas utilizadas neste capítulo e no próximo. O Inquérito visa obter informação anual que permita fazer a caracterização dos museus e jardins zoológicos, botânicos e aquários de acordo com um conjunto de temáticas. O questionário⁴ é mais extenso que a ficha aplicada pelo OAC, uma vez que visa obter informação sobre um conjunto mais alargado de temáticas. Por

² O INE disponibiliza apenas uma parte dos dados recolhidos na atual publicação *Estatísticas da Cultura* ou, em anos anteriores a 2008, ou *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*. Outros dados podem ser consultados através do seu portal na Internet (www.ine.pt).

³ Todos os casos apurados que recaem numa destas situações – inativo, fora de âmbito e não resposta – são anualmente reavaliados pelo OAC, no sentido de se poder confirmar se a situação se mantém ou se se alterou e em que sentido, e se podem, ou não, ser incluídos no ficheiro de expedição para aplicação no ano seguinte.

⁴ O questionário do IMUS consta da publicação anual do INE referente às estatísticas da cultura. As, reformulações de 2004 e de 2007 estão disponíveis nas respetivas publicações (INE: 2005: 137-142 e 2008: 201-205).

outro lado, as variáveis de caracterização - Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura – são apuradas apenas pelo OAC. As duas fontes são, portanto, complementares. Na já referida reformulação de 2007⁵ foram introduzidas várias alterações no questionário de forma a simplificar o seu preenchimento. Uma das principais modificações foi a passagem de um conjunto de questões de aplicação anual para periodicidade trienal: instalações (ocupação, área, espaços destinados ao público e espaços técnicos/administrativos); recursos (informáticos); atividades (parcerias, publicações); e regulamentos, normas e planos. Outra foi a exclusão das questões relativas aos sistemas de segurança e à publicidade. Para além destas alterações foram realizadas outras pequenas mudanças ao nível do conteúdo de algumas perguntas tais como: diminuição do número de questões no grupo das despesas e receitas; inclusão de novas categorias, acrescentos ou redefinição de outras, como por exemplo, nos tipos de bens ou nas atividades orientadas para os visitantes; e inclusão de instruções de preenchimento mais precisas. Deste modo, obtém-se informação anual dos museus relacionada com o seu funcionamento, instalações, recursos (humanos e financeiros), acervo (coleções e inventário), atividades orientadas para os visitantes, e visitantes (número e tipo).

3.2. Museus por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Ano de criação

A tendência geral de crescimento que se verifica no número de museus existentes em Portugal mostra diferentes comportamentos segundo as principais variáveis de caracterização. Assim, confirma-se desde logo o peso crescente da Administração Local⁶. Mas verifica-se uma diminuição percentual (e em números absolutos) acentuada da Administração Central e dos Privados Lucrativos, e a estabilização dos museus dos Governos Regionais e dos Privados Não Lucrativos (quadro 3.3).

Por Tipo (ver anexo 3.1), os Museus de Arte, de Etnografia e de Antropologia, e Mistos e Pluridisciplinares mantêm-se como os mais representados em Portugal, dos quais se aproximam os Museus Especializados e de História. Quanto às evoluções positivas destacam-se os de Arqueologia e os Especializados ao passo que, quanto às de sentido contrário, sobressaem os de Etnografia e Antropologia e os Mistos e Pluridisciplinares. Note-se que os Monumentos Musealizados significavam, no último ano em que esse tipo foi considerado, 3% do total; e os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários entre 1,4% (2000) e 3,7% (2008). Por Região confirma-se igualmente uma evolução desigual. Em termos relativos, é visível a diminuição significativa da região de Lisboa que passa de 23% em 2000 para 19% em 2009, e a diminuição ligeira do Centro e do Algarve, em contraste com as restantes duas (Norte e Alentejo), que crescem. Se é possível afirmar que em todas as regiões existem museus, é igualmente patente que é a norte de Lisboa que eles estão mais densamente implantados. Somadas as respetivas unidades, as regiões de Lisboa, Centro e Norte representam 73% do total.

A análise por concelho permite um olhar mais fino quanto à evolução verificada em duas vertentes: concelhos com museu e número de museus por concelho (mapas 3.1, 3.2 e 3.3). Em 2009 são 231 os concelhos com pelo menos um museu (75% do total), o que significa, em comparação com 2003, um acréscimo de 17 concelhos. A evolução do número de museus por concelho e por escalão mostra que os crescimentos nos escalões polares, ou seja, Um museu (apenas mais 2 concelhos) e Mais de 10 (apenas mais 1 concelho) são os que menos oscilam. A variação mais comum é quanto à existência de Dois a quatro museus (9 concelhos). Note-se ainda que a evolução normal é os concelhos passarem a ter pelo menos um museu (o que se deve à abertura de novos museus) mas registam-se igualmente alguns, poucos, casos de concelhos em que diminuiu o número de museus, o que se deve a reorganizações promovidas

⁵ A reformulação do questionário tem a ver com as alterações verificadas quer a nível legislativo, com destaque para a entrada em vigor da Lei Quadro dos Museus, quer a nível metodológico com o trabalho de definição e redefinição de conceitos realizado no âmbito do GTEC.

⁶ Esta é uma tendência também verificada a nível europeu. De acordo com o EGMUS, 44% dos museus europeus estão diretamente dependentes dos municípios (Hagedorn-Saupe e Ermert, 2004: 150). De acordo com o projeto E=MU2 são 50% com essa tutela (Grefe e Krebs, 2010: 11).

Quadro 3.3

Museus por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano
(percentagem do número de casos)

Fonte: OAC, BdMuseus.

Variáveis	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626
Tutela										
Administração Central	19,6	18,0	17,8	17,6	17,5	17,1	17,2	14,7	13,8	13,1
Governos Regionais	3,7	3,6	3,6	4,0	3,6	3,6	3,5	3,8	3,5	3,4
Administração Local	38,9	39,5	40,3	40,5	41,2	41,6	41,6	45,2	45,8	48,6
Privados	37,9	38,8	38,4	37,9	37,6	37,6	37,7	36,3	36,9	35,0
<i>Não lucrativos</i>	29,5	29,6	29,8	28,9	28,4	28,9	28,9	29,2	29,5	28,8
<i>Lucrativos</i>	8,4	9,2	8,6	9,0	9,3	8,8	8,8	7,1	7,4	6,2
Tipo										
Arte	19,8	19,6	20,1	20,0	19,8	20,7	20,8	21,3	20,5	20,4
Arqueologia	4,1	4,5	5,6	5,9	6,0	5,8	5,7	7,1	7,4	7,7
História	9,2	9,7	9,8	9,4	9,5	9,1	9,0	10,2	10,3	10,5
Ciências Naturais e de História Natural	4,1	3,8	3,6	3,7	3,1	3,0	2,9	3,6	3,4	3,4
Ciência e de Técnica	4,7	5,4	5,1	5,4	6,7	6,5	7,3	6,7	6,6	6,7
Etnografia e de Antropologia	22,2	21,1	20,6	19,3	19,6	19,2	17,7	16,6	16,7	17,3
Especializados	9,6	9,9	10,0	10,3	9,8	10,3	10,8	11,2	11,3	12,3
Território	2,2	2,3	2,5	2,6	2,1	2,2	2,2	2,2	2,5	2,6
Mistos e Pluridisciplinares	16,5	14,7	14,4	15,5	15,5	15,1	15,5	15,4	15,8	14,4
Outros	2,0	2,3	2,0	1,6	1,5	1,7	1,5	1,9	1,9	1,6
Monumentos Musealizados	4,3	4,0	3,4	3,5	3,3	3,2	3,2	-	-	-
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	1,4	2,8	2,9	3,0	3,3	3,3	3,4	3,6	3,7	3,2
Região										
Norte	22,4	25,8	26,1	25,7	25,6	25,5	25,2	25,6	25,6	26,2
Centro	28,5	27,9	27,9	26,6	26,5	26,7	26,4	26,5	26,1	27,2
Lisboa	22,8	20,8	20,1	20,7	20,3	19,9	21,1	20,9	20,9	19,2
Alentejo	11,6	11,4	12,0	12,2	12,2	12,4	12,7	12,8	13,3	13,3
Algarve	6,7	6,8	6,9	7,0	7,9	7,5	6,9	6,2	6,2	5,9
Açores	3,7	3,6	3,4	4,0	3,4	3,6	3,7	4,2	4,0	4,6
Madeira	4,3	3,6	3,6	3,8	4,1	4,3	4,1	3,8	3,9	3,7
Ano de abertura										
Antes de 1899	4,1	3,3	3,2	3,5	3,3	3,3	3,0	2,8	2,5	2,4
1900-1929	5,5	4,7	4,6	4,9	4,6	4,5	4,4	4,7	4,4	4,2
1930-1969	14,9	13,5	13,5	13,4	12,7	12,3	12,2	11,8	12,1	10,9
1970-1979	7,1	6,9	6,4	6,4	5,8	5,8	5,2	4,7	4,5	4,5
1980-1989	23,0	21,5	21,3	21,7	21,3	20,7	20,1	18,2	18,2	16,5
1990-1999	40,7	39,0	37,4	35,1	34,2	32,7	32,1	30,1	28,8	27,8
2000-2009	3,5	9,9	12,4	13,6	17,0	19,7	22,1	27,0	28,6	32,9
Não resposta	1,2	1,2	1,2	1,4	1,0	1,0	0,8	0,9	0,8	1,0

pelas tutelas com a passagem de alguns museus a núcleos, e portanto aqui não referenciados. Em 2009 são 60 os museus localizados no concelho de Lisboa e 26 no do Porto, sendo estes os concelhos com mais museus.

Esta análise por concelho sugere ainda duas outras conclusões. Por um lado, é manifesto que se reforçou o

número de museus localizados na orla costeira situada a norte de Lisboa mas, por outro, é igualmente visível a crescente disseminação dos museus pelo território.

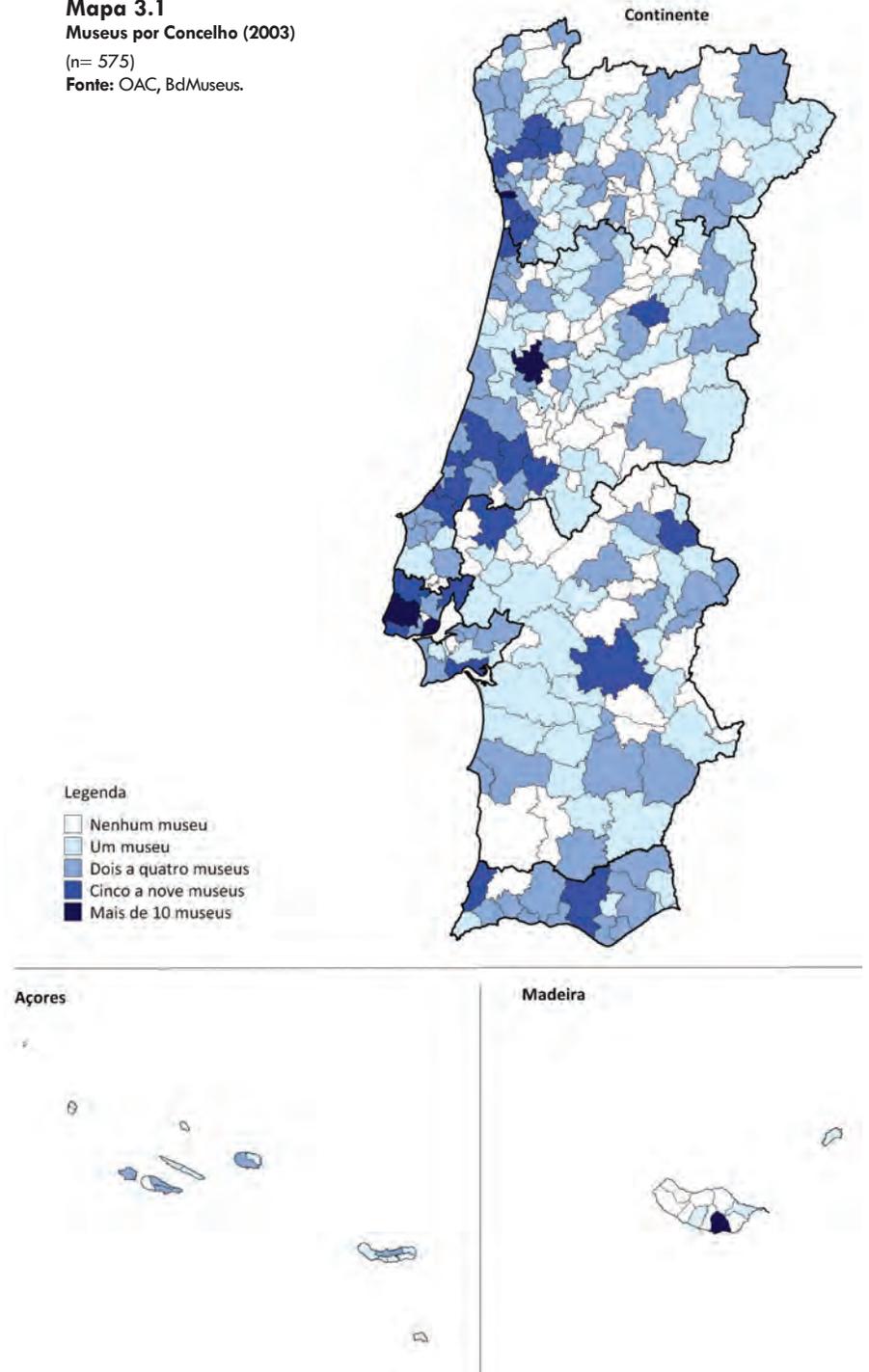
Importa, contudo, ponderar a distribuição dos museus pela população o que permite não só aferir a oferta de acordo com a população que lhe está próxima mas tam-

bém estabelecer comparações a nível internacional. Assim, chega-se a 5,4 museus por 100.000 habitantes⁷ (2008, excluindo jardins zoológicos, botânicos e aquários), valor que coloca Portugal em 10º lugar entre 25 países: Espanha, por exemplo, tem cerca de 3, a Irlanda perto de 8 (Haan, 2010: 6). Voltando ao plano nacional, o confronto do mapa 3.3. com o mapa 3.4 (densidade dos museus por 10.000 habitantes, um valor mais adequado à escala concelhia dadas as baixas densidades populacionais em muitos concelhos) permite confirmar a maior incidência de museus no litoral a norte de Lisboa, mas agora com uma clara nota de equilíbrio. Evidenciam-se ainda duas outras leituras: i) acentuam-se as densidades mais elevadas no interior do país corrigindo, assim, de algum modo, os tradicionais desequilíbrios face ao litoral; ii) as diferenças que advêm da maior densidade de museus no interior (sendo certo que se mantêm também o desequilíbrio pela inexistência de qualquer museu, sobretudo no centro e norte) decorrem essencialmente das baixas taxas populacionais em causa, o que é particularmente visível nos concelhos da raia com Espanha. Voltando ao quadro 3.3, a distribuição por Ano de abertura confirma a dinâmica recente do setor, patente na percentagem dos museus que abriram nas duas últimas décadas, 61%. Só na primeira década do século XXI abriram 206 museus, um terço dos existentes. Inverteu-se nesta década – face às duas anteriores – e acentuou-se relativamente a outros períodos a tendência para serem criados mais museus do que aqueles que abrem ao público (ver adiante gráfico 3.1).

3.2.1. Uma análise por Tutela desagregada

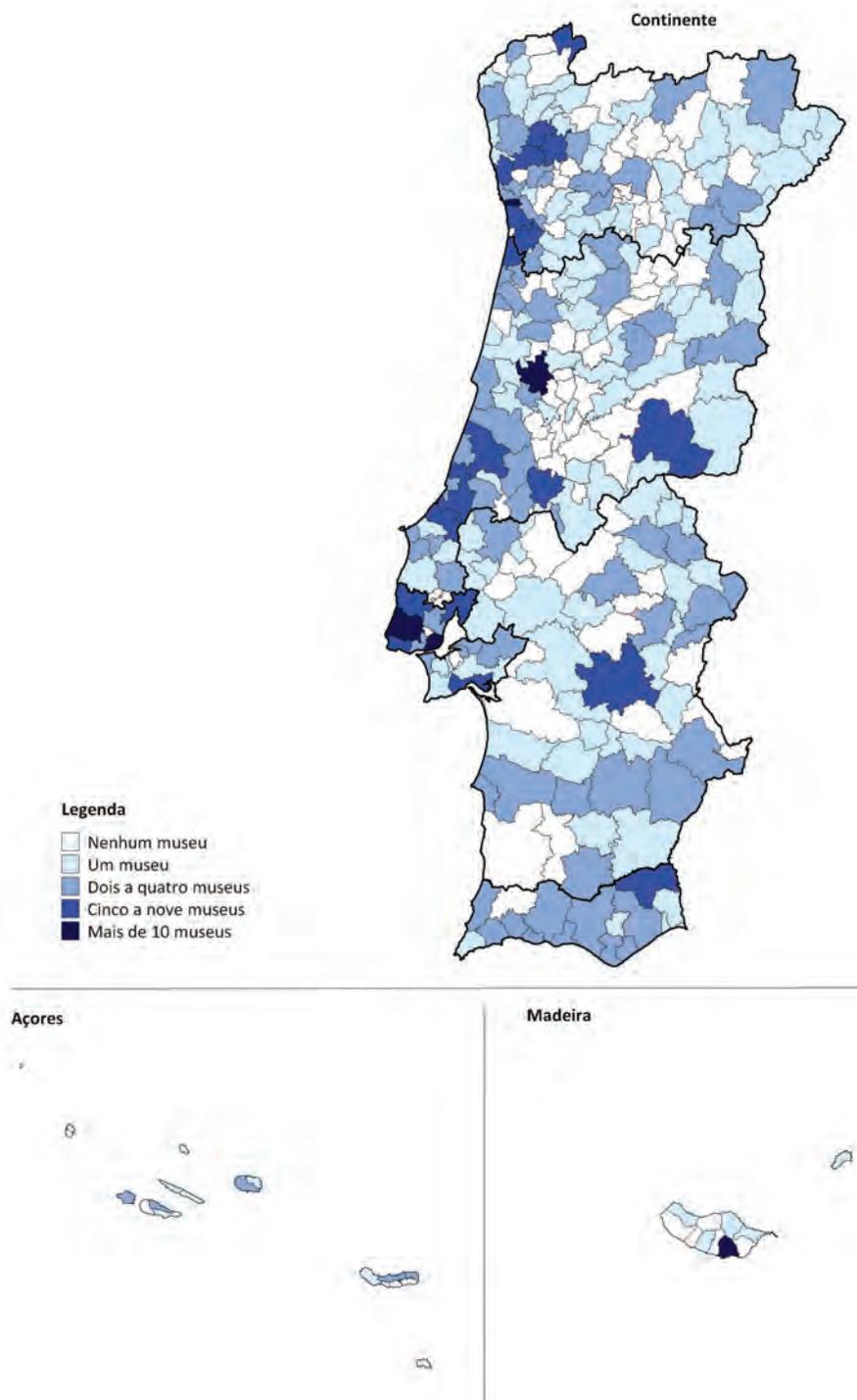
Uma primeira abordagem da Tutela numa perspetiva simples, dicotómica (pública/privada), mostra que é na primeira que se concentram maioritariamente os museus, parte que aliás regista uma linha de crescimento considerando

Mapa 3.1
Museus por Concelho (2003)
(n= 575)
Fonte: OAC, BdMuseus.

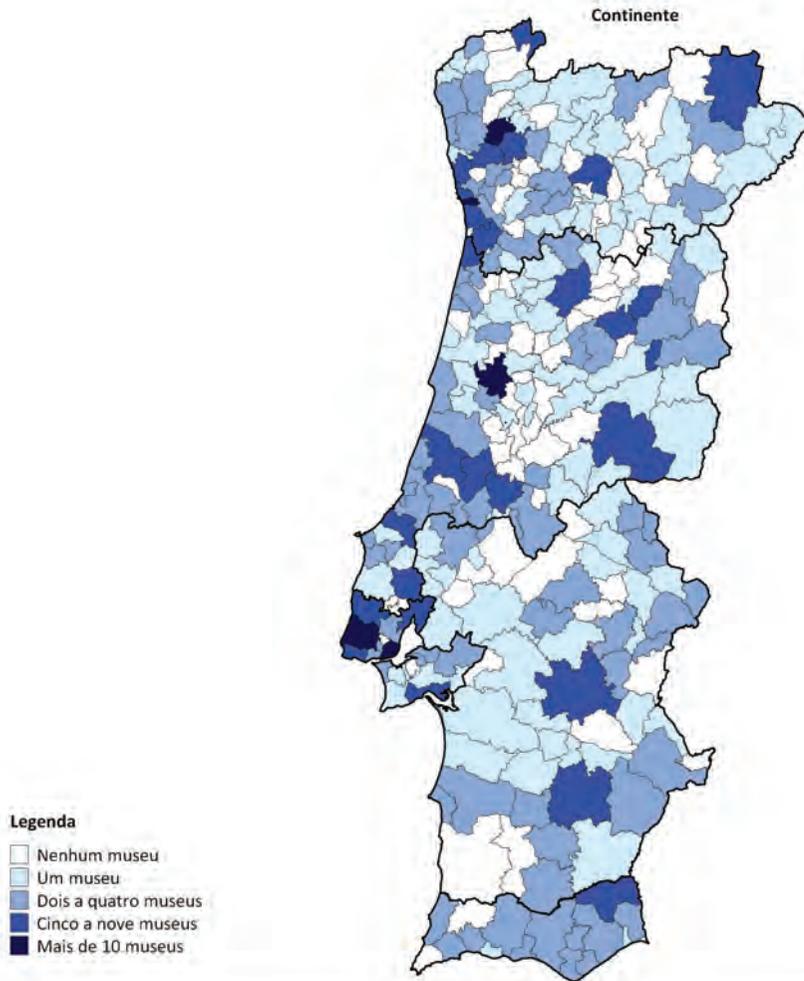


⁷ Advirta-se que este indicador apenas se reporta à população residente não refletindo, portanto, a conhecida relevância do impacto dos turistas estrangeiros no património cultural.

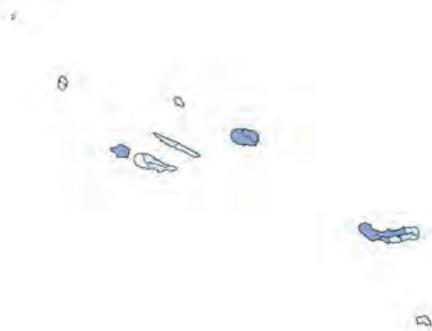
Mapa 3.2
Museus por Concelho (2006)
(n= 592)
Fonte: OAC, BdMuseus.



Mapa 3.3
Museus por Concelho (2009)
(n= 626)
Fonte: OAC, BdMuseus.



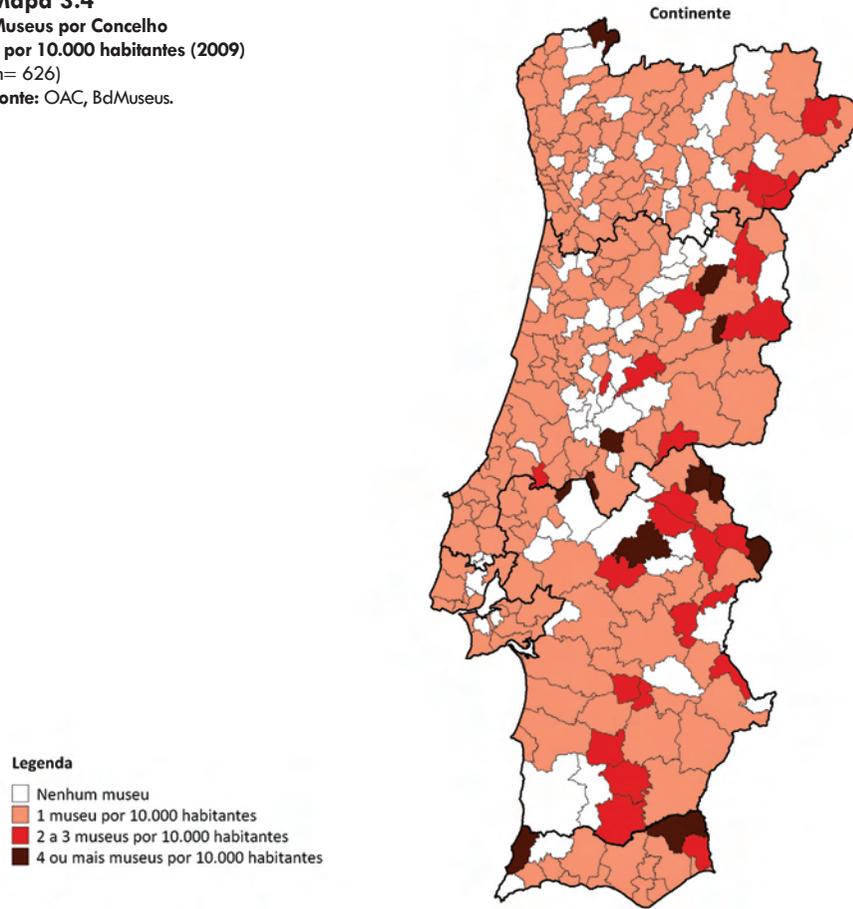
Açores



Madeira



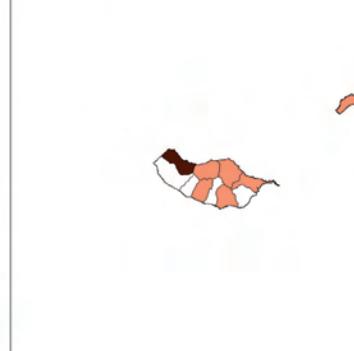
Mapa 3.4
Museus por Concelho
e por 10.000 habitantes (2009)
(n= 626)
Fonte: OAC, BdMuseus.



Açores



Madeira



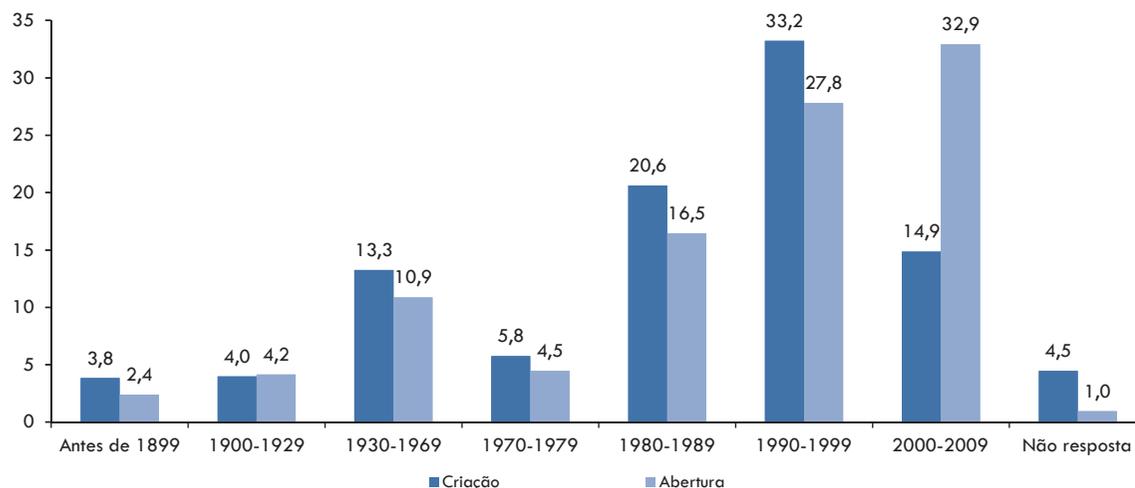


Gráfico 3.1
Museus por Ano de criação e por Ano de abertura (2009) (percentagem) (n= 626)
Fonte: OAC, BdMuseus.

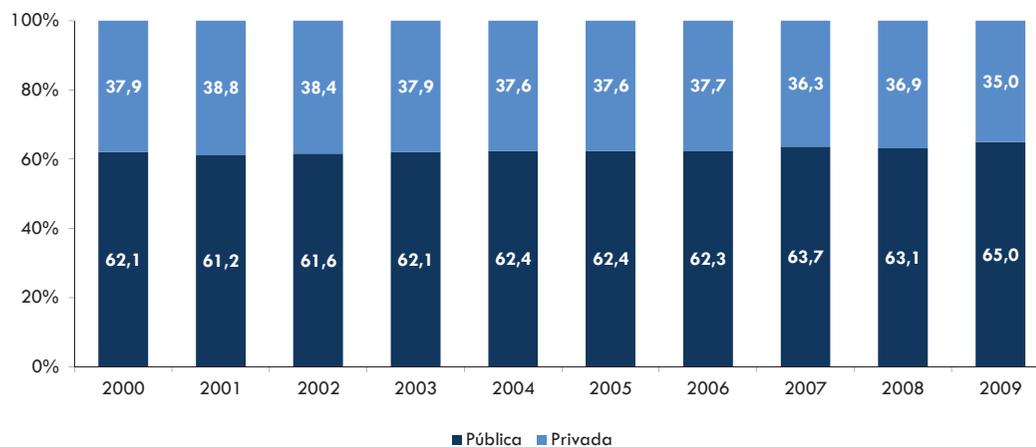


Gráfico 3.2
Museus por Tutela (agregada) e por Ano (percentagem) (n= 626)
Fonte: OAC, BdMuseus.

os anos limite do período em análise (62% em 2000 para 65% em 2009) (gráfico 3.2).

A precedente análise por Tutela pode ser ainda desagregada (quadro 3.4). Assim, quanto à Administração Central, é à tutela da Cultura que cabe a parte mais significativa, mas não maioritária, situada grosso modo em torno dos 40%, sendo que a percentagem restante se encontra, no essencial, em Universidades Públicas (19% em 2009) e no Ministério da Defesa (12% nesse mesmo ano). Relativamente aos Governos Regionais a evolução deu-se no sentido do equilíbrio entre Açores e Madeira face ao maior peso da Madeira nos anos mais recuados. Quanto à Administração Local confirma-se que é

quase sinónimo de câmaras municipais (87% em 2009). Numa perspetiva longitudinal, o dado que importa reter é a crescente importância das empresas municipais, tutela detetada logo em 2001, embora com uma percentagem residual (1,8%) mas que em 2009 quase chega aos 6%.

Relativamente às tutelas Privadas Não Lucrativas, a que mais se destaca é a associativa, mas merecem igualmente uma menção as fundacionais e a dependente da Igreja Católica. A Tutela Fundação, juntamente com a Misericórdia (embora esta num patamar percentualmente mais baixo) são as que vêm registando subidas. E quanto às tutelas Privadas Lucrativas, a Empresa Privada é a mais significativa.

Quadro 3.4**Museus por Tutela
(desagregada)**

e por Ano
(percentagem em coluna)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central										
Ministério da Cultura	43,8	40,4	40,0	42,6	43,1	42,7	42,2	39,5	41,0	41,0
Ministério da Defesa	11,5	9,6	10,5	10,9	9,8	9,7	9,8	9,3	10,8	12,0
Universidade Pública	18,8	20,2	20,0	17,8	16,7	17,5	17,6	20,9	19,3	19,3
E.P. ou S.A. de Capitais Públicos	8,3	10,6	9,5	10,9	11,8	11,7	11,8	9,3	9,6	9,6
Outros Organismos da Administração Central	17,7	19,2	20,0	17,8	18,6	18,4	18,6	20,9	19,3	18,1
Governos Regionais										
Açores	38,9	47,6	47,6	47,8	38,1	45,5	47,6	47,6	50,0	50,0
Madeira	61,1	52,4	52,4	52,2	61,9	54,5	52,4	52,4	50,0	50,0
Administração Local										
Assembleia Distrital	1,6	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	0,8	0,8	0,7	0,7
Câmara Municipal	90,1	86,8	88,2	89,7	90,0	88,8	89,4	87,7	87,1	87,2
Junta de Freguesia	8,4	10,1	8,8	6,9	6,7	6,4	5,7	6,1	6,3	6,3
Empresa Municipal	0,0	1,8	1,7	2,1	2,1	3,6	4,1	5,4	5,9	5,9
Privados										
Não lucrativos										
Associação	38,7	37,9	37,4	35,8	36,1	37,0	35,9	37,1	37,4	37,4
Fundação	14,5	15,2	16,3	16,5	16,9	17,2	17,0	19,5	20,1	21,0
Igreja Católica	15,6	15,6	15,9	16,5	15,5	15,9	17,0	17,1	16,4	15,5
Misericórdia	5,9	6,3	6,6	6,0	5,9	6,2	5,8	5,7	5,0	7,3
Outros Privados	3,2	1,3	1,3	1,4	0,9	0,4	0,9	1,0	0,9	0,9
Lucrativos										
Empresa Privada	11,8	12,9	11,9	12,8	13,7	14,1	13,9	11,9	13,2	12,3
Particulares	10,2	10,7	10,6	11,0	11,0	9,3	9,4	7,6	6,8	5,5

3.2.2. Uma perspetiva diacrónica da criação de museus

Retoma-se e desenvolve-se aqui a anterior abordagem sobre a evolução cronológica da criação de museus em Portugal (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 41-42). Tem-se em conta a diferença entre a data de *criação* e a data de *abertura*, bem como as evoluções respetivas (ver atrás quadro 3.3 e gráfico 3.1).

Sabe-se já da relativa juvenildade do panorama museológico nacional, em parte decorrente do que ficou conhecido como a “explosão museológica” registada na década de oitenta (Silva, 2002). Neste fenómeno recente avulta a Administração Local (Camacho, 2005: 1), depois do envolvimento fundamental da Administração Central durante o século XX no alargamento e redefinição do papel dos museus (Oleiro, 2006). Menos salientado tem sido o contributo das tutelas privadas para o dramático aumento do número de museus que se verificou em Portugal desde os

anos oitenta e que Raquel Henriques da Silva considera, no fim dos anos noventa, “inovadores e estimulantes [...] os mais qualificados museus de fundações e de empresas que deslocam do Estado o empenho pela defesa e afirmação do património, uma atitude ainda raríssima em Portugal” (Silva, 1999: 70-71).

De modo a estabelecer com maior precisão a cronologia da criação dos museus em Portugal analisa-se detalhadamente essa dimensão por Tutela, Região e Tipo, a partir do IMUS 2009. Desde a década de setenta do século passado que o número de museus criados não cessa de crescer.

Criação de museus por Tutela

A distribuição percentual pela Tutela mostra diferentes incidências ao longo do período considerado (quadro 3.5). Assim, até 1929 o principal contributo advém da Administração Central. A partir daí o protagonismo

Tutela	Ano de criação								Total
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Administração Central	45,8	52,0	19,3	13,9	7,8	11,5	2,2	3,6	13,1
Governos Regionais	4,2	0,0	3,6	16,7	3,1	2,4	1,1	3,6	3,4
Administração Local	20,8	40,0	41,0	27,8	48,8	47,6	78,5	35,7	48,6
Privados	29,2	8,0	36,1	41,7	40,3	38,5	18,3	57,1	35,0
<i>Não Lucrativos</i>	25,0	8,0	31,3	33,3	37,2	27,4	18,3	42,9	28,8
<i>Lucrativos</i>	4,2	0,0	4,8	8,3	3,1	11,1	0,0	14,3	6,2
Número de casos	24	25	83	36	129	208	93	28	626

Quadro 3.5
Museus por Tutela
e por Ano de criação
(2009)

(percentagem em coluna)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Tutela	Ano de criação								Número de casos
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Administração Central	13,4	15,9	19,5	6,1	12,2	29,3	2,4	1,2	82
Governos Regionais	4,8	0,0	14,3	28,6	19,0	23,8	4,8	4,8	21
Administração Local	1,6	3,3	11,2	3,3	20,7	32,6	24,0	3,3	304
Privados	3,2	0,9	13,7	6,8	23,7	36,5	7,8	7,3	219
<i>Não Lucrativos</i>	3,3	1,1	14,4	6,7	26,7	31,7	9,4	6,7	180
<i>Lucrativos</i>	2,6	0,0	10,3	7,7	10,3	59,0	0,0	10,3	39
Total	3,8	4,0	13,3	5,8	20,6	33,2	14,9	4,5	626

Quadro 3.6
Museus por Tutela
e por Ano de criação
(2009)

(percentagem em linha)
Fonte: OAC, BdMuseus.

radica na Administração Local, com exceção da década de 1970-1979, em que se destacam os Privados. A análise da estrutura temporal por Tutela revela que a década de noventa é a que regista a maior percentagem de museus criados tanto na Administração Central (29%), como na Administração Local (33%) e nos Privados (37%) (quadro 3.6). Quanto aos Governos Regionais, destaca-se a década de setenta (29%) embora, ainda quanto a esta tutela, seja de referir que o movimento de criação de museus permanece na década de noventa com níveis próximos dos da década de setenta.

Criação de museus por Tipo

Na ótica do Tipo de museu confirma-se que a criação de museus incide com particular relevo na década de noventa na generalidade deles (quadro 3.7). Para além disso, confirma-se igualmente que, com raras exceções, essa década marca uma desaceleração na criação de museus. Os de Território mostram maior peso nas décadas de oitenta e na primeira década do século XXI e os Museus Mistos e Pluridisciplinares no período que vai de 1930 a 1969 (27%). Por outro lado, os Museus de Arte destacam-se pelo peso registado também no

período 1930-1969, mostrando que é um tipo com grande impacto ao longo de todo o período estudado, tal como, aliás, os Museus Mistos e Pluridisciplinares. Por outro lado, é igualmente visível que alguns tipos são, em termos quantitativos, tendencialmente mais antigos (como os referidos), e que outros, pelo contrário, se inserem em tendências recentes. O tipo Museus Especializados é aquele em que isso é mais visível.

Criação de museus por Região

Outra questão reporta-se ao modo como evoluiu a criação de museus e sua disseminação territorial. Tomando por referência a Região (NUTS II), pode dizer-se que a localização dos museus é claramente descentralizada desde muito cedo (quadro 3.8). A Região de Lisboa apenas no período Antes de 1899 (50%) e, embora menos claramente, na década de setenta (31%) regista percentagens superiores às demais regiões. Do ponto de vista aqui adotado, o dado que mais se destaca é a dominância em quase todos os períodos das regiões Norte (primeiro) e Centro (mais recentemente). Numa outra perspetiva, a da distribuição regional dos museus por Ano de criação, é visível a elevada

Quadro 3.7

Museus por Tipo e por Ano de criação (2009)
(percentagem em linha)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Tipo	Ano de criação								Número de casos
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Arte	3,9	3,1	18,0	6,3	24,2	25,8	14,1	4,7	128
Arqueologia	4,2	4,2	10,4	0,0	25,0	37,5	18,8	0,0	48
História	4,5	9,1	10,6	7,6	16,7	25,8	19,7	6,1	66
Ciências Naturais e de História Natural	19,0	4,8	4,8	4,8	19,0	33,3	0,0	14,3	21
Ciência e de Técnica	2,4	0,0	7,1	0,0	9,5	50,0	23,8	7,1	42
Etnografia e de Antropologia	0,0	0,0	7,4	9,3	28,7	35,2	14,8	4,6	108
Especializados	0,0	2,6	9,1	3,9	10,4	50,6	18,2	5,2	77
Território	0,0	12,5	6,3	6,3	31,3	12,5	31,3	0,0	16
Mistos e Pluridisciplinares	6,7	8,9	26,7	6,7	18,9	23,3	7,8	1,1	90
Outros	0,0	0,0	20,0	20,0	20,0	40,0	0,0	0,0	10
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	15,0	0,0	10,0	0,0	20,0	40,0	5,0	10,0	20
Total	3,8	4,0	13,3	5,8	20,6	33,2	14,9	4,5	626

Quadro 3.8

Museus por Região e por Ano de criação (2009)
(percentagem em coluna)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Região	Ano de criação								Total
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Norte	12,5	32,0	30,1	25,0	27,9	26,4	25,8	14,3	26,2
Centro	20,8	28,0	24,1	25,0	28,7	26,4	31,2	28,6	27,2
Lisboa	50,0	28,0	19,3	30,6	15,5	18,8	9,7	21,4	19,2
Alentejo	8,3	8,0	13,3	0,0	14,7	13,9	17,2	14,3	13,3
Algarve	4,2	0,0	4,8	2,8	4,7	8,7	6,5	3,6	5,9
Açores	4,2	0,0	2,4	13,9	5,4	2,4	6,5	10,7	4,6
Madeira	0,0	4,0	6,0	2,8	3,1	3,4	3,2	7,1	3,7
Número de casos	24	25	83	36	129	208	93	28	626

Quadro 3.9

Museus por Região e por Ano de criação (2009)
(percentagem em linha)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Região	Ano de criação								Número de casos
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Norte	1,8	4,9	15,2	5,5	22,0	33,5	14,6	2,4	164
Centro	2,9	4,1	11,8	5,3	21,8	32,4	17,1	4,7	170
Lisboa	10,0	5,8	13,3	9,2	16,7	32,5	7,5	5,0	120
Alentejo	2,4	2,4	13,3	0,0	22,9	34,9	19,3	4,8	83
Algarve	2,7	0,0	10,8	2,7	16,2	48,6	16,2	2,7	37
Açores	3,4	0,0	6,9	17,2	24,1	17,2	20,7	10,3	29
Madeira	0,0	4,3	21,7	4,3	17,4	30,4	13,0	8,7	23
Total	3,8	4,0	13,3	5,8	20,6	33,2	14,9	4,5	626

concentração que se verifica entre 1980 e 2009 na generalidade das regiões (quadro 3.9). As Regiões Autónomas são as que mais divergem desta constatação pelas percentagens relevantes registadas no período 1930-1969 (22%, Madeira) e na década de setenta (17%, Açores). De resto, note-se que é na década de noventa que recai o maior peso percentual nas várias regiões, percentagens que variam entre 49% no Algarve e 30% na Madeira.

A exceção é a região dos Açores (24%, década de oitenta).

3.2.3. Uma ponderação dos museus pela população e pela região (2003 e 2009)

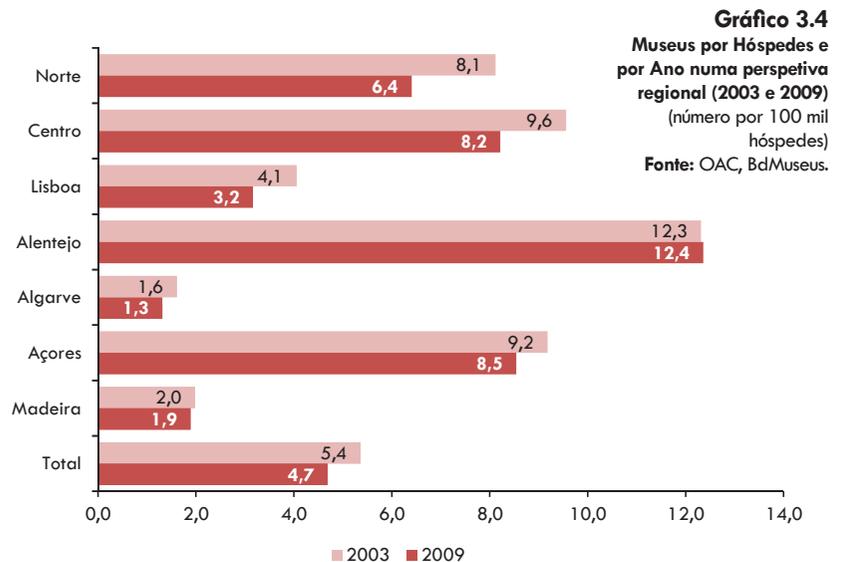
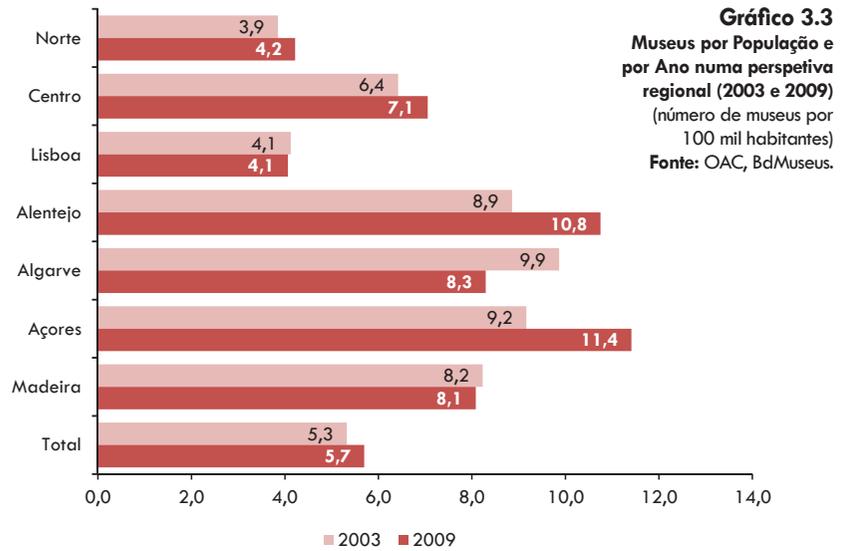
O número de museus (excluindo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários) passou de 558 em 2003 para 606 em 2009. Pretende-se aqui incluir na análise a

dimensão da população servida pelos equipamentos numa dupla perspetiva: a da população residente e a dos forasteiros, tendo em conta a relevância dos museus nas atividades realizadas no âmbito de deslocações turísticas e de lazer. Neste último caso a noção utilizada é “hóspede”, de acordo com as estatísticas do turismo⁸. A ponderação do número de museus por 100 mil habitantes aumentou ligeiramente de 5,3 em 2003 para 5,7 em 2009 (gráfico 3.3). Os aumentos mais significativos situam-se no Alentejo e nos Açores, no primeiro devido ao efeito conjugado do aumento do número de museus e da diminuição da população. São duas as tendências que se identificam: a evolução nacional de crescimento foi acompanhada por quatro regiões, as duas já referidas e ainda, mais moderadamente, o Norte e o Centro; mantiveram sensivelmente o mesmo número ponderado de museus duas outras, Lisboa e Madeira; e na restante, o Algarve, verificou-se um decréscimo, devido, no essencial, à reorganização operada no seio de alguns museus de tutela autárquica com a passagem para um modelo polinucleado. A ponderação pelos hóspedes indica que se registou, a nível nacional, um decréscimo de 5,4 em 2003 para 4,7 museus em 2009 por 100 mil hóspedes (gráfico 3.4). O Alentejo destaca-se aqui com clareza pelos números mais elevados (12 museus por 100 mil hóspedes em ambos os anos). O Norte é a região que apresenta a maior diminuição nos dois anos em apreço, de 8,1 para 6,4 museus por 100 mil hóspedes. Quanto às tendências identificáveis, com exceção do Alentejo, acompanham a descida registada a nível nacional.

3.3. Recursos

3.3.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos são uma das dimensões mais trabalhadas e detalhadas na BdMuseus e no IMUS. Através destas duas fontes apura-se informação



⁸ De acordo com o documento metodológico do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (INE, 2009b: 22), por “hóspede” compreende-se todo o “indivíduo que efetua pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico”, sendo que “o indivíduo é contado tantas vezes quantas as inscrições que fizer no estabelecimento, no período de referência”.

relacionada especificamente com o responsável (cargo/categoria e qualificação escolar) e com o pessoal ao serviço no museu (número, estrutura funcional/grupo, regime e remuneração).

Os responsáveis

No que diz respeito aos responsáveis dos museus, Diretores é a categoria mais referenciada com cerca de um terço dos casos (quadro 3.10). Seguem-se as dos Administradores e Autarcas. No período em análise evidencia-se pela positiva a categoria dos Administradores com um aumento de 19% em 2000 para 23% em 2009, ao passo que em sentido inverso se encontra a dos Diretores com um decréscimo de 35% para 30%⁹ e ainda para a dos Conservadores que se mantêm nos 5% (apesar das oscilações anuais).

A comparação entre as categorias Diretor e Administrador, por Tutela e tendo por base os dados de 2009, evidencia, por um lado, a primazia dos Administradores nos museus Privados (em mais de 80% dos casos), sobretudo nos Não Lucrativos (cerca de dois terços daqueles) e, por outro, do relativo predomínio da categoria Diretores nos museus de tutela pública, em especial nas Administrações Local (32%) e Central (28%), mas também nos Privados Não Lucrativos (27%).

Relativamente à formação do responsável verifica-se que mais de três quartos têm nível de escolaridade superior (quadro 3.11). Esta constatação acentua-se ao longo de todo o período, registando em 2009 o seu valor mais elevado com 91%. Em relação às outras categorias - Com ensino básico/secundário e Outras situações - não só apresentam percentagens relativamente baixas (inferiores a 10%) como tendem a ter um peso cada vez mais reduzido.

Se se tiver por base os responsáveis Com curso superior, a Licenciatura é o nível académico dominante, com percentagens acima dos 64% (quadro 3.12). Em 2009

são 71% os museus com responsáveis com Licenciatura. Com um nível mais elevado (pós-graduação, mestrado ou doutoramento) encontram-se em média 27% dos responsáveis. A par do crescimento evidenciado pelos que têm Licenciatura, só os com Mestrado seguem a mesma linha (8% em 2000 para 10% em 2009), pois nos restantes níveis as percentagens ou apresentam decréscimos (Pós-graduação e Bacharelato) ou se mantêm (Doutoramento). É a constatação da existência de uma formação superior dominante, não necessariamente de museologia, embora esta seja uma área em expansão nas últimas décadas (Silva: 1999, 71).

No cruzamento dos dados dos responsáveis com curso superior com a Tutela constata-se que é nos Governos Regionais e na Administração Central que se verificam as maiores percentagens de museus cujos responsáveis têm este nível académico (com uma variação entre os 89% e a totalidade dos casos) (quadro 3.13). É nos museus da Administração Local que se verifica o maior crescimento, passando de 77% em 2000 para 94% em 2009 o número de responsáveis com ensino superior. Por outro lado, é nos Privados que se registam as percentagens mais baixas (66% para 82%), existindo mesmo assim uma maior proporção de licenciados nos Não lucrativos do que nos Lucrativos (em 2009 são 86% e 64% respetivamente).

Pessoal

Em relação ao pessoal afeto é possível observar que a grande maioria dos museus possui um quadro próprio ou da tutela (quadro 3.14). Em 2009 já são 83% os museus nesta situação, demonstrando um forte crescimento face a 2000 (69%). Neste sentido, poder-se-á referir que o crescimento se deve tanto à entrada de novos casos com um quadro já criado, como à constituição de um quadro de pessoal nos já existentes.

⁹ Apesar da categoria Diretores ser a mais comum, tem vindo a perder peso quando seria de esperar o contrário. Segundo a Lei Quadro dos Museus Portugueses "O museu deve ter um diretor, que o representa tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa" e a quem compete especialmente "dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades" (artigo 44°, pontos 1 e 2 da Lei nº 47/2004, de 19 de agosto). Em complemento do comentário ao quadro 3.10 acrescenta-se, quanto aos museus da RPM, que a categoria Diretor é a dominante e uma das duas com tendência de crescimento (de 53% em 2003 para 59% em 2009), a par de Conservador, mas esta situada num patamar significativamente mais baixo (de 9% para 12% em igual período). Em 2009 são também estas as duas categorias mais relevantes em termos percentuais.

Quadro 3.10

Categoria do responsável por Ano
(percentagem do número de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Categoria	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Diretor	34,6	32,2	32,1	34,1	31,8	32,2	32,4	31,8	30,8	30,4
Administrador	19,3	24,1	23,9	22,1	22,2	23,1	22,3	20,9	21,2	22,7
Autarca	18,9	17,9	18,3	16,5	18,9	17,4	18,6	18,9	19,0	20,8
Técnico	6,7	5,9	6,3	7,0	5,5	6,1	5,4	5,4	5,9	6,4
Conservador	5,1	3,6	3,4	3,8	4,8	4,6	4,4	4,5	4,4	5,3
Outros	15,3	16,3	16,1	16,5	16,8	16,6	16,9	18,5	18,7	14,5
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Quadro 3.11

Escolaridade do responsável por Ano
(percentagem do número de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Escolaridade	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Com curso superior	76,8	77,6	77,5	84,2	86,4	87,9	88,9	88,6	90,4	90,6
Com ensino básico/secundário	9,2	9,7	9,0	8,2	6,9	5,8	5,2	5,4	5,1	3,4
Outras situações	4,7	4,0	3,6	3,1	2,7	2,3	2,2	1,7	1,7	1,6
Não respostas	9,4	8,7	10,0	4,5	4,0	4,0	3,7	4,3	2,9	4,5
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Quadro 3.12

Escolaridade de nível superior do responsável por Ano
(percentagem do número de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.
Base: museus com responsáveis com curso superior.

Escolaridade superior	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bacharelato	5,8	6,5	6,3	5,0	4,6	4,0	3,8	3,5	3,2	2,5
Licenciatura	65,5	63,6	64,8	68,2	71,4	70,4	66,2	70,9	71,1	71,4
Pós-graduação	13,0	12,9	12,4	11,8	10,1	10,8	11,0	9,2	9,1	9,0
Mestrado	8,2	9,8	9,4	8,7	8,0	8,3	11,0	10,0	9,7	10,2
Doutoramento	7,4	7,1	7,0	6,4	6,0	6,6	8,0	6,4	6,9	6,9
Número de casos	377	448	458	484	503	530	526	512	537	567

Em 2009 o número total de pessoas integradas no quadro é de 4.985, o que constitui um crescimento de 53% em relação ao existente em 2000 (3.256). Apesar do aumento em termos absolutos, os valores médios de pessoas no quadro por museu mantêm-se no arco temporal 2000-2009 na ordem dos 10. O valor médio mais baixo regista-se em 2002 (8,38).

A análise segundo a Tutela confirma que é na administração pública que se registam as maiores percentagens de museus com quadro de pessoal (quadro 3.15). Os dependentes dos Governos Regionais são os que apresentam os valores mais elevados ao longo do período (com exceção dos anos de 2003 e 2005 para os da Administração Central). Refira-se ainda que em termos de evolução, todas as tutelas apresentam um crescimento no referido período, salientando-se o salto qualitativo que se verifica nos Privados, e sobretudo nos Lucrativos, pelo maior aumento de museus com quadro de pessoal (43% em 2000 para 72% em 2009).

Durante todo o período considerado mais de 93% dos museus tem pelo menos uma pessoa a prestar serviço integrada ou não no quadro de pessoal (quadro 3.16). Aliás, em 2002 e 2003 registam-se as respostas válidas mais altas (totalidade dos casos).

No que diz respeito ao Grupo de pessoal verifica-se que Pessoal auxiliar e operário e Conservador/técnico superior são os mais representados com percentagens acima dos 66%. Note-se ainda o facto de nos primeiros anos do período ser predominante o grupo Pessoal auxiliar e operário, tendência que se inverte depois de 2004 com o crescimento percentual dos museus com Conservador/técnico superior, o que indicia um reforço da presença deste grupo nos museus portugueses.

Os grupos Outro pessoal técnico e Pessoal administrativo apresentam igualmente um crescimento, embora mais moderado mas mesmo assim presente em mais de metade dos museus, alcançando em 2009 percentagens de 59% e 55%, respetivamente.

Quadro 3.13

Museus com responsáveis com curso superior por Tutela e por Ano
(percentagem)

Fonte: INE, IMUS e OAC, BdMuseus.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	95,8	98,1	96,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	98,8
Governos Regionais	88,9	100,0	100,0	95,7	95,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Administração Local	77,0	79,8	80,7	87,6	89,6	90,4	92,7	91,6	94,9	93,8
Privados	65,6	63,8	63,4	72,0	75,8	78,4	78,5	79,0	80,4	81,7
<i>Não lucrativos</i>	70,5	67,9	67,6	75,9	80,0	82,2	82,5	84,0	84,0	85,6
<i>Lucrativos</i>	51,1	51,8	50,0	59,6	63,0	66,0	65,4	58,5	65,9	64,1
Total	76,8	77,6	77,5	84,2	86,4	87,9	88,9	88,6	90,4	90,6

Quadro 3.14

Quadro de pessoal por Ano

(percentagem do número de casos e média)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: o Total e a Média de pessoas do quadro tem por base o número de museus com quadro de pessoal.

Quadro de pessoal	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sim	68,8	69,8	72,3	76,5	76,5	78,8	78,0	77,5	81,8	83,2
Não	28,9	30,0	27,7	23,5	23,2	20,4	20,3	22,0	17,0	16,3
Não resposta	2,2	0,2	0,0	0,0	0,3	0,8	1,7	0,5	1,2	0,5
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626
<i>Total de pessoas do quadro</i>	<i>3.256</i>	<i>3.491</i>	<i>3.577</i>	<i>3.981</i>	<i>4.297</i>	<i>4.355</i>	<i>4.304</i>	<i>4.303</i>	<i>4.670</i>	<i>4.985</i>
<i>Média de pessoas do quadro</i>	<i>9,63</i>	<i>8,66</i>	<i>8,38</i>	<i>9,05</i>	<i>9,66</i>	<i>9,17</i>	<i>9,32</i>	<i>9,60</i>	<i>9,61</i>	<i>9,57</i>

Quadro 3.15

Museus com Pessoal de pessoal por Tutela e por Ano
(percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	88,5	85,6	88,6	92,1	95,1	96,1	94,1	90,6	92,7	91,5
Governos Regionais	94,4	85,7	100,0	87,0	95,2	95,5	100,0	100,0	100,0	100,0
Administração Local	77,0	76,8	79,4	84,5	84,6	84,9	83,7	83,9	86,8	87,5
Privados	47,8	54,0	54,6	59,6	57,1	62,6	62,3	61,9	69,9	72,1
<i>Não lucrativos</i>	49,6	56,5	56,1	61,4	59,4	63,8	64,9	63,9	70,3	72,2
<i>Lucrativos</i>	42,6	46,4	50,0	53,8	50,0	58,5	53,8	53,7	68,2	71,8
Total	68,8	69,8	72,3	76,5	76,5	78,8	78,0	77,5	81,8	83,1

Quadro 3.16

Museus com Pessoal ao serviço por Grupo, Regime e Remuneração por Ano

(percentagem do número de respostas válidas)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas. Exemplo de leitura: em 2000, 69% dos museus inquiridos tem pelo menos um Conservador/técnico superior ao serviço no museu.

Pessoal ao serviço	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Grupo										
Conservador/técnico superior	69,0	67,0	65,5	70,2	75,4	78,1	79,9	81,6	83,8	81,7
Outro pessoal técnico	52,9	51,9	51,8	53,5	58,4	58,3	59,1	62,1	60,9	58,7
Pessoal administrativo	49,4	49,4	49,2	52,1	57,1	56,9	58,3	54,8	54,4	55,0
Pessoal auxiliar e operário	80,4	76,7	74,6	76,0	75,4	72,4	72,5	69,7	71,5	69,3
Regime										
Tempo inteiro/completo	78,8	78,1	80,0	82,4	88,5	88,1	89,4	89,7	91,5	91,4
Tempo parcial	49,6	51,0	47,2	45,8	43,3	44,4	45,2	42,6	42,7	37,9
Remuneração										
Remunerados	81,0	82,9	82,4	85,0	89,8	90,6	91,2	91,7	93,1	92,4
Não remunerados	33,3	32,1	34,2	31,5	27,9	29,2	29,1	27,9	27,0	26,4
Estagiários	12,5	10,6	9,1	9,8	12,2	13,4	15,1	14,7	13,0	14,5
Respostas válidas (n°)	480	567	591	574	541	561	557	544	562	605
<i>Respostas válidas (% face ao total)</i>	<i>97,8</i>	<i>98,3</i>	<i>100,0</i>	<i>99,8</i>	<i>93,0</i>	<i>93,0</i>	<i>94,1</i>	<i>94,1</i>	<i>94,6</i>	<i>96,6</i>

Quadro 3.17
Pessoal ao serviço por Grupo, Regime e Remuneração e por Ano (média)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: a média e o total de pessoas ao serviço têm por base o número de museus com resposta válida à questão.

Pessoal ao serviço	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Grupo										
Conservador/técnico superior	3,2	2,9	3,0	3,2	3,3	3,4	3,6	3,5	3,5	3,4
Outro pessoal técnico	3,4	3,9	3,8	4,2	4,7	5,0	4,8	4,1	4,8	5,3
Pessoal administrativo	2,8	2,4	2,5	2,2	2,3	2,4	2,3	2,4	2,4	2,2
Pessoal auxiliar e operário	5,1	5,2	5,0	5,1	5,1	5,2	4,9	5,1	5,8	4,7
Regime										
Tempo inteiro/completo	9,9	9,5	9,2	9,5	9,6	10,1	9,7	9,6	10,6	9,7
Tempo parcial	3,3	3,4	3,3	3,6	4,4	4,1	4,3	3,9	3,8	4,1
Remuneração										
Remunerados	10,3	9,6	9,4	9,5	10,1	10,1	10,0	9,7	10,7	9,6
Não remunerados	2,5	3,1	2,8	3,2	3,6	3,8	3,8	3,7	3,5	3,8
Estagiários	2,1	2,0	2,5	3,7	2,5	3,3	2,8	2,3	3,0	3,4
<i>Média de pessoas por museu</i>	<i>9,4</i>	<i>9,2</i>	<i>8,9</i>	<i>9,5</i>	<i>10,4</i>	<i>10,7</i>	<i>10,6</i>	<i>10,3</i>	<i>11,3</i>	<i>10,4</i>
Número total de pessoas	4.535	5.208	5.288	5.434	5.632	5.989	5.908	5.585	6.363	6.284

Quanto ao Regime, o mais frequente é Tempo inteiro/completo que abrange entre 79% dos museus (em 2000) e 91% (em 2009). O Tempo parcial, com percentagens relativamente mais baixas, apresenta a maior oscilação no período representando em 2009 apenas 38%, quando em 2000 correspondia a metade dos casos inquiridos. Já em relação à Remuneração, observa-se a predominância dos museus com pessoal remunerado, com percentagens acima dos 81%. Em termos de evolução veja-se o crescimento mais acentuado dos Remunerados e mais moderado dos Estagiários e a quebra que se verifica dos Não remunerados (33% em 2000 para 26% em 2009).

Passando agora a análise para o pessoal ao serviço nos museus¹⁰, verifica-se através do quadro 3.17 que o total em 2009 é de 6.284 pessoas, o que significa um acréscimo de 39% face ao registado em 2000 (4.535). Note-se que o aumento do número em termos absolutos corresponde ao crescimento do número de museus, uma vez que a média de pessoas por museu oscila entre 9 em 2000 e 11 em 2008. Em 2009 é 10. É no grupo do Pessoal auxiliar e operário que se concentram os valores médios mais elevados, com 5 pessoas

por museu. Destaque-se ainda a subida do número médio de pessoas do grupo Outro pessoal técnico (3 em 2000 para 5 em 2009), da manutenção do Conservador/técnico superior (3) e da descida que se verifica no Pessoal administrativo (2 em 2009).

No que se refere ao Regime, é no Tempo inteiro/completo que se encontram as médias mais altas, 10 por museu (exceção do ano 2002, com 9). No Tempo parcial, apesar do ligeiro crescimento no período, a média não ultrapassa as 4 pessoas.

O mesmo sucede com a Remuneração, em que o tipo em que há retribuição se destaca dos restantes, situando-se numa média de 10 pessoas por museu ao longo do período. Nos outros dois tipos verifica-se um pequeno crescimento, mas se no caso dos Não remunerados a média não é superior a 4, nos Estagiários ela é de 3¹¹. Na aferição do número de pessoas ao serviço por Região, constata-se que é em Lisboa que se concentra o maior volume de pessoas, com valores sempre acima dos 40% (quadro 3.18). Seguem-se as regiões Norte e Centro com percentagens acima dos 20% e 15% respetivamente. Nas restantes regiões os valores não ultrapassam os 10% (com exceção do Alentejo em 2009, com 14%).

¹⁰ Ao contrário do quadro 3.14 que só considerava o pessoal do quadro tem-se aqui em consideração todo o pessoal ao serviço nos museus. Os valores são, necessariamente, diferentes.

¹¹ Os Jardins Zoológico, Botânicos e Aquários, em termos de recursos humanos, representam em média 3% do número de museus (18 unidades) e 13% do total de pessoal ao serviço (731). Quanto ao pessoal destacam-se pelo maior peso no grupo do Pessoal Auxiliar e Operário, com uma média de 19% (no período 2005-2007 constituem 24% do total); no regime de tempo inteiro com uma média de 14%; e no tipo de remuneração, com um valor médio de 13% nos assalariados e de 10% nos estagiários (em 2007 constituem mesmo 25% do total de pessoas neste tipo).

Quadro 3.18
Pessoal ao serviço
por Região e por Ano
(percentagem do total)
Fonte: INE, IMUS.

Região	Ano						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	21,0	20,0	20,9	20,2	21,1	19,9	22,4
Centro	16,2	15,2	16,5	15,5	15,0	15,4	16,4
Lisboa	43,6	46,8	44,6	45,3	44,0	40,2	41,8
Alentejo	7,2	7,0	6,6	7,1	8,3	14,2	8,3
Algarve	4,1	4,3	4,3	4,6	4,1	3,4	4,0
Açores	3,0	2,6	2,2	2,5	2,7	2,5	2,8
Madeira	4,9	4,1	4,9	4,9	4,9	4,4	4,3
Total de pessoal ao serviço	5.434	5.632	5.989	5.908	5.585	6.363	6.284

Acrescente-se ainda que no período considerado (2003-2009) se verifica um crescimento percentual, mesmo que ligeiro, nas regiões Norte e Alentejo, um decréscimo nas de Lisboa e Madeira e uma tendência de manutenção nas restantes regiões.

3.3.2. Orçamento próprio

A percentagem de museus que responderam, no recenseamento, ter Orçamento próprio¹² em 2009 é de 42%. Para além desta ainda não ser uma realidade para a maioria dos casos, não deixa de se evidenciar o seu crescimento durante o período em análise, pois em 2000 a percentagem situava-se nos 35% (gráfico 3.5).

Do cruzamento dos museus com orçamento próprio pela Tutela ressalta o claro domínio dos museus dependentes dos Governos Regionais e da Administração Central. Os dos Governos Regionais são os que apresentam sempre as percentagens mais elevadas, oscilando entre 67% em 2000 e 81% em 2009 (quadro 3.19).

Saliente-se a evolução registada nos museus tutelados pelos Privados (32% em 2000 para 48% em 2009), sobretudo devido ao crescimento acentuado dos Privados Não lucrativos que passaram a ter orçamento próprio (de 35% para 52%). No sentido inverso encontram-se os museus tutelados pela Admi-

nistração Local como os que detêm as percentagens mais baixas de existência de orçamento (19% para 26%).

3.3.3. Recursos informáticos

O gráfico 3.6 mostra que um pouco mais de

três quartos dos museus detêm em 2007 (último ano com dados disponíveis) recursos informáticos ou computadores, evidenciando a percentagem em causa um crescimento face ao existente em 2000 (65%).

No que diz respeito à ligação à Internet¹³, note-se que, à semelhança dos recursos informáticos, também aqui se verifica um aumento do número de museus com acesso à rede exterior, e neste caso mais significativo, passando de 44% em 2000 para 68% em 2007.

A não existência de recursos informáticos regista as percentagens mais elevadas nos museus Privados que atingem, em 2007, 31%. Mesmo assim este valor constitui uma melhoria face ao registado em 2000 (metade dos casos) (quadro 3.20). Haverá ainda que destacar os Lucrativos por dois motivos: por um lado, é a tutela com o decréscimo mais significativo no período; mas, por outro, é nela que, mesmo assim, recai a percentagem mais volumosa de inexistência destes recursos.

Relativamente aos museus que afirmam com recursos informáticos, em 2007 são 24% os que têm apenas 1 computador (quadro 3.21). Seguem-se os escalões de 3 ou 4 e com 11 ou mais que naquele ano registam 19% e 18%, respetivamente. Por outro lado, o escalão com menor peso é 8 a 10 computadores, com 10%.

No período em apreço constata-se ainda um relativo crescimento das percentagens dos escalões com maior número de computadores, com particular destaque para o com 11 ou mais, que apresenta a maior subida

¹² Embora o IMUS inclua um grupo sobre recursos financeiros (receitas totais, próprias e externas e despesas totais e com pessoal) a análise dos dados recolhidos não é adequada uma vez que estes apresentam problemas de fiabilidade. De acordo com a súmula da 6ª reunião do GTEC as dificuldades na obtenção de informação devem-se "à falta de autonomia financeira dos museus em relação ao organismo que os tutela" (GTEC/museus, 6ª reunião, 19.6.2006, p. 2). Por este motivo o presente tópico limita-se aos dados disponíveis oriundos do recenseamento (BdMuseum).

¹³ De acordo com o EGMUS Portugal situa-se em penúltimo lugar, entre 16 países para os quais foi possível apurar dados de museus com Internet, apenas acima da Roménia (Haan, 2010: 13).

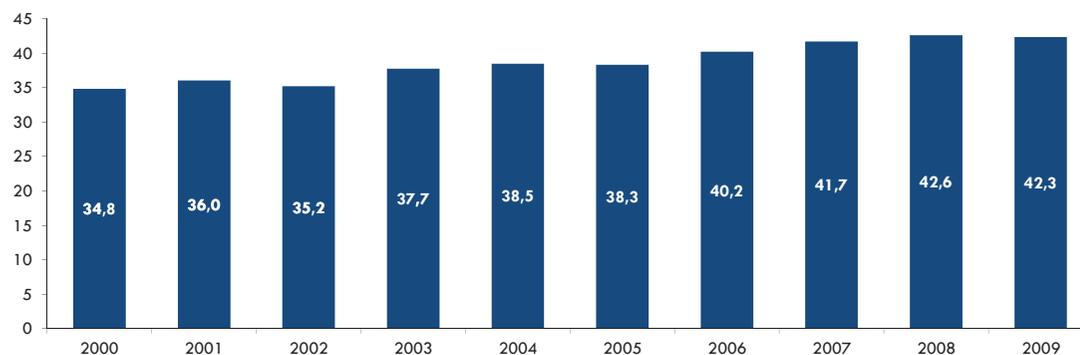


Gráfico 3.5
Existência de Orçamento próprio por Ano
(percentagem do número de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	65,6	62,5	61,0	65,3	64,7	64,1	65,7	75,3	75,6	78,0
Governos Regionais	66,7	71,4	71,4	69,6	71,4	72,7	76,2	77,3	81,0	81,0
Administração Local	18,8	21,9	20,6	21,9	22,1	23,1	25,2	25,7	27,6	26,2
Privados	32,3	34,8	35,2	38,5	41,1	40,1	41,7	44,3	45,2	47,5
Não lucrativos	35,3	38,1	38,7	43,4	44,8	43,7	45,6	48,5	49,1	51,7
Lucrativos	23,4	25,0	24,1	23,1	29,6	28,3	28,8	26,8	29,5	28,2
Total	34,8	36,0	35,2	37,7	38,5	38,3	40,2	41,7	42,6	42,3

Quadro 3.19
Museus com Orçamento próprio por Tutela e por Ano
(percentagem)
Fonte: OAC, BdMuseus.

(13% em 2000 para 18% em 2007), verificando-se por outro lado o decréscimo da percentagem de museus com 1 computador (de 35% para 24%).

Verifica-se ainda que quase duplicou o número de computadores existentes nos museus (de 1.774 em 2000 para 3.498 em 2007). O valor médio de computadores por museu também apresenta um crescimento no período: passa de 6 em 2000 para 8 em 2007.

3.4. Acervo: localização, tipos, bens e formas de registo

3.4.1. Localização

A maioria dos museus – 7 em cada 10 – tem o seu acervo localizado Em edifício (quadro 3.22). Em edifício e ao ar livre encontram-se os acervos de um terço dos museus, registando em 2009, 27%. Com um peso mais reduzido situa-se a opção Ao ar livre com apenas 2% de respostas. Esta é, acrescente-se,

a localização característica do tipo Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

3.4.2. Tipos dominantes

Quanto aos tipos dominantes de bens é necessário, em primeiro lugar, uma chamada de atenção para as implicações da alteração da forma de apuramento. Até 2006 os museus assinalavam tantos quantos os tipos existentes no seu acervo, mas a partir de 2007 passou a ser pedido que assinalassem no máximo 3¹⁴. Esta alteração teve várias implicações nos resultados por tipo e na estrutura percentual. Por exemplo, no Traje registou-se uma forte diminuição e deixou de ser um dos mais representados para ser um dos minoritários (quadro 3.23). Ainda assim pode-se dizer, quanto aos resultados, que o tipo dominante mais assinalado pelos museus é Arte, com quase metade dos casos (quadro 3.23). As percentagens variam entre os 45% em 2000 e os 47% em 2009, apresentando assim um ligeiro aumento

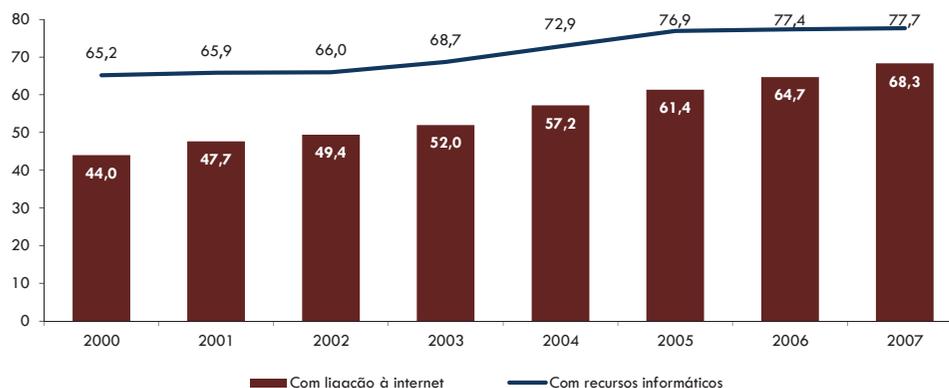
¹⁴ De acordo com o que se encontra descrito na Secção 5 “Acervo, coleções e inventário” do questionário IMUS, o critério deverá ter em conta o tipo dominante de bens com maior correspondência com a vocação do museu ou os que existem em maior quantidade na sua coleção (INE, 2008: 203).

Gráfico 3.6

Recursos informáticos e Ligação à Internet por Ano (2000-2007)
(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: a inquirição sobre recursos informáticos e ligação à Internet passou a trienal em 2007.



Quadro 3.20

Museus que não possuem Recursos informáticos por Tutela e por Ano
(percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Tutela	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Administração Central	12,5	10,6	12,4	12,9	9,8	6,8	7,8	7,1	-	-	
Governos Regionais	5,6	9,5	4,8	13,0	0,0	0,0	4,8	9,1	-	-	
Administração Local	34,6	34,2	34,9	30,0	26,7	21,9	19,9	19,5	-	-	
Privados	49,5	47,3	45,8	43,1	37,4	31,7	29,6	31,4	-	-	
Não lucrativos	43,9	42,3	40,5	39,2	35,2	27,0	26,3	30,2	-	-	
Lucrativos	66,0	62,5	63,0	55,8	44,4	47,2	40,4	36,6	-	-	
Total	34,8	34,1	34,0	31,3	26,8	22,2	20,9	21,6	-	-	

Quadro 3.21

Museus por Escalão do número de computadores por Ano
(percentagem do número de casos e média)

Fonte: INE, IMUS.

Legenda: a inquirição sobre recursos informáticos passou a trienal em 2007.

Número de computadores	Ano										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
1	35,0	32,4	29,0	29,9	28,5	26,5	25,1	23,8	-	-	
2	14,4	15,3	17,7	15,4	15,1	14,9	14,6	12,5	-	-	
3 ou 4	15,0	16,1	16,2	15,9	17,7	21,1	18,6	18,5	-	-	
5 a 7	13,4	16,8	16,9	15,7	14,6	13,8	14,4	16,9	-	-	
8 a 10	9,1	8,2	8,2	8,6	9,2	9,7	10,9	10,0	-	-	
11 ou mais	13,1	11,3	12,1	14,4	14,9	14,0	16,4	18,3	-	-	
Número de casos	320	380	390	395	424	464	458	449	-	-	
<i>Total de computadores</i>	<i>1.774</i>	<i>2.035</i>	<i>2.221</i>	<i>2.412</i>	<i>2.617</i>	<i>2.894</i>	<i>3.075</i>	<i>3.498</i>	-	-	
<i>Média por museu</i>	<i>5,54</i>	<i>5,36</i>	<i>5,69</i>	<i>6,11</i>	<i>6,17</i>	<i>6,24</i>	<i>6,71</i>	<i>7,79</i>	-	-	

no período (veja-se que em 2005 mais de metade dos museus assinalaram ter bens de Arte). Dos restantes tipos destaque-se, em 2009, Etnografia (37%), Arqueologia (31%), Fotografia (17%), História (15%) e Ciência e Técnica (14%). Por outro lado, com um peso inferior a 10% encontram-se 7 tipos, sendo os menos referidos os Militar, Filatelia e Numismática. Importa ainda deixar uma nota relacionada com a opção Outros. A percentagem de 2009 (11%), por sinal a mais baixa do todo o período, corresponde em números absolutos a 70 museus. Destes, um terço indica-a em exclusivo e são referidos, como tipos

dominantes, automóveis, brinquedos, peças desportivas, mineralogia, troféus e galhardetes.

O apuramento do número de tipos dominantes no acervo revela que uma parte muito significativa dos museus tem um só tipo de bens (42% em 2009) (quadro 3.24). Seguem-se, para os primeiros seis anos do período, os museus Com 4 ou mais tipos (máximos em 2002 e 2005 com 26%) e, para os três últimos anos, os Com 3 tipos (máximo de 39% em 2008). Este valor reflete as já referidas alterações no IMUS. Confirma-se, de todo o modo, que a diversidade de tipos é a característica dominante nos museus.

Localização do acervo	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Em edifício	71,3	69,8	69,0	68,7	69,1	68,3	68,2	69,4	70,0	71,1
Ao ar livre	0,6	0,9	1,5	1,6	1,5	1,7	1,7	1,6	1,3	1,6
Em edifício e ao ar livre	28,1	29,3	29,4	29,7	29,4	30,0	30,1	29,1	28,6	27,3
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Tipos dominantes	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arqueologia	25,9	27,7	28,1	29,6	30,2	30,8	30,1	31,3	30,6	31,2
Arte	44,8	45,1	46,9	46,4	48,8	51,4	49,2	47,8	49,5	46,8
Ciência e Técnica	10,4	11,6	12,0	11,7	12,9	14,3	13,5	14,7	15,8	13,7
Etnografia	38,5	39,2	39,6	40,5	38,5	39,0	38,0	36,5	35,7	37,2
Espécies Vivas	3,5	4,3	4,9	5,2	5,2	5,0	4,7	5,2	5,6	5,6
Espécies Não Vivas	7,3	7,6	7,8	8,5	7,2	6,5	6,6	3,8	4,7	5,1
Fotografia	26,5	28,1	28,1	28,9	24,1	29,4	28,4	15,4	14,1	16,5
Filatelia	*	*	*	*	*	*	*	1,0	0,3	1,3
História	26,5	27,4	28,6	28,0	27,5	33,8	30,6	17,5	19,2	15,3
Indústria	11,0	10,4	10,0	10,6	9,6	8,6	9,3	4,0	3,5	3,4
Militar	7,3	6,9	7,8	7,5	4,6	5,8	5,4	1,0	1,9	2,1
Numismática	*	*	*	*	*	*	*	1,2	1,5	1,0
Traje	20,6	22,2	23,5	21,2	16,3	17,4	18,8	3,6	3,5	2,6
Outros	22,6	27,2	26,7	24,0	21,5	20,6	19,6	14,9	12,8	11,2
Não resposta	1,8	0,0	0,0	0,0	0,7	1,8	2,2	1,2	1,9	0,3
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Número de tipos	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Com 1	40,5	37,4	36,4	35,1	37,5	33,2	33,8	37,5	36,7	41,9
Com 2	17,5	22,5	21,2	23,5	22,5	20,1	22,6	23,7	22,2	22,8
Com 3*	17,3	15,8	16,9	16,7	18,2	19,1	16,9	37,5	39,2	35,0
Com 4 ou mais	22,8	24,3	25,5	24,7	21,1	25,9	24,5	n/a	n/a	n/a
Não resposta	1,8	0,0	0,0	0,0	0,7	1,8	2,2	1,2	1,9	0,3
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Uma classificação dos museus de acordo com os tipos dominantes de bens

Tendo em conta a diversidade de tipos de bens foi construída uma tipologia, com recurso a uma análise multivariada, cujo objetivo é classificar os museus de acordo com os tipos que mais se destacam¹⁵. Nesta análise, em que se utilizaram os dados de 2009, retiveram-se três tipos (quadro 3.25). O tipo 1, o

mais volumoso (46%), caracteriza-se pela presença significativa, destacada, de bens de Arte; o tipo 2, o que a representa a menor parte (13%), pela diversidade de bens, nos quais Fotografia, seguido de História, são os mais relevantemente presentes; e o tipo 3 (41% dos casos válidos) pela significativa presença de bens de Etnografia e de Arqueologia. O cruzamento pela Tutela revela que são os museus Privados Não Lucrativos que mais se destacam,

Quadro 3.22
Museus por Localização do acervo e por Ano (percentagem do número de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Quadro 3.23
Tipos dominantes do acervo por Ano (percentagem do número de casos)
Fonte: INE, IMUS.
Notas: variável múltipla. A partir de 2007 a resposta é limitada a 3 tipos do acervo.
Legenda: * opção de resposta não contemplada no questionário.

Quadro 3.24
Museus por Escalão do número de tipos por Ano (percentagem do número de casos)
Fonte: INE, IMUS.
Notas: a partir de 2007 a resposta é limitada a 3 tipos de acervos;
* Com 3 ou mais a partir de 2007.
n/a – Não se aplica

¹⁵ K-means cluster do SPSS.

Quadro 3.25
Museus por Tipologia de bens e por Tipos dominantes do acervo (2009)

(percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Notas: a escala varia entre 1 (museu tem o tipo de bens em causa) e 0 (museu não tem o tipo de bens em causa); número de casos válidos = 606.

Tipos dominantes	Tipologia de bens		
	1	2	3
Arqueologia	,2	,1	,5
Arte	,9	,1	,1
Ciência e Técnica	,1	,2	,2
Etnografia	,2	,3	,7
Espécies Vivas	,0	,0	,0
Espécies Não Vivas	,0	,1	,1
Fotografia	,1	,8	,0
Filatelia	,0	,0	,0
História	,1	,5	,1
Indústria	,0	,1	,0
Militar	,0	,0	,0
Numismática	,0	,0	,0
Traje	,0	,0	,0
Outros	,2	,1	,0
Número de casos (%)	281 (46%)	79 (13%)	246 (41%)

Quadro 3.26
Museus por Tipologia de bens e por Tutela (2009)

(percentagem em linha)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Tutela	Tipologia de bens			Número de casos
	1	2	3	
Administração Central	49,4	11,7	39,0	77
Governos Regionais	42,1	26,3	31,6	19
Administração Local	39,1	12,0	48,8	299
Privados Não Lucrativos	59,2	12,3	28,5	179
Privados Lucrativos	37,5	21,9	40,6	32
Total	46,4	13,0	40,6	606

em termos percentuais, no tipo 1 (quadro 3.26). O mesmo se pode dizer, mas a um nível substancialmente inferior, dos tutelados pela Administração Central. No tipo 2 são igualmente duas as tutelas sobrerrepresentadas: Governos Regionais (26%) e Privados Lucrativos (22%). E quanto ao tipo 3 é a tutela Administração Local que se destaca com clareza (49%). O cruzamento por Tipo de museu revela igualmente uma distribuição diferenciada (quadro 3.27). Assim, para além dos Museus de Arte (87%), estão também sobrerrepresentados no tipo 1 os Outros Museus (73%) e os Museus de História (60%); quanto ao

tipo 2 são quatro os que aí se situam com valores relativamente elevados, com destaque para os Museus de História (26%) e os Especializados (22%); no tipo 3 situa-se, tendo sempre em conta a referência do total, a maior parte dos tipos de museus, destacando-se, para além, naturalmente, dos de Arqueologia (83%), e embora a níveis substancialmente mais baixos, os Museus de Ciências Naturais e de História Natural (71%) e os Museus de Território (63%).

Finalmente, a ventilação por Região (quadro 3.28) mostra que os museus do tipo 1 estão sobrerrepresentados em Lisboa (62%) e nos Açores (50%), nos do tipo 2 isso verifica-se apenas nos da Madeira (20%) ao passo que no tipo 3 se situam as restantes regiões, com claro destaque para o Algarve (57%).

3.4.3. Bens

Relativamente aos bens do acervo, verifica-se que a grande maioria

dos museus responde a esta questão¹⁶, variando a percentagem de respostas válidas entre 87% em 2000 e 91% em 2009 (quadro 3.29). Em termos de número de bens, atinge-se em 2009 um total de 28,5 milhões, um crescimento de 41% face ao existente em 2000 (20,2 milhões).

Quanto ao Tipo de bens, o que apresenta o maior volume de objetos é Bibliográficos e arquivísticos, com 8,5 milhões em 2009. Seguem-se Outros bens (perto de 8 milhões) e Arqueológicos (7,4 milhões). Em conjunto os três tipos representam 84% do total apurado. Por outro lado, os que registam menos peso estão

¹⁶ Tal como se referiu para os recursos financeiros, também no grupo de perguntas do IMUS dedicado ao acervo se registam problemas nas respostas, aqui "devido às alterações que os responsáveis dos museus fazem nas tipologias dos bens inventariados" (súmula GTEC/museus, 6ª reunião, 19.6.06, p. 2). Contudo, neste grupo, os problemas não comprometem a sua utilização. Os referidos problemas dão conta do trabalho em curso em vários museus sobre os respetivos acervos. Note-se ainda que este trabalho pode implicar fortes oscilações anuais nos dados estatísticos quando se trata de museus com acervos de vários milhares de bens, como é o caso, adiante referido, dos bens da região do Algarve.

Quadro 3.27
Museus por Tipologia de bens e por Tipo (2009)(percentagem em linha)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Tipo	Tipologia de bens			Número de casos
	1	2	3	
Museus de Arqueologia	12,5	4,2	83,3	48
Museus de Arte	86,7	7,0	6,3	128
Museus de Ciência e de Técnica	19,0	19,0	61,9	42
Museus de Ciências Naturais e de História Natural	28,6	0,0	71,4	21
Museus de Etnografia e de Antropologia	23,1	20,4	56,5	108
Museus de História	60,0	26,2	13,8	65
Museus de Território	31,3	6,3	62,5	16
Museus Especializados	48,1	22,1	29,9	77
Museus Mistos e Pluridisciplinares	40,0	2,2	57,8	90
Outros Museus	72,7	9,1	18,2	11
Total	46,4	13,0	40,6	606

os tipos Técnico-científicos e industriais (469 mil), Naturais vivos (395 mil) e Etnográficos (365 mil). Em termos de evolução no período destacam-se, pelo forte acréscimo de bens, os tipos Bibliográficos e arquivísticos e Arqueológicos, ao passo que os bens Naturais não vivos são os que mais decrescem¹⁷. A ventilação do total de bens do acervo pela Região torna patente a predominância de Lisboa (quadro 3.30). As percentagens variam entre 66% em 2003 e 71% em 2009 (apesar do máximo se ter registado em 2004 com 74%). Segue-se a região Norte (15% para 18%). Nas restantes regiões as percentagens não ultrapassam os 9%. Note-se ainda o forte decréscimo registado na região do Algarve (9% em 2003 para 2% em 2009 mas já evidenciado desde 2004) o que significa em termos absolutos uma quebra de cerca de 1,9 milhões de bens. Adiante-se que este forte decréscimo se explica pela reorganização do acervo de um único museu.

3.4.4. Forma de registo

Considerando agora a forma de registo dos bens, a primeira nota vai para os progressos dos museus na utilização de qualquer uma delas (quadro 3.31).

Região	Tipologia de bens			Número de casos
	1	2	3	
Norte	42,0	14,0	43,9	157
Centro	44,0	12,5	43,5	168
Lisboa	61,7	13,0	25,2	115
Alentejo	40,7	13,6	45,7	81
Algarve	37,8	5,4	56,8	37
Açores	50,0	14,3	35,7	28
Madeira	45,0	20,0	35,0	20
Total	46,4	13,0	40,6	606

Quadro 3.28
Museus por Tipologia de bens e por Região (2009)(percentagem em linha)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

A forma de registo com Inventário sumário ou desenvolvido é a que apresenta as percentagens mais elevadas ao longo de todo o período, variando entre os 30% em 2002 e os 38% em 2003. Por outro lado, os bens com registo Fotográfico são os que detêm as mais baixas percentagens, atingindo mesmo assim os 8% em 2008, quando em 2000 eram apenas 2%. Os bens registados em suporte informático são os que apresentam o crescimento mais regular, oscilando entre os 5% de 2000 e os 12% de 2009.

No sentido de se perceber como evoluíram as diversas formas de registo procede-se ao cruzamento de cada uma com as variáveis Tipo de bens e Região nos anos 2002 e 2009. Começando pelo registo de

¹⁷ No que toca aos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários quando comparados com os valores totais de bens existentes, representam em média 3% do número de respostas válidas (18 unidades) e 1% do total de bens apurados (205.046). Neste caso, e como seria de esperar, o principal tipo assinalado é o dos Bens naturais vivos, cuja média é de 82% do total desta categoria no período. Também os Bens naturais não vivos são referidos, mas em proporções mais reduzidas (representam 3%). Nos restantes tipos os valores não chegam a 1%. Na forma de registo dos bens (inventariados, fotografados e em base de dados) os valores assinalados por esta tipologia de entidade voltam a não ultrapassarem os 1%.

Quadro 3.29**Bens do acervo por Tipo de bens e por Ano**

(números absolutos e percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Tipo de bens	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arqueológicas	5.329.854	6.600.286	6.845.550	7.104.881	5.153.195	5.394.512	6.098.214	5.708.950	7.306.117	7.446.789
Artísticos e históricos	1.979.866	1.126.184	2.010.773	2.112.142	2.251.309	2.385.958	2.335.706	2.397.234	4.311.691	2.196.305
Bibliográficas e arquivísticas	2.808.605	3.010.722	3.158.942	3.290.026	3.170.482	3.524.707	8.277.978	8.655.380	7.976.068	8.478.565
Técnico-científicas e industriais	159.417	391.528	417.300	234.479	216.800	222.775	225.574	231.353	261.536	469.195
Etnográficas	395.355	405.422	401.463	405.004	358.309	334.419	354.421	312.819	392.426	364.607
Naturais vivos	41.904	63.683	163.744	172.551	154.684	155.148	137.571	141.828	380.177	394.787
Naturais não vivos	2.218.607	2.372.909	2.359.130	2.355.863	2.381.346	2.385.423	2.297.720	2.323.852	1.194.838	1.201.846
Outros bens	7.267.788	9.525.049	9.582.822	9.560.207	9.554.194	11.774.378	7.646.061	7.690.297	7.878.542	7.974.747
Total de bens	20.201.396	23.495.783	24.939.724	25.235.153	23.240.319	26.177.320	27.373.245	27.461.713	29.701.395	28.526.841
Respostas válidas (n°)	427	507	532	526	508	528	531	512	537	567
Percentagem de respostas válidas	87,0	87,9	90,0	91,5	87,3	87,6	89,7	88,6	90,4	90,6

Quadro 3.30**Bens do acervo por Região e por Ano**

(percentagem do total de bens)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: na presente edição do Panorama os dados para este indicador apenas estão disponíveis no período 2003 a 2009.

Região	Ano						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	15,0	16,8	23,0	21,6	22,0	23,2	17,6
Centro	7,6	5,3	5,8	6,4	6,8	6,5	6,7
Lisboa	65,8	74,1	67,0	67,5	66,6	65,9	70,8
Alentejo	0,7	0,8	1,6	1,5	1,7	1,7	1,8
Algarve	9,3	1,5	1,3	1,5	1,5	1,4	1,6
Açores	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7
Madeira	0,9	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7	0,8
Total de bens	25.235.153	23.240.319	26.177.320	27.373.245	27.461.713	29.701.395	28.526.841

Quadro 3.31**Forma de registo dos bens por Ano**

(percentagem do total de bens)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: referem-se entre parênteses retos os valores da fonte cujos (fortes) desvios relativamente a 2006 se devem a um único museu. Por este motivo inclui-se igualmente os valores sem o referido museu e nos quais se baseia a análise feita no texto.

Ano	Forma de registo			Total de bens
	Inventário sumário ou desenvolvido	Fotografados	Em Base de dados	
2000	31,4	2,0	4,6	20.201.396
2001	31,3	2,4	4,4	23.495.783
2002	30,3	2,4	5,4	24.939.724
2003	37,7	2,8	5,3	25.235.153
2004	31,2	5,3	6,1	23.240.319
2005	34,4	5,1	6,8	26.177.320
2006	30,3	5,2	7,8	27.373.245
2007	[60,6] 35,2	7,0	[33,7] 8,3	27.461.713
2008	[58,2] 34,6	7,6	[35,0] 11,3	29.701.395
2009	36,9	6,6	[36,5] 11,9	28.526.841

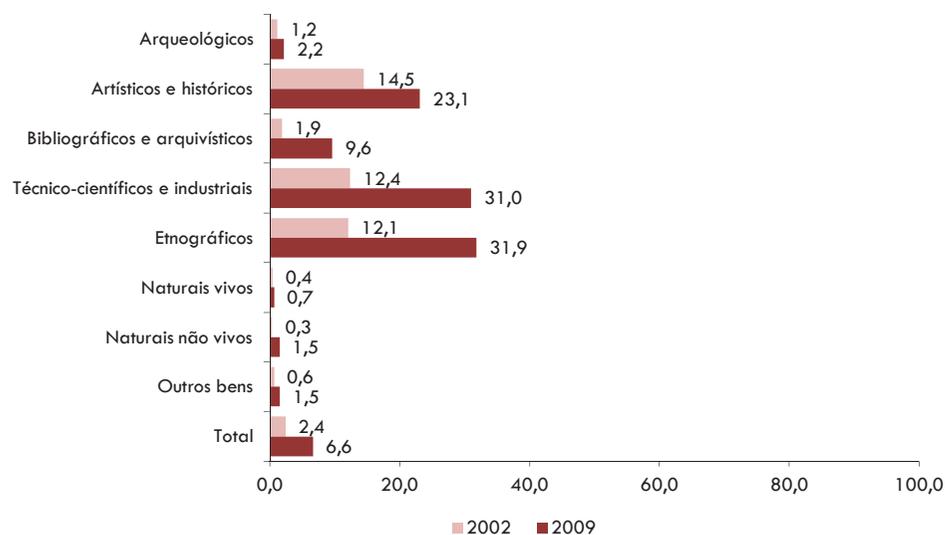
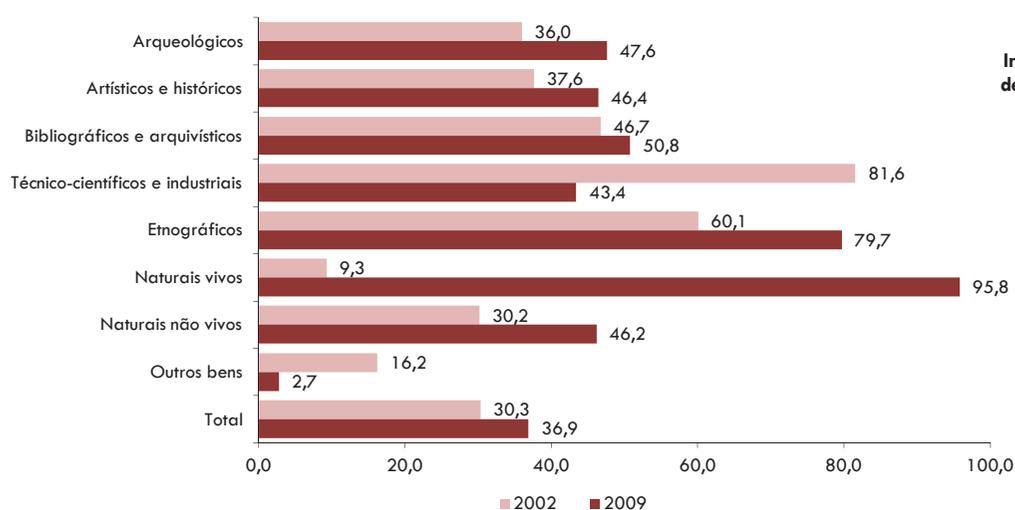
Acrescente-se, em relação a este último tipo, que aquela percentagem representa em número absolutos cerca de 4 milhões de bens inventariados. Em termos comparativos com os valores de 2002 constata-se que a maioria dos tipos apresenta um crescimento no que diz respeito aos bens inventariados, evidenciando-se, novamente, os Naturais vivos (9% para 96%) e os Etnográficos (60% para 80%). Em sentido

Inventário sumário ou desenvolvido por Tipo de bens, em 2009, verifica-se a existência de oscilações consideráveis nas percentagens dos vários tipos que se situam entre os 96% dos Naturais vivos e os 3% dos Outros bens (gráfico 3.7).

Ainda em 2009, para além dos Naturais vivos, com o valor mais elevado, destaque-se ainda os Etnográficos (80%) e os Bibliográficos e arquivísticos (51%).

contrário, encontram-se os Técnico-científicos e industriais (82% para 43%) e Outros bens (16% para 3%). Quanto aos bens com registo fotográfico, os valores revelam um ainda baixo nível de concretização, variando em 2009 entre os 32% dos Etnográficos e o 1% dos Naturais vivos (gráfico 3.8).

Para além deste facto, apenas em três dos tipos se observa algum desenvolvimento nesta área, recaindo



o maior número de bens com registo fotográficos nos tipos Etnográficos (32%), Técnico-científicos e industriais (31%) e Artísticos e históricos (23%). Os restantes não ultrapassam os 10%. Nesta forma de registo, e para todos os tipos de bens detetam-se aumentos de 2002 para 2009, sendo que são naqueles anteriormente referidos que se verificam os acréscimos mais consideráveis.

Em relação aos bens em base de dados, o gráfico 3.9 mostra igualmente a existência de grandes variações, evidenciando, mesmo assim, valores mais elevados do

que os apontados no registo fotográfico. Em 2009 as percentagens variam entre os 34% dos Técnico-científicos e industriais e Etnográficos e os 1% dos Outros bens.

Os valores mais elevados de bens informatizados encontram-se nos tipos Técnico-científicos e industriais e Etnográficos (também o que apresenta a maior taxa de crescimento), ambos com 34%. Os bens Naturais vivos e os Arqueológicos são os que apresentam as mais baixas percentagens. A tendência de registo em base de dados é de crescimento para a maioria dos tipos com

Gráfico 3.9
Bens do acervo em Base de dados por Tipo de bens e por Ano (2002 e 2009) (percentagem)
Fonte: INE, IMUS.

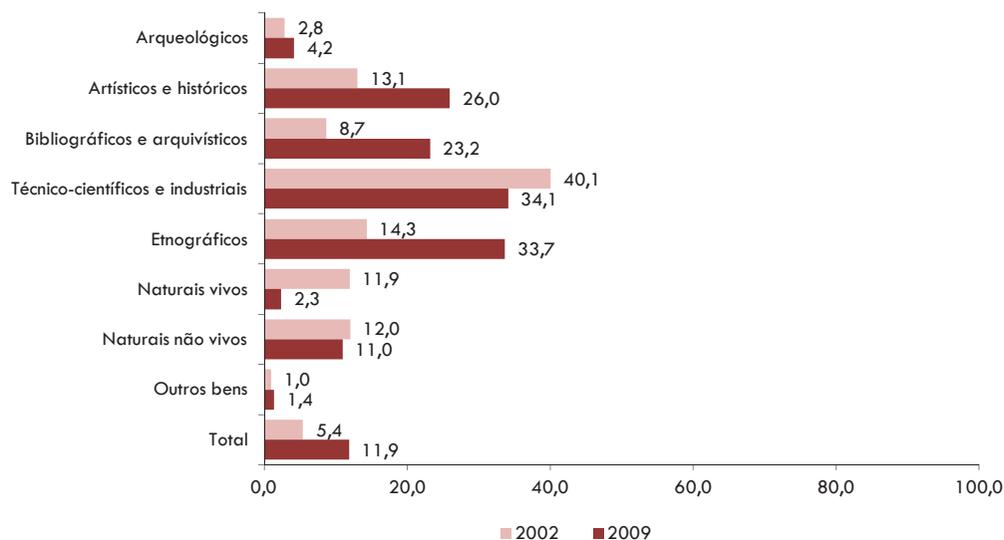
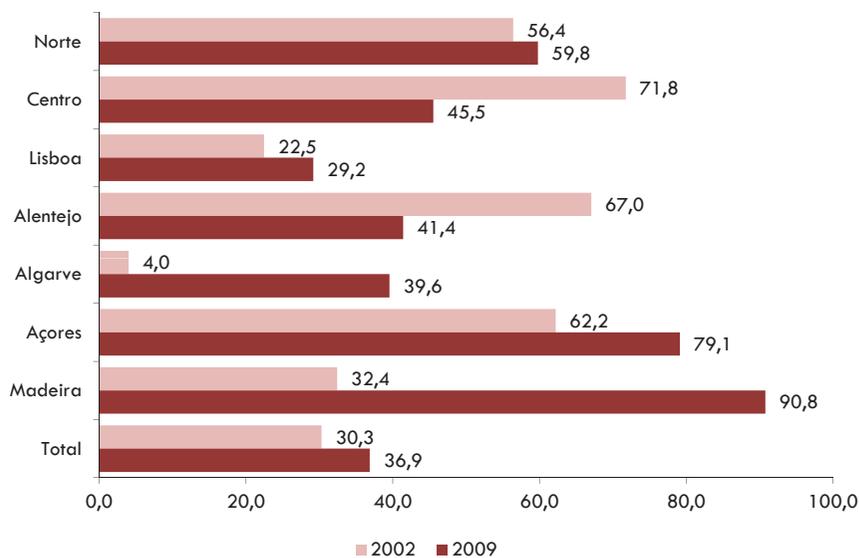


Gráfico 3.10
Bens do acervo com Inventário sumário ou desenvolvido por Região e por Ano (2002 e 2009) (percentagem)
Fonte: INE, IMUS.



exceção dos bens Naturais vivos e Técnico-científicos e industriais que decrescem de 2002 para 2009.

Do cruzamento dos bens com Inventário sumário ou desenvolvido por Região resultam também aqui situações bastante desiguais. Em 2009 as percentagens variam entre os 91% da Madeira e os 29% de Lisboa. Importa assinalar que o valor de Lisboa corresponde em termos de números absolutos a 5,9 milhões de bens inventariados (gráfico 3.10).

Ainda com referência a 2009, é nas Regiões Autónomas que se encontram as percentagens mais elevadas

de bens com inventário realizado, acima de 79%. Em termos de evolução, de 2002 para 2009 verifica-se um acentuado crescimento nas regiões da Madeira (32% para 91%) e do Algarve (4% para 40%), um pouco mais moderado na dos Açores e um certo equilíbrio nas do Norte e de Lisboa, ao passo que se observa um recuo nas regiões Centro (73% para 46%) e Alentejo (67% para 41%).

Relativamente aos bens Fotografados, o principal aspeto a salientar deriva do facto de em qualquer das regiões não se atingir um terço de bens com este

tipo de registo. Em 2009 as percentagens oscilam entre 27% dos Açores e 5% de Lisboa (gráfico 3.11).

As regiões dos Açores e do Alentejo são as que registam as percentagens mais elevadas de concretização, com cerca de um quarto de bens fotografados. Pelo contrário, as de Lisboa e no Norte revelam os valores mais baixos, com 5% e 7%, respetivamente. A tendência de crescimento nos anos em análise é comum a todas as regiões, sendo mais acentuada nos Açores (2% passa para 27%), Algarve (1% para 15%) e Centro (5% para 17%). Veja-se também a região do Alentejo que mantém uma percentagem idêntica de 2002 para 2009.

Quanto aos bens em base de dados (gráfico 3.12), é possível constatar um salto qualitativo, patente em todas as regiões, ao nível da inserção de bens em suporte informático, variando os valores em 2009 entre 32% (Açores e Madeira) e 9% (Lisboa).

As regiões que evidenciam maior crescimento são Madeira (11% para 31%) e Norte (6% para 21%). Em 2009 Lisboa é a região com menor percentagem de bens neste registo (9%).

Passando à análise das Modalidades de inventário¹⁸ mais referidas, elas podem ser observadas tanto isoladamente como cumulativamente. Em termos gerais, verifica-se que em 2009 são 56% os museus que utilizam apenas uma das modalidades de inventário. Com as três modalidades encontram-se 9% dos casos, ao passo que 5% afirma ainda não ter nenhum inventário realizado (quadro 3.32).

Particularizando, constata-se que a modalidade inventário sumário é a mais referida, tanto isoladamente como em conjunto, seguida neste caso pelo registo/

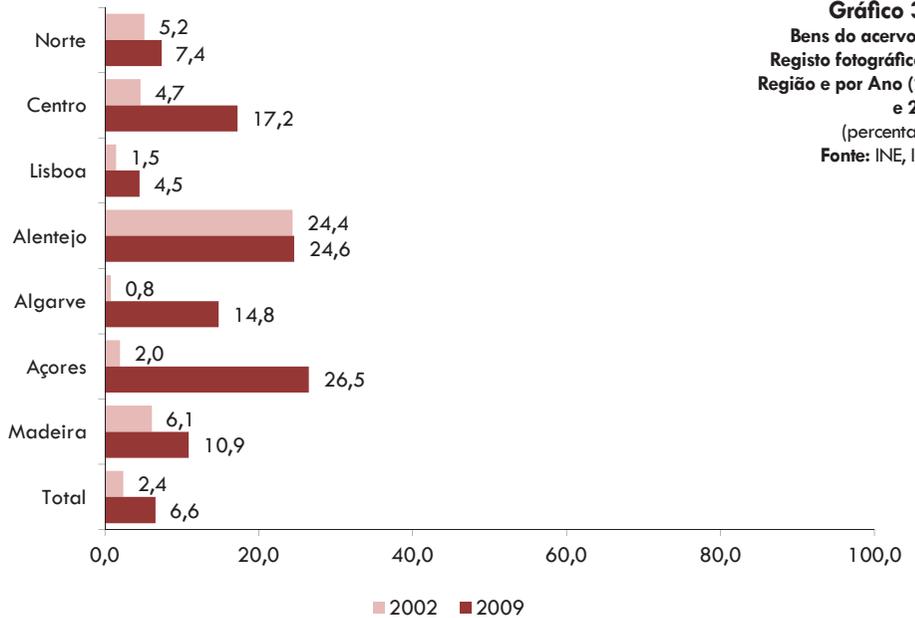


Gráfico 3.11
Bens do acervo com
Registo fotográfico por
Região e por Ano (2002
e 2009)
(percentagem)
Fonte: INE, IMUS.

cadastro. No entanto, o inventário desenvolvido tem vindo a ganhar peso, sendo a única modalidade que apresenta uma evolução positiva no período, alcançando em 2009 uma percentagem de 41% (em conjunto com outras) e de 17% (em exclusivo) de museus. No que diz respeito à informatização do inventário, constata-se que até meados da década a situação dominante é a ausência de inventário do acervo em suporte informatizado (gráfico 3.13). Esta situação inverte-se a partir de 2005 e atinge valores bastante positivos no final do período com quase 70% dos museus com inventário realizado ou em curso.

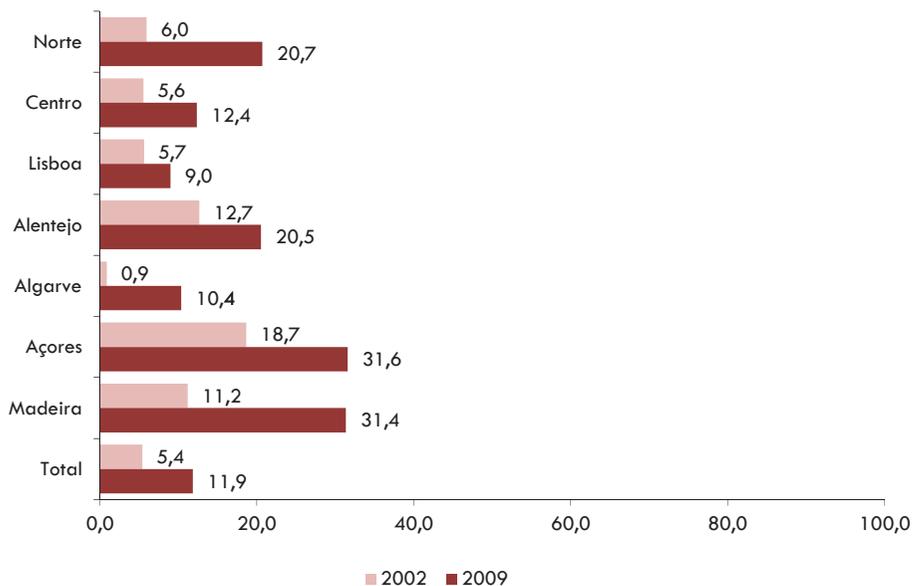
Em 2009, 24% dos museus tem a totalidade do seu acervo informatizado e 46% tem em curso esta tarefa. Veja-se que em ambas as situações o crescimento no período é superior a 10 pontos percentuais.

¹⁸ Os bens do acervo podem ser inventariados de acordo com três modalidades: Registo/cadastro - ficha básica onde são colocados os principais elementos de identificação do bem (conceito adotado na BdMuseus); Inventário museológico sumário - registo de identificação básica da peça, incluindo o proprietário, o número, a denominação e dados de incorporação, a autoria, a datação, as dimensões e uma imagem do bem (INE, <<http://metaweb.ine.pt>>, em vigência desde 27/06/2001); e Inventário museológico desenvolvido - inventário que acrescenta aos dados do inventário sumário outros elementos caracterizadores do bem, designadamente aqueles que estão relacionados com a produção, a interpretação, a descrição, a proveniência remota e o percurso que o mesmo realizou ao longo do tempo, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações várias (INE, <<http://metaweb.ine.pt>>, em vigência desde 04/07/2001).

Gráfico 3.12

Bens do acervo em Base de dados por Região e por Ano (2002 e 2009) (percentagem)

Fonte: INE, IMUS.



Quadro 3.32

Modalidades de inventário por Ano

(percentagem do número de casos)

Fonte: OAC, BdMuseus e INE, IMUS.

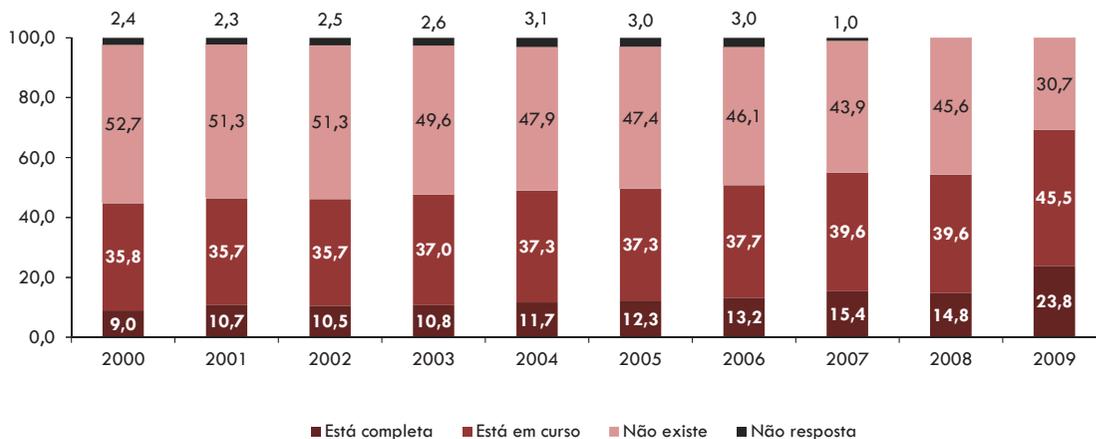
Nota: * opções de resposta múltipla.

Modalidades de inventário	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Com registo/cadastro *	51,3	49,0	48,2	48,0	46,2	45,8	45,8	43,6	43,8	42,5
Com inventário sumário *	62,7	57,9	57,4	58,3	58,4	57,4	56,9	56,6	55,2	59,6
Com inventário desenvolvido *	23,6	26,5	26,4	27,3	28,2	28,7	30,4	32,4	32,8	41,1
Apenas com registo/cadastro	20,0	20,3	20,0	18,8	18,2	18,2	18,2	18,2	17,8	14,7
Apenas com inventário sumário	29,3	27,7	27,9	27,8	28,9	28,4	27,7	27,5	26,8	24,1
Apenas com inventário desenvolvido	7,5	10,9	11,2	11,1	11,9	13,1	13,7	15,6	15,5	16,9
Apenas com uma das modalidades	56,8	58,9	59,1	57,7	58,9	59,7	59,6	61,2	60,1	55,8
Com as três modalidades	7,5	6,2	5,9	6,6	6,5	6,1	6,6	6,2	6,7	8,6
Não possui qualquer inventário	6,5	6,9	7,4	7,7	7,4	7,3	6,9	6,2	7,4	5,0
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Gráfico 3.13

Informatização do inventário por Ano (percentagem)

Fonte: OAC, BdMuseus.



Quadro 3.33
Pertença e Ocupação
das instalações por Ano
 (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS e OAC, BdMuseus.

Legenda: a inquirição sobre pertença das instalações passou a trienal em 2007.

Variáveis	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pertença das instalações										
Próprias	82,7	85,8	86,6	85,6	85,9	85,4	84,1	85,6	-	-
Outra situação	15,1	14,0	13,4	14,4	13,6	13,8	14,2	13,7	-	-
Não resposta	2,2	0,2	0,0	0,0	0,5	0,8	1,7	0,7	-	-
Ocupação das Instalações										
Definitivas	85,5	86,7	87,0	87,7	88,3	88,9	89,5	91,3	91,4	92,0
Provisórias	14,5	13,3	13,0	12,3	11,7	11,1	10,5	8,7	8,6	8,0
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

3.5. Instalações, espaços técnicos e sistemas de segurança

No que toca à pertença das instalações ocupadas pelos museus verifica-se que a grande maioria são propriedade dos próprios museus ou das suas tutelas (quadro 3.33). No período em análise constata-se o crescimento dos museus com esta situação, passando de 83% em 2000 para 86% em 2007. Ao invés, os museus com outra situação quanto às instalações representam, neste último ano, 14%.

Em relação à permanência das instalações, observa-se que mais de 86% dos casos ocupam espaços definitivos. Veja-se que no período em causa a percentagem aumenta de 86% em 2000 para 92% em 2009, o que obviamente é acompanhado com o decréscimo que se verifica na opção provisórias, ao passar de 15% para 8% no mesmo período.

Cruzando os dados dos museus com instalações definitivas com a respetiva Tutela confirma-se que são os dependentes dos Governos Regionais e da Administração Central os que registam as maiores percentagens (em 2009, 100% e 95%, respetivamente) (quadro 3.34). Note-se ainda que, em termos de evolução no período, em todas as tutelas se atesta o crescimento do número de museus com instalações próprias (acima dos 90% em 2009), com particular destaque para as tutelas Privadas lucrativas que passam de 75% em 2000 para 92% em 2009.

Do ponto de vista dos Espaços técnicos, o destinado às Reservas é o mais referido, com percentagens sempre acima dos 51% no período (quadro 3.35). Em 2007, 59% dos museus dispõem deste espaço, um crescimento face a 2000 (51%).

Relativamente aos outros espaços técnicos salienta-se os Espaços administrativos (mais de metade dos casos já dispõe deste tipo de espaço) e de Laboratório de conservação e restauro (existente em mais de um quinto dos museus). Acrescente-se ainda o decréscimo significativo verificado em 2007 de museus que afirma não ter qualquer dos espaços técnicos considerados (28%), decréscimo esse derivado da introdução de novas opções de resposta, muito em particular a opção Espaço(s) administrativo(s).

Relativamente aos Sistemas de segurança constata-se através do gráfico 3.14 que, no ano de 2006, 79% dos museus dispunham de pelo menos um sistema antirroubo ou anti-incêndio nas suas instalações. Neste caso, uma evolução positiva de dez pontos percentuais face ao registado em 2000 (68%).

É a opção Ambos os sistemas de segurança que congrega as percentagens mais elevadas em qualquer dos anos representando, em 2006, 53% (quadro 3.36). Este valor é ainda mais relevante se se tiver em conta o rápido crescimento verificado desde o início do período (37% em 2000).

Por outro lado, nota-se uma maior utilização por parte dos museus do sistema Antirroubo (na ordem dos 18%) do que o Anti-incêndio, que apresenta mesmo um decréscimo de 2000 (14%) para 2006 (9%), o que poderá querer significar o abandono na utilização de sistemas isolados em detrimento do uso de um sistema mais completo que inclua ambas as modalidades. Em relação à opção Não possui sistemas dá-se conta da diminuição do número de museus sem qualquer tipo de proteção, apesar da sua percentagem ainda ser considerável (30% em 2000 para 19% em 2006).

Quadro 3.34
Museus com Instalações definitivas por Tutela e por Ano (percentagem)

Fonte: INE, IMUS e OAC, BdMuseus.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	93,8	95,2	94,3	96,0	96,1	96,1	96,1	96,5	96,3	95,1
Governos Regionais	94,4	95,2	95,2	95,7	95,2	95,5	100,0	100,0	100,0	100,0
Administração Local	83,2	83,8	84,9	85,0	85,8	86,5	87,8	89,7	90,1	90,5
Privados	82,8	84,8	85,0	85,8	86,8	87,7	87,4	90,5	90,4	91,8
Não Lucrativos	85,6	86,3	86,7	86,7	87,9	89,1	88,3	91,1	90,9	91,7
Lucrativos	74,5	80,4	79,6	82,7	83,3	83,0	84,6	87,8	88,6	92,3
Total	85,5	86,7	87,0	87,7	88,3	88,9	89,5	91,3	91,4	92,0

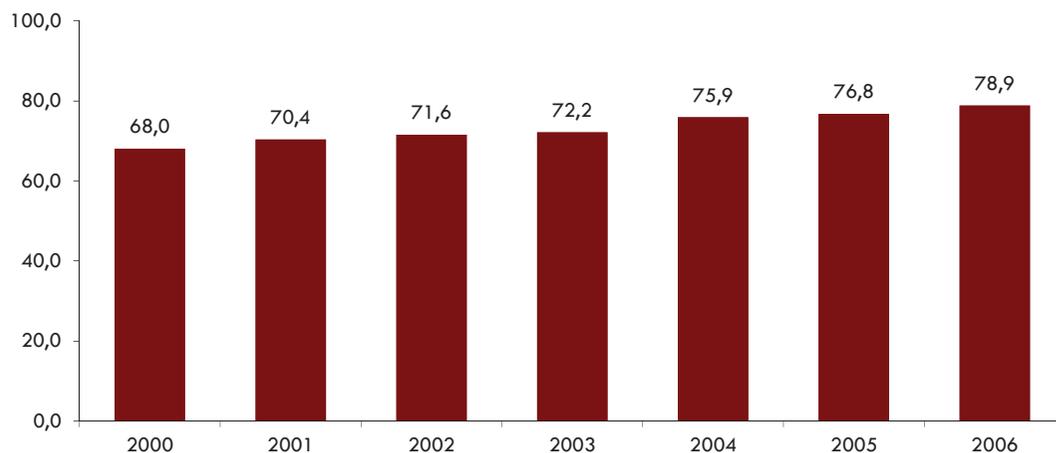
Quadro 3.35
Espaços técnicos por Ano (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.
Legenda: a inquirição sobre espaços técnicos passou a trienal em 2007; * opção de resposta não contemplada no questionário.

Espaços técnicos	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Laboratório de conservação e restauro	22,6	21,5	21,7	21,4	22,5	21,7	23,3	22,8	-	-
Reservas	51,3	51,3	53,3	55,1	54,6	54,2	54,7	58,5	-	-
Espaço(s) administrativo(s)	*	*	*	*	*	*	*	52,4	-	-
Outros	*	*	*	*	*	*	*	3,6	-	-
Não possui quaisquer destes espaços	44,4	45,1	42,3	40,9	41,6	42,1	39,5	27,5	-	-
Não resposta	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	1,7	0,7	-	-
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Gráfico 3.14
Existência de Sistemas de segurança por Ano (2000-2006) (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.
Nota: inquirição sobre sistemas de segurança deixou de ser feita a partir de 2007.



Quadro 3.36
Sistemas de segurança por Ano (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.
Legenda: a inquirição sobre sistemas de segurança deixou de ser feita a partir de 2007.

Sistemas de segurança	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Antirroubo	17,7	16,3	18,3	18,1	19,6	16,6	17,4	-	-	-
Anti-incêndio	13,6	13,0	10,5	9,6	9,6	9,1	8,6	-	-	-
Ambos	36,7	41,1	42,8	44,5	46,7	51,1	52,9	-	-	-
Não possui sistemas	30,1	29,6	28,4	27,8	23,7	22,4	19,4	-	-	-
Não resposta	1,8	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	1,7	-	-	-
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Quadro 3.37
Museus com Ambos os sistemas de segurança por Tutela e por Ano (percentagem)

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	45,8	49,0	51,4	53,5	55,9	60,2	60,8	-	-	-
Governos Regionais	11,1	23,8	23,8	21,7	42,9	72,7	76,2	-	-	-
Administração Local	39,8	47,4	49,2	50,6	50,8	51,4	54,9	-	-	-
Privados	31,2	32,6	33,9	36,2	38,4	44,5	44,8	-	-	-
Não Lucrativos	32,4	35,1	37,6	38,6	41,8	46,6	46,2	-	-	-
Lucrativos	27,7	25,0	22,2	28,8	27,8	37,7	40,4	-	-	-
Total	36,7	41,1	42,8	44,5	46,7	51,1	52,9	-	-	-

Fonte: INE, IMUS.
Legenda: a inquirição sobre sistemas de segurança deixou de ser feita a partir de 2007.

No cruzamento da opção Ambos os sistemas de segurança com a Tutela, o que sobressai é o forte e constante crescimento das percentagens em qualquer das tutelas (quadro 3.37). Acrescente-se ainda que a utilização dos dois sistemas (Antirroubo e Anti-incêndio) é uma situação recorrente nos museus dependentes de instituições do sector público.

Por Tutela, são os museus dependentes da Administração Central (até 2004) e dos Governos Regionais (2005 e 2006) que exibem as maiores percentagens de utilização de ambos os sistemas de segurança. A percentagem mais elevada regista-se em 2006 pelos dependentes dos Governos Regionais (76%). Em termos evolutivos refira-se que são também estes museus que apresentam o maior crescimento no período, passando de 24% em 2001 para 76% em 2006. Nos Privados, verifica-se igualmente a tendência de crescimento, embora não tão acentuada e com algumas oscilações no período, sobretudo nos Lucrativos.

3.6. Parcerias

Em relação ao estabelecimento de Parcerias¹⁹, verifica-se que a maioria dos museus (56%) declara ter realizado pelo menos uma em 2007 (gráfico 3.15). No entanto, assinala-se que esta tendência apenas passou a ser significativa a partir de 2005, uma vez que até aí, apesar do contínuo crescimento do número de museus com parcerias estabelecidas (desde 2001), o que predominava era a não realização.

Confrontando os dados das Parcerias com a Tutela, observa-se que são os museus dependentes da Administração Central os que apresentam as maiores percentagens de estabelecimento de parcerias, as quais variam entre 63% em 2001 e 80% em 2007 (quadro 3.38).

Repare-se que em 2007, e ao contrário do que acontecia até meados do período em análise, são já cerca de três quartos os museus tuteladas pelos Governos Regionais com parcerias e mais de metade dos dependentes da Administração Local e Privados Não lucrativos. A única exceção encontra-se nos Privados Lucrativos que não ultrapassam os 40%. Estes são aliás os que apresentam o crescimento percentual mais ténue no período (de 30% para 32%), ao passo que os museus dos Governos Regionais são os que registam o crescimento mais acentuado (de 44% para 73%).

Relativamente ao âmbito geográfico da parceria, os museus privilegiam o estabelecimento de articulações com instituições (Só) nacionais. Estas representam entre 73% (2000) e 77% (2007) do total de museus com parcerias (quadro 3.39).

Das parcerias Só nacionais, a percentagem daquele último ano constitui mesmo o valor mais elevado no período. Nas outras duas opções, encontram-se, em média, 23% de museus que afirmaram ter celebrado parcerias com Ambas (instituições nacionais e estrangeiras) e, com percentagens bastante reduzidas, 2% unicamente com instituições estrangeiras.

Quanto ao Tipo de instituição parceira, constata-se que, a nível nacional, as referenciadas por mais

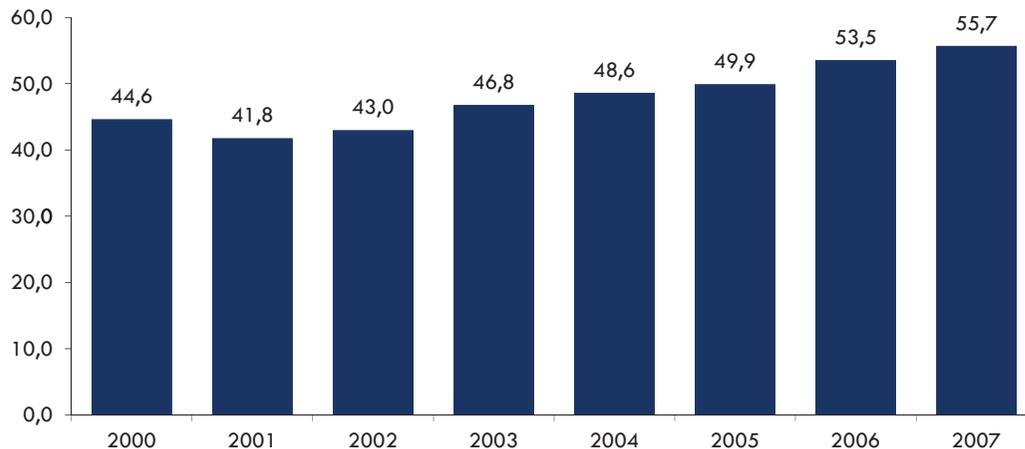
¹⁹ A Parceria corresponde “à cooperação entre duas ou mais entidades com vista à concretização de um determinado projeto” (INE, <<http://metaweb.ine.pt>>, em vigência desde 10/01/2008).

Gráfico 3.15

Museus que estabeleceram Parcerias por Ano (2000-2007) (percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: a inquirição sobre parcerias passou a trienal em 2007.



Quadro 3.38

Museus com Parcerias por Tutela e por Ano (percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Legenda: a inquirição sobre pertença das instalações passou a trienal em 2007.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	65,6	62,5	65,7	70,3	73,5	68,9	66,7	80,0	-	-
Governos Regionais	44,4	42,9	47,6	39,1	47,6	54,5	61,9	72,7	-	-
Administração Local	41,4	35,1	37,4	41,2	42,9	44,2	50,4	52,5	-	-
Privados	37,1	38,8	37,9	42,7	43,4	47,1	50,2	48,1	-	-
Não Lucrativos	39,6	40,5	42,2	46,4	45,5	49,4	55,6	52,1	-	-
Lucrativos	29,8	33,9	24,1	30,8	37,0	39,6	32,7	31,7	-	-
Total	44,6	41,8	43,0	46,8	48,6	49,9	53,5	55,7	-	-

Quadro 3.39

Parcerias estabelecidas por Âmbito e por Ano (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Base: museus que declaram ter estabelecido pelo menos uma parceria no ano em causa.

Legenda: a inquirição sobre parcerias passou a trienal em 2007.

Âmbito	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Só nacional	73,1	70,5	76,0	76,6	76,0	75,4	76,3	77,0	-	-
Só estrangeira	1,8	2,5	1,6	1,5	2,1	2,0	3,2	0,9	-	-
Ambas	25,1	27,0	22,4	21,9	21,9	22,6	20,5	22,0	-	-
Número de casos	219	241	254	269	283	301	317	322	-	-

museus são as Instituições de Ensino com uma percentagem média anual de 62% (quadro 3.40).

Este facto permite confirmar a forte relação existente entre a comunidade educativa e os museus²⁰ no desenvolvimento de inúmeras atividades, como

seja a cooperação no âmbito do estudo e investigação de bens, da receção de estágios profissionais ou não, ou da realização de atividades educativas, sempre com o propósito de concretização dos objetivos definidos por ambos²¹.

²⁰ Veja-se a este respeito, por exemplo, os trabalhos de Clara Frayão Camacho (2007), Rui Telmo Gomes e Vanda Lourenço (2009) e Jorge Alves dos Santos (2006).

²¹ Ao nível de programas de articulação entre educação e cultura relacionados com museus destacam-se duas iniciativas recentes da Administração Central: "A minha escola adota um Museu, um Palácio, um Monumento...", iniciada em 2006, vai na sua 5ª edição (2010/2011) e que tem como públicos-alvo os alunos dos ensinos básico e secundário. Esta é organizada conjuntamente pela Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR); e o Programa de Promoção de Projetos Educativos na Área da Cultura, da responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Cultura, instituído através do Despacho Conjunto nº 834/2005, de 4 de novembro. Este Programa, iniciado em 2006 e suspenso no ano seguinte, centrava-se na celebração de parcerias entre os agrupamentos/escolas e um conjunto alargado de equipamentos tais como museus, monumentos e jardins botânicos.

Tipo de instituição	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nacionais										
Instituições de Ensino	62,1	60,6	60,6	62,8	63,6	60,8	62,8	64,6	-	-
Instituições de Investigação	27,9	25,7	25,2	27,9	29,3	24,9	24,6	29,5	-	-
Empresas	20,5	24,5	22,4	26,8	27,2	28,9	27,1	26,7	-	-
Outros Museus	48,4	40,2	40,6	43,1	45,6	44,2	43,8	42,2	-	-
Fundações/Associações	39,3	39,0	40,6	43,9	44,5	48,2	43,8	41,9	-	-
Administração Central ou Regional	*	*	*	*	*	*	*	23,3	-	-
Administração Local	*	*	*	*	*	*	*	41,0	-	-
Outras	25,1	22,8	28,0	29,7	26,1	27,9	23,7	6,8	-	-
Estrangeiras										
Instituições de Ensino	7,3	11,2	9,4	5,6	6,4	7,3	7,9	5,3	-	-
Instituições de Investigação	9,1	8,3	7,1	8,6	9,2	7,3	6,9	8,4	-	-
Empresas	2,3	2,1	2,0	1,9	1,8	3,0	1,3	1,2	-	-
Outros Museus	11,4	14,1	8,7	10,8	11,3	13,0	10,7	12,4	-	-
Fundações/Associações	10,0	11,6	7,1	7,8	8,8	6,0	6,9	6,5	-	-
Administração Central ou Regional	*	*	*	*	*	*	*	2,8	-	-
Administração Local	*	*	*	*	*	*	*	1,2	-	-
Outras	1,8	1,7	2,8	1,9	2,5	1,0	2,2	1,9	-	-
Número de casos	219	241	254	269	283	301	317	322	-	-

Quadro 3.40

**Tipo de instituição
parceira por Âmbito
e por Ano**

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Notas: variável múltipla. Base: museus que declaram ter estabelecido pelo menos uma parceria no ano em causa.

Legenda: a inquirição sobre parcerias passou a trienal em 2007; * opção de resposta não contemplada no questionário.

A nível nacional salientam-se as parcerias celebradas com Outros Museus, Fundações/Associações e a Administração Local (apenas em 2007), todos com percentagens acima dos 40%. Em termos evolutivos observa-se uma tendência de crescimento na maioria das opções consideradas. A opção Fundações/Associações aumenta ligeiramente e atinge o pico em 2005 (48%). As quebras verificam-se nas parcerias com Outros Museus (48% para 42%) e com Outras instituições (25% para 7%), sendo que, neste último caso, o referido valor (de 2007) se deve à autonomização de duas novas categorias - Administração Central ou Regional e Administração Local. Por outro lado, a nível internacional, a predominância vai para o estabelecimento de parcerias com Outros Museus com uma percentagem média de 12%. As restantes não ultrapassam os 8% em 2007. Ao contrário do que se verificou a nível nacional o movimento é de decréscimo com exceção de Outros Museus em que se verifica um pequeno acréscimo de um ponto percentual.

3.7. Associação de amigos do museu

As associações de amigos são explicitamente referidas na Lei Quadro dos Museus Portugueses (Artigo 47º, nº 1) que defende o estímulo à sua constituição. De uma maneira geral estas entidades têm entre os seus principais objetivos colaborar e apoiar o museu através da promoção e dinamização das atividades destes bem como proporcionar o enriquecimento das coleções. Do total de museus em análise em 2007 (único ano para o qual existem dados) apenas 15% respondeu afirmativamente quanto à existência deste tipo de associação (gráfico 3.16).

A distribuição dos museus com associação de amigos (86 casos) segundo as variáveis explicativas (ótica: percentagem do número de casos) mostra que eles incidem mais significativamente nos tutelados pela Administração Central e por Privados (ambos com 36%) e, num nível mais baixo, pela Administração Local (23%) (quadro 3.41).

Do ponto de vista do Tipo de museus, dois deles reúnem mais de metade dos casos: Arte (35%) e Mistos e

Gráfico 3.16
Existência de Associação de Amigos do Museu (2007)
 (percentagem)
 n = 557
 Fonte: INE, IMUS.
 Nota: Exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.



Pluridisciplinares (22%), registando os demais valores baixos e relativamente equilibrados se se excetuarem os Museus de História (11%). Localizam-se maioritariamente nas regiões Centro (33%) e Norte (28%), sendo que a região de Lisboa representa 21% do total de museus com associação de amigos. Do ponto de vista da Abertura ao público destaca-se a década 1990-1999 (27%). Note-se ainda que são 20 os museus tutelados pelo IMC que têm associação de

amigos, número que sobe para 38 quando considerado o no conjunto dos 131 museus da RPM.

Esta leitura permite identificar a distribuição dos museus com associação de amigos por variável mas não responde, devido ao efeito do número de casos em presença, a uma outra questão relevante, a de saber qual a parte dos museus que, em cada categoria, tem tal associação. Assim, optando por esta última perspetiva, haverá a registar, em termos de alterações percentuais significativas, os Governos Regionais e a Administração Local, por motivos opostos: quanto aos primeiros fica claro que um em cada cinco tem associação de amigos, ao passo que essa percentagem, nos segundos, é de apenas 8%. Também por Tipo são notórios valores contrastantes, em particular o dos museus de Arte e Mistos e Pluridisciplinares que são claramente aqueles em que é mais comum a existência de associações. Finalmente, ao passo que, no que respeita à Região as alterações percentuais motivadas pela mudança de perspetiva são pouco significativas, já no que se refere ao Ano de abertura tais alterações são bem visíveis e manifestam-se no facto de os museus mais antigos serem aqueles em que as associações em causa estão mais representadas.

Quadro 3.41
Associações de amigos dos museus por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura (2007)
 (percentagem)
 n = 86

Fonte: INE, IMUS.
 Nota: Exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

Legenda: # dado sujeito a segredo estatístico.

Variáveis	Ano	
	2007	
	Percentagem do número de casos	Percentagem por categoria
Tutela		
Administração Central	36,0	38,3
Governos Regionais	4,7	20,0
Administração Local	23,3	7,9
Privados	36,0	15,3
<i>Não Lucrativos</i>	#	#
<i>Lucrativos</i>	#	#
Tipo		
Arte	34,9	24,4
Arqueologia	4,7	9,8
História	10,5	15,3
Ciências Naturais e de História Natural	4,7	19,0
Ciência e de Técnica	5,8	12,8
Etnografia e de Antropologia	9,3	8,3
Especializados	7,0	9,2
Território	1,2	7,7
Mistos e Pluridisciplinares	22,1	21,3
Outros	0,0	0,0
Região		
Norte	27,9	16,9
Centro	32,6	18,4
Lisboa	20,9	15,7
Alentejo	11,6	14,1
Algarve	#	#
Açores	#	#
Madeira	#	#
Ano de abertura		
Antes de 1899	4,7	28,6
1900-1929	12,8	42,3
1930-1969	18,6	24,6
1970-1979	5,8	18,5
1980-1989	19,8	16,5
1990-1999	26,7	13,7
2000-2009	10,5	6,0
Não resposta	1,2	20,0

4

OS MUSEUS E OS VISITANTES: ATIVIDADES E CARACTERÍSTICAS

Neste capítulo continua-se a apresentação do panorama museológico no período 2000-2009 de acordo com as duas fontes centrais, o IMUS e a BdMuseus, mas agora o enfoque principal da análise desloca-se para os visitantes. Num primeiro momento abordam-se aspetos relativos ao funcionamento e aos espaços de exposição e num segundo passam-se em revista as atividades e os visitantes.

4.1. Abertura, períodos de funcionamento e salas ou espaços de exposição

4.1.1. Abertura e períodos de funcionamento

Quanto à situação dos museus relativamente ao público¹ a grande maioria (sempre mais de 85%) está Aberto (quadro 4.1). Em 2009 são 94% os museus nesta situação. Numa tendência geral de evolução positiva, a exceção é a quebra de 2000 para 2001 (94% para 85%), aumentando, neste caso, os existentes nas situações Temporariamente aberto (ano com a percentagem mais elevada no período), Temporariamente fechado

(com possível reflexo ainda no ano de 2002) e Fechado. No que diz respeito ao Funcionamento ao longo do ano a grande maioria dos museus (mais de 88% dos casos) tem abertura Permanente, ou seja, estão abertos todo o ano praticando um horário regular, com encerramento semanal, porventura, apenas à segunda-feira, dia em que geralmente os museus estão fechados ao público. Em termos de evolução, refira-se, por um lado, a manutenção das percentagens acima dos 90% com abertura Permanente (exceção para 2001) e, por outro lado, a quebra dos museus abertos sazonalmente que passam de 6% em 2000 para 2% em 2009. Relativamente à Abertura aos fins de semana a situação mais frequente é o funcionamento em Ambos os dias. Em 2009 são 71% contra 68% em 2000. Na abertura ao público em apenas um dos dias, o Sábado é o dia mais assinalado por 13% dos museus (percentagem constante ao longo de todo o período), ao contrário do Domingo que é mencionado por apenas 1%. Por outro lado, registe-se ainda que, em 2009, 16% dos museus se encontram fechados em Ambos os dias, tendência que apresenta mesmo assim um decréscimo no período em causa, pois em 2001 eram 19%.

¹ As categorias da situação dos museus relativamente ao público são as seguintes: *Aberto* – entidade aberta ao público em qualquer das três modalidades de funcionamento ao longo do ano (permanente, sazonal ou esporádico), o que quer dizer que possui pelo menos uma exposição visitável; *Temporariamente aberto* – entidade que apenas abre ao público em períodos não fixos ou quando solicitado (marcação prévia); *Temporariamente fechado* – entidade que se encontra fechada por motivo de obras ou outro por um período não superior a, previsivelmente, seis meses; *Fechado* – Entidade que não possui exposição visitável, embora possa ter serviços a funcionar que podem atender públicos específicos (serviços educativos, centro de documentação, etc.) e que permite, eventualmente, visitas esporádicas.

Quadro 4.1
Abertura ao público,
Funcionamento
ao longo do ano
e Abertura aos fins
de semana por Ano
 (percentagem do número
 de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus
 e INE, IMUS.

Variáveis	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abertura ao público										
Aberto	93,9	84,7	88,0	88,5	91,6	90,9	91,2	91,7	92,6	94,2
Temporariamente aberto	1,2	8,1	5,1	4,5	4,3	3,3	2,2	2,9	3,7	3,4
Temporariamente fechado	2,9	3,5	5,8	2,6	2,7	2,3	3,0	3,1	2,5	1,8
Fechado	2,0	3,6	1,2	4,3	1,4	3,5	3,5	2,2	1,2	0,6
Funcionamento ao longo do ano										
Permanente	93,1	88,2	90,2	91,8	93,0	94,4	95,6	93,9	93,4	94,7
Sazonal	5,7	3,6	4,7	3,7	2,7	2,3	2,2	3,1	2,9	1,9
Esporádico	1,2	8,1	5,1	4,5	4,3	3,3	2,2	2,9	3,7	3,4
Abertura aos fins de semana										
Sábado	12,6	11,8	12,2	12,5	12,5	12,6	12,8	12,6	12,1	12,6
Domingo	1,6	1,7	1,7	1,2	1,4	1,3	1,2	0,9	0,8	0,6
Ambos os dias	68,0	67,2	66,8	68,0	67,9	67,7	68,2	69,9	71,2	70,6
Nenhum dos dias	17,7	19,2	19,3	18,3	18,2	18,4	17,7	16,6	15,8	16,1
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Quadro 4.2
Salas ou espaços
de exposição por Ano
 (percentagem do número
 de casos)
Fonte: OAC, BdMuseus.

Salas ou espaços de exposição	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Com 1 ou 2	34,6	38,1	37,2	36,0	37,5	37,3	36,8	34,1	35,2	34,7
Com 3 ou 4	21,8	21,0	22,0	22,6	21,6	22,4	23,1	25,4	24,2	26,4
Com 5 ou 6	14,7	13,3	13,5	13,7	13,6	13,4	13,2	13,7	13,3	13,3
Com 7 ou 8	7,7	7,1	7,1	7,1	7,6	7,3	7,3	6,7	7,1	7,0
Com 9 ou 10	4,5	4,7	4,6	4,3	4,5	4,6	4,7	5,0	4,9	4,3
Com 11 ou mais	16,7	15,8	15,6	16,2	15,3	14,9	14,9	15,1	15,3	14,4
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626
Número de salas	3.153	3.651	3.655	3.639	3.615	3.700	3.631	3.636	3.714	3.794

4.1.2. Salas ou espaços de exposição

O número de salas ou espaços de exposição aumentou de 3.153 em 2000 para 3.794 em 2009, o que representa uma taxa de crescimento de 20% (quadro 4.2). Cerca de três quartos dos museus tem até 6 salas ou espaços de exposição. Observando os escalões individualmente verifica-se que em qualquer dos anos o que apresenta maior peso (cerca de um terço) é Com 1 ou 2 salas e que correspondente, portanto, a museus de muito pequena dimensão. No pólo oposto, isto é, relativamente aos museus Com 11 ou mais salas ou espaços de exposição, verifica-se uma ligeira diminuição (de 17% em 2000 para 14% em 2009). No que toca a outros espaços, que não as salas ou espaços de exposição, importa salientar desde logo que, com a reformulação do inquérito IMUS em 2007, a variável Espaços destinados ao público beneficiou

de algumas alterações com a introdução de uma nova opção – Sala(s) de exposições temporárias – e de especificações acrescidas em opções pré-existent (Auditório/Sala polivalente substitui Auditório, Cafeteria/Restaurante/Bar/Esplanada em vez de Cafeteria/Restaurante e Espaço(s) exterior(es)/Jardim/Parque substitui Espaço(s) exterior(es)². De entre os espaços destinados ao público o mais referido é a Receção com 75% em 2007. É, aliás, o único que ao longo do período apresenta sempre percentagens acima dos 50%. Seguem-se os Espaços exteriores/Jardim/Parque, as Salas de exposições temporárias (espaço que se encontra presente, desde logo, em mais de metade dos casos) e a Loja (quadro 4.3). No arco temporal considerado destaca-se o facto da maior parte das opções apresentarem uma tendência de crescimento, evidenciando-se a Receção (passa de 56% em 2000 para 75% em 2007) e o Espaço de

² Recorde-se que esta mesma reformulação do IMUS afetou também a variável Espaços técnicos, conforme descrito no ponto 3.5 do capítulo anterior.

serviço educativo (de 26% para 39%) como os que apresentam os aumentos mais acentuados. Por outro lado, veja-se o importante decréscimo de museus que assinalam não possuir qualquer dos espaços (de 19% em 2000 para 8% em 2007), o que pode significar uma considerável melhoria dos serviços que prestam aos visitantes, e da opção Outros que representa 7% em 2007 contra os 12% em 2000, o que se deve sobretudo à reformulação do IMUS.

4.2. Atividades orientadas para os visitantes

4.2.1. Serviço educativo

O serviço educativo³ desempenha um papel cada vez mais relevante de mediação entre as atividades do museu e os seus públicos e, de modo mais geral, entre a instituição e a comunidade em que se insere. Na Lei Quadro refere-se que o museu deverá “desenvolver de forma sistemática programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais”,

sendo que “promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos” (alíneas 1 e 2 do art. 42º da Lei Quadro dos Museus Portugueses). De acordo com os dados do IMUS⁴, em 2009 são 62% os museus que afirmam ter este serviço, o que representa, relativamente a 2000 (44%) um crescimento de 18 pontos percentuais (gráfico 4.1).

Note-se que, apesar da evolução positiva evidenciada, não deixa de ser relevante o facto de em 2009 cerca de 40% dos museus ainda não ter este serviço. O cruzamento dos museus que afirmam ter serviço educativo com as variáveis independentes permite descortinar algumas características relevantes (quadro 4.4). No que toca à Tutela, verifica-se que no sector público são os museus da Administração Central que apresentam as percentagens mais elevadas de existência do serviço (82% em 2009). Nos dos Governos Regionais a sua existência é também uma realidade para mais de metade dos casos. Por outro lado, só a partir de 2006 é que a maioria dos museus dependentes da Administração Local passou a dispor

Outros espaços destinados ao público	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receção	55,8	53,0	55,0	57,0	57,9	59,5	60,6	74,7	-	-
Biblioteca/Centro documentação	43,2	41,9	40,3	42,4	42,8	40,8	43,4	43,8	-	-
Espaço(s) de serviço educativo	25,7	24,6	25,7	29,4	30,8	30,7	34,0	38,6	-	-
Espaço(s) multimédia/audiovisuais	19,1	18,5	16,8	18,3	21,6	19,2	21,6	26,6	-	-
Sala(s) de exposições temporárias	*	*	*	*	*	*	*	54,0	-	-
Auditório/Sala polivalente	25,3	25,1	25,7	27,1	27,3	29,9	31,8	37,5	-	-
Loja	38,9	38,6	40,4	44,2	45,7	47,8	50,0	50,2	-	-
Cafetaria/Restaurante/Bar/Esplanada	22,6	22,4	22,8	22,8	24,4	23,9	25,5	25,8	-	-
Espaço(s) exterior(es)/Jardim/Parque	45,0	45,4	50,1	52,2	52,4	53,4	55,6	54,8	-	-
Outros	12,4	13,3	14,4	15,0	13,9	14,1	12,8	6,9	-	-
Não possui quaisquer destes espaços	19,3	18,0	17,1	15,3	13,2	12,8	11,7	8,1	-	-
Não resposta	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,8	1,7	0,7	-	-
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Quadro 4.3
Outros espaços destinados ao público por Ano (percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: variável múltipla.
Legendas: a inquirição sobre outros espaços destinados ao público passou a trienal em 2007;

* opção de resposta não contemplada no questionário.

³ Quanto à antiguidade dos serviços educativos nos museus portugueses ver Camacho (2007), Martinho (2007) e Gomes e Lourenço (2009); quanto ao seu papel nos museus da RPM ver Camacho (2003); e, quanto ao seu significado atual nos museus em comparação com outros equipamentos culturais, ver Gomes, Lourenço e Martinho (2006).

⁴ No IMUS a definição de serviço educativo é a seguinte: “estrutura inserida organicamente no museu, mesmo que de maneira informal, com o objetivo de desenvolver ações educativas dirigidas ao público” (INE, <<http://metaweb.ine.pt>>, vigente desde 11.01.2008).

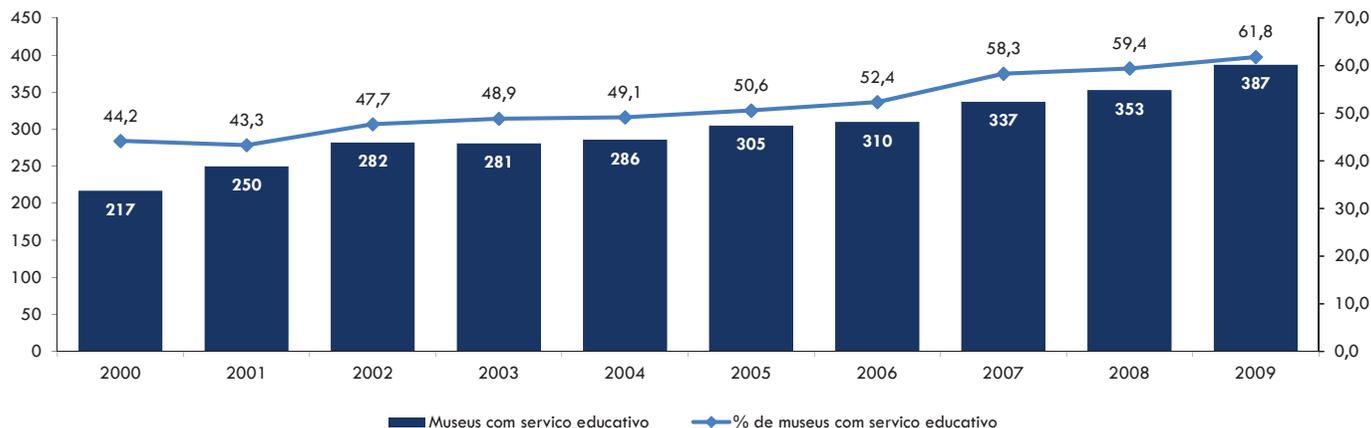


Gráfico 4.1
Museus com Serviço Educativo por Ano
(número de casos e percentagem)
Fonte: INE, IMUS.

deste tipo de serviço, registando em 2009 o seu valor mais elevado, com 64%. No sector privado constata-se que metade dos museus não possui serviço educativo, registando-se a percentagem mais baixa nos Privados Lucrativos (39% em 2009).

Do ponto de vista da evolução verifica-se, por um lado, o crescimento da percentagem de museus com serviço educativo em quase todas as tutelas, com destaque para a Administração Local (41% para 64%) e Privados Não lucrativos (34% para 53%) e, por outro lado, o movimento inverso nos Privados Lucrativos que descem de 47% de 2000 para 39% em 2009, sendo que o valor máximo é de 48% em 2008.

Segundo o Tipo, em 2009 os que apresentam as maiores percentagens de existência de serviço educativo são os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários (90%) e os Museus de Ciência e de Técnica (86%). Refira-se que os Monumentos Musealizados, pelo menos até ao último ano em que foram contabilizados (2007) registavam sempre percentagens acima dos 74%. Por outro lado, Outros (36%) e Museus de Etnografia e de Antropologia (46%) são os tipos cuja percentagem é menor. Aliás, veja-se que estes são os únicos tipos num total de doze em que mais de metade dos museus não possui aquele serviço no período considerado. As tipologias que possuem o maior crescimento são os Museus de Ciência e de Técnica, História e Mistos e Pluridisciplinares. Os Museus de Território são

os únicos em que decrece a incidência de museus com este serviço.

Por Região, em 2009 são os museus localizadas na Madeira (83%) e em Lisboa (78%) os que possuem as percentagens mais elevadas de serviço educativo, ao passo que os situados na região do Algarve apresentam as mais baixas (41%). Em termos de evolução verifica-se a tendência de forte crescimento nos museus dos Açores (22% para 55%) e do Centro (28% para 54%), o que contrasta com a ligeira quebra nos do Algarve (42% para 41%).

Quanto ao Ano de abertura ao público, os dados de 2009 evidenciam que os museus que abriram no período 1900-1929 são aqueles cuja incidência de serviço educativo é mais elevada (92%). O período que apresenta a menor percentagem de museus com este serviço é 1980-1989 (55%). Acrescente-se que os museus mais recentes (2000-2009) são os que registam a maior evolução (29% em 2000 para 61% em 2009). Especificamente quanto aos museus da RPM verifica-se que, no período 2003-2009, em média, 83% referiu ter serviço educativo. Por ano, as percentagens oscilam entre o mínimo de 75% em 2003 e o máximo de 90% em 2009.

Importa salientar que a existência do serviço educativo não é necessariamente acompanhada de um espaço específico para esse fim, o que de alguma forma condiciona o seu desempenho. Se se tomar como referência o ano de 2007 são 58% os museus com serviço

Quadro 4.4**Museus com Serviço educativo por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano**

(percentagem do número de casos por categoria)

Fonte: INE, IMUS.

Exemplo de leitura do quadro: em 2000, 62,5% dos museus tutelados pela Administração Central tem Serviço educativo.

Legendas: Não foi inquirido.

dado sujeito a segredo estatístico. não contemplada no questionário.

Variáveis	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Total</i>	44,2	43,3	47,7	48,9	49,1	50,6	52,4	58,3	59,4	61,8
Tutela										
Administração Central	62,5	61,5	66,7	68,3	66,7	70,9	69,6	76,5	81,7	81,7
Governos Regionais	55,6	57,1	52,4	43,5	47,6	50,0	61,9	72,7	71,4	76,2
Administração Local	40,8	40,8	45,0	45,9	45,8	47,8	51,6	59,8	59,9	63,8
Privados	37,1	36,2	41,4	43,6	44,7	44,5	44,4	47,6	49,3	50,2
<i>Não Lucrativos</i>	33,8	36,9	40,5	42,8	44,2	43,7	44,4	48,5	49,7	52,8
<i>Lucrativos</i>	46,8	33,9	44,4	46,2	46,3	47,2	44,2	43,9	47,7	38,5
Tipo										
Arte	45,4	46,0	49,6	53,0	54,8	52,0	56,1	61,8	62,3	64,1
Arqueologia	60,0	53,8	48,5	41,2	42,9	51,4	44,1	65,9	65,9	66,7
História	33,3	33,9	36,2	37,0	40,0	47,3	43,4	57,6	62,3	62,1
Ciências Naturais e de História Natural	55,0	45,5	52,4	61,9	55,6	72,2	64,7	57,1	55,0	61,9
Ciência e de Técnica	52,2	51,6	63,3	61,3	61,5	61,5	65,1	71,8	79,5	85,7
Etnografia e de Antropologia	29,4	23,8	26,2	26,1	28,1	29,3	31,4	39,6	44,4	46,3
Especializados	53,2	52,6	61,0	66,1	57,9	59,7	62,5	56,9	50,7	54,5
Território	72,7	69,2	73,3	60,0	66,7	61,5	61,5	61,5	60,0	62,5
Mistos e Pluridisciplinares	40,7	42,4	50,6	50,6	51,1	51,6	52,2	58,4	58,5	65,6
Outros	30,0	46,2	41,7	44,4	#	#	33,3	45,5	45,5	36,4
Monumentos Musealizados	81,0	73,9	75,0	75,0	78,9	73,7	73,7	-	-	-
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	71,4	75,0	82,4	76,5	84,2	85,0	90,0	95,2	95,5	90,0
Região										
Norte	47,3	49,0	50,0	51,4	51,7	54,5	55,7	59,5	63,2	64,8
Centro	27,9	24,8	35,8	36,6	40,3	40,4	46,8	50,3	51,0	54,1
Lisboa	67,9	68,3	68,9	71,4	66,1	70,8	65,6	73,6	75,0	78,3
Alentejo	33,3	27,3	39,4	42,9	40,8	44,0	44,0	52,7	49,4	53,0
Algarve	42,4	43,6	36,6	42,5	45,7	37,8	43,9	44,4	37,8	40,5
Açores	22,2	23,8	30,0	21,7	30,0	22,7	27,3	41,7	50,0	55,2
Madeira	61,9	71,4	71,4	54,5	54,2	61,5	62,5	81,8	87,0	82,6
Ano de abertura										
Antes de 1899	60,0	73,7	68,4	70,0	68,4	75,0	83,3	87,5	80,0	86,7
1900-1929	66,7	66,7	77,8	82,1	66,7	85,2	76,9	85,2	96,2	92,3
1930-1969	56,2	51,3	56,3	54,5	60,8	56,8	55,6	69,1	70,8	69,1
1970-1979	40,0	35,0	42,1	40,5	44,1	60,0	51,6	63,0	55,6	64,3
1980-1989	40,7	37,1	43,7	38,4	39,5	40,0	41,2	48,6	49,1	55,3
1990-1999	39,5	43,1	46,2	49,0	48,2	47,2	48,9	51,7	55,6	57,5
2000-2009	29,4	33,3	38,4	48,7	49,5	49,6	56,5	59,0	58,2	60,9
Não resposta	33,3	28,6	28,6	25,0	16,7	33,3	60,0	60,0	60,0	33,3

educativo mas apenas 39% com espaço específico. Também é pouco frequente a formalização do serviço educativo em documentos fundadores e de gestão, tais como a lei orgânica (para os serviços da Administração Central), regulamentos (obrigatórios) e estatutos (não

obrigatórios). No período 2007-2009⁵, dos museus que assinalaram ter este serviço, a esmagadora maioria não o tem formalizado organicamente (gráfico 4.2). Em 2009 são apenas 25%, valor que, mesmo assim, significa um decréscimo em relação ao de 2007 que é de 28%.

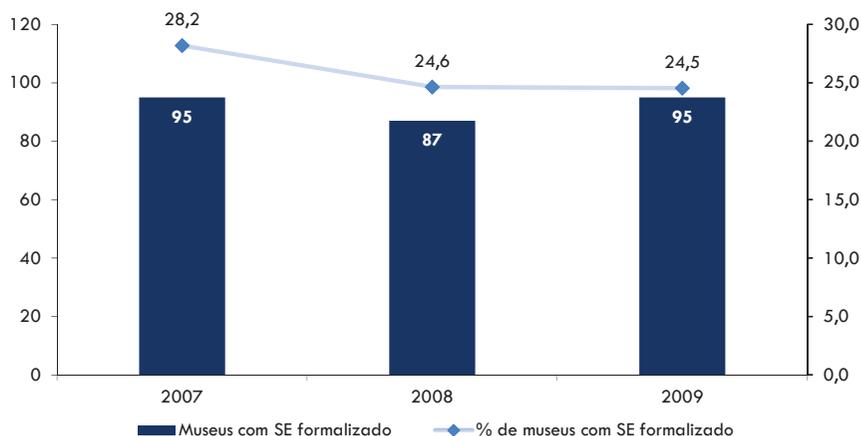
⁵ Quanto à formalização do serviço educativo, uma vez que esta questão apenas foi introduzida no IMUS de 2007, só é possível ter dados para o período 2007-2009.

Gráfico 4.2 Formalização do serviço educativo por Ano (2007-2009)

(número de casos e percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Bases numéricas: museus com serviço educativo.



4.2.2. Outras atividades orientadas para os visitantes

No que toca a outras atividades orientadas para os visitantes, assinala-se as Visitas guiadas/orientadas como a opção mais referida, sempre por mais de 75% dos museus (quadro 4.5). Seguem-se, em mais de metade dos museus, Ação dirigida ao público escolar, Exposição temporária e Ação dirigida ao público adulto. Refira-se que 7% dos museus não promovem qualquer atividade dirigida aos visitantes (em 2004 são 15%).

Veja-se ainda o peso do grupo de atividades, quase sempre da responsabilidade dos serviços educativos, constituído pelas Visitas guiadas/orientadas e pelas ações dirigidas ao público escolar, ao público adulto e a outro tipo de público, que registam no período percentagens médias superiores a 50% dos casos, com exceção daquela última opção que é referida por 32%. Repare-se igualmente na crescente importância de Ateliê/Oficina/Workshop, outra opção introduzida no questionário em 2007, que neste ano é mencionada por 38% dos museus, percentagem que dois anos depois sobe para 43%.

No período considerado as atividades com progressos mais significativos são as Ações dirigidas ao público escolar (60% em 2000 para 71% em 2009) e ao público adulto (47% em 2007 para 54% em 2009). Pelo contrário, decrescem Renovação da exposição permanente (36% em 2000 para 29% em 2009), portanto uma aparente menor rotatividade dos bens

expostos talvez compensada pela crescente importância atribuída às exposições temporárias.

Importa salientar ainda que o desempenho do conjunto de atividades normalmente atribuídas aos serviços educativos – Visitas guiadas/orientadas, Ações dirigidas ao público escolar, ao público adulto e a outro tipo de público – pode ser realizado nos museus sem a existência formal daquele

serviço. Comprovam este facto as percentagens relativamente elevadas de museus que desenvolvem as referidas atividades apesar de não terem serviço educativo (quadro 4.6).

Deste modo, é possível constatar que, em 2009, são quase dois terços os museus que referem fazer Visitas guiadas/orientadas e que, das ações dirigidas a públicos mais específicos, 43% são orientadas às escolas, 32% aos adultos e 14% a outros públicos. Focando agora a análise na atividade Exposição temporária, observa-se no gráfico 4.3 que a percentagem de realização tem vindo a aumentar com 60% em 2009 contra 57% em 2000. O que não deixará de estar relacionado com o facto de estas exposições poderem funcionar também como “potenciais instrumentos de captação e alargamento de públicos e importantes instrumentos de promoção dos museus que as produzem” (Neves, 2000b: 3).

No entanto, a referida evolução não tem sido constante, apresentando antes várias quebras, a última das quais precisamente em 2009, quando no ano anterior se tinha registado o valor mais elevado (63%).

Para além dos dados recolhidos no IMUS, são muito limitados os disponíveis sobre a afluência de visitantes a exposições temporárias. A maior parte dos museus ou não faz o seu registo discriminado ou não promove a sua divulgação. E, sobretudo, não existe uma entidade a nível nacional que recolha e difunda, de forma harmonizada, sistemática e regular

Atividades	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renovação da exposição permanente	35,8	36,9	32,8	35,5	33,5	33,5	35,0	31,1	31,1	29,2
Exposição temporária	56,6	55,6	55,3	57,2	56,2	59,4	60,5	62,1	62,6	59,9
Ação dirigida ao público escolar	59,9	61,5	62,3	64,2	65,5	67,7	67,4	68,3	68,7	71,4
Ação dirigida ao público adulto	*	*	*	*	*	*	*	46,9	51,2	53,7
Ação dirigida a outro tipo de público	*	*	*	*	*	*	*	31,0	31,1	33,1
Conferência/seminário/curso	33,4	30,0	30,6	32,5	31,1	34,0	30,7	32,4	33,5	32,9
Ateliê/Oficina/Workshop	*	*	*	*	*	*	*	38,1	41,2	43,1
Espetáculo	24,8	24,1	22,8	24,7	26,3	25,5	28,4	26,0	26,6	27,0
Visitas guiadas/orientadas	81,7	83,7	84,4	85,4	84,2	84,9	88,3	74,9	76,9	78,3
Outra	12,2	11,4	13,2	14,1	7,9	13,6	14,5	6,6	6,9	6,2
Nenhuma atividade	6,1	5,7	5,1	6,1	14,8	7,5	5,1	6,6	6,4	7,2
Não responde	2,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,2	1,7	1,6	1,3	0,5
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Atividade	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Visitas guiadas/orientadas	72,7	74,3	74,8	74,5	74,1	76,6	80,9	64,8	67,1	65,4
Ações ao público escolar	42,4	44,3	41,1	43,2	43,0	48,1	44,9	37,3	42,3	43,0
Ação dirigida ao público adulto	*	*	*	*	*	*	*	19,9	28,2	32,1
Ação dirigida a outro tipo de público	*	*	*	*	*	*	*	11,9	12,4	13,5
Número de casos	264	327	309	294	293	291	272	236	234	237

dados destas exposições. A nível internacional é isso que faz o jornal britânico *The Art Newspaper*⁶ que publica anualmente listas dos museus e exposições de arte. No que concerne a Portugal, em 2010 menciona várias exposições temporárias de dois museus: 15 do Museu Coleção Berardo e 8 do Museu Serralves. No quadro 4.7 referem-se as três exposições mais visitadas dos dois museus.

Entre as exposições temporárias realizadas em Portugal há várias outras para as quais estão disponíveis dados de visitantes, ou porque tiveram repercussão nos média e/ou porque constam em documentos de gestão, como os relatórios de atividade do IMC consultados de forma sistemática nos anos de 2008-2010. No quadro 4.8 referem-se números de visi-

tantes de algumas exposições. Entre as mais visitadas está *Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII* (Museu Nacional de Arte Antiga) e *A Educação do Príncipe. Obras-Primas da Coleção do Museu Aga Khan* (Museu Calouste Gulbenkian). Igualmente dirigidas aos visitantes, as Publicações produzidas ou editadas têm um papel de destaque. A análise da sua evolução está condicionada por dois aspetos: i) a interrupção de recolha da informação em 2007; ii) a inclusão de 6 outras opções de resposta, seja como novas, seja como redefinição de outras já existentes. Neste cenário, o quadro 4.9 mostra que é o Folheto/desdobrável a publicação disponível para oferta e/ou venda ao público mais referida (79% em 2007).

Quadro 4.5

Outras atividades orientadas para os visitantes por Ano

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Notas: variável múltipla; o critério utilizado é a realização da atividade pelo menos uma vez no ano.

Legenda: * opção de resposta não contemplada no ano em questão.

Quadro 4.6

Museus sem Serviço educativo por Atividade e por Ano

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

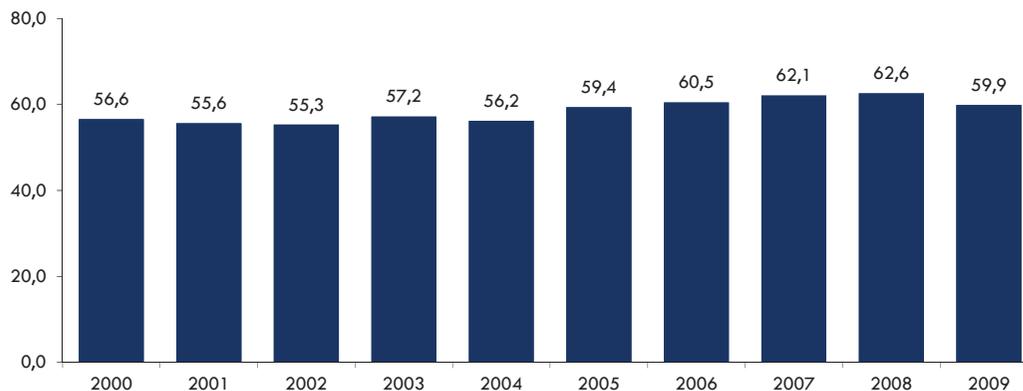
Bases numéricas: museus sem serviço educativo.

Notas: variável múltipla; o critério é a realização da atividade pelo menos uma vez no ano.

Legenda: * opção de resposta não contemplada no ano em questão.

⁶ O jornal *The Art Newspaper* constrói e divulga anualmente, desde 2003, rankings dos volumes de visitantes em museus e exposições temporárias de arte os quais permitem detetar posições relativas de acordo com a média diária e o total de visitantes. Quanto aos museus portugueses só em 2009 surgem no ranking Total Art Museum Numbers. São dois: Museu Coleção Berardo e (museu da) Fundação Serralves, o primeiro em 75º lugar (625 mil visitantes) com 11 exposições temporárias referidas e o segundo em 104º lugar (404 mil visitantes) e 12 exposições temporárias, uma das quais no top ten da categoria Architecture and design (*The Art Newspaper*, 2010).

Gráfico 4.3
Museus com Exposição temporária por Ano (percentagem)
Fonte: INE, IMUS.



Quadro 4.7
As 3 exposições temporárias com mais visitantes dos museus Coleção Berardo e Serralves (2010)
Fonte: *The Art Newspaper* (2011: 23-30).

Museu	Exposição	Visitantes
Museu Coleção Berardo	Joana Vasconcelos – Sem Rede	167.852
	Os Gémeos	134.764
	Amália Coração independente	105.246
Museu Serralves	Serralves 2009 – A Coleção	197.674
	Lourdes Castro e Manuel Zimbro: À Luz da Sombra	107.195
	Dara Birnbaum – A Matéria Negra da Luz dos Media	106.070

Quadro 4.8
Visitantes de exposições temporárias realizadas em museus em Portugal
Fontes: Relatórios de Atividades da FCG (2009: 59; 2010: 38; 2011: 47), da Fundação EDP (2010: 38; 2011: 39-40) e do IMC (2010: 149, 159 e 304; 2011: 151, 154, 157 e 160).

Notas: Em alguns casos estão disponíveis dados de galerias de exposições temporárias. Veja-se Neves e Santos (2010: 55) para as duas exposições da Galeria do Rei D. Luís I – Palácio Nacional da Ajuda (José Saramago. *A Consistência dos Sonhos*, 2008, 12.594 e *Arte e Cultura do Império Russo nas Coleções do Hermitage. De Pedro, o Grande, a Nicolau II*, 2007/2008, 117.031) e FCG (2010: 143) para a exposição *A Evolução de Darwin* (2009, 161.118).

Museu	Exposição	Ano	Total de visitantes
Museu Calouste Gulbenkian	Perspetiva das Coisas. A Natureza-morta na Europa Primeira parte: Séculos XVII – XVIII (1ª Parte)	2010	38.574
	Henri Fantin-Latour (1836-1904)	2009	31.200
	A Educação do Príncipe. Obras-Primas da Coleção do Museu Aga Khan	2008	80.026
Museu da Eletricidade	Povo – People	2010	25.967
	Amália: Coração Independente	2009/2010	25.884
	Lá Fora	2009	14.112
Museu Nacional de Arte Antiga	Os Primitivos Portugueses (1450-1550). O Século de Nuno Gonçalves	2010/2011	56.264
	A Invenção da Glória. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana	2010	55.061
	Encompassing the Globe. Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII*	2009	70.018
Museu Grão Vasco	Na Catedral de S. Pedro	2010	27.988
	Arte, poder e religião nos tempos medievais: a identidade de Portugal em construção	2009/2010	18.228
Museu de Lamego	Oito Obras de Referência. A Sé de Lamego em Oito Séculos de História	2010	10.179
	Olhares no Museu	2009	9.951
Museu Nacional de Soares dos Reis	De Ponte em Ponte	2009	9.520
Museu D. Diogo de Sousa	Vita Vitri	2010	5.330

* Entre 24 de junho e 16 de setembro de 2007 esta exposição esteve patente na Sackler Gallery, em Washington. Com um total de 340.766 visitantes foi a exposição mais visitada da cidade naquele ano (*The Art Newspaper*, 2008: 27 e 32).

Quadro 4.9
Museus com Publicações produzidas ou editadas por Ano (2000-2007)

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: variável múltipla.

Legenda: a inquirição sobre publicações passou a trienal em 2007.

* opção de resposta não contemplada no questionário.

Publicações	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Folheto/desdobrável	61,5	67,6	69,2	71,5	74,7	74,1	75,7	78,5	-	-
Roteiro/guia	30,3	32,2	31,5	32,2	33,3	34,7	35,1	34,9	-	-
Catálogo/brochura	34,6	35,2	35,9	37,7	38,5	39,5	41,6	45,5	-	-
Publicação periódica	11,6	11,8	12,2	12,2	11,9	11,8	12,5	13,7	-	-
Publicação infanto-juvenil	*	*	*	*	*	*	*	13,1	-	-
Monografia	22,8	22,5	20,5	21,9	23,0	23,7	25,2	23,0	-	-
Newsletter em formato eletrónico	*	*	*	*	*	*	*	11,1	-	-
Cassete vídeo	8,8	8,7	9,3	9,6	8,9	9,3	8,6	*	-	-
CD-ROM/DVD	3,9	5,7	7,1	7,5	9,5	12,8	13,2	*	-	-
Vídeo/CD-ROM/DVD	*	*	*	*	*	*	*	15,4	-	-
Postais	*	*	*	*	*	*	*	42,9	-	-
Gravuras	*	*	*	*	*	*	*	6,6	-	-
Mapa/calendário/cartazes	*	*	*	*	*	*	*	20,4	-	-
Outras edições	15,3	15,9	15,4	17,0	17,7	16,3	16,0	9,7	-	-
Nenhuma edição	20,0	16,3	16,1	15,5	12,5	12,3	10,6	10,9	-	-
Não responde	0,4	0,2	0,2	0,0	0,3	1,2	1,7	0,7	-	-
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Com alguma margem de distância, mas ainda com percentagens relevantes em 2007, encontram-se o Catálogo/brochura (46%), os Postais (43%) e o Roteiro/guia (35%). Os com menor utilização são as Gravuras (7%) e Outras edições (10%). Das novas opções, para além dos já referidos Postais, salienta-se também o Mapa/calendário/cartazes e Publicação infanto-juvenil com percentagens de 20% e 13%, respetivamente. Com nenhuma edição apresentam-se 11% dos museus.

Quanto à utilização de suportes audiovisuais, multimédia ou informáticos, apesar da sua diminuta utilização por parte dos museus, não deixam de mostrar um crescimento no período, sobretudo o CD-ROM/DVD (4% em 2000 para 13% em 2006) que se acentua já na opção Vídeo/CD-ROM/DVD com 15% em 2007, isto para além dos 11% de museus que afirmam dispor de Newsletter em formato eletrónico. Relativamente à evolução verificada realça-se a tendência de crescimento do Folheto/desdobrável (62% para 79%) e do Catálogo/brochura (35% para 46%), ao passo que decrescem Outras edições (15% para 10%) – situação que se deve à criação de novas opções de resposta, o que veio reduzir o peso percentual desta opção – e o número de museus sem qualquer edição (20% para 11%).

Quanto aos Suportes de publicidade utilizados é necessário referir antes de mais que também esta questão sofreu alterações, sendo a mais notória o facto de ter deixado de fazer parte do IMUS aquando da sua reestruturação, pelo que o período a ter em conta vai de 2000 a 2006. Neste sentido, o suporte mais utilizado pelos museus para a divulgação das suas atividades é Jornais (57% em 2006) (quadro 4.10).

No que diz respeito aos outros suportes, a Rádio é assinalada por um terço dos museus, ao passo que tanto os *Outdoors* como a Televisão apresentam percentagens na ordem dos 24% e 21%, respetivamente. Em 2006, 34% dos casos não utilizou qualquer suporte de publicidade. Em termos evolutivos, evidencia-se por um lado o aumento dos museus que referem utilizar os *Outdoors* (17% para 24%) e, por outro lado, a decréscimo dos que não utilizam qualquer um dos suportes (40% passa para 34%).

No que diz respeito à inclusão do nome do museu em itinerários culturais/turísticos locais ou nacionais (roteiros de instituições, agendas culturais, imprensa, etc., em suporte papel ou eletrónico), isso acontece com mais de 79% (gráfico 4.4).

A percentagem de museus com presença em itinerários mantém-se sempre a níveis elevados (máximo em

Quadro 4.10**Museus que utilizam Suportes de publicidade por Ano (2000-2006)**

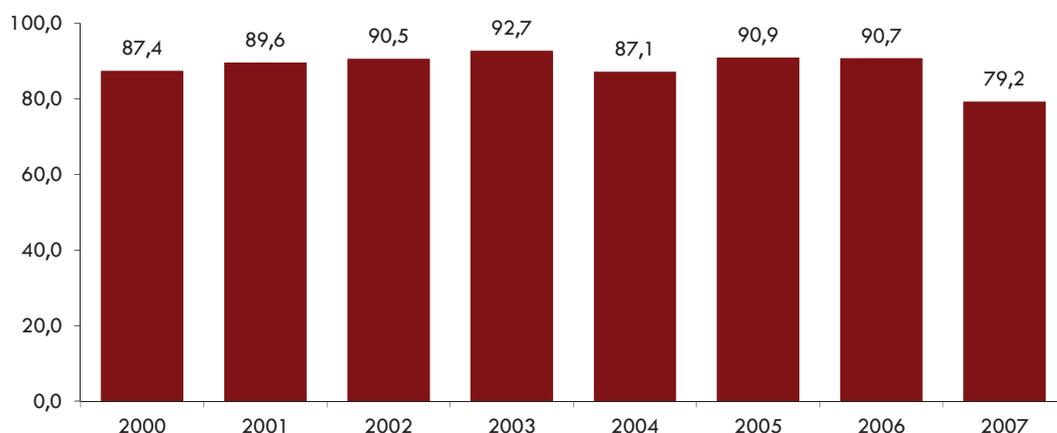
(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.**Nota:** variável múltipla.**Legenda:** a inquirição sobre suportes de publicidade deixou de ser feita a partir de 2007.

Suporte	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jornais	54,0	57,2	54,5	53,9	56,5	55,1	56,8	-	-	-
Televisão	22,2	20,6	20,5	19,5	16,8	17,9	20,8	-	-	-
Rádio	30,3	33,8	33,3	35,1	34,0	33,2	33,1	-	-	-
Outdoors	16,5	18,4	18,1	19,8	19,9	22,4	24,0	-	-	-
Não houve publicidade	39,7	35,4	37,4	38,1	36,4	33,7	34,1	-	-	-
Não responde	0,4	0,2	0,2	0,0	0,3	1,2	1,7	-	-	-
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626

Gráfico 4.4**Museus com presença em itinerários culturais por Ano (2000-2007)**

(percentagem)

Fonte: INE, IMUS.**Nota:** a inquirição sobre itinerários culturais passou a trienal em 2007.

2003 com 93%), embora apresente quebras em dois momentos: de 2003 para 2004 (decrece 6 pontos percentuais); e sobretudo de 2006 para 2007 (11 pontos percentuais), resultado que se deve em grande medida à inquirição de museus recém-criados cuja integração em itinerários culturais ainda não estava concretizada.

4.3. Visitantes

Entre as principais fontes estatísticas na análise dos visitantes avultam três: administrativas; estudos dos públicos; e inquéritos às práticas culturais (Santos e outros, 2002: 57). Não se trata de fontes alternativas

mas sim complementares uma vez que disponibilizam informação com diferentes alcances. A primeira refere-se aos dados cujo objetivo central é administrativo mas que podem ser apropriados para fins estatísticos. É esta a fonte aqui utilizada⁷. Quanto às outras, uma reporta-se aos públicos efetivos dos museus – os estudos ou inquéritos aos públicos⁸ – e a outra a todos os tipos de públicos, efetivos, potenciais e aqueles que não frequentam equipamentos culturais (museus), normalmente referidos como não-públicos: os inquéritos às práticas ou à participação cultural da população de uma determinada unidade geográfica ou administrativa, por exemplo um país ou um conjunto de países⁹.

⁷ O que o INE faz, no IMUS, é recolher os dados administrativos produzidos nos museus inquiridos. Para uma perspetiva aprofundada deste tipo de fonte, com ilustração num museu, ver Luna (2009). Outro exemplo disponível é o das estatísticas de visitantes dos museus dependentes da tutela do sector (ver www.ipmuseus.pt).

⁸ Sobre públicos dos museus ver, entre outros, Camacho (1998); Neves (2004: 236-238); Santos e Neves (2005); Baltazar (2008); Helena Santos (Santos 2008a; 2008b); Coelho, (2008); Carvalho (2010); Simplicio (2010).

⁹ Não existe um inquérito às práticas culturais da população portuguesa propriamente dito. Para uma aproximação, referente ao conjunto dos países da União Europeia, e para as visitas a cultural sites (monumentos históricos, museus, galerias de arte e sítios arqueológicos) ver Beck-Domzalska (2011: 174-175).

Neste tópico, ainda com base no IMUS¹⁰, começa-se por classificar os museus de acordo com o escalão do número anual de visitantes e por identificar a existência do seu controlo. De seguida analisam-se em profundidade e segundo diversas variáveis os visitantes – totais, integrados em grupos escolares, os estrangeiros e as entradas gratuitas.

4.3.1. Museus por escalão de visitantes

A repartição dos museus por escalões de visitantes numa perspetiva longitudinal mostra que permanece a relevância dos Muito pequenos e Pequenos, sempre mais de metade ao longo da década. O escalão dos Pequenos (entre 1.000 e 5.000 visitantes) é o que regista as percentagens mais elevadas¹¹. Contudo, esses escalões vêm perdendo peso percentual, ao passo que o correspondente aos Grandes museus (mais de 20 mil visitantes) tem vindo a engrossar e atinge 22% em 2009 (quadro 4.11).

Se se segmentar este último escalão de modo a revelar qual a parte daqueles museus com 100.000 e mais visitantes anuais (que poderiam ser aqui considerados como os Muito grandes) conclui-se que é relativamente baixa uma vez que a percentagem correspondente é

de 5% em 2009 (33 casos incluindo 9 Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários). Mas ainda assim é uma parte que tem vindo a crescer. Para se ter uma ideia desse crescimento note-se que em 2005 era (só) de 2%. Estes museus com mais elevada atração de visitantes situam-se sobretudo no litoral e nas grandes cidades, constatação que é particularmente notória nos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

4.3.2. Controlo dos visitantes

Antes de passar à análise detalhada dos dados dos visitantes importa situar os modos de apuramento utilizados e se são, ou não, objeto de controlo, muito especialmente através da utilização de meios informáticos. A este propósito, embora ao longo da série em análise não se verifique propriamente uma evolução constante – antes são notórias oscilações anuais – é apesar de tudo visível um crescimento nos anos mais recentes face aos anteriores. Mais concretamente, a partir de 2004 a percentagem daqueles que têm controlo de visitantes é sempre superior a 86% (quadro 4.12). Em 2009 essa percentagem é de 88% contra 77% em 2000. Quanto se restringe a análise aos museus com controlo das entradas, como seria esperável, é crescente o

Escalão de visitantes	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Muito pequenos	18,3	23,5	22,4	20,4	20,3	18,8	19,5	15,6	15,7	16,6
Pequenos	35,0	32,9	32,5	32,9	34,3	35,5	33,5	32,2	33,0	31,5
Médios	28,2	26,4	27,2	27,3	26,3	27,9	28,8	31,7	30,6	29,5
Grandes	18,5	17,3	18,0	19,5	19,1	17,9	18,2	20,6	20,7	22,3
Número de casos	454	554	567	550	571	581	570	559	581	613

Controlo de visitantes	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sim	77,2	78,9	80,4	82,6	86,3	86,7	89,5	89,4	88,6	88,2
Não	20,4	21,0	19,5	17,4	13,4	13,3	9,8	10,6	11,1	11,7
Não responde	2,4	0,2	0,2	0,0	0,3	0,0	0,7	0,0	0,3	0,2
Número de casos	491	577	591	575	582	603	592	578	594	626
Com controlo informatizado	28,8	27,5	28,6	32,8	32,9	35,9	35,5	40,4	44,5	41,8
Número de casos com controlo de visitantes	379	455	475	475	502	523	530	517	526	552

Quadro 4.11 Museus por Escalão de visitantes e por Ano

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

Legenda: Muito pequenos, menos de 1.000 visitantes anuais; Pequenos, 1.000 a 5.000 visitantes anuais; Médios, 5.000 a 20.000 visitantes anuais; Grandes, mais de 20.000 visitantes anuais.

Quadro 4.12 Controlo de visitantes por Ano

(percentagem do número de casos)

Fonte: INE, IMUS.

¹⁰ A noção de “visitante do museu” corresponde a “pessoa que visita as exposições, utiliza os serviços disponíveis (biblioteca, centro de documentação, reservas, entre outros), e/ou frequenta as atividades realizadas no museu (concertos e conferências, entre outros). Excluem-se as entradas para o restaurante, a cafetaria, a loja e outros equipamentos, quando independentes, assim como as visitas ao site do museu” (INE, <<http://metaweb.ine.pt>>, vigente desde 11/01/2008).

¹¹ Para uma perspetiva analítica complementar – repartição do número de visitantes por escalão – ver adiante quadro 4.14. Sobre os serviços educativos ver anexo 4.1.

Quadro 4.13

Museus com controlo informatizado de entradas por Tutela e por Ano

(percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Tutela	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	51,0	46,2	49,5	56,4	55,9	57,3	57,8	61,2	63,4	52,4
Governos Regionais	22,2	33,3	33,3	30,4	38,1	36,4	33,3	40,9	61,9	57,1
Administração Local	12,0	11,4	13,0	17,6	18,8	22,7	23,6	31,4	33,8	35,4
Privados	17,7	19,6	20,3	23,4	25,1	28,2	28,7	31,4	35,2	31,1
<i>Não lucrativos</i>	16,5	19,6	20,2	24,1	26,7	29,9	29,8	31,4	34,9	31,1
<i>Lucrativos</i>	21,3	19,6	20,4	21,2	20,4	22,6	25,0	31,7	36,4	30,8
Total	22,2	21,7	23,0	27,1	28,4	31,2	31,8	36,2	39,4	36,8

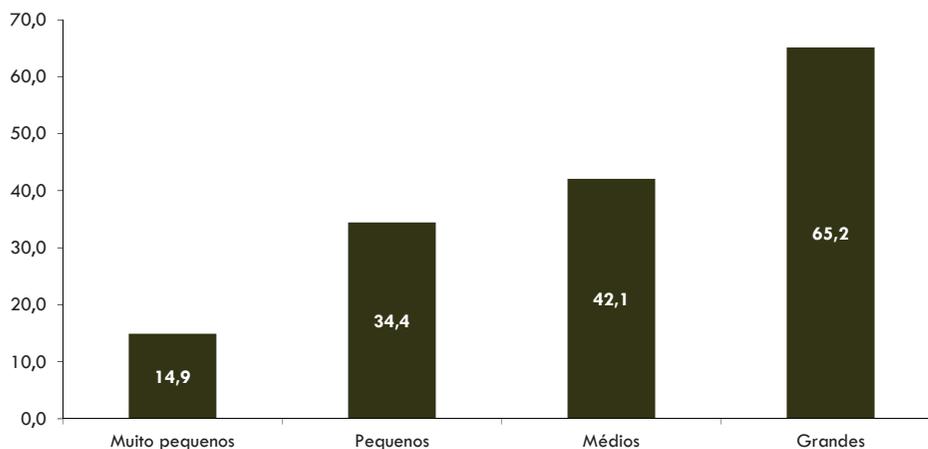
Gráfico 4.5

Museus com informatização da bilheteira por Escalão de visitantes (2009)

(percentagem do número de museus com bilheteira informatizada)

Fonte: INE, IMUS.

Legenda: Muito pequenos, menos de 1.000 visitantes anuais; Pequenos, 1.000 a 5.000 visitantes anuais; Médios, 5.000 a 20.000 visitantes anuais; Grandes, mais de 20.000 visitantes anuais.



número de museus em que esse controlo é informatizado, correspondendo este, em princípio, a procedimentos mais fiáveis. Contudo, apesar da evolução claramente positiva verificada ao longo da década – em 2000 a percentagem correspondente é apenas 29% quando em 2009 é de 42% – o dado que mais se destaca é que não chega a metade os que dispõem de sistemas de bilhética. E então se se tiver em conta o total de museus em análise a percentagem é de apenas 37% em 2009. O cruzamento com a Tutela revela que é entre os museus da Administração Central e dos Governos Regionais que este controlo está mais generalizado (quadro 4.13). Note-se, contudo, que, no máximo, para o conjunto dos anos em apreço, os museus dessas duas tutelas com controlo informatizado são 63% (Administração Central, 2008) e 62% (Governos Regionais, mesmo ano).

O reduzido número de entradas registado pelos museus pode ajudar a explicar as baixas percentagens no sentido em que a necessidade de tal controlo pode não ser considerada uma prioridade. Assim, será que museus com volumes mais elevados de entradas cuidam mais dos sistemas de apuramento e controlo? O cruzamento com o escalão de entradas (2009) permite concluir pela positiva. De facto, verifica-se que quanto mais elevado o número de visitantes, mais elevada é a percentagem de museus com controlo informatizado (gráfico 4.5).

4.3.3. Volume de visitantes

Na análise do volume de visitantes¹² evidencia-se uma clara e expressiva tendência de crescimento: de 11,8 milhões em 2000 chega-se a 15,6 milhões em

¹² Do ponto de vista do número de visitantes por 100.000 habitantes, de acordo com o EGMUS, Portugal situa-se em 16º lugar no total de 25 países analisados, logo a seguir ao Luxemburgo e acima de Itália (Haan, 2010: 9).

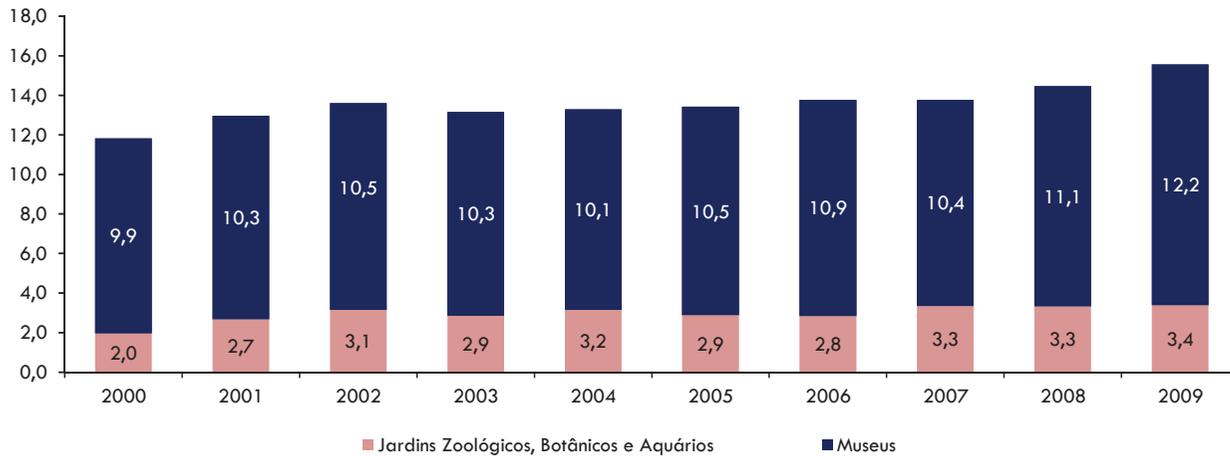


Gráfico 4.6
Visitantes por Ano
(milhões)
Fonte: INE, IMUS.

2009, ou seja, regista-se um acréscimo de cerca de 3,8 milhões em 10 anos. Como se pode observar no gráfico 4.6 a parte relativa aos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários oscila entre os 2 milhões em 2000 e 3,4 milhões em 2009.

A análise da distribuição dos visitantes pelas diversas tutelas revela que os Privados (e, nestes, destacadamente os Não lucrativos) recolhem desde 2007 a maior fatia sobrepondo-se claramente aos museus da Administração Central (quadro 4.14). A diferença percentual é, em 2009, de quase 10 pontos favoráveis aos Privados (41% contra 32% da Administração Central), ao passo que no início da série era favorável à Administração Central em 16 pontos (49% contra 33% Privados).

Anote-se ainda o forte crescimento de visitantes nos museus da Administração Local que passam, em termos relativos, de 12% em 2000 para o dobro em 2009. De resto, Privados e Administração Local são as tutelas que, nos anos recentes, mais contribuem para os volumes de visitantes alcançados uma vez que os da Administração Central e dos Governos Regionais mostram acentuadas quebras não só em percentagem como também em números absolutos.

Continuando a seguir o quadro 4.14, mas agora quanto à distribuição por Tipo, retêm-se os seguintes aspetos. Por um lado, os Museus de Arte são os que concitam o valor mais expressivo (um em cada cinco visitantes), sendo que também os Museus de História

reforçam a parte correspondente, que é de 16% em 2009. Note-se que ambos os tipos registam saltos significativos explicados pela reformulação do IMUS, efetuada, como atrás referido, em 2006 com implicações nos dados de 2007. Como já foi mencionado os registos antes tipificados como Monumentos Musealizados foram retirados do universo, uns, e incluídos nos de Arte ou nos de História, outros. Um segundo aspeto refere-se ao crescimento dos Museus Especializados que representam 12% em 2009. O terceiro é que os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários constituem uma parte muito relevante dos visitantes, nunca menos de 17% (2000) e chegam mesmo aos 24% (em 2007). O quarto e último aspeto é que os demais tipos têm valores residuais e não ultrapassam, por exemplo em 2009, os 6%.

Quanto observados de acordo com a Região, é visível e mesmo evidente a clivagem entre as regiões a norte de Lisboa (inclusive) e as restantes. De facto o grosso dos visitantes situa-se nessas três regiões (87% em 2009). É igualmente visível, embora não tão evidente uma vez que Lisboa permanece a região com a maior percentagem de visitantes (quase metade) do total, que a região Norte tem vindo paulatinamente a granjear uma parte crescente (26% em 2009).

Os museus abertos ao público depois de 1990 representam quase metade – precisamente 46% – dos visitantes. Ou, dito de outra forma, os museus recentes e muito recentes registam, se tomados em conjunto, um

Quadro 4.14
Visitantes por Tutela,
Tipo, Região, Ano
de abertura e Escalão
de visitantes por Ano

(milhões e percentagem do total de visitantes)

Fonte: INE, IMUS.

Legenda: - Não foi inquirido; Muito pequenos, menos de 1.000 visitantes anuais; Pequeno, 1.000 a 5.000 visitantes anuais; Médio, 5.000 a 20.000 visitantes anuais; Grande, mais de 20.000 visitantes anuais.

	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total de visitantes (em milhões)	11,8	13,0	13,6	13,2	13,3	13,4	13,8	13,8	14,5	15,6
Tutela										
Administração Central	48,5	44,2	43,0	42,7	40,6	40,8	44,3	33,6	32,5	31,6
Governos Regionais	6,5	3,1	3,2	5,4	5,4	5,6	4,0	4,3	4,1	3,5
Administração Local	12,3	16,2	18,2	16,8	18,1	18,1	17,1	21,5	21,9	23,6
Privados	32,6	36,5	35,6	35,1	35,9	35,4	34,6	40,6	41,5	41,4
<i>Não Lucrativos</i>	15,8	20,3	20,0	21,0	21,1	21,0	21,6	28,8	29,6	29,6
<i>Lucrativos</i>	16,8	16,2	15,6	14,1	14,8	14,4	13,0	11,8	12,0	11,8
Tipo										
Arte	12,3	13,2	11,8	12,3	13,8	14,3	14,9	19,3	20,3	20,4
Arqueologia	3,4	3,5	4,0	4,7	4,1	4,0	4,1	5,0	4,7	5,6
História	5,3	4,5	4,5	4,5	4,7	4,7	4,6	16,6	16,8	16,0
Ciências Naturais e de História Natural	3,8	2,7	2,5	4,6	3,3	3,3	1,1	1,5	1,5	2,0
Ciência e de Técnica	4,7	4,4	3,8	4,0	4,4	4,2	5,0	5,3	6,2	5,9
Etnografia e de Antropologia	9,3	8,8	8,2	7,5	7,3	7,0	6,6	6,1	6,6	5,5
Especializados	7,3	7,7	7,6	7,6	7,4	8,4	9,0	10,6	9,8	11,9
Território	1,4	1,1	1,3	1,3	1,1	2,0	1,7	1,9	2,1	2,8
Mistos e Pluridisciplinares	6,1	5,6	5,7	5,5	5,2	5,3	5,0	6,1	6,1	5,8
Outros	1,8	1,3	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	3,4	2,9	2,5
Monumentos Musealizados	28,0	26,7	26,5	25,6	24,1	24,5	26,4	-	-	-
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	16,6	20,7	23,1	21,7	23,7	21,4	20,6	24,3	23,0	21,8
Região										
Norte	13,8	20,0	19,9	18,8	21,1	21,3	20,0	24,4	24,8	25,6
Centro	15,4	16,9	17,2	16,8	16,6	16,9	16,7	13,3	13,4	12,4
Lisboa	53,0	49,5	47,0	46,8	44,4	45,2	48,7	46,7	47,7	48,9
Alentejo	3,6	3,7	4,3	4,3	4,8	3,9	3,6	6,1	5,1	5,0
Algarve	6,2	5,4	5,5	4,9	4,7	4,6	4,5	2,7	2,4	2,1
Açores	1,0	1,1	1,0	1,3	1,3	1,1	1,4	1,1	1,1	1,2
Madeira	6,9	3,5	5,0	7,2	7,2	7,0	5,2	5,5	5,6	4,7
Ano de abertura										
Antes de 1899	9,8	9,1	8,0	8,7	7,6	7,8	7,7	7,6	7,2	7,9
1900-1929	9,3	9,0	9,2	8,9	8,7	8,6	9,2	11,3	11,3	11,5
1930-1969	25,2	24,3	23,9	23,6	23,5	24,0	23,7	24,7	23,0	20,0
1970-1979	4,0	3,7	3,5	3,4	3,1	3,0	3,0	1,8	2,0	1,8
1980-1989	20,9	23,1	23,6	22,5	23,4	23,1	22,1	13,4	12,1	12,7
1990-1999	28,0	26,4	26,5	26,2	27,4	25,8	26,2	27,1	27,5	26,2
2000-2009	0,4	2,4	3,6	4,9	5,2	6,8	7,1	12,9	16,4	19,5
Não resposta	2,4	1,9	1,7	1,7	1,0	0,9	1,0	1,2	0,4	0,4
Escalão de visitantes										
Muito pequenos	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Pequenos	3,4	3,6	3,6	3,6	3,9	3,9	3,7	3,4	3,6	3,2
Médios	11,7	11,9	11,6	11,8	11,8	13,1	13,2	13,8	13,8	12,9
Grandes	84,5	84,0	84,4	84,1	84,0	82,6	82,7	82,5	82,4	83,6

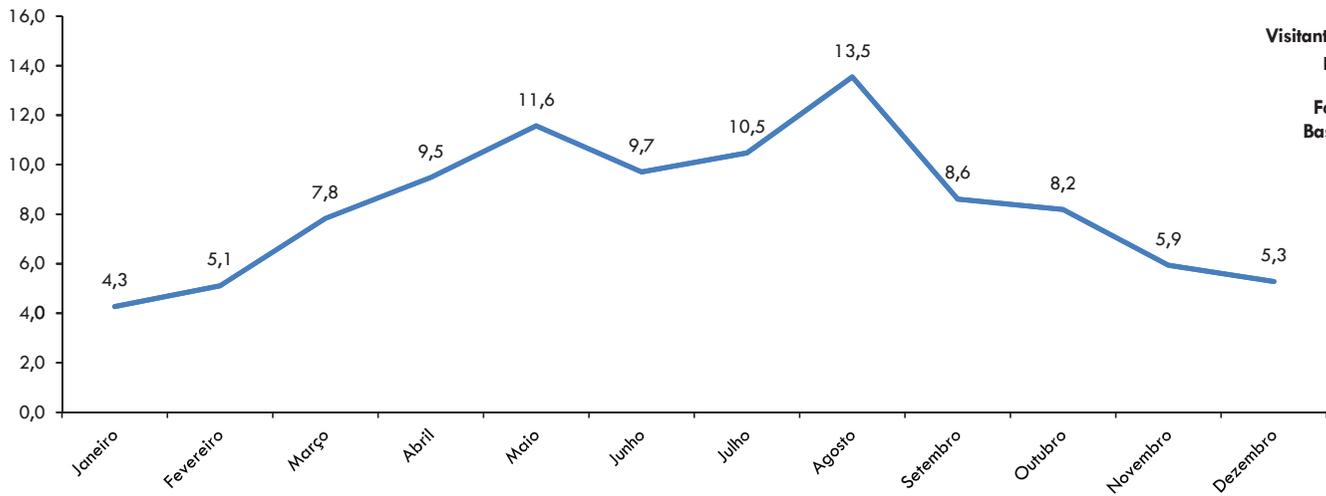


Gráfico 4.7
Visitantes dos museus
por Mês (2009)
 (percentagem)
 Fonte: INE, IMUS.
 Base: 13.026.140
 visitantes.

elevado grau de adesão dos públicos, sendo que estes últimos (os que abrem na primeira década do século) representam em 2009 uma em cada cinco entradas. Por último, no que respeita aos comentários ao quadro 4.14, veja-se que o grosso dos visitantes se reporta aos Grandes museus, em percentagem nunca inferior a 82%. Os Muito pequenos representam um peso residual no conjunto dos visitantes anuais. Estes dados contrastam vivamente com a perspetiva da repartição dos museus por escalão de visitantes em que dominam, como se viu atrás no quadro 4.11, os Pequenos e Muito pequenos.

4.3.4. Sazonalidade do volume de visitantes

Uma outra abordagem a propósito dos visitantes é a do volume mensal a partir da qual é possível saber se o efeito de sazonalidade identificado no *Inquérito aos Museus em Portugal* – dados de 1998 (Santos e Neves, 2000: 127), se mantém, nas suas principais características, em 2009. Como então se notou, a sazonalidade do volume de entradas consiste na diferença acentuada entre outono/inverno e primavera/verão e traduz-se, em termos de evolução mensal, no crescimento

contínuo de janeiro até agosto, com dois picos intermédios localizados nos meses de março e maio, e decrescendo depois até novembro e com uma ligeira recuperação para dezembro. O primeiro pico deve-se aos estrangeiros, os outros dois às visitas escolares¹³. Como se pode observar pelo gráfico 4.7, o efeito de sazonalidade em 2009 é, em traços gerais, semelhante ao identificado em 1998 com duas diferenças essenciais: o pico de maio é mais visível, até porque é seguido de uma quebra assinalável, e a queda a partir de agosto é contínua, sem recuperação em dezembro. O pico de agosto justifica-se pelas visitas realizadas em período de férias, designadamente as dos turistas e, nestes, dos estrangeiros. Quanto ao pico de maio coincide com o mês em que se comemora, desde 1977 e por indicação do ICOM, o Dia Internacional dos Museus (dia 18). Esta comemoração vem sendo associada a atividades com grande visibilidade e elevada atração de visitantes realizadas em muitos museus, designadamente os tutelados pelo IMC e os integrados na RPM. Também neste mês se vêm realizando outras iniciativas, que envolvem muitas atividades de grande impacto em muitos museus, incluindo, de novo, os do IMC e da RPM.

¹³ Para uma análise da sazonalidade das visitas nos museus do então IPM em vários anos ver (IPM, 2006: 157-172). Quanto ao total dos visitantes é visível a evolução positiva até agosto, com um pico em maio. E quanto aos visitantes em grupos escolares evidencia-se um período em alta (de janeiro a junho), seguido de uma cavada depressão devido às férias de verão, com a retoma a partir de setembro a dezembro e com pico em novembro.

Com impacto no período em apreço haverá ainda que referir duas outras iniciativas, a Primavera dos Museus e a Noite dos Museus¹⁴, duas propostas do Ministério da Comunicação e Cultura francês de âmbito europeu. A Primavera dos Museus, promovida pelo IMC entre 2002 e 2004, preconizava a abertura gratuita num domingo de primavera. Desde 2001 aberta aos países signatários da convenção do Conselho da Europa tem por objetivo promover a relação com os públicos próximos do museu. A Primavera dos Museus foi substituída, em 2005, pela Noite dos Museus, que visa a conquista de novos públicos, mais jovens. Realiza-se em data móvel mas sempre próxima do dia 18 de maio, a que museus (e palácios a partir de 2008) do IMC e da RPM se associaram (IPM, 2006: 172). Para se ter uma noção da importância desta iniciativa na oferta de atividades dos museus para os visitantes refira-se, a título de exemplo, que em 2009 participaram 60 museus da RPM com cerca de 550 iniciativas (IMC, 2010: 251).

4.4. Características dos visitantes

4.4.1. Grupos escolares, visitantes estrangeiros e entradas gratuitas

A função educativa dos museus é altamente valorizada tanto pelas políticas culturais como pelas educativas (Augusto Santos Silva e outros, 2000; Xavier e outros, 2004) pelo que as visitas realizadas em

articulação com as escolas são, por norma, quantitativamente muito relevantes. Importa aqui apurar qual a sua importância em números absolutos e relativos e qual a evolução registada. A análise desta categoria de visitas, as inseridas em Grupos escolares¹⁵, permite constatar que cresceu de modo muito significativo no período em apreço, tanto em números absolutos (passou de 1,9 milhões em 2000 para 3,3 milhões em 2009) como em percentagem do total de visitantes (16% em 2000 para 22% em 2009, ou seja, neste ano um em cada cinco visitantes é-o inserido em visitas de âmbito escolar), evolução que atesta bem, e confirma, o impacto de tais visitas nas atividades dos museus. Contudo, deve salientar-se que o impacto destas visitas em termos absolutos é particularmente visível nos anos mais recentes, 2008 e 2009 (gráfico 4.8).

As outras duas categorias de visitantes dão conta da procura por parte de estrangeiros¹⁶, presumivelmente turistas, e as entradas gratuitas, parte das quais decorrentes das políticas de democratização da cultura¹⁷. Em ambas se registam crescimentos positivos de 2007 para 2009 (período para o qual existem dados), ano em que os números são mais expressivos quanto aos segundos (5,7 milhões ou 36%), sendo que relativamente aos primeiros se regista um valor ligeiramente mais baixo em 2009 (3,9 milhões ou 25% do total) relativamente a 2008 (4 milhões, ainda que com maior peso relativo, 28%). Em qualquer caso representam, portanto, contingentes muito significativos, tanto em números absolutos como relativos.

¹⁴ Exemplos de outras iniciativas concretizadas em museus portugueses que prolongam os horários normais de abertura num número alargado de museus, para além das duas mencionadas, é a das “5as à Noite nos Museus”, que se realiza desde 2008 e, num museu em particular, Serralves em Festa, que se realiza desde 2004 também no mês de maio, normalmente com impactos significativos do ponto de vista mediático e da atração de visitantes. A este propósito refira-se, como iniciativa precursora, a Lange Nacht der Museen (Berlim), cuja primeira edição decorreu em 1997 (Kuhnelt, 2008).

¹⁵ Nota do IMUS sobre a questão relativa aos grupos escolares na secção 7 (“Visitantes”): “Um estudante que visita o Museu, isoladamente ou na companhia de amigos ou familiares, não deverá ser considerado nos grupos escolares (7.3.1); os grupos escolares de visitantes estrangeiros devem ser incluídos nos visitantes estrangeiros (7.3.2)” (INE, 2008: 203).

¹⁶ Quanto à percentagem de “visitantes turistas estrangeiros”, de acordo com o EGMUS, Portugal situa-se em 3º lugar entre 10 países, atrás do Luxemburgo e da Holanda e acima de Espanha, por exemplo (Haan, 2010: 10).

¹⁷ Insere-se nestas políticas, como garante do acesso universal, a gratuidade das entradas aos domingos e feriados (até às 14h) nos monumentos, palácios nacionais, museus e outros sítios culturais dependentes da tutela da Cultura (ver Despacho do Gabinete do Ministro da Cultura nº 9104/2004, 2ª série, de 6 de maio). Um relatório da Inspeção-Geral de Finanças de 2010 sugere como solução para aumentar as receitas a restrição do regime de gratuidade a um domingo por mês (IGF, 2010: 133-134). Nesta mesma linha se pronunciou publicamente em entrevista à SIC Notícias, a 8 de outubro de 2011, José Manuel Viegas, então Secretário de Estado da Cultura. Esta intensão, que motivou um intenso debate público, acabou por não se concretizar até ao momento da redação final do presente estudo.

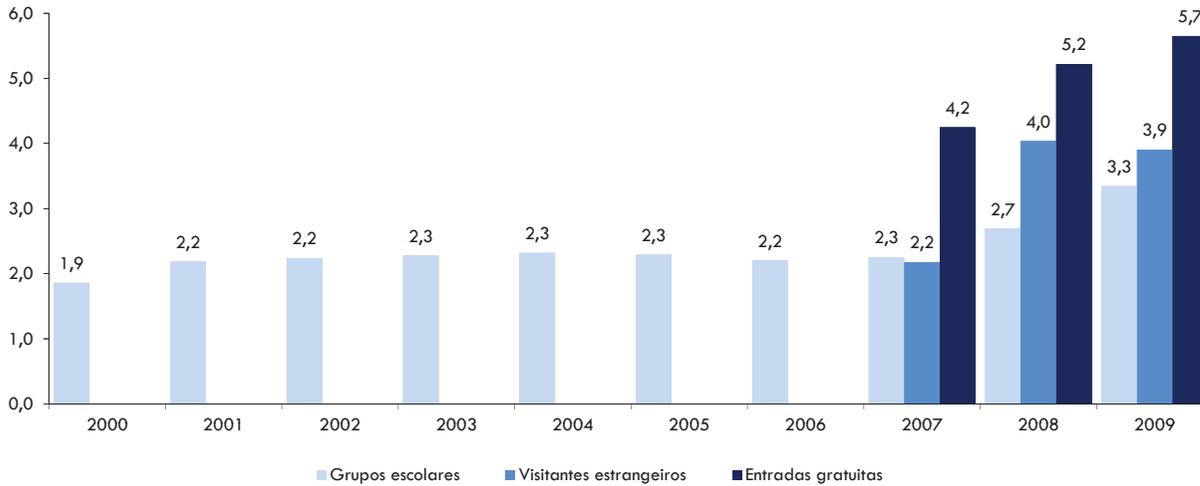


Gráfico 4.8
Visitas em grupos escolares, visitantes estrangeiros e entradas gratuitas por Ano (milhões)

Fonte: INE, IMUS.
Nota: Visitantes estrangeiros e Entradas gratuitas apenas são apurados desde 2007.

4.4.2. Um enfoque nos visitantes por Tutela, Tipo e Região dos museus

Dada a relevância dos visitantes na atividade dos museus importa detalhar um pouco mais esta abordagem, o que se fará seguidamente. Exclui-se desta análise os dados relativos aos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários. A análise incide em três categorias de visitantes (grupos escolares, estrangeiros e visitantes com entrada gratuita) cruzadas com a Tutela, o Tipo e a Região. O período em análise abrange os três anos para os quais existe informação, 2007, 2008 e 2009.

Por Tutela

Quanto aos Grupos escolares, a tendência nacional de crescimento observada verifica-se, ainda que com oscilações anuais, nas várias tutelas (gráfico 4.9). Administração Local e Privados Não Lucrativos são aquelas em que este tipo de entrada tem maior peso. O significado dos Grupos escolares no conjunto dos visitantes varia consoante a tutela entre o máximo de 26% (Privados Não Lucrativos, 2009) e o mínimo de 7% (Privados Lucrativos, 2007).

Nos Visitantes estrangeiros registam-se movimentos diferenciados que em alguns casos não acompanham a tendência nacional de crescimento (gráfico 4.10). As tutelas em que o peso destes visitantes é mais significativo são os Governos Regionais e a Administração

Central. As variações relativamente ao conjunto dos visitantes são também significativas: 48% (Governos Regionais, 2007) e 13% (Administração Local e Privados Lucrativos, 2007).

As Entradas gratuitas acompanham a evolução nacional, de modo mais ou menos aproximado, em museus tutelados pela Administração Central, Privados Não Lucrativos e Privados Lucrativos (gráfico 4.11). Esta é também a tutela em que tais entradas têm o peso mais significativo, o dobro das percentagens de Portugal (total nacional), sendo que também os Governos Regionais e a Administração Local se situam, de um modo geral, acima das percentagens nacionais nos três anos em apreço. O peso no conjunto dos visitantes apresenta uma grande variação: 88% (Privados Lucrativos, 2009) e 31% (Administração Central, 2007).

Acrescente-se, a este propósito, que a Administração Central regista percentagens bastante modestas (sempre inferiores ao total nacional), tal como os Privados Não Lucrativos, tutelas em que este tipo de entrada se aplica a um em cada três visitantes.

Por Tipo

A análise dos visitantes em Grupos escolares por Tipo de museu mostra que os de Ciência e de Técnica são aqueles em que tais visitantes são mais significativos, representando 51% em 2009, seguidos dos de Ciências Naturais e de História Natural e

Gráfico 4.9

Visitas em Grupos escolares por Tutela e por Ano (2007-2009)
(percentagem do total de visitantes)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

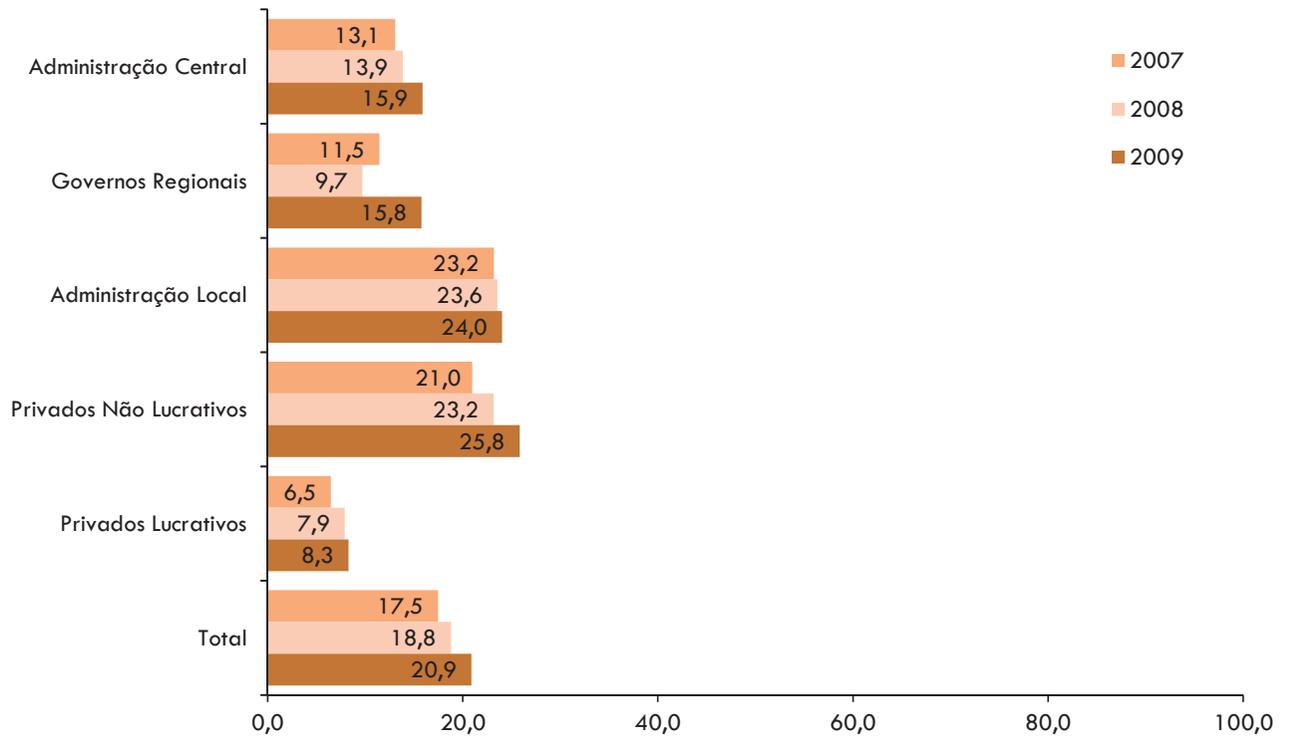
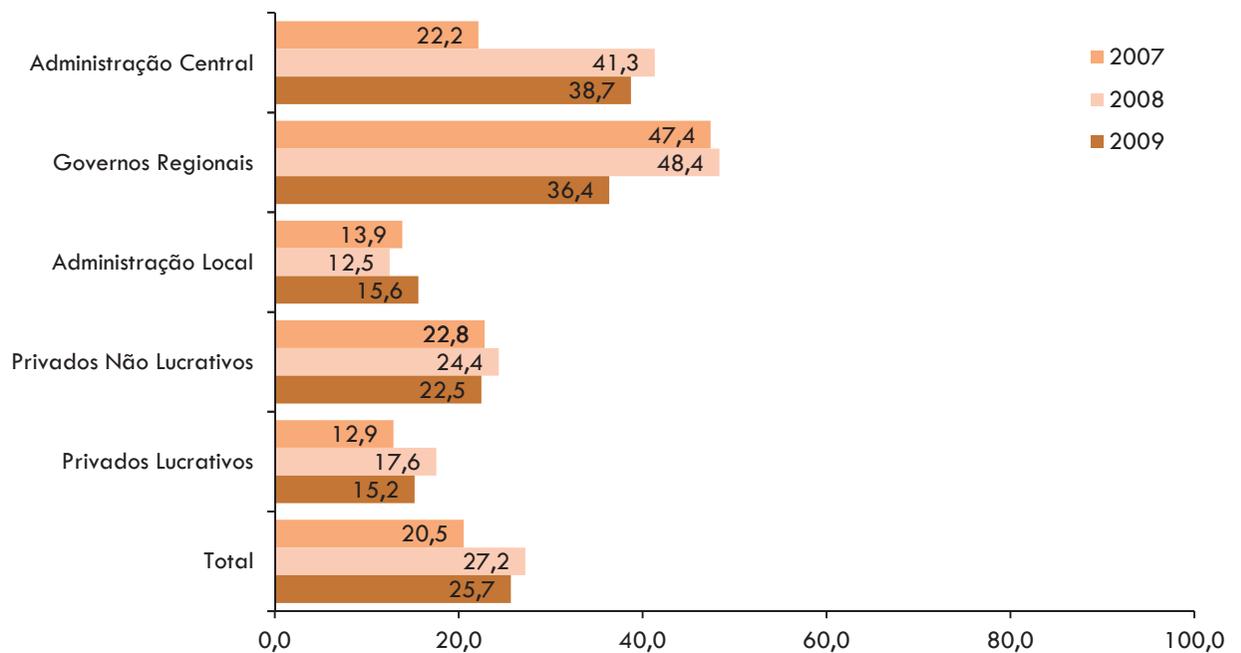


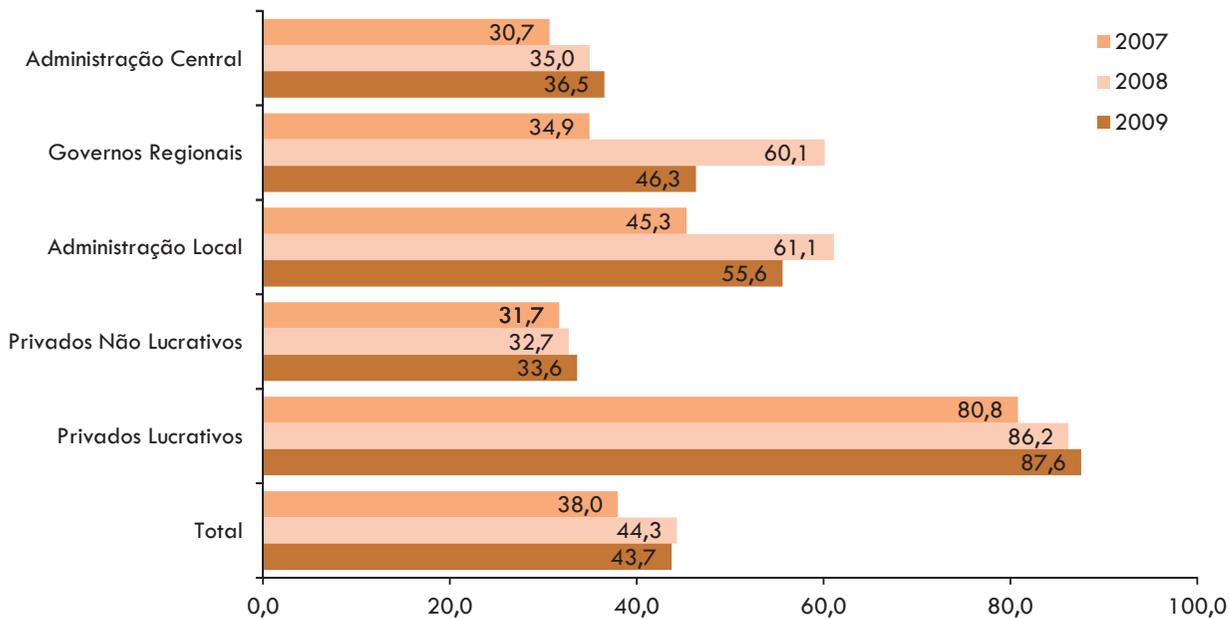
Gráfico 4.10

Visitantes estrangeiros por Tutela e por Ano (2007-2009)
(percentagem do total de visitantes)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.





dos museus Especializados (gráfico 4.12). Pelo contrário, nos Outros museus o impacto destes visitantes é quase nulo. Também aqui as evoluções são contrastantes uma vez que apenas os museus Especializados acompanham, de forma nítida, o crescimento contínuo dos totais nacionais das visitas em grupos escolares. Para além de tipos que se distinguem pela estabilidade, como os de Arte (importa ter em conta que este é o tipo com mais visitantes em números absolutos), vários registam subidas em 2009 e dois decréscimos como os museus de Ciências Naturais e os de Território.

Da análise do peso dos Visitantes estrangeiros por Tipo de museu e por Ano verifica-se igualmente uma clivagem entre alguns tipos em que a captação destes visitantes é relativamente elevada e de modo continuado e outros em que, pelo contrário, o seu peso é modesto. Como se pode observar pelo gráfico 4.13, entre os primeiros estão os museus de História (destacadamente), os de Arqueologia e os de Arte. São, aliás, estes os três tipos com maiores volumes de visitantes estrangeiros em números absolutos.

Relativamente às Entradas gratuitas a evolução nacional regista um crescimento de 2007 para 2008

seguida de ligeira diminuição para 2009. Esta evolução é replicada em alguns tipos, como os museus de Arqueologia, Território e Mistos e Pluridisciplinares (gráfico 4.14). Mas há também tipos que registam movimentos de crescimento contínuo muito nítido, como os museus de História, de Ciência e de Técnica e de Etnografia e de Antropologia. Este último é também o tipo em que mais se faz sentir o impacto das entradas gratuitas no conjunto dos visitantes.

Por Região

Passa-se agora à perspetiva da evolução regional das três categorias de visitantes no conjunto dos três anos considerados. Quanto aos Grupos escolares (gráfico 4.15), o seu peso varia significativamente entre 33% (Norte, 2009) e 9% (Algarve, 2007). O Norte é a única região situada claramente acima da média nacional, a que se junta o Centro mas com valores próximos da média. É visível o crescimento continuado, embora pouco acentuado, que se verifica a nível nacional. A percentagem respetiva passa de 18% em 2007 para 21% volvidos dois anos. Do ponto de vista da evolução identificam-se duas grandes tendências,

Gráfico 4.12
Visitas em Grupos escolares por Tipo e por Ano (2007-2009)
 (percentagem do total de visitantes)
Fonte: INE, IMUS.
Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

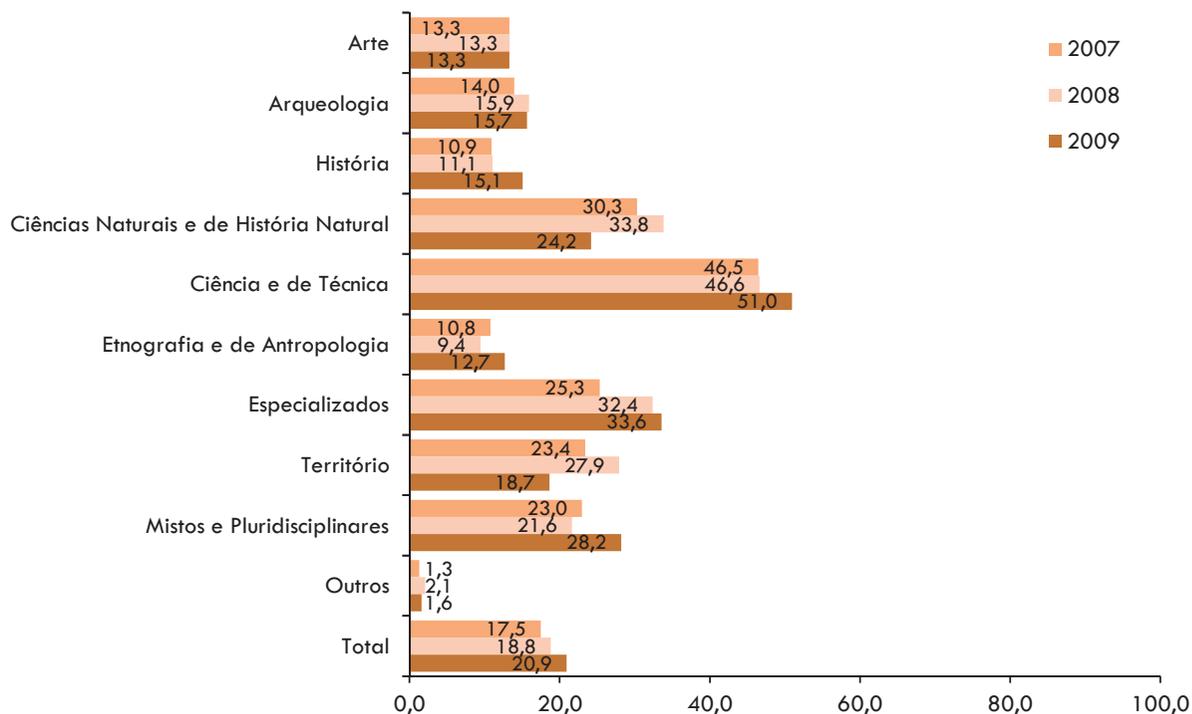
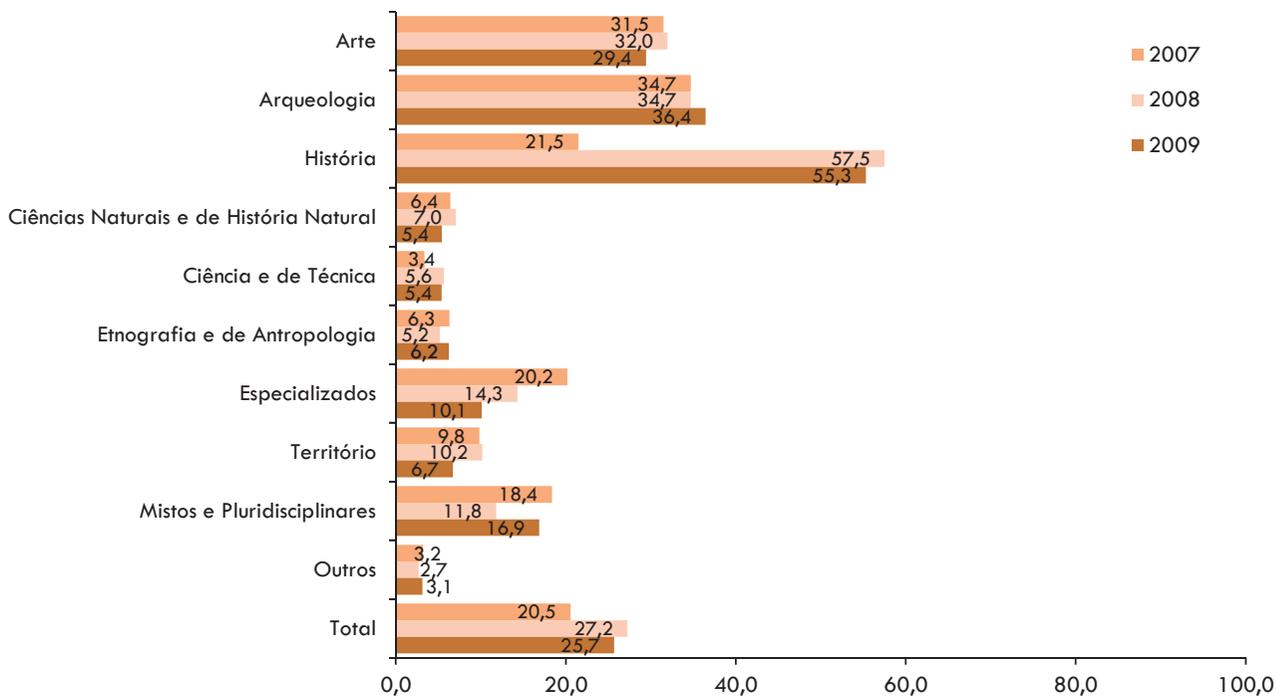


Gráfico 4.13
Visitantes estrangeiros por Tipo e por Ano (2007-2009)
 (percentagem do total de visitantes)
Fonte: INE, IMUS.
Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.



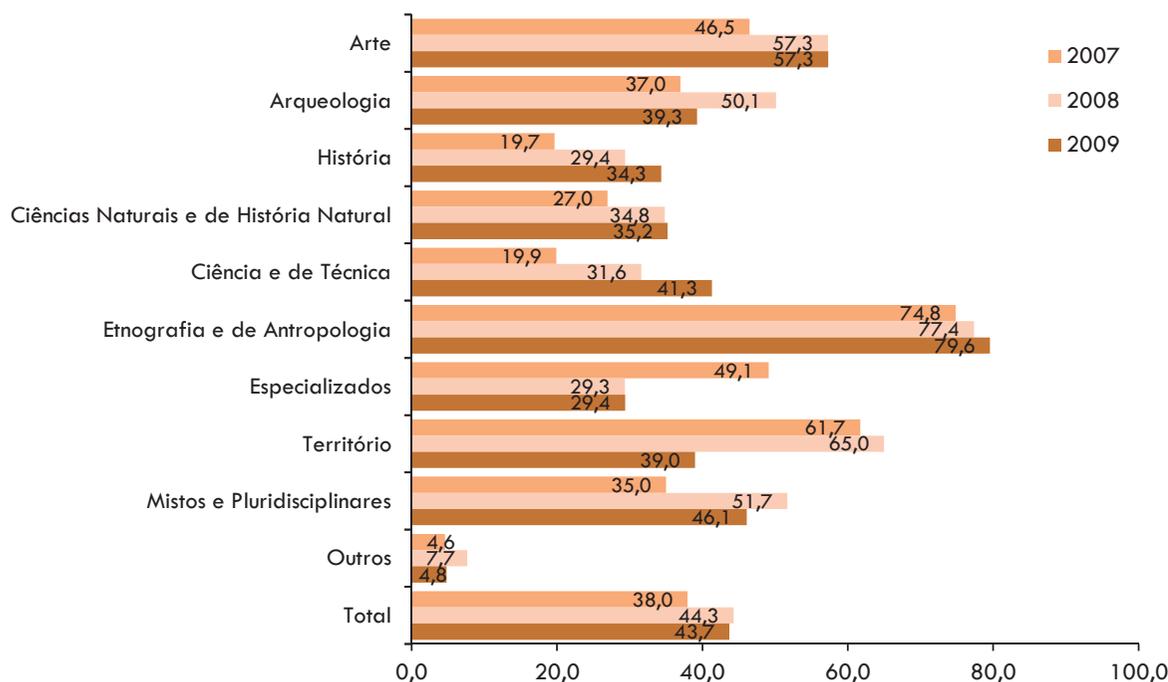


Gráfico 4.14
Entradas gratuitas
por Tipo e por Ano
(2007-2009)
(percentagem do total
de visitantes)
Fonte: INE, IMUS.
Nota: exclui Jardins
Zoológicos, Botânicos
e Aquários.

uma delas com duas variantes. Uma tendência de estabilização (Lisboa, Alentejo) e uma outra de crescimento, numa variante contínua (Norte e Algarve) ou numa variante de acentuado crescimento recente (Centro, Açores e Madeira). Acrescente-se que, tomando como referência o total de Portugal, é igualmente visível que apenas o Norte e o Centro são superiores.

Os Visitantes estrangeiros registam fortes contrastes nas várias regiões (gráfico 4.16). O seu peso varia entre 60% (Madeira, 2008) e 9% (Centro, 2007). São várias as regiões que se situam acima das percentagens nacionais, com destaque para a Madeira. Tendo em conta estas últimas verifica-se igualmente um crescimento continuado que passa de 21% (2007) para 26% (2009). As evoluções registadas não incluem qualquer estabilização no conjunto dos três anos, embora o crescimento do Centro seja ligeiro, assim como alguns dos decréscimos (Norte, Alentejo, Açores). De resto, o Algarve regista um crescimento com quebra significativa em 2008, de que recuperou em 2009; e a Madeira inverte significativamente em 2009 a tendência de crescimento antes registada, tal como Lisboa, embora com menor significado.

Relativamente às Entradas gratuitas notam-se igualmente alguns contrastes (gráfico 4.17). O seu impacto varia entre 74% (Açores, 2008) e 21% (Madeira, 2007). Em comparação com os totais de Portugal, Açores é a região que mais se distancia, para mais. A região Norte regista um crescimento, muito ligeiro, que é mais acentuado em Lisboa e no Alentejo. Nas restantes regiões (Madeira, Açores, significativamente, e Centro e Algarve, com menos nitidez) o movimento observado é similar: ao crescimento dos dois primeiros anos sucede o recuo mais recente. Ou seja, em termos gerais a tendência é para a contenção neste tipo de entradas.

4.5. Visitantes dos museus da RPM

Um outro aspeto relevante refere-se à evolução das entradas nos museus integrados na RPM. Deste ponto de vista pode concluir-se que vem abarcando um número muito significativo e crescente de visitantes. Como se pode verificar pelo gráfico 4.18 esse número passou de 2,4 milhões em 2003 para 5,6 milhões em 2009. Por outro lado, o peso do conjunto de visitantes dos

Gráfico 4.15
Visitas em Grupos escolares por Região e por Ano (2007-2009)
 (percentagem do total de visitantes)
Fonte: INE, IMUS.
Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

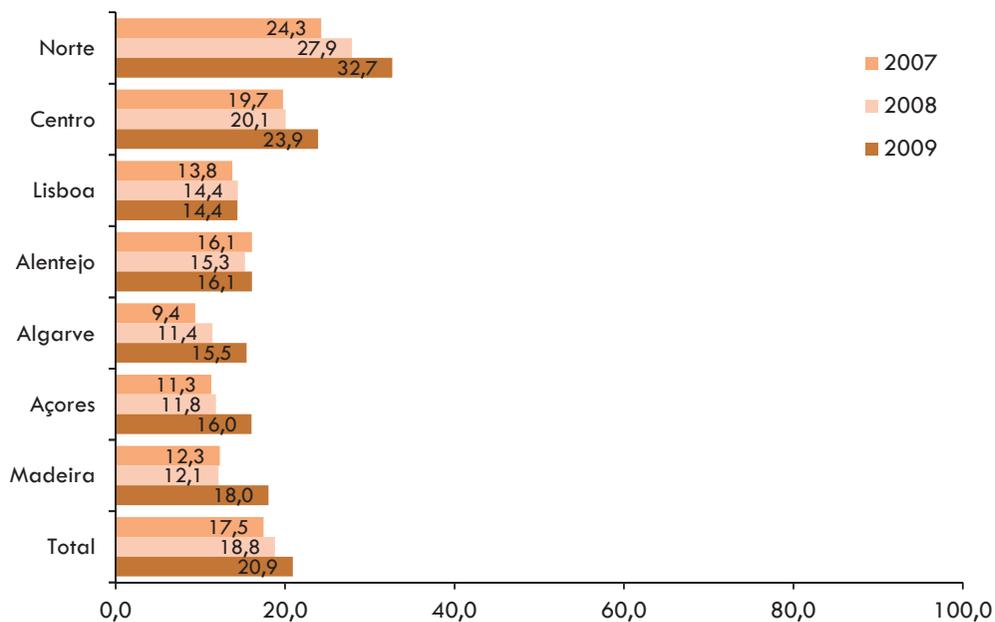
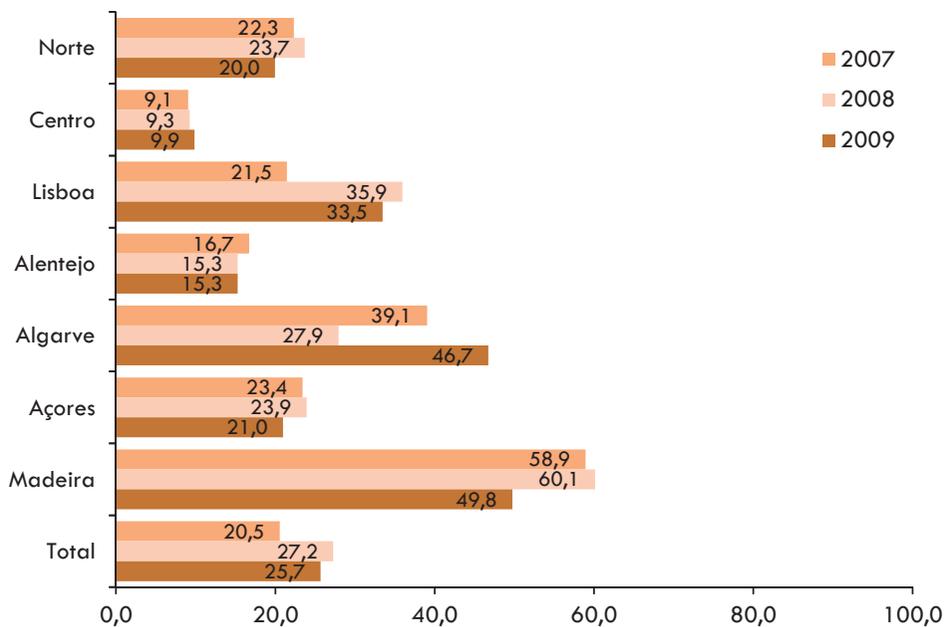


Gráfico 4.16
Visitantes estrangeiros por Região e por Ano (2007-2009)
 (percentagem do total de visitantes)
Fonte: INE, IMUS.
Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.



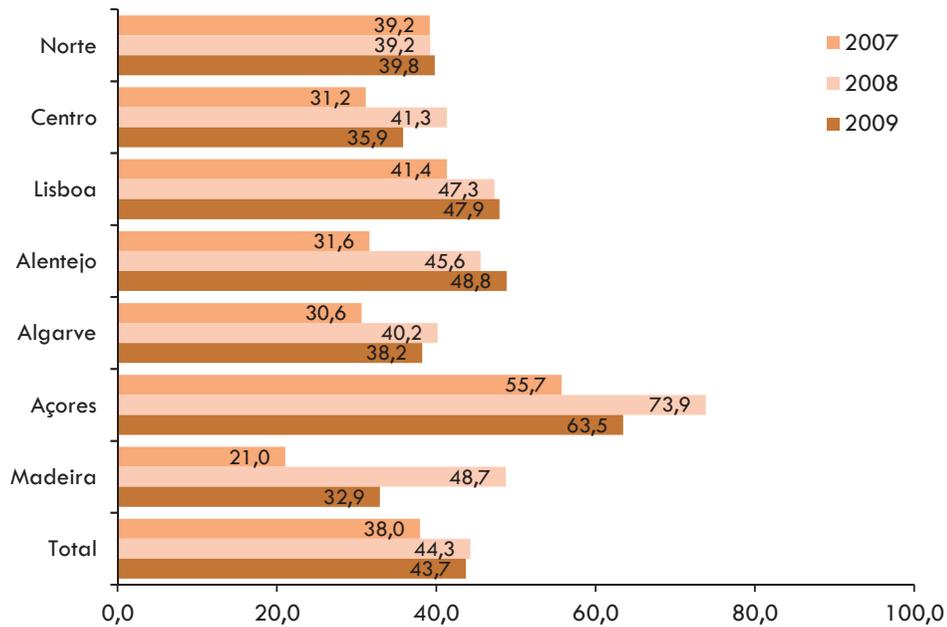


Gráfico 4.17
Entradas gratuitas
por Região e por Ano
(2007-2009)

(percentagem do total de visitantes)

Fonte: INE, IMUS.

Nota: exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários.

museus integrados na RPM significa em 2009, 46% do total de visitantes dos museus, quando em 2003 é de 34% (gráfico 4.19)¹⁸.

A evolução positiva dos visitantes dos museus da Rede está relacionada com o número de museus que a integram mas também com o (grande) volume de visitantes de alguns deles. Isso verifica-se muito claramente no período posterior a 2007 devido ao impacto significativo da integração dos palácios do IMC na Rede. Em termos mais gerais, repare-se que

os referidos 46% do total de visitantes dos museus se reportam a apenas 21% do total de museus (dados 2009).

O mesmo exercício de apuramento do peso dos museus da RPM no total dos visitantes, mas agora restrito às visitas em Grupos escolares, revela que estes passaram de 614 mil em 2003 para 1,4 milhões em 2009, ou seja, registaram um forte crescimento (gráfico 4.20). Estes valores representam 39% e 54% em 2003 e 2009, respetivamente (ver anexo 4.2).

¹⁸ Estes valores excluem os visitantes dos Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários e dos Monumentos Musealizados. De facto, se se considerar o total de visitantes apurado a partir do IMUS, a RPM significa, em 2009, 36% desse total, quando em 2003 era de 18%.

Gráfico 4.18
Visitantes dos museus da RPM por Ano (2003-2009)
 (milhões)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

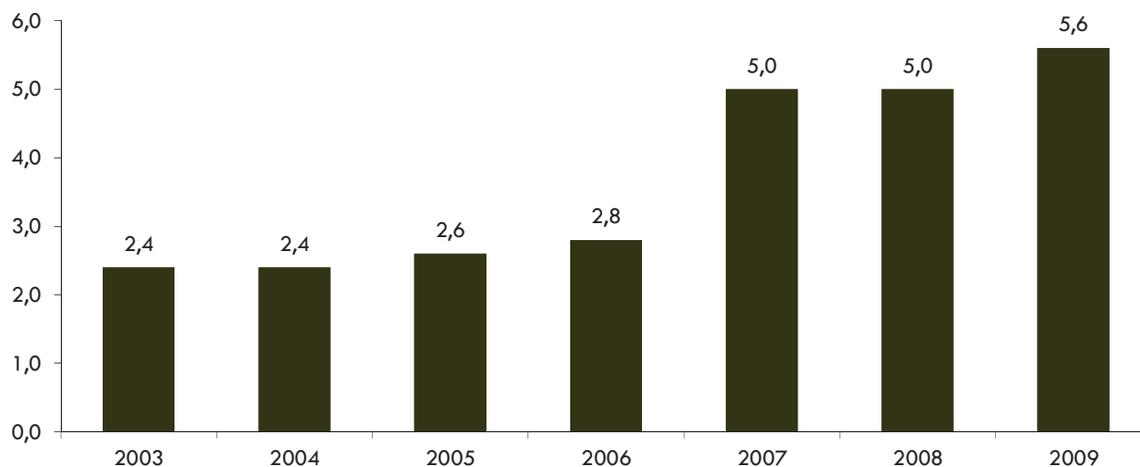


Gráfico 4.19
Visitantes e museus da RPM por Ano (2003-2009)
 (percentagem do total de visitantes e do total de museus)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Nota: a base para cálculo das percentagens exclui Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários e Monumentos Musealizados.

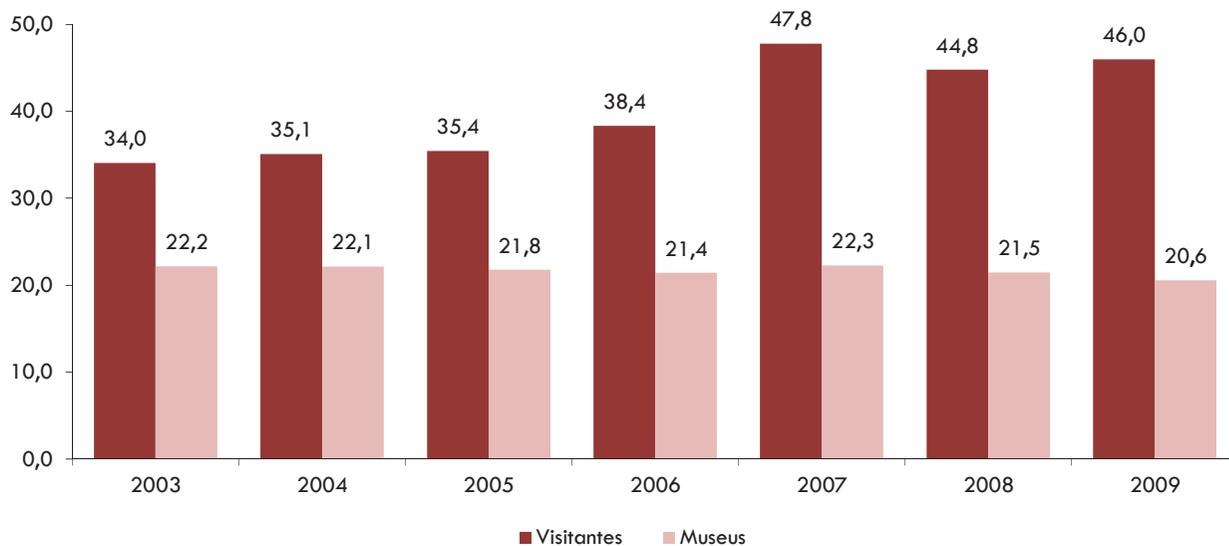
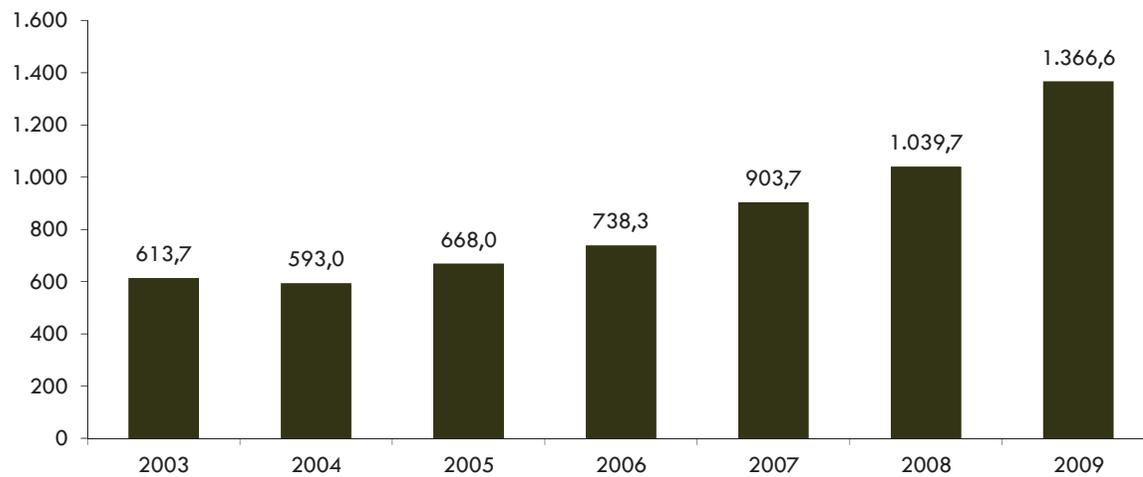


Gráfico 4.20
Visitas em Grupos
escolares dos museus
da RPM por Ano
(2003-2009)
(milhares)
Fonte: OAC a partir
de INE, IMUS.



5

A RPM E OS MUSEUS DA RPM

Neste capítulo, inteiramente dedicado à Rede Portuguesa de Museus (RPM) e aos seus dez anos de existência, abordam-se quatro vertentes. Na primeira sintetizam-se os aspetos referentes ao seu enquadramento orgânico, designadamente: o contexto museológico à data da criação da estrutura (2000); as sucessivas alterações orgânicas; as linhas programáticas inicialmente adotadas e o novo enquadramento conferido pela Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004); e os recursos humanos de que dispôs. Na segunda vertente procede-se à descrição das modalidades de integração dos museus na RPM e da evolução da RPM enquanto rede de museus. Faz-se a caracterização geral desta evolução, tendo para isso em conta as variáveis independentes: Tutela, Tipo (de museu), Região e Ano de abertura ao público. Na terceira vertente dá-se conta das atividades desenvolvidas pela RPM no âmbito das suas cinco grandes linhas de ação: Credenciação, Informação, Formação, Qualificação e ainda Articulação e Cooperação. Na quarta e última vertente procede-se à tipificação dos museus nas linhas de ação a partir da variável Nível de participação.

5.1. Enquadramento orgânico e linhas programáticas

O processo de constituição da estrutura central da RPM inicia-se em maio de 2000 num momento em que

“tanto em Portugal como noutros países europeus, o crescimento exponencial do número de museus é acompanhado, sobretudo desde os anos de 1990, da imperiosa necessidade de melhorar e ampliar os seus desempenhos culturais e sociais” (Silva, 2002: 5). Esta afirmação da então diretora do IPM, Raquel Henriques da Silva, alicerça-se, em parte, e no que toca ao país, nos resultados do *Inquérito aos Museus em Portugal* realizado em 1999 com dados referenciados a 1998 (Santos e Neves, 2000).

Entre as conclusões do *Inquérito* avultam as seguintes: a existência de grande número de unidades autodesignadas museus (532 foram as analisadas); a grande diversidade tipológica das coleções e temáticas dominantes nos respetivos acervos; a importância das tutelas públicas – e em especial da administração local – mas também das tutelas privadas, em particular do sector não-lucrativo ou terceiro sector; a concentração no litoral a Norte de Lisboa, mas também uma relativa disseminação pelo espaço nacional; a incidência no período pós-1974 da criação de parte significativa dos museus analisados; e, finalmente, a existência de inúmeras debilidades do tecido museológico nacional quando aferido segundo parâmetros internacionalmente tidos como inerentes à condição de museu.

Foi pois num quadro geral de grande dinâmica em quantidade, mas também de grande fragilidade no tocante ao cumprimento das funções atribuídas aos

museus, que foi criada pelo IPM a Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus¹.

De acordo com o despacho de criação², à Estrutura de Projeto foram atribuídas competências para: estudar e propor um modelo para a RPM; elaborar os programas de apoio a museus; acompanhar e prestar apoio técnico a projetos; estabelecer as formas de cooperação; emitir pareceres sobre a integração de museus na RPM; organizar ações de formação.

Constituída a equipa inicial, a Estrutura iniciou o trabalho com a elaboração de um documento programático. De acordo com uma metodologia participativa foram recolhidos contributos de um leque alargado de agentes ligados à museologia portuguesa que viriam a ser refletidos na versão final do documento a que foi dado o título *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas* (Camacho, Freire-Pignatelli e Monteiro, 2001). Nele se define a noção de Rede Portuguesa de Museus, se estabelece os seus princípios e objetivos (ver adiante quadro 5.1), se traça os procedimentos e a metodologia a adotar e se define uma estruturação faseada em três eixos: Informação, Formação e Qualificação.

A existência da Estrutura de Projeto RPM – prevista inicialmente para terminar a 5 de junho de 2003 – foi sucessivamente prorrogada até junho de 2005³ altura em que foi criada a Estrutura de Missão RPM⁴. Esta nova estrutura seria também ela prorrogada até 2007⁵, ano em que foi extinta e as suas competências integradas no então recém-criado Instituto dos Museus e da Conservação (IMC, I.P.) e, mais especificamente, na Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus⁶ do Departamento de Museus.

Este novo Instituto foi criado no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação

da Administração Central do Estado (PRACE)⁷ e do objetivo de reorganizar e concentrar serviços, ou seja, no sentido de uma racionalização estrutural⁸. O IMC resulta assim da fusão do Instituto Português de Museus (IPM) com o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) procedendo-se ainda à transferência da tutela dos Palácios Nacionais, até aqui integrados organicamente no IPPAR como serviços dependentes⁹. Ao IMC são também atribuídas competências no domínio do património imaterial. Naturalmente que este alargamento do campo de ação da tutela central dos museus também se estendeu à RPM com a realização de colóquios sobre estas temáticas, a inclusão de novas áreas de formação no programa anual de formação e o aumento da capacidade de resposta da RPM aos apoios técnicos na área da conservação e restauro (Camacho, 2010a: 20). Ainda quanto à RPM também decorrem da reorganização da tutela dos museus a integração dos fundos bibliográficos do Centro de Documentação da RPM (CDRPM) na Biblioteca Central do IMC e do site da RPM, até aí autónomo, no portal do IMC (ver adiante pontos 5.3.1 e 5.3.2).

Mais recentemente, em 2010, dá-se uma nova alteração orgânica: a extinção da Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus do IMC¹⁰, que, como referido, integrava as competências relativas à RPM, as quais, tal como o pessoal, são diretamente alocados ao Departamento de Museus do mesmo Instituto.

Linhas programáticas

De acordo com o documento *Linhas Programáticas*, a Rede Portuguesa de Museus é definida como “um

¹ Especificamente sobre o processo de constituição da RPM ver Augusto Santos Silva (2004), Neves (2004), Neves, Santos e Nunes (2008) e Camacho (2010a).

² Despacho conjunto n.º 616/2000, de 17 de maio, dos Ministérios das Finanças, da Cultura e da Reforma do Estado e da Administração Pública.

³ Despachos conjuntos n.º 309/2003, de 3 de abril, e n.º 455/2004, de 28 de julho.

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2005, de 30 de junho.

⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2006, de 28 de setembro.

⁶ Portaria n.º 377/2007, de 30 de março.

⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de abril.

⁸ Consagrada no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.

⁹ São eles: Palácio Nacional de Mafra; Palácio Nacional de Queluz; Palácio Nacional de Sintra; Palácio Nacional da Ajuda; Palácio Nacional da Pena (posteriormente sob gestão da empresa Monte da Lua) e Paço dos Duques de Bragança. A orgânica do IMC, I.P. consta do Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março.

¹⁰ Portaria n.º 281/2010, de 25 de maio.

sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objetivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa” (Camacho, Freire-Pignatelli e Monteiro, 2001: 32).

Assim, são princípios fundamentais da RPM: a articulação, a comunicação, a cooperação, a partilha, a flexibilidade, a transversalidade, a potenciação dos recursos, a inclusão e a participação (idem: 34-36). Ainda segundo o mesmo documento, a RPM articula as vertentes de “rede de informação” e de “rede física”, procurando, assim, retirar o carácter redutor que um sistema, baseado apenas na parte corpórea, teria (idem: 33)¹¹. Em 2004, com a entrada em vigor da Lei Quadro dos Museus Portugueses¹², dá-se uma redefinição da noção e dos objetivos da RPM (quadro 5.1). Trata-se de um importante passo com vista à sua institucionalização e desenvolvimento.

Esta nova definição da RPM “denota uma evolução face à noção inicial, constante das *Linhas Programáticas* de 2001, acentuando a vertente sistémica da RPM (nas suas características de organização, progressão e vontade) apontando inequivocamente os ‘museus’ enquanto destinatários, em contraste com a amplitude das ‘entidades de índole museal’, mencionadas na definição anterior e posicionando a RPM na política museológica nacional, ao acrescentar o objetivo da descentralização” (Camacho, 2010a: 17). Ainda segundo Clara Camacho a publicação da Lei Quadro dos Museus Portugueses teve quatro consequências principais para a Rede: “a definição da noção de museu; o estabelecimento das funções museológicas; a institucionalização da RPM; a criação do sistema de credenciação” (idem: 17).

Recursos humanos

Segundo o Despacho de criação da Estrutura de Projeto RPM¹³, os recursos humanos afetos incluíam um coordenador-geral, um coordenador adjunto e uma equipa com o máximo de 4 elementos nomeados pela tutela da Cultura.

A sua composição passou por várias fases mas manteve sempre um núcleo central de 6 elementos em dedicação exclusiva: 5 técnicos superiores especializados em Museologia e outras áreas disciplinares e um elemento de apoio ao secretariado (quadro 5.2). É importante notar que, deste núcleo, apenas o coordenador-geral teve vínculo contratual permanente, situação que não se alterou até à dispensa de todos os recursos humanos em 2012¹⁴, não obstante o seu elevado grau de especialização e a sua reconhecida experiência adquirida ao longo da existência da Rede.

Durante este período de 10 anos, as alterações mais significativas foram ditadas pelo PRACE em 2007 e tiveram como consequência uma redução dos consultores externos para as áreas da Conservação, Arquitetura e Centro de documentação, em parte substituídos por recursos internos ao IMC designadamente nas áreas da Conservação, Arquitetura e Acessibilidades.

5.2. A RPM enquanto rede

Este segundo ponto do capítulo é inteiramente dedicado à RPM enquanto rede. Nele dá-se conta das modalidades de integração e da evolução do número de museus integrantes e das suas características.

¹¹ Para uma abordagem comparativa no tocante às especificidades da RPM relativamente a outros programas de equipamentos designados redes ver Neves (2004: 227-228). Resumidamente, são pontos comuns: assentar em parcerias entre a administração central e local, visar a qualificação de espaços, a diversificação de serviços oferecidos ao público e a formação profissional dos técnicos envolvidos. São características específicas: o modelo institucional adotado (até 2007, com uma autonomia relativamente alargada face à tutela, embora com um horizonte temporal limitado); visar a qualificação dos serviços e das atividades e não a construção ou reconstrução de infraestruturas; não ter um carácter geográfico de implantação estrito, em geral de âmbito municipal ou distrital; abranger não apenas museus tutelados pelo sector público (incluindo a tutela dos museus), mas também os tutelados pelo sector privado, lucrativo e não lucrativo; e incluir desde a sua origem as regiões autónomas.

¹² Lei nº 47/2004, de 19 de agosto.

¹³ Despacho conjunto nº 616/2000, de 17 de maio, dos Ministérios das Finanças, da Cultura e da Reforma do Estado e da Administração Pública.

¹⁴ A 2 de janeiro de 2012 cinco técnicos da RPM receberam um comunicado de cessação de contrato com pré-aviso de 60 dias, mantendo-se em funções até 29 de fevereiro de 2012, não tendo sido renovada a prestação de serviços a um outro técnico. Este facto determinou a suspensão das atividades da Rede até aí acometidas à equipa, mas não, naturalmente, o fim da própria Rede. Aliás, na lei orgânica da nova DGPC refere-se que são suas atribuições “superintender, reforçar e consolidar a Rede Portuguesa de Museus” (Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio, Artº 2, nº 2, alínea c).

Quadro 5.1
Rede Portuguesa de Museus: Definição e Objetivos segundo as Linhas programáticas e a Lei Quadro dos Museus Portugueses

Fontes: Linhas Programáticas da RPM (Camacho, Freire-Pignatelli e Monteiro, 2001: 32 e 36-37) e Lei Quadro dos Museus Portugueses - Lei nº 47/2004, de 19 de agosto (artigos 102º e 203º)

	Linhas programáticas (2001)	Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004)
Definição	Um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objetivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa.	Um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.
Objetivos	Promover a diversidade cultural do panorama museológico português;	-
	Recomendar e divulgar boas práticas museológicas, evidenciando os benefícios que a sua adoção poderá trazer;	A promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas;
	Promover a divulgação sistemática dos projetos e das realizações dos museus;	A difusão da informação relativa aos museus;
	Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus, nomeadamente no que respeita ao estudo, à conservação e à divulgação do respetivo património e ao cumprimento da sua missão social;	O planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus;
	Promover a qualificação dos museus, designadamente dos seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e científicos e das suas atividades dirigidas aos públicos, tendo em conta a especificidade dos respetivos programas museológicos;	A valorização e a qualificação da realidade museológica nacional;
	Rentabilizar recursos logísticos, técnicos, científicos e financeiros;	A descentralização de recursos;
	Motivar e valorizar a relação entre os museus e a realidade sociodemográfica que os envolve, bem como o seu papel de intervenção social;	-
	Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da atividade museológica;	-
	Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus, mediante o desenvolvimento de projetos comuns e o intercâmbio de atividades e de serviços;	O fomento da articulação entre museus;
Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais com vista ao desenvolvimento de projetos comuns e complementares.	A cooperação institucional e a articulação entre museus.	

5.2.1 Modalidades de integração

Ao longo do período 2000-2010 verificam-se quatro modalidades de integração na Rede Portuguesa de Museus: Inerência (que contempla os museus tutelados pelo então IPM e, em 2007, os Palácios tutelados pelo

IMC); Protocolo (que contempla os museus tutelados pelas direções de cultura dos governos regionais); Candidatura de Adesão (que decorreu 2001 e 2003¹⁵) e Candidatura de Credenciação (a partir de 2006 e já de acordo com o novo enquadramento legal conferido pela Lei Quadro dos Museus Portugueses) (quadro 5.3).

¹⁵ A adesão de novos museus à RPM foi suspensa a 29 de maio de 2003 por despacho do Ministro da Cultura, por estar em curso a preparação da Lei Quadro dos Museus Portugueses. Note-se que as adesões de 2003 e de 2004 resultam de processos anteriores àquela data.

Em 2001 entram na Rede por Inerência os museus tutelados pelo (então) IPM (28) e efetivam-se as primeiras adesões através de processo de Candidatura (36). Acrescente-se que a candidatura de adesão faz parte da estruturação progressiva do projeto RPM. O objetivo da adesão consistia em estimular as entidades museológicas a atingir e a prosseguir padrões de qualidade no cumprimento das funções museológicas e a desempenhar o respetivo papel sociocultural, contribuindo deste modo e desde logo para a qualificação dos museus (RPM, 2001).

De acordo com o Regulamento (RPM, 2001), esta adesão era voluntária e estava aberta a qualquer tipo de museu, independentemente do seu campo temático, das suas coleções e da sua tutela, pressupondo o empenhamento e compromisso com os princípios e objetivos da própria RPM e devendo ser acompanhada de elementos de verificação da respetiva condição de 'museu'.

A apreciação das propostas tinha como objetivo fundamental a verificação de que as entidades candidatas correspondiam à definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ou seja,

refletindo e cumprindo na sua essência as funções museológicas fundamentais e o papel social o museu. Assim, as vertentes estruturantes do processo de adesão à RPM (que por sua vez correspondiam aos parâmetros de apreciação das candidaturas) consistiam no “cumprimento da função social do museu, a observância dos cuidados de preservação e de valorização das coleções e dos acervos e condições de sustentabilidade” (RPM, 2001: 4).

Ou seja, ou a entidade candidata preenchia os parâmetros mínimos e passava a integrar a RPM, ou não preenchia e, então, caso os pretendesse adquirir de forma voluntária, poderia fazê-lo ao longo de um ano. A entidade entrava, assim, em “processo de

Ano	Coordenação	Técnicos superiores	Apoio administrativo e técnico	Consultores externos ⁱ
2000	2	1	1	0
2001	2	2	2	2
2002	2	3	2	2
2003	2	4	3	6
2004	2	4	3	4
2005	1	4	3	4
2006	1	4	3	4
2007	1	4	3	nd
2008	1	4	3	nd
2009	1	4	3	nd
2010	1	4 ⁱⁱ	2	0

Quadro 5.2 Recursos Humanos da Rede Portuguesa de Museus (2000-2010)

Fontes: RPM.

Notas: i) não inclui cinco elementos do Grupo de trabalho que, entre 2000 e 2003, apoiou a EPRPM na afinação conceptual e no desenvolvimento das linhas programáticas (Camacho, 2010a: 13);
ii) Acrescem, durante alguns meses do ano de 2010, dois técnicos superiores dos quadros do IMC;
nd: Não determinado.

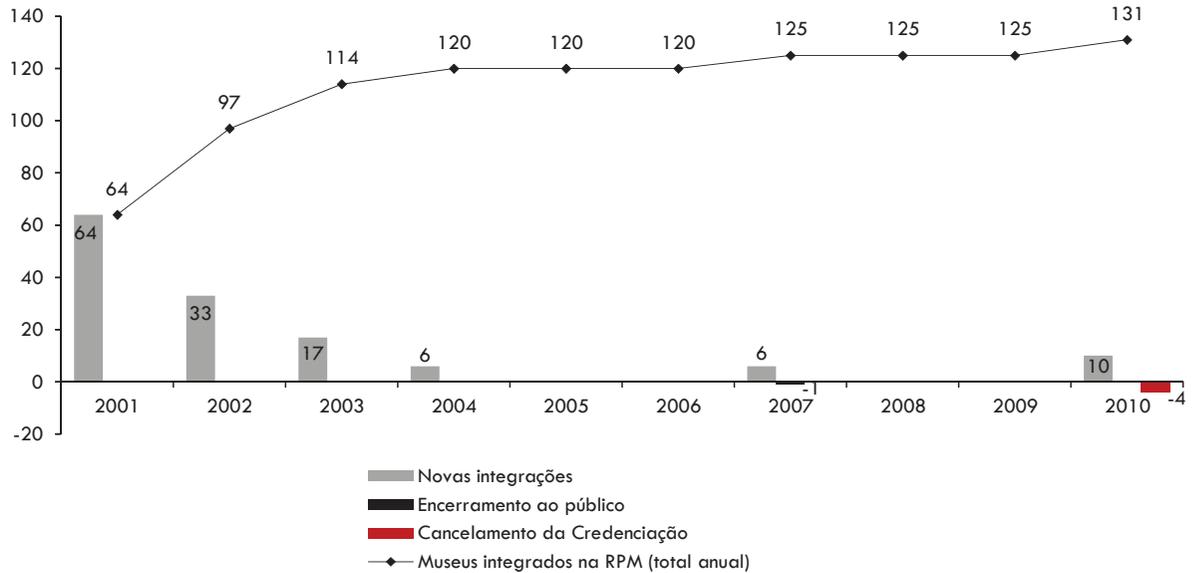
Quadro 5.3 Modalidade de integração na RPM por Ano (números absolutos)

Fonte: OAC a partir de RPM.

Notas: i) Museus do IPM;
ii) Museus tutelados pelas das Direções de Cultura da Madeira e dos Açores;
iii) Palácios do IMC;
iv) O encerramento ao público determinou, por parte da Tutela, a sua saída da Rede.

Modalidade de integração		Ano									
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Inerência		ⁱ 28						ⁱⁱⁱ 6			
Protocolo			ⁱⁱ 4								
Adesão / Candidatura	Adesão	36	19	17	6						
	Processo de adesão	9	10	11	-						
	Em fase de instalação	5	3	4	-						
	Não cumprem os requisitos	4	7	7	11						
Credenciação/ Candidatura	Credenciação (aprovação SMCR/CNC)										10
	Parecer da SMCR/CNC										16
	Visita e relatório técnico (RPM)					18	59		5	5	6
	Em processo de credenciação								7	5	10
	Formalização da candidatura							2	4	10	10
	Pedido de código de acesso							30	23	16	9
<i>Integrações na RPM</i>		64	33	17	6	-	-	6	-	-	10
<i>Encerramento ao público</i>								^{iv} 7			
<i>Cancelamento da Credenciação</i>											4

Gráfico 5.1
Museus integrados na RPM por Ano
(valores absolutos)
Fonte: OAC a partir de RPM.



adesão à RPM¹⁶ e podia beneficiar das ações de formação e dos programas de apoio técnico e de qualificação, embora com limitações. Após este período, a candidatura voltava a ser apreciada. Voltando ao quadro 5.3, se o ano de 2001 fica marcado pelas primeiras integrações de museus na RPM (por Inerência e por Candidatura de Adesão), em 2002 regista-se a integração, através de Protocolo, de museus tutelados pelas direções de cultura dos governos regionais, e ainda as adesões decorrentes da segunda fase de candidatura (19 museus), perfazendo um total de 33 entradas em 2002. Em 2003 todas as 17 adesões decorrem da apreciação de candidaturas. O mesmo sucede em 2004 com a adesão de 6 museus¹⁷.

Em 2004, com a entrada em vigor da Lei Quadro, estabelece-se a credenciação como condição necessária para a integração dos museus na Rede. Segundo este documento legislativo, a credenciação consiste na avaliação e no reconhecimento oficial

da qualidade técnica do museu e tem como objetivos promover o acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural através da introdução de padrões de rigor e de qualidade no exercício das funções museológicas dos museus portugueses (artº 110º e 111º da Lei Quadro dos Museus). Implica o cumprimento de todas as funções museológicas enumeradas na Lei Quadro¹⁸; a existência de recursos humanos, financeiros e instalações¹⁹; a aprovação do regulamento do museu²⁰; e a garantia do acesso público às coleções²¹ (artº 113º).

Por vicissitudes várias (ver adiante ponto 5.3.1), apenas em 2010 se concretiza a entrada de 10 museus por candidatura de credenciação e a suspensão da credenciação de 4 museus.

5.2.2 Museus RPM

Ao longo do período em análise, o número de museus integrados na RPM passou de 64 para 131.

¹⁶ Procedimento 6-b) do Regulamento de Adesão (RPM, 2001: 6).

¹⁷ Como referido anteriormente as adesões concretizadas em 2003 e 2004 decorreram de processos anteriores à suspensão determinada a 29 de maio de 2003, por despacho do Ministro da Cultura, dado estar em preparação a Lei Quadro dos Museus Portugueses. ¹⁸ Estudo e investigação; Incorporação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição e Educação (artigos 8º ao 43º da Lei Quadro dos Museus).

¹⁹ Tal como disposto nos artigos 44º ao 51º da Lei Quadro dos Museus.

²⁰ De acordo com o artigo 53º da Lei Quadro dos Museus.

²¹ Conforme artigos 54º a 62º da Lei Quadro dos Museus.

O gráfico 5.1 resume a evolução mostrando o total de museus em cada ano bem como as respetivas entradas e saídas²². Repare-se que parte substancial das integrações dá-se até 2004 (por inerência, por protocolo e por candidatura de adesão).

O quadro 5.4 permite seguir pormenorizadamente o alargamento da RPM e evidenciar as características dos museus que a integraram no período 2001-2010²³ segundo quatro variáveis: Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura ao público.

Os museus da RPM são maioritariamente museus de Tutela pública, entre os quais avultam os dependentes de municípios (mais de 40%). A Administração Central é a segunda tutela com mais expressão (33% em 2010), seguida dos Privados e depois pelos Governos Regionais. O mapa nº 5.1 mostra a distribuição dos museus da RPM por concelho em 2010, diferenciando as Tutelas.

Do ponto de vista do Tipo, estão sobretudo presentes os museus de Arte, os Mistos e Pluridisciplinares, e os de Etnografia e Antropologia – os três mais significativos no panorama museológico nacional, como demonstrado nos capítulos anteriores. Mas importa assinalar igualmente a diversidade de tipos representados.

Um relance pela distribuição por Região mostra a presença de museus de todas elas (as do continente em 2001 e as Regiões Autónomas em 2002). Lisboa e Norte são, em todos os anos, as regiões com mais museus integrados na RPM. Em conjunto, compreendem sempre mais de metade dos museus.

Quanto ao Ano de abertura sobressaem os períodos 1930-1969 e 1990-1999 (ambos em redor dos 20%). É também assinalável o crescimento do valor percentual dos museus que abriram ao público na primeira década do século XXI (de 5% em 2001 passa para 12% em 2010).

5.3. Linhas de ação da RPM

Às três linhas de ação inicialmente previstas nas *Linhas Programáticas – Informação, Formação e Qualificação* (Camacho, Freire-Pignatelli e Monteiro, 2001) – foram acrescentados mais duas decorrentes da entrada em vigor da Lei Quadro dos Museus: Credenciação e Articulação e Cooperação. Neste ponto do capítulo analisam-se as cinco linhas tendo em conta os dados patentes em diversos documentos de gestão, de planificação e de balanço produzidos pela RPM.

5.3.1 Credenciação

Em 2004, com a entrada em vigor da Lei Quadro, estabelece-se a credenciação como condição necessária para a integração dos museus na Rede Portuguesa de Museus pelo que passa a ser uma linha fundamental da atividade da RPM distinguindo-se desde logo dois processos: o da transição de museus já integrados na RPM para o novo enquadramento legal e o das candidaturas à credenciação.

Transição dos museus integrados na RPM

O processo de transição determinado na Lei Quadro (artº 140º) previa um período de 2 anos para os museus da RPM se adaptarem às novas exigências de credenciação. Assim, entre 2005 e 2007, este processo implicou visíveis esforços de qualificação por parte dos museus e das suas tutelas no sentido de cumprir a totalidade das funções museológicas estabelecidas na Lei Quadro e de assegurar a produção dos documentos obrigatórios, designadamente: Regulamento interno; Política de incorporações; Normas e procedimentos de conservação

²² Em 2004 o encerramento ao público de um museu do IPM determinou, por parte da Tutela, a sua saída da Rede. Em 2010, 4 museus viram a sua Credenciação cancelada (ver adiante ponto 5.3.1).

²³ Na fase de elaboração do presente estudo foi aprovada a adesão de mais 6 museus (2011) pelo que à data de publicação são 137 os museus que integram a RPM.

Quadro 5.4
Evolução dos Museus integrados na RPM por Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura por Ano (percentagem)
Fontes: OAC a partir de RPM.

Variáveis	Ano									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<i>Total</i>	64	97	114	120	120	120	125	125	125	131
Tutela										
Administração Central	46,9	34,0	29,8	30,0	30,0	30,0	32,8	32,8	32,8	32,8
Governos Regionais	–	14,4	12,3	11,7	11,7	11,7	11,2	11,2	11,2	10,7
Administração Local	42,2	40,2	42,1	41,7	41,7	41,7	40,0	40,0	40,0	42,0
Privados	10,9	11,3	15,8	16,7	16,7	16,7	16,0	16,0	16,0	14,5
Tipo										
Arte	28,1	26,8	31,6	32,5	32,5	32,5	33,6	33,6	33,6	32,8
Arqueologia	7,8	8,2	8,8	8,3	8,3	8,3	8,0	8,0	8,0	6,9
História	4,7	7,2	7,0	6,7	6,7	6,7	8,8	8,8	8,8	7,6
Ciências Naturais e de História Natural	–	1,0	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,5
Ciência e de Técnica	3,1	6,2	5,3	5,0	5,0	5,0	4,8	4,8	4,8	5,3
Etnografia e de Antropologia	7,8	11,3	10,5	10,8	10,8	10,8	10,4	10,4	10,4	10,7
Especializados	14,1	9,3	7,9	9,2	9,2	9,2	8,0	8,0	8,0	8,4
Território	4,7	4,1	4,4	4,2	4,2	4,2	4,0	4,0	4,0	3,8
Mistos e Pluridisciplinares	29,7	25,8	22,8	21,7	21,7	21,7	20,8	20,8	20,8	22,9
Região										
Norte	34,4	28,9	31,6	33,3	33,3	33,3	32,8	32,8	32,8	32,1
Centro	20,3	17,5	15,8	15,8	15,8	15,8	15,2	15,2	15,2	16,0
Lisboa	34,4	26,8	27,2	26,7	26,7	26,7	28,8	28,8	28,8	28,2
Alentejo	7,8	9,3	8,8	8,3	8,3	8,3	8,0	8,0	8,0	9,2
Algarve	3,1	3,1	3,5	3,3	3,3	3,3	3,2	3,2	3,2	3,1
Açores	–	8,2	7,0	6,7	6,7	6,7	6,4	6,4	6,4	6,1
Madeira	–	6,2	6,1	5,8	5,8	5,8	5,6	5,6	5,6	5,3
Ano de abertura										
Antes de 1899	6,3	6,2	7,0	6,7	6,7	6,7	6,4	6,4	6,4	6,1
1900 – 1929	21,9	15,5	13,2	12,5	12,5	12,5	13,6	13,6	13,6	15,3
1930 – 1969	21,9	20,6	21,1	20,8	20,8	20,8	22,4	22,4	22,4	22,1
1970 – 1979	10,9	10,3	9,6	9,2	9,2	9,2	8,8	8,8	8,8	8,4
1980 – 1989	12,5	17,5	15,8	17,5	17,5	17,5	16,8	16,8	16,8	16,0
1990 – 1999	21,9	22,7	24,6	24,2	24,2	24,2	23,2	23,2	23,2	20,6
2000 – 2009	4,7	7,2	8,8	9,2	9,2	9,2	8,8	8,8	8,8	11,5

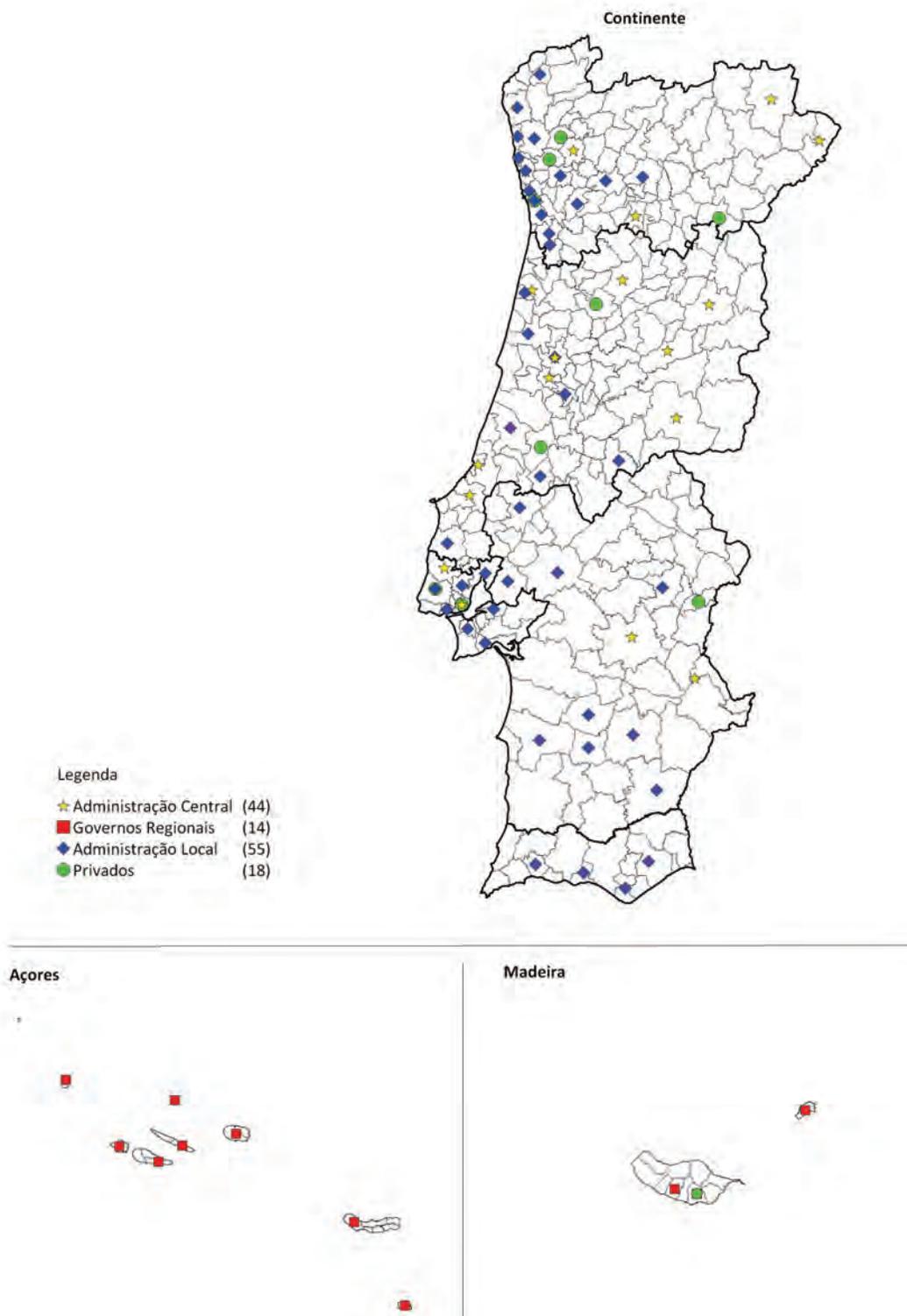
preventiva²⁴ e Plano de segurança. Note-se que a exigência destes documentos em todos os museus permitiu amenizar eventuais diferenças entre os que integraram a rede por inerência e aqueles que a integraram por candidatura.

Com vista a assegurar a transição em condições adequadas, a equipa da RPM realizou visitas a todos os

museus integrados (18 em 2005 e 59 em 2006 – ver atrás quadro 5.3). Nestas visitas foram verificados todos os parâmetros comprovativos do cumprimento das funções museológicas (Camacho, 2010a: 4). Na sequência destas visitas técnicas e da análise de toda a documentação entretanto remetida à equipa da RPM foi efetuada uma apreciação técnica sobre

²⁴ Com o propósito de auxiliar os museus na preparação das Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva foi criado, em julho de 2005 e sob a coordenação da então subdiretora do IPM Clara Camacho, um grupo de trabalho interdisciplinar que produziu um documento orientador nesta matéria. Uma primeira versão foi apresentada aos diretores e a técnicos dos museus da RPM em dois encontros realizados em Lisboa e no Porto em junho de 2006. Os contributos e as sugestões resultantes dos debates então ocorridos foram tidos em conta na versão posteriormente publicada (Camacho e outros, 2007).

Mapa 5.1
Museus RPM por Concelho (2010)
(n= 131)
Fonte: OAC a partir de RPM.



cada museu posteriormente remetida, através de ofício, a cada entidade de tutela e aos diretores dos museus com a descrição dos aspetos mais positivos e dos aspetos a melhorar.

Da parte da equipa da RPM tais procedimentos foram concluídos no final de 2006, tendo, no início de 2007, sido feita uma proposta de despacho com vista à publicação dos resultados da avaliação feita no âmbito do acompanhamento do processo de transição. O processo só viria a ser finalizado três anos mais tarde após a constituição da Secção dos Museus e da Conservação e Restauro (SMCR) do Conselho Nacional de Cultura (CNC)²⁵, órgão a quem compete emitir pareceres sobre os relatórios técnicos preliminares à credenciação dos museus²⁶ e aprovação, na primeira reunião realizada em maio de 2010, da proposta de manutenção de 121 museus enquanto museus credenciados e das propostas de cancelamento da credenciação²⁷ de 4 museus²⁸. Repare-se que a intervenção de um órgão consultivo exterior no processo de credenciação de museus privilegia “a abertura, a independência e a transparência do processo” (Camacho, 2010a: 20).

Credenciação de museus (candidaturas)

No início de 2006 é publicado o diploma²⁹ que aprova o formulário de candidatura à credenciação de museus. A 18 de maio de 2007 são abertas as respetivas candidaturas registando-se, desde logo, um elevado interesse por parte dos museus (30 pedidos de código de acesso só nesse ano – ver atrás quadro 5.3). Com o pedido do código de acesso ao formulário de candidatura dá-se início ao processo de credenciação, cujos procedimentos estão sintetizados no quadro 5.5. Apesar de, nesse mesmo ano de 2007, terem sido analisadas pela equipa da RPM 10 candidaturas, a entrada de museus ficou (também aqui) à espera da constituição, por parte da tutela, da SMCR do CNC. Na primeira reunião deste órgão, que teve lugar apenas a 12 de maio de 2010, estas candidaturas receberam pareceres positivos que conduziram à sua credenciação (ver atrás quadro 5.3)³⁰.

Importa frisar a criação do certificado de credenciação ‘Museu da RPM’ e da Placa ‘Museu da Rede Portuguesa de Museus’³¹ com o objetivo de dar

Quadro 5.5 Súmula de procedimentos com vista à credenciação de museus (2006-2010)

- a) Entidade de tutela do museu manifesta ao IMC interesse na credenciação e requer o código para preenchimento on-line da candidatura;
- b) O IMC presta apoio técnico durante o preenchimento;
- c) A entidade requerente entrega a candidatura com toda a documentação;
- d) O IMC analisa a candidatura, realiza a visita técnica e emite o relatório técnico;
- e) O IMC remete o Relatório à SMCR para análise e emissão de Parecer;
- f) O museu candidato deverá receber o relatório técnico acompanhado do Parecer da SMCR/CNC
- g) Após o que deverá decorrer o período de audiência prévia
- h) Só depois destes procedimentos terá lugar a decisão do Ministro da Cultura, a ser tomada com base no Relatório e no Parecer emitidos

(Camacho, 2010b: 2)

²⁵ A documentação produzida no âmbito desta secção está disponível em http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/conselho_nac_cult/ContentDetail.aspx.

²⁶ Outras competências atribuídas a esta secção são: Prestar apoio ao membro do Governo responsável pela área da Cultura Ministro da Cultura nas questões relativas à definição e ao desenvolvimento das políticas nacionais no âmbito dos Museus e da Conservação e Restauro; Emitir pareceres e recomendações sobre a realização dos objetivos das políticas museológica e de preservação e conservação, por solicitação do membro do Governo responsável pela área da Cultura ou do Instituto dos Museus e da Conservação; Propor medidas destinadas a estimular e a reforçar a cooperação entre os museus portugueses; Propor medidas destinadas a estimular a adoção de uma ética de rigor e de boas práticas na conservação e restauro dos bens culturais móveis e integrados (nº 2 do Artº 21º do Decreto Regulamentar nº 35/2007 de 29 de março).

²⁷ O cancelamento da credenciação constitui uma “defesa do mérito e da credibilidade do próprio sistema, que é, por natureza, aberto e pode voltar a acolher entidades que, tendo vontade em qualificar-se, usufruam e apoios e reapiresentem candidaturas a esta rede” (Camacho, 2010a: 23).

²⁸ Sobre os fundamentos destas propostas ver apresentação de Clara Camacho na 1ª reunião da SMCR/CNC (Camacho, 2010b: 5-7).

²⁹ Despacho normativo nº 3/2006, de 10 de janeiro.

³⁰ Como referido anteriormente, realizou-se a 29 de novembro de 2011 a 3ª reunião da SMCR do CNC que aprovou a credenciação de mais 6 museus e a sua consequente integração na RPM.

³¹ Despacho normativo nº 11-A/2010, de 11 de maio.

visibilidade pública à qualidade de membro da “Rede Portuguesa de Museus”. Assim, em junho de 2010, começaram a ser distribuídos aos museus credenciados os respetivos certificados e placas para colocação nas áreas de acolhimento do museu.

5.3.2. Informação

O Boletim trimestral e o site na Internet³² são instrumentos fundamentais de divulgação e comunicação da Rede Portuguesa de Museus. Criados em 2001 no âmbito do eixo informação, ambos foram objeto de diversas alterações que refletem não só a evolução da RPM como também a dinâmica dos museus que a ela pertencem.

Boletim

O boletim trimestral (coordenado por Cláudia Freire) tem como objetivo promover de forma sistemática a circulação de informação acerca da atividade da RPM e dos museus que a compõem, assim como estimular novos canais de comunicação entre museus (Camacho, 2001: 1). A continuidade e a regularidade trimestral³³ são fundamentais do ponto de vista da consolidação da ligação com os museus (foram 37 os números publicados até dezembro de 2010) e o formato papel (embora também disponível em formato eletrónico) importante para a afirmação da imagem da RPM. Os públicos-alvo são os responsáveis e os profissionais de museus, estudantes e investigadores em Museologia. As 16 páginas do primeiro número do Boletim (junho 2001) rapidamente duplicaram. Assim, desde o número 11 (março 2004) que o Boletim é composto por 32 páginas. Dois anos mais tarde (março 2006) foi acrescentado um destacável, de uma folha, dedicado ao Centro de Documentação (CDRPM³⁴) com o objetivo de constituir uma coleção de fichas individuais que o leitor poderia arquivar. Com a integração do CDRPM na Biblioteca geral do IMC e com o alargamento do campo de ação deste Instituto (ver atrás ponto 5.1), o

desdobrável passou a conter informação bibliográfica de conservação e restauro (dezembro 2008).

Quanto à organização do Boletim por secções, para além naturalmente do Editorial, a sua configuração original (Boletim nº1) inclui Notícias sobre as diversas vertentes de atuação da RPM, um elenco dos encontros nacionais e internacionais especializados (museologia e outras áreas afins) e artigos sobre temas ligados a esta área. Estes artigos são inéditos e referem-se a temáticas de particular relevância para o conhecimento e problematização da realidade museológica em Portugal. São da autoria de profissionais de museus (muitas vezes os seus responsáveis), museólogos ou investigadores do meio académico que regularmente contribuem para a diversidade e para o enriquecimento dos assuntos tratados. Com alguma regularidade, conta ainda com contributos de autores estrangeiros.

Enquanto instrumento de comunicação da RPM, o Boletim reporta atividades a desenvolver num período mais ou menos alargado (trimestre ou ano) de que são exemplo as candidaturas aos programas de apoio técnico e financeiro à qualificação dos museus, as ações de formação, mas também reporta atividades desenvolvidas (como balanços anuais, reflexões, elenco de projetos apoiados no âmbito dos programas disponibilizados, entre outros). Esta configuração inicial do Boletim sofreu naturalmente algumas alterações que resultam quer da evolução da própria Rede enquanto estrutura quer da dinâmica dos museus que a integram (ver adiante quadro 5.6). Começando pelas alterações na estrutura orgânica da RPM, elas são assinaladas com alterações significativas no Boletim. Assim, a passagem de Estrutura de Projeto para Estrutura de Missão é marcada com uma renovação da imagem gráfica (com ênfase para uma nova cor de base – o verde) e uma nova organização das rubricas (Boletim nº 19, março 2006). Em simultâneo, assume uma designação mais simplificada - *Boletim RPM - Rede Portuguesa de Museus*.

Com a integração das competências da RPM na orgânica do IMC, o Boletim passa a ser da responsabilidade

³² A RPM teve um site próprio de 2001 a 2008. Posteriormente os conteúdos foram inseridos no do IMC.

³³ Por constrangimentos financeiros, a regularidade trimestral foi quebrada em 2010 (apenas três números publicados) e em 2011 (apenas dois) e, ainda assim, graças a um protocolo estabelecido entre o IMC e a Imprensa Nacional Casa da Moeda.

³⁴ Sobre o CDRPM ver adiante ponto 5.3.3.

Quadro 5.6**Principais alterações do Boletim RPM (2001-2010)**

Fonte: OAC a partir de Relatórios de Atividades RPM (2001 a 2010).

Nota: entre parêntesis o número do Boletim em que a alteração foi concretizada.

Nome	Ano	Descrição das alterações
Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus	2001	(1) Início da publicação com as seguintes rubricas editoriais: Editorial, Artigos, Notícias e Encontros. Formato: 16 páginas.
	2002	(4) Inclusão da rubrica "Notícias Museus RPM" (6) Inclusão da rubrica "Notícias RPM"
	2003	(7) Inclusão da rubrica "Em agenda" (9) Inclusão da rubrica "Centro de Documentação"
	2004	(11) O boletim passa a ser composto por 32 páginas
	2005	(15) Reformulação da rubrica "Em agenda" (textos mais sucintos) e respetiva articulação com Site RPM (textos completos). (16) Inclusão da rubrica "Edições de Museus RPM"
Boletim RPM Rede Portuguesa de Museus	2006	(19) Adoção de uma designação mais simplificada (Boletim RPM); <ul style="list-style-type: none"> • Alteração da imagem gráfica e da organização das rubricas; • Inclusão de uma folha "destacável" dedicada ao CDRPM; • Inclusão de uma imagem para figurar na contracapa (destaque de acontecimento ou atividade de museus RPM ocorrida no trimestre anterior)
	2007	(24) Inclusão da rubrica "Exposições Itinerantes"; limitação a um único artigo de fundo a incluir em cada número do boletim. (27) Nova reformulação da rubrica "Em agenda" (organização por Regiões)
Museus em Rede Rede Portuguesa de Museus	2008	(29) Adoção de uma nova designação (Museus em Rede) <ul style="list-style-type: none"> • Alteração da imagem gráfica e da estrutura do boletim; • Introdução de uma imagem de grandes dimensões e de títulos de notícias em destaque na capa • Substituição da secção "Notícias RPM" pela rubrica "Notícias IMC" • Inclusão de uma folha "destacável" dedicada a informação bibliográfica de conservação e restauro • Inserção de uma notícia de relevo na contracapa
	2009	-
	2010	(34) Inclusão na contracapa da rubrica de opinião "RPM 10 anos" Inclusão de Ficha técnica

da Divisão de Documentação e Divulgação (divisão do IMC com competências nas áreas de edição e divulgação), em estreita articulação com a Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus (DCQM) e, a partir de 2010, com o Departamento de Museus (DM). Para assinalar esta passagem a imagem gráfica foi novamente alterada (sendo distintiva uma nova cor de base – o vermelho), a estrutura do Boletim reorganizada e o nome alterado para *Museus em Rede – Rede Portuguesa de Museus*, designação que pretende ser "inspiradora de articulações e novas formas de cooperação entre os museus da RPM" (IMC, 2009: 281).

A crescente dinâmica dos museus da RPM e o consequente aumento de notícias sobre as suas atividades fundamentam e dão origem a um conjunto de opções editoriais (quadro 5.6).

Veja-se, por exemplo, o caso da secção Em agenda que foi formalizada no Boletim nº 7 (março 2003)

com o objetivo de divulgar informação sobre as atividades dos museus da RPM que decorrem no trimestre coberto pelo Boletim. Porém, o número crescente de iniciativas leva a uma reformulação desta secção com uma apresentação mais sucinta de forma a integrar um maior número de atividades, ficando disponível no sítio da Internet da RPM informação mais detalhada (Boletim nº 15, março 2005)³⁵. A necessidade de rentabilizar o espaço do Boletim face ao crescente volume de informação a disponibilizar leva, em 2008, a uma nova configuração desta secção com textos ainda mais sintéticos e a ordenação dos museus por região do país (Boletim nº 27, março 2008).

Antes desta alteração ocorreu uma outra também relacionada com a economia do espaço disponível, dada a quantidade e variedade de notícias remetidas pelos museus: a decisão de o Boletim RPM passar a incluir apenas um artigo de fundo (Boletim nº 24, junho 2007), em vez dos dois que, por norma, continha.

³⁵ Esta articulação existiu enquanto o site foi autónomo, isto é, até dezembro de 2008.

A secção Notícias é sucessivamente alvo de desdobramentos: Notícias Museus RPM surge no Boletim nº 4 (junho 2002) com o objetivo de envolver os referidos museus divulgando notícias de reflexão e informação sobre estudos, programação e qualificação de museus, renovação de exposições, projetos educativos e parcerias; Edições de Museus RPM é formalizada no Boletim nº 16 (junho 2005) para dar a conhecer as edições que vão sendo publicadas por estes museus; Exposições Itinerantes surge no boletim nº 24 (junho 2007) com o propósito de divulgar estas ações organizadas por museus da RPM e de promover a sua circulação pelos museus ou por outras entidades.

Os 37 números do Boletim publicados ao longo do período de 10 anos em análise tiveram uma tiragem regular de 3.000 exemplares e foram distribuídos de forma gratuita por museus (sobretudo os integrados na RPM, mas não só), organismos oficiais, entidades culturais e cursos universitários, profissionais e individualidades ligados à museologia.

Os critérios para a distribuição foram sendo afinados de forma a tornar mais eficiente o processo. O primeiro número (junho 2001) foi distribuído de forma extensiva às entidades constantes na *BdMuseus*, tendo sido posteriormente solicitado pela RPM a confirmação do interesse por parte destes destinatários em receber os números seguintes. A distribuição dos números seguintes foi feita a partir das respostas obtidas e de uma listagem de organismos oficiais, entidades culturais e instituições de ensino com cursos na área da museologia. Em 2004, e dado o reiterado interesse por parte dos museus integrantes da RPM, passaram a ser enviados mais exemplares para cada um destes museus para posterior distribuição aos seus profissionais e aos seus públicos.

O quadro 5.7 dá conta dessa evolução e da diversificação de entidades contempladas pela distribuição. Repare-se no significativo número de exemplares atualmente distribuídos em universidades, o que dá bem conta da importância que a RPM dá à articulação com estas instituições.

Importa salientar que o Boletim é um dos itens que registou maior grau de satisfação nos inquéritos de avaliação realizados pelo OAC em 2004 e em 2011.

Entidades	2001-2002	2003-2004	2010
	Boletins 1 a 8	Boletins 9 a 11	Boletim 37
Museus	677	1.909	1.520
.... <i>Dos quais Museus RPM</i>	-	-	1.310
Individuais	209	202	573
Bibliotecas	131	209	207
Outras	363	415	500
.... <i>Das quais Universidades</i>	-	-	300
<i>Total envios</i>	1.380	2.735	2.800

A qualidade e a regularidade do Boletim parecem, assim, corresponder às expectativas e necessidades dos profissionais da área, sobretudo os responsáveis pelos museus RPM (ver adiante ponto 6.2).

Site RPM

O outro instrumento criado no âmbito da linha de ação Informação, a página da internet da RPM, foi lançado em 29 de março de 2001 no endereço <www.rpmuseus-pt.org>. Na sua configuração inicial (ainda numa fase de divulgação do lançamento da RPM, das suas atividades e da sua imagem), o site continha os seguintes menus principais: Apresentação (submenus Definição, Constituição, Princípios, Objetivos e Componentes); Adesão (submenus Adesão à RPM, Candidatura); Linhas de ação da RPM, com três submenus que correspondem aos três eixos de estruturação; Notícias (submenus Notícias RPM, Notícias Encontros, Outras notícias); Edições, (submenus Edições RPM e Artigos on-line); Links. Disponibilizava informação para download: Regulamentos, Formulários de candidatura, Formulários de inscrição nas ações de formação, Programa de Formação, Boletins RPM, etc. O site evolui com atualizações regulares de conteúdos e algumas transformações estruturais em consonância com o desenvolvimento da Rede e da dinâmica gerada com (e pelos) museus RPM (quadro 5.8). Por exemplo, a preocupação em divulgar os museus que entretanto aderiram à RPM conduz à criação do Menu Museus RPM (2002). As fichas de informação e de caracterização dos museus (disponibilizadas on-line em 2003) correspondem a um esforço

Quadro 5.7
Distribuição do Boletim RPM por Entidades
(valores absolutos)
Fonte: RPM.

de sistematização de informação a partir de uma matriz única com dados informativos de interesse geral (morada, horário, ingressos) e de caracterização (designadamente o historial do museu, coleções e serviços prestados ao público), ainda que a sua atualização permaneça da responsabilidade dos próprios museus³⁶. Um outro exemplo que se prende com o crescente número de atividades promovidas pelos museus RPM refere-se à criação em 2005 de um “mini-sítio”, integrado no da RPM, exclusivamente dedicado ao Dia Internacional dos Museus e à divulgação das atividades promovidas nesse âmbito pelos museus integrantes. Outra alteração estrutural do site consiste na disponibilização de novos serviços relacionados com o Centro de Documentação da RPM. Em 2004 viabilizou-se a pesquisa no respetivo catálogo on-line, o acesso a bibliografias temáticas e a resumos de obras selecionadas bem como a formalização de pedidos de consulta. Seguiu-se a disponibilização de Bibliografias e Dossiês temáticos bem como o acesso a artigos on-line e a publicações RPM (2006).

Em 2007, e na sequência da abertura das candidaturas à credenciação de museus, dá-se a substituição do menu Adesão pelo menu Credenciação contendo o submenu Credenciação de Museus destinado a questões de explicitação geral de acesso ao formulário e do próprio procedimento de candidatura e o submenu Formulário de Candidatura (de acesso reservado apenas aos candidatos munidos de código de acesso previamente solicitado).

Entre as reestruturações ocorridas, a mais profunda e com maiores repercussões data de 15 de dezembro de 2008 quando o site da RPM deixou de ser autónomo e passou a estar alojado como secção no Portal do IMC³⁷.

Visitas do Site

O número anual de visitas permite ter uma noção da evolução do impacto do site da RPM (gráfico 5.2). Assim, regista-se um aumento exponencial até 2007

(de 4.562 visitas em 2001 para 136.960 em 2007), aumento esse quebrado por duas ocasiões: 2005 e 2008. Os valores atingidos evidenciam que, por altura da integração no site do IMC, era um recurso com uma adesão muito relevante³⁸.

Os relatórios anuais de atividades da RPM dão conta de picos de acessos relacionados, por exemplo, com os calendários de candidaturas de adesão à Rede e a aproximação dos prazos para a formalização dos apoios financeiros e de eventos promovidos por esta estrutura. Assim, as duas quebras de 2005 e 2008 anteriormente referidas poderão estar relacionadas precisamente com o facto de as atividades desenvolvidas nesses anos ser geradora de menor interatividade com os utilizadores. Recorde-se que em 2005 os processos de adesão à RPM estavam suspensos e adiante-se que em 2008 não foram abertas as candidaturas ao programa de apoio financeiro ProMuseus (ver adiante ponto 5.3.4).

Depois de 2008, ou seja, depois de efetivado o alojamento dos conteúdos RPM no site do IMC, a contabilização do número de visitas não permite uma contagem fíavel. Na verdade, não sendo correto ter em conta o número total de visitas do site do IMC (valor muitíssimo elevado, superior a 715 mil em 2010 de acordo com o Relatório de Atividades do IMC), também não é totalmente correto considerar apenas as visitas da secção RPM do portal IMC (16.298 também em 2010 de acordo com a mesma fonte). De facto, este valor peca por defeito pois ligações diretas a recursos RPM no site (como por exemplo as candidaturas a programas e formulários de credenciação) não são contabilizadas como visitas àquela secção. O mesmo se poderá dizer de recursos como as publicações RPM, a consulta bibliográfica, a legislação, entre outros – anteriormente incluídos no site autónomo da RPM – que são contabilizados em outras secções do portal do IMC. Por isso, e para além de outras possíveis implicações, o alojamento dos conteúdos RPM no site do IMC representou uma importante perda de informação de gestão. Contudo, poderá

³⁶ As Fichas de informação e caracterização dos museus RPM serviram de base às seguintes publicações: Roteiro de Museus – Rede Portuguesa de Museus (2004). Lisboa, IPM/RPM. Roteiro de Museus – Rede Portuguesa de Museus (2005). Lisboa, IPM/RPM.

³⁷ <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>.

³⁸ Ver no capítulo 6 (ponto 6.2) a avaliação deste parâmetro por parte dos responsáveis dos museus da RPM.

Ano	Descrição das alterações
2001	(28 março) Lançamento do site RPM com os seguintes menus principais: Apresentação, Adesão, Linhas de ação da RPM, Notícias; Edições, e Links.
2002	Reformulação com vista a contemplar um espaço à divulgação dos museus que integram a RPM e as suas atividades <ul style="list-style-type: none"> • Novo Menu Museus RPM • Desdobramento do Menu Notícias (Notícias RPM, Notícias Encontros, Notícias Museus RPM, Outras Notícias e Notícias em Arquivo)
2003	Disponibilização das Fichas de informação e de caracterização dos museus RPM (Menu Museus RPM)
2004	Introdução de novos conteúdos e serviços: <ul style="list-style-type: none"> • Submenu Legislação; • Menu CDRPM (informações gerais, acesso à pesquisa no catálogo on-line, a bibliografias temáticas, a resumos de obras selecionadas e acesso ao serviço de pedidos de consulta e sugestões)
2005	Criação de um "mini-sítio" do Dia Internacional dos Museus
2006	Reestruturação do menu CDRPM
2007	Novo menu "Credenciação" (em substituição do menu "Adesão")
2008	(15 dezembro) site da RPM passa a estar alojado no Portal do IMC deixando de ser autónomo e perdendo alguns dos recursos anteriormente disponíveis, entre os quais a possibilidade de download de todos os números do Boletim RPM.
2009	Criação do item Atividades RPM
2010	-

Quadro 5.8 Principais alterações no Site RPM (2001-2010)

Fonte: OAC a partir de Relatórios de Atividades RPM (2001 a 2010).

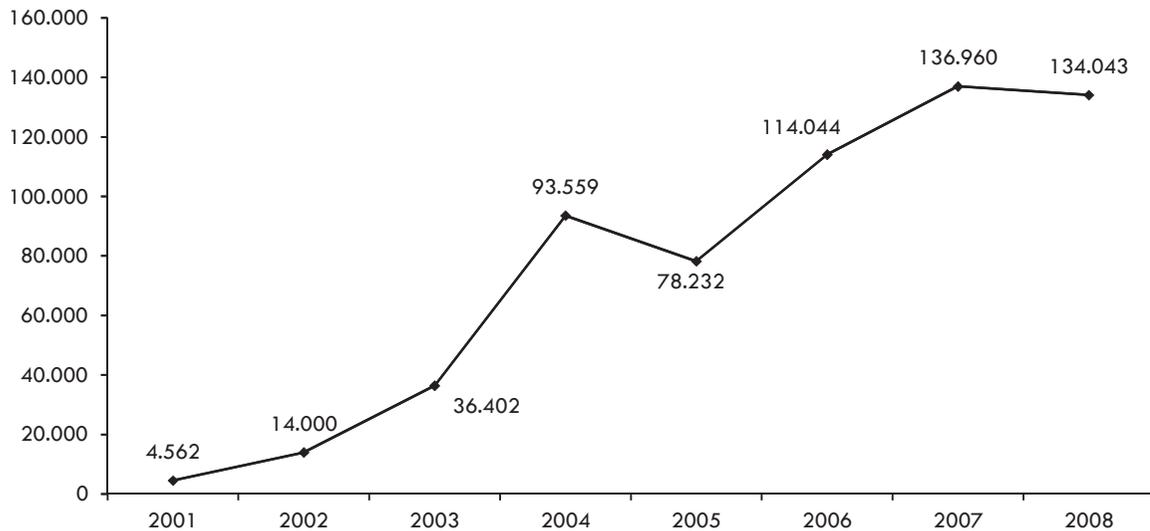


Gráfico 5.2 Visitas do Site RPM por Ano (2001-2008)

Fonte: OAC a partir de Relatórios de Atividades RPM (2001 a 2008).

Notas: i) para o ano de 2001 o valor refere-se ao período março a dezembro; ii) a integração no portal do IMC ocorreu a 18 de dezembro de 2008.

ter sido benéfico para o IMC que assim viu acrescido o número de contactos com a sua página de abertura.

5.3.3. Formação

Ações de formação

A realização de ações de formação destinadas a profissionais dos museus portugueses foi uma das competências atribuídas à EPRPM no ato da sua criação e constituiu

uma das suas linhas de atividade. A realização destas ações teve início em 2001 e ao longo do período de dez anos coberto por este estudo realizaram-se, em vários locais do país, 77 ações de formação de 31 temáticas diferenciadas na área da museologia, totalizando 1.752 horas de formação e envolvendo 1.573 técnicos e outros profissionais dos museus na qualidade de formandos (quadro 5.9). Foram 28 os especialistas nacionais que asseguraram a planificação e a coordenação destas ações e 101 os que assumiram o papel de formadores.

Ano	Ações realizadas	Temáticas	Horas de formação	Pré-Inscrições	Formandos
2001	8	4	180	296	160
2002	7	4	156	285	148
2003	10	7	192	339	209
2004	9	9	234	234	140
2005	8	8	210	227	137
2006	7	6	150	245	152
2007	8	8	168	188	150
2008	6	5	144	209	154
2009	7	5	162	223	153
2010	7	7	156	240	170
Total	77	31*	1.752	2.486	1.573

Quadro 5.9

Formação RPM por Ano (valores absolutos)

Fonte: OAC a partir de Relatórios Ações de Formação RPM (2001 a 2008) e Relatório de Atividades IMC (2009 e 2010).

Nota: * este total corresponde ao número de temáticas diferenciadas. Não é coincidente com o somatório das parcelas, uma vez que uma mesma temática de formação pode estar disponível em mais do que um ano.

Para além destes dados globais, importa salientar a elevada e constante adesão dos profissionais dos museus uma vez que o número de candidaturas à frequência destas ações de formação (2.486 pré-inscrições no período referido) excede, em todos os anos, o número de vagas disponíveis. Este é o motivo que explica o recurso à seleção das candidaturas tendo sido adotados como critérios “a proveniência dos candidatos de museus da RPM, a participação do maior número de profissionais e a representatividade dos diferentes museus da RPM”³⁹.

Os indicadores globais referentes a este período (ainda quadro 5.9) mostram grande regularidade, quer em termos de oferta formativa quer em termos de procura, destacando-se ainda assim o ano de 2003 em que a atividade formativa foi mais forte (maior número de ações realizadas e maior número de formandos) e o de 2004 em que foi mais intensa (maior número de horas por formando).

A realização das ações atinge o ponto alto nos meses de junho e de outubro (somados representam 55% do total de ações de formação realizadas). E se a estes dois marcos temporais se juntarem os

meses adjacentes chega-se à quase totalidade das ações (97%).

Quanto à duração, 24h de formação repartidas por quatro dias é o formato correspondente à maioria de ações de formação realizadas (69%) e que, obviamente, abarca a maioria de formandos (73%). As ações de formação de menor duração (designadamente 6h e 12h) correspondem a casos particulares de resposta a necessidades formativas de algumas tuteladas⁴⁰. Pelo contrário, ações mais extensas (54h) correspondem a um formato de maior aprofundamento temático permitindo a repartição temporal das componentes teórica, prática e de avaliação⁴¹.

Quanto aos conteúdos, o primeiro plano formativo (2001) incidiu sobre áreas de conservação preventiva, de documentação e de função social dos museus, áreas consideradas como básicas e cruciais da atividade museológica e para as quais a oferta formativa de (então) era mais deficitária (Camacho, 2010a: 13-14). São também áreas fulcrais para a adesão à própria RPM.

Os planos de formação que se seguiram revelam por um lado uma lógica de continuidade programática face aos anos anteriores rentabilizando um conjunto de temáticas de formação previamente testadas e procurando atingir o objetivo de descentralização e, por outro lado, uma lógica de renovação com a criação “de raiz” de novas temáticas de formação tentando dar resposta a solicitações concretas e a sugestões recebidas quer por parte de entidades museológicas quer por parte dos formandos.

A este propósito refira-se que, por iniciativa da própria RPM, no final de cada ação de formação, é solicitado a todos os formandos o preenchimento de um inquérito de avaliação. Os resultados são posteriormente analisados pela RPM e figuram nos relatórios anuais respeitantes à formação. As sugestões e recomendações

³⁹ Indicação que consta da Ficha de pré-inscrição nas ações de formação (2008 a 2011).

⁴⁰ É o caso de ‘Salvaguarda de bens culturais - paramentaria e ourivesaria’ uma ação de formação de 6h destinada a zeladores de igrejas solicitada pela Diocese de Portalegre e Castelo-Branco (2003) e ‘Introdução às práticas de conservação preventiva’, uma ação de 24h desdobrada em duas de 12h com o objetivo de atender a diferentes destinatários (uma para guardas e outra para Técnicos Superiores e Profissionais de Museologia) solicitada pelo Administração Regional da Madeira (2003).

⁴¹ Trata-se da ação ‘Introdução às Práticas de Conservação Preventiva’ que se realizou em 2004 e em 2005 em parceria com o (então) Instituto Português de Conservação e Restauro.

obtidas por esta via são tidas em conta na preparação do plano de formação do ano seguinte.

Voltando aos planos anuais de formação, os de 2005 e de 2008 destacam-se pela elevada renovação (ambos apresentam 5 temáticas de formação criadas “de raiz”) ao passo que os de 2004 e 2007 pela continuidade (respetivamente com 7 e 5 temáticas de formação decorrentes de programas anteriores) (quadro 5.10).

Do ponto de vista organizativo, várias foram as alterações ocorridas ao longo deste período e que merecem referência. Antes de mais as que resultam da integração das competências da RPM na orgânica do IMC. Assim, em 2008, para além do programa de formação vigente foi inaugurado um novo formato dirigido exclusivamente a profissionais de Museus e Palácios tutelados pelo IMC. De 2008 a 2010 este novo formato compreendeu duas temáticas de formação⁴² com um total de 213 participantes.

Relevante é, também, o processo de acreditação do IMC como entidade formadora uma vez que corresponde a uma operação de validação técnica e de reconhecimento da capacidade deste organismo para intervir no âmbito da formação dos profissionais de museus, designadamente na conceção, organização e desenvolvimento de cursos. Este processo foi iniciado em dezembro de 2008, sendo concedida a acreditação em maio de 2009⁴³.

Finalmente registre-se que o valor da inscrição é de 95€ para ações de formação de 24 horas de formação e de 80€ para as de 18 horas, custos geralmente suportados pelas tutelas dos museus a que pertencem os formandos. As ações realizadas nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são de inscrição gratuita bem como algumas ações de menor duração no Continente⁴⁴. Desde a integração das atribuições

da RPM na orgânica do IMC que os funcionários afeitos a este instituto estão isentos do pagamento do valor de inscrição.

O mapa 5.2 dá conta dos concelhos onde decorreram as ações de formação RPM.

A descentralização das ações e a representatividade das regiões do País é um dos objetivos que rege a oferta formativa da RPM pelo que é pertinente analisar a Região de acolhimento das ações (quadro 5.11) quer a Região de origem dos formandos (quadro 5.13). Refira-se que a concretização dos objetivos de descentralização das ações de formação está dependente da existência de instalações com condições logísticas adequadas, pelo que são criteriosamente escolhidos os locais e estabelecidas as necessárias parcerias com entidades museológicas (preferencialmente museus da RPM) de forma a viabilizar cada uma das ações em concreto⁴⁵.

Tendo em conta o arco temporal 2001-2010, constata-se que as ações de formação abrangem anualmente diversas regiões, incluindo as regiões autónomas. O ano de 2003 é o único em que todas as regiões acolhem pelo menos uma ação (quadro 5.11). Por outro lado, a Região do Alentejo não acolhe qualquer ação de formação desde 2005. Ainda que objeto de críticas por parte de responsáveis dos museus RPM sediados naquela região⁴⁶, isso não parece desmobilizar a participação de profissionais de museus daquela região (ver adiante quadro 5.13).

Em sentido contrário, a extensão do programa de formação às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores parece ter sido uma aposta forte ao longo do período em análise. Repare-se que apenas nos anos extremos do período considerado (2001 e 2010) não se realizou qualquer ação nestas regiões. De todo o modo, refira-se

⁴² São elas ‘Acolhimento e Vigilância nos Museus e Palácios do IMC’, destinada a vigilantes-rececionistas (5 ações de formação), e Código Deontológico do ICOM, destinada a funcionários dos Museus e Palácios tutelados pelo IMC (1 ação).

⁴³ Despacho de 4 de maio de 2009 da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) referente à acreditação ao IMC como entidade formadora nas áreas 225 (História e Arqueologia) e 322 (Biblioteconomia, arquivo e documentação – BAD). Com a entrada em vigor da Portaria nº 851/2010 de 6 de setembro que regula o novo Sistema de Certificação de Entidades Formadoras da DGERT, o anterior Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras foi revogado estando em curso o processo de transição da acreditação para a credenciação, dirigido pela DGERT.

⁴⁴ Em 2011, perante as crescentes dificuldades das tutelas (sobretudo autarquias) em suportar estes custos e as sugestões feitas nas reuniões de trabalho com os museus (março e abril de 2011), a RPM iniciou um ciclo de seminários in loco destinados a dar visibilidade a boas práticas, a partilhar conhecimentos e a refletir sobre potencialidades, dificuldades, metodologias e processos. Este novo formato pretendeu ser mais flexível, de menor duração e com inscrição gratuita.

⁴⁵ Acrescente-se que a acessibilidade é outro dos critérios adotados na escolha dos locais de formação.

⁴⁶ Ver, no capítulo 6, comentários e sugestões recolhidas junto dos responsáveis dos museus RPM (ponto 6.2.6).

Quadro 5.10**Ações de formação e Formandos por Ano**
(números absolutos)

Fonte: OAC a partir de *Relatórios Ações de Formação RPM 2001 a 2008* e *Relatório de Atividades IMC 2009 e 2010*.

Notas: * estas ações de formação decorreram em moldes diferenciados com 54 horas de formação;

** Embora prevista no plano de formação, não foi possível concretizar a realização desta ação, mais do que um ano.

Temáticas de formação	Ano										Total ações de formação	Total formandos
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010		
Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária	2	1	1	1							5	107
Embalagem e transporte de bens museológicos	2	2	1	1							6	105
Introdução às práticas de conservação preventiva	2	2	3	1*	1*						9	164
Inventário do Património Móvel - bens museológicos. Princípios, Metodologias e boas	2										2	47
Programação e Produção de Exposições		2	2	1	1	1	1				8	187
Edições e Divulgação em Museus			1	1							2	35
Museus e Coleções Etnográficas			1	1							2	39
Salvaguarda de bens culturais - paramentaria e ourivesaria			1								1	25
Inventário do Património Cultural Móvel. Princípios, metodologias e boas práticas				1	1	1	1				4	62
Museus e Acessibilidades				1	1	1	1				4	60
Introdução às práticas de conservação preventiva e de educação em museus				1							1	11
Atendimento e Vigilância em Museus					1	1					2	54
Conceção de Sítios de Internet em Museus					1	2	1				4	65
Museus e Educação					1						1	23
Segurança, Vigilância e Atendimento em Espaço Museológico					1						1	18
Programas Educativos em Museus						1					1	22
Conservação de bens etnográficos							1				1	18
Conservação e inventariação de fotografia							1				1	14
Segurança, prevenção e combate a incêndios nos museus							1				1	12
O museu como organização educativa							1				1	27
Usos do Documentário em Museus								1	2	1	4	81
Boas Práticas de Preservação e Manutenção de Coleções								3	2		5	120
Conservação de Coleções: papel e têxteis								1		1	2	50
Documentação de Património Móvel e Imaterial								1			1	26
Conservação de Fotografia – séc. XIX e XX **								0			0	0
Comunicação Acessível em Museus									1	1	2	40
Reservas: Aspetos Práticos de Gestão e Manutenção de Coleções									1	1	2	51
Inventário do Património Cultural Imaterial: Contextos e Metodologias									1		1	31
Circulação de Bens Culturais: enquadramento legal, normativos e boas práticas										1	1	29
Estratégias Comunicação On-line em Museus										1	1	26
Inventário do Património Cultural Imaterial: Princípios e Metodologias										1	1	24
Total de ações de formação	8	7	10	9	8	7	8	6	7	7	77	
Temáticas de formação disponíveis (total)	4	4	7	9	8	6	8	5	5	7		
Novas temáticas de formação (renovação)	4	1	3	2	5	1	4	5	3	3		
Temáticas de formação repetidas (continuidade)	0	3	4	7	3	5	4	0	2	4		
% Novas temáticas de formação	-	25,0	42,9	22,2	62,5	16,7	50,0	100,0	60,0	42,9		

Quadro 5.11
Ações de formação por
Região de acolhimento
e por Ano

(valores absolutos)
Fonte: OAC a partir
de Relatórios Ações de
Formação RPM 2001
a 2008 e Relatório
de Atividades IMC 2009
e 2010.

Região de acolhimento	Ano										Total
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Norte	3	1	3	3	2	1	3	–	2	2	20
Centro	1	1	1	–	1	1	1	–	1	1	8
Lisboa	2	1	1	4	2	2	2	3	2	3	22
Alentejo	1	2	1	1	–	–	–	–	–	–	5
Algarve	1	1	1	–	1	1	1	1	1	1	9
Madeira	–	–	2	1	1	1	1	1	–	–	7
Açores	–	1	1	–	1	1	–	1	1	–	6
Total	8	7	10	9	8	7	8	6	7	7	77

Quadro 5.12
Formação RPM por
Região de acolhimento

(valores absolutos
e percentagem)
Fonte: OAC a partir
de Relatórios Ações
de Formação RPM 2001
a 2008 e Relatório
de Atividades IMC 2009
e 2010.

Região de acolhimento	Ações realizadas	Horas de formação	Pré-Inscrições	Formandos	Pré-inscrições / Formandos (%)
Norte	20	444	634	374	59,0
Centro	8	168	287	168	58,5
Lisboa	22	546	808	470	58,2
Alentejo	5	120	193	101	52,3
Algarve	9	204	224	158	70,5
Açores	6	132	139	118	84,9
Madeira	7	138	201	184	91,5
Total	77	1.752	2.486	1.573	63,3

que a planificação das ações de formação nas regiões autónomas é feita em articulação com as respetivas direções de cultura numa tentativa de adaptação dos conteúdos às suas necessidades. Pelo quadro 5.11 é possível ainda constatar que as regiões de Lisboa e Norte concentram mais de metade das ações realizadas, das horas de formação, das pré-inscrições e dos formados. Tendo em conta a relação entre candidatos (pré-inscrições) e formandos efetivos constata-se que é nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira que o valor é mais elevado (85% e 92%, respetivamente), o que significa que grande parte dos candidatos consegue efetivamente aceder à pretendida formação (quadro 5.12). Pelo contrário, o valor referente às ações realizadas no Alentejo é o mais baixo (apenas 52% das pré-inscrições são efetivadas) sendo revelador de uma elevada procura.

A partir dos relatórios de formação RPM foi possível sistematizar os dados de caracterização dos participantes

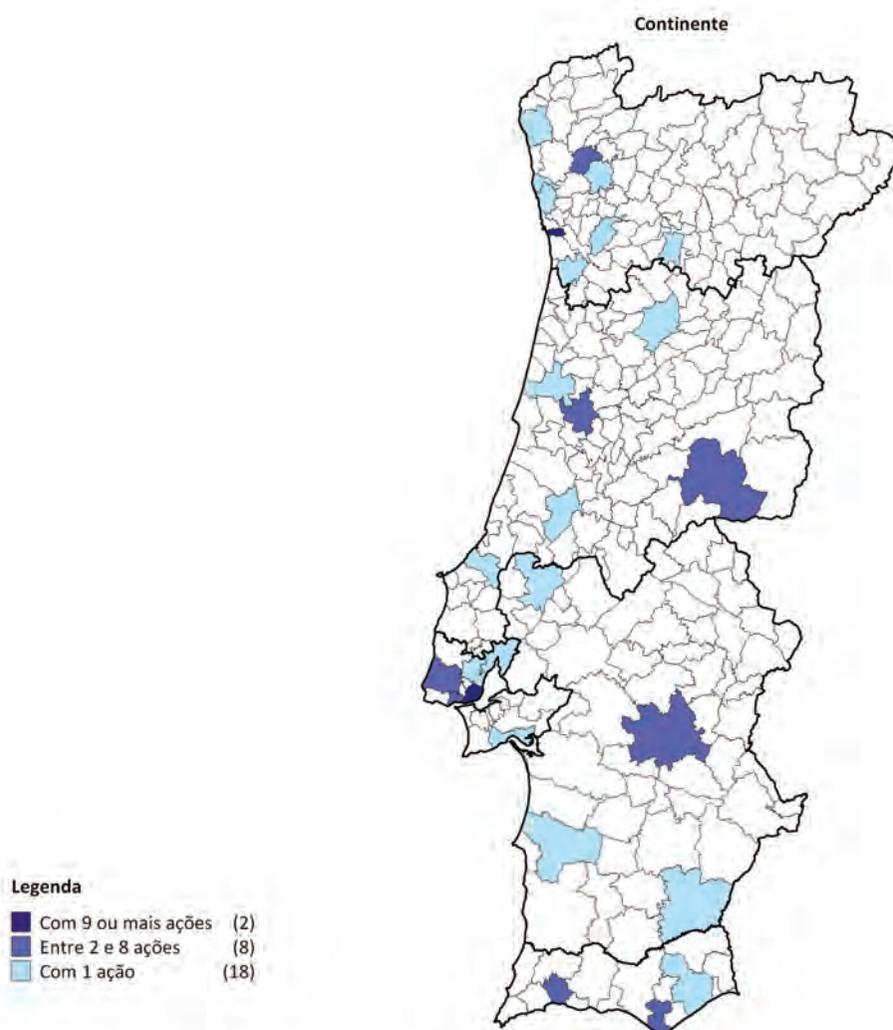
(quadro 5.13). Quanto ao Sexo, as mulheres são as que mais frequentemente participam nestas ações. Quanto à função, destaca-se a participação dos Técnicos Superiores (61% do total) seguida a larga distância dos Técnicos Profissionais (22%). De destacar que, em 2001, quando o programa de formação RPM foi lançado, era dada primazia aos técnicos profissionais por ser o grupo menos abrangido por ações regulares de formação. O equilíbrio alcançado esse ano entre a participação de Técnicos Superiores e Técnicos Profissionais (46% e 48%, respetivamente) não ocorreu noutros anos, sendo o balanço sempre favorável aos primeiros.

Relativamente às tutelas dos museus representados, embora os valores oscilem de ano para ano, é francamente maioritária a participação de profissionais ligados a museus da Administração Local (42% do total). As oscilações percentuais devem-se, sobretudo, aos Governos Regionais embora, em 2010, se verifique uma elevada representação de profissionais ligados a

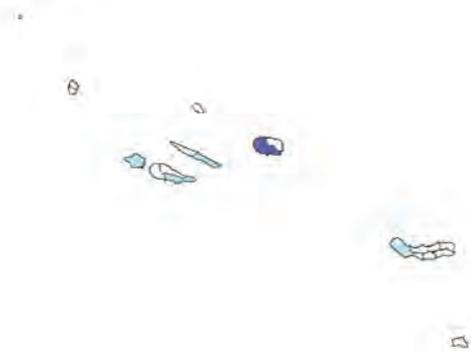
Mapa 5.2 Ações de formação RPM por Concelho

(n= 77)

Fonte: OAC a partir de Relatórios Ações de Formação RPM 2001 a 2008 e Relatório de Actividades IMC 2009 e 2010.



Açores



Madeira



Quadro 5.13
Participantes nas ações de formação segundo o Sexo, Função, Tutela do museu e Região de origem por Ano (percentagem)

Fonte: OAC a partir de Relatórios Ações de Formação RPM 2001 a 2010.

Notas: * compreende estudantes e profissionais de outros países que participaram em ações de formação RPM.

	Ano										Total
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
<i>Total</i>	160	148	209	140	136	152	150	155	153	170	1.573
Sexo											
Feminino	–	68,9	57,9	78,6	74,3	83,6	78,0	76,8	–	–	50,7
Masculino	–	31,1	31,1	21,4	25,7	16,4	22,0	23,2	–	–	17,2
Sem informação	100,0	–	11,0	–	–	–	–	–	100,0	100,0	32,2
Função											
Dirigente	0,6	1,4	1,0	7,1	11,0	3,3	5,3	10,3	10,5	8,8	5,7
Técnico Superior	45,6	70,9	49,3	65,0	56,6	57,9	64,7	60,6	73,2	70,0	61,0
Técnico	48,1	24,3	23,9	17,1	16,9	10,5	23,3	19,4	14,4	20,6	22,1
Auxiliar Técnico	–	1,4	–	–	15,4	23,7	2,0	1,3	–	–	4,1
Administrativo	2,5	1,4	1,0	7,1	–	4,6	2,7	0,6	0,7	0,6	2,0
Operário	–	0,7	–	–	–	–	–	–	–	–	0,1
Vigilante	–	–	12,9	–	–	–	2,0	5,2	–	–	2,4
Sem informação	3,1	–	12,0	3,6	–	–	–	2,6	1,3	–	2,6
Tutela do Museu											
Administração Central	29,4	19,6	15,3	39,3	25,7	25,7	18,7	25,8	44,4	53,5	29,5
Governos Regionais	1,9	17,6	31,1	8,6	22,1	38,8	24,7	16,8	9,8	0,0	17,4
Administração Local	55,0	52,7	35,4	37,9	41,2	28,9	42,7	51,0	39,9	37,6	42,0
Privados	13,8	10,1	13,9	14,3	11,0	6,6	14,0	3,9	4,6	5,3	9,8
Sem ligação a uma tutela*	–	–	–	–	–	–	–	1,3	1,3	1,8	0,4
Sem informação	–	–	4,3	–	–	–	–	1,3	–	1,8	0,9
Região de origem											
Norte	25,0	15,5	19,1	23,6	18,4	11,8	30,7	5,8	21,6	27,6	20,0
Centro	23,1	14,9	13,4	3,6	6,6	5,3	2,7	7,7	12,4	17,6	11,1
Lisboa	25,6	34,5	18,2	47,1	39,0	34,2	32,7	31,6	33,3	35,3	32,4
Alentejo	15,0	9,5	7,7	10,0	3,7	1,3	2,0	7,7	8,5	7,6	7,4
Algarve	9,4	7,4	7,2	7,1	6,6	7,9	7,3	6,5	13,7	10,0	8,3
Madeira	–	–	22,5	7,9	12,5	28,9	20,7	21,9	–	–	11,7
Açores	1,9	18,2	12,0	–	13,2	10,5	4,0	16,8	10,5	–	8,7
Não aplicável (Estrangeiro)	–	–	–	0,7	–	–	–	1,3	–	1,8	0,4
Sem informação	–	–	–	–	–	–	–	0,6	–	–	0,1

museus da Administração Central (54%)⁴⁷. No que toca à Região, é em Lisboa e no Norte que se concentram quer o maior número de ações quer o maior número de formandos (quadros 5.11 e 5.13). O local de acolhimento das ações pode explicar uma maior concentração de participantes provenientes desse mesmo local. Porém, isso não parece ser um fator totalmente inibidor

à participação. Veja-se, por exemplo os casos do Alentejo (período 2005 a 2010) e da Região Autónoma dos Açores (anos 2001 e 2007) em que, para os anos em causa, as referidas regiões não acolheram qualquer ação de formação, o que não significa que não tenham participado formandos oriundos de entidades museológicas localizadas nessas regiões.

⁴⁷ Recorde-se que, com a integração das competências da RPM na orgânica do IMC, é gratuita a participação de funcionários afetos àquele instituto em ações de formação RPM.

Centro de Documentação RPM

Enquadrado na linha de ação RPM referente à formação, o Centro de Documentação (CDRPM) destinava-se a apoiar e atualizar a formação científica e técnica de todos aqueles que se encontram ligados aos domínios da museologia e do património, tais como profissionais de museus, investigadores, docentes ou estudantes. O seu fundo documental é constituído fundamentalmente por monografias, periódicos e trabalhos científicos, sobretudo impressos, enquadrando-se em áreas diferenciadas como Educação e Museus, Conservação e Restauro, Inventário e Documentação, Exposições, Gestão de Museus, Estudos de Públicos, História dos Museus e da Museologia.

Ao longo dos anos o CDRPM constituiu um acervo com alguma dimensão⁴⁸, altamente especializado, atualizado⁴⁹ e com uma procura significativa⁵⁰. De 19 de maio de 2003 (data da inauguração) a março de 2008 (data da sua integração na Biblioteca Central do IMC) disponibilizou serviços como Acolhimento e Referência, Difusão de informação, Consulta local e Reserva de documentos, Pesquisa no catálogo informatizado, Empréstimo e Reprodução de documentos. Após a integração na Biblioteca Central do IMC o CDRPM manteve, apesar de tudo, algumas valências: catálogo informatizado e disponível on-line, reprodução de documentação, empréstimo e consulta local. Porém, deixou de existir apoio personalizado.

5.3.4. Qualificação

O eixo programático relativo à Qualificação concretiza-se através de programas de apoio a museus, de carácter financeiro e técnico, tendo por objetivo fundamental estimular e promover a qualificação dos serviços técnicos e dos espaços funcionais dos museus bem como a

valorização da interdisciplinaridade e do profissionalismo. Entre 2001 e 2010 vigoraram o Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM) – descontinuado em 2006 e substituído pelo ProMuseus – e o Programa de Apoio Técnico aos Museus (PATM).

Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM)

De acordo com o seu Regulamento, o PAQM constituiu-se como um programa “capaz de disponibilizar apoios técnicos e financeiros a museus não dependentes da administração central, no âmbito de uma política global para o sector museológico”⁵¹. Trata-se do primeiro programa específico emanado de um organismo do Ministério da Cultura para apoio financeiro a museus (RPM, 2003: 21). O seu desenho teve em linha de conta domínios da atividade museológica mais carenciados e não diretamente abrangidos pelos programas (então) existentes no âmbito do QCA III (designadamente POC, POR e POSI⁵²), pelo que o seu principal objetivo incide na qualificação dos serviços técnicos e dos espaços funcionais dos museus, bem como das respetivas atividades. Assim, com exclusão dos museus tutelados pela Administração Central⁵³ e pelos Governos Regionais (por constrangimentos ditados pela Constituição da República Portuguesa), o PAQM estrutura-se em quatro programas, dois dos quais com subprogramas (quadro 5.14).

Não foram só os museus já integrados na RPM que puderam beneficiar do PAQM. Desde o início, também museus em processo de criação ou remodelação e que entraram “em processo de adesão” puderam candidatar-se a determinados programas (P.1 e P.2), tendo em conta que “a programação, a investigação e o estudo de coleções devem preceder a abertura ao público dos museus” (RPM, 2003: 24).

⁴⁸ Em 2007 continha 1.334 monografias (títulos), 106 publicações periódicas (títulos), 79 trabalhos de investigação e 34 títulos de materiais não livro (CR-ROM e DVD) (IMC, 2008: 268).

⁴⁹ Até 2007 o orçamento da RPM contemplava uma verba para a atualização do acervo bibliográfico do CDRPM.

⁵⁰ Cerca de 1.000 leitores segundo o balanço feito por Clara Camacho (2010a: 26).

⁵¹ Despacho Normativo n.º 28/2001, de 23 de maio.

⁵² Acrescenta-se que estes programas comunitários também contemplam a qualificação dos museus, designadamente a vertente de obras de construção, remodelação e valorização bem como a modernização dos sistemas documentais (ver mais adiante neste capítulo ponto 5.3.5).

⁵³ Salvo Empresas Públicas ou Sociedades Anónimas de Capitais Públicos.

Quadro 5.14
PAQM – Projetos apoiados por Programa e subprograma por Ano
 (números absolutos e percentagem)
Nota: * embora o processo de candidatura tenha decorrido em junho e julho de 2005, os acordos de colaboração foram assinados em março de 2006.

Programa e subprograma	Ano					Total
	2001	2002	2003	2004	2005*	
P.1 Apoio à programação museológica	5	7	7	0	0	19
P.2 Apoio à investigação e ao estudo de coleções	17	27	24	25	19	112
P.3 Apoio à conservação preventiva	28	27	22	28	25	130
<i>P.3.1 Aquisição de equipam. para a conservação preventiva</i>	13	14	14	15	10	66
<i>P.3.2 Aquisição de mobiliário ou equipamentos para reservas</i>	12	12	7	8	14	53
<i>P.3.3 Aquisição de serviços especializados</i>	3	1	1	5	1	11
P.4 Apoio a ações de comunicação	20	20	31	41	36	148
<i>P.4.1 Ações de acolhimento e de comunicação</i>	10	11	12	23	21	77
<i>P.4.2 Projetos educativos</i>	10	9	19	18	15	71
Projetos apoiados	70	81	84	94	80	409
<i>Projetos candidatados</i>	88	81	90	110	108	477
<i>Projetos apoiados/candidatos (%)</i>	79,5	100,0	93,3	85,5	74,1	85,7

Para além de não poder exceder o teto anual estipulado para o Programa, há ainda mais dois parâmetros a ter em conta na atribuição destes apoios financeiros: por um lado não ultrapassar 50% do valor total constante do orçamento aprovado e, por outro, não exceder os montantes máximos fixados por programa e por beneficiário (artº 6º do Regulamento do PAQM). As despesas elegíveis são as diretamente resultantes de: i) aquisições de serviços de investigadores e de especialistas, nomeadamente em Museologia e nas diferentes áreas disciplinares e técnicas do museu (P.1, P.2 e P.4); ii) Produção e divulgação dos materiais escritos resultantes das investigações efetuadas (P.4); iii) Aquisições de equipamentos de conservação preventiva e de mobiliário ou equipamentos para reservas (P.3) (artº 11º). O pagamento é ainda condicionado à apresentação de contas para comprovação da boa aplicação das quantias entregues referentes ao apoio financeiro (artº 12º alínea 2). Ainda de acordo com o Regulamento (artº 10º), os critérios de apreciação e de avaliação das candidaturas baseiam-se na verificação dos seguintes elementos: correspondência entre os objetivos do Programa de Apoio e a candidatura apresentada; coerência entre a candidatura e o desenvolvimento do museu tutelado pela entidade candidata, designadamente a missão do museu, o seu programa museológico, a preservação e a valorização das coleções e dos acervos e o cumprimento da sua função social, o que poderá ser verificado complementarmente através da candidatura à

Adesão à RPM; garantia de condições de sustentabilidade e de manutenção referente aos novos projetos ou estruturas no âmbito material, financeiro, e dos recursos humanos qualificados para os efeitos propostos; localização geográfica do museu em região especialmente carenciada do ponto de vista museológico. Passando à análise do PAQM do ponto de vista dos projetos, ao longo do período 2001-2005 foram 409 os projetos apoiados que envolveram um total de 69 museus (quadro 5.14). Registe-se ainda 68 projetos candidatados, mas cujo apoio não foi aprovado. No entanto, quando se relacionam os projetos apoiados com os projetos candidatados constata-se uma percentagem elevada de projetos aprovados (86%, para o conjunto dos cinco anos de vigência do PAQM). Por ano, o valor varia entre os 74% (2005) e os 100% (2002). O total de projetos apoiados anualmente aumenta de 70 (2001) para 94 (2004), assistindo-se de seguida a uma quebra significativa (80 em 2005). Quanto à distribuição por Programa, repare-se que desde 2004 que não é concedido qualquer apoio a projetos de programação museológica, sendo este o programa onde se regista o menor número de projetos (19). No sentido oposto, isto é, com um maior número de projetos apoiados, destaca-se o Apoio a ações de comunicação (148). A análise diacrónica dos apoios concedidos permite fazer sobressair um outro aspeto relevante: nos primeiros anos de vigência do PAQM os projetos mais apoiados referem-se à conservação preventiva (2001 e 2002),

Quadro 5.15**PAQM – Total elegível e Participação IPM/RPM por Ano**

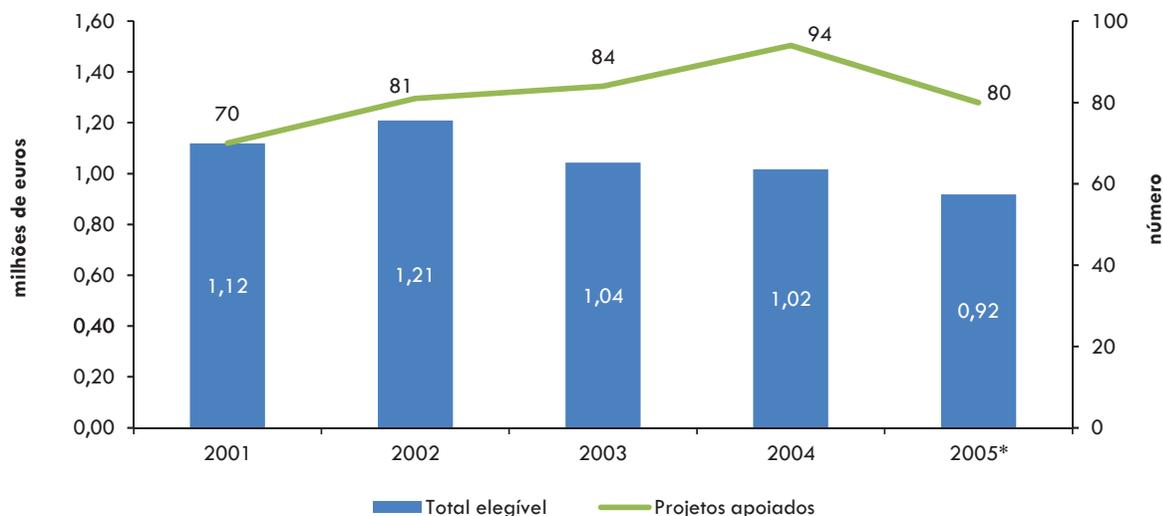
(em euros e em percentagem)

Fonte: Relatório de Atividades IMC 2009 e OAC a partir de RPM.**Nota:** * embora o processo de candidatura tenha decorrido em junho e julho de 2005, os acordos de colaboração foram assinados em março de 2006.

	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005*
Total elegível (euros)	1.119.737,96	1.209.419,07	1.043.383,37	1.016.651,44	918.168,52
Participação IPM/RPM (euros)	534.399,13	602.659,57	506.964,91	505.649,24	456.684,29
Participação IPM/RPM (% total elegível)	47,7	49,8	48,6	49,7	49,7
Taxa de execução (%)	100,0	99,8	100,0	96,9	97,9

Gráfico 5.3**PAQM – Total elegível e Projetos apoiados por Ano**

(milhões de euros e valores absolutos)

Fonte: RPM**Nota:** * embora o processo de candidatura tenha decorrido em junho e julho de 2005, os acordos de colaboração foram assinados em março de 2006.

situação que se altera em 2003 com a predominância de projetos que incidem sobre ações de comunicação – repare-se que os 20 projetos desta área apoiados em 2001 mais que duplicam em 2004. Segundo a equipa da RPM esta situação reflete a crescente preocupação dos museus com a qualificação e diversificação de serviços prestados ao público quer no domínio da divulgação dos museus e das respetivas coleções quer no âmbito dos seus serviços educativos (RPM, 2005: 45). Relativamente à participação do IPM/RPM o seu valor acumulado ascende a €2,6 milhões (quadro 5.15). Corresponde, por sua vez, a projetos que ultrapassam os €5,3 milhões (valor total elegível). Como determinado pelo Regulamento em nenhum ano a participação do IPM/RPM atinge 50% do valor elegível. O seu valor oscila entre os €603 mil em 2002 e os €467 mil em 2005. Repare-se ainda que a taxa de execução financeira é extremamente elevada (99% para o total), com uma variação anual que oscila entre os 97% (2004) e os 100% (2001 e 2003).

Uma outra perspetiva da execução financeira do PAQM é dada pelo gráfico 5.3 onde se relaciona o número de projetos apoiados com o valor total elegível. Assim, repare-se que à subida do número de projetos apoiados (2001-2004) sobrepõe-se uma descida acentuada do total elegível (2002-2005). Isto significa que, a partir de 2002, existe uma diminuição efetiva do valor médio por projeto apoiado. Ou seja, os museus parecem ter apresentado mais projetos embora de orçamentos mais modestos o que poderá estar relacionado com o tipo de projetos apresentados já que, como se constatou anteriormente, desde 2003 se assiste a um aumento substancial dos projetos no âmbito do Programa de apoio a ações de comunicação. Quanto ao acompanhamento da execução do PAQM, as determinações regulamentares permitem que a qualquer momento a RPM possa verificar as contas e fiscalizar o desenvolvimento dos trabalhos (artigo 13º). Sendo certo que são estipulados prazos aquando da formalização e entrega dos apoios, o que se

verifica é que nem sempre os cronogramas de execução apresentados com as candidaturas são respeitados. Assim, atrasos na finalização dos projetos acarretam necessariamente dificuldades no controlo da respetiva execução financeira. Num balanço do PAQM feito pela equipa da RPM quatro anos após o seu término, estas dificuldades são elencadas embora

se refira também que se assiste a uma “diminuição progressiva dos casos de projetos apoiados através do referido Programa e ainda não executados técnica e/ou financeiramente” (IMC, 2010: 114). Este relatório acrescenta ainda que, mesmo nos casos de projetos já finalizados, subsistem dificuldades da parte dos museus na justificação e execução dos valores a serem utilizados (idem: 114), aspeto que determinou a adoção, no ProMuseus, de novas regras para o controlo da execução dos fundos outorgados.

Uma outra ótica a ter em conta é a dos museus apoiados. Vários apresentaram e foram apoiados em mais do que um projeto pelo que o número de projetos apoiados (409) é muito superior ao número de museus que deles beneficiaram (69) (quadro 5.16).

Tendo em conta o total de museus que, durante o período em que vigorou o programa, teve possibilidade de se candidatar a este sistema de apoio (95)⁵⁴ constata-se que a taxa de participação é elevada (73%).

Por necessidade e/ou maior capacidade de adequação ao PAQM, este sistema de apoio foi relevante para alguns museus. Nos cinco anos em que esteve em vigor, 9% dos museus elegíveis tiveram projetos apoiados representando 28% do total dos projetos apoiados. No sentido oposto, 7% dos museus

Número de projetos aprovados	Ano					Total # 2001-2005
	2001	2002	2003	2004	2005*	
1	20	10	23	17	20	5
2	11	10	8	11	8	7
3	8	6	7	8	5	13
4	1	4	2	2	2	10
5	-	2	-	3	3	6
6	-	-	-	-	1	6
7	-	1	-	-	-	5
8	-	-	2	1	-	1
Mais de 8	-	-	-	-	-	16
<i>Museus apoiados</i>	40	33	42	42	39	69
<i>Museus candidatos</i>	46	nd	43	42	41	nd
<i>Museus elegíveisⁱ</i>	45	62	79	72	72	95
<i>Taxa de participação</i>	88,9	53,2	53,2	58,3	54,2	72,6

elegíveis apenas foram apoiados num projeto representando 1% dos projetos apoiados. Os dados apontam, portanto, para uma elevada concentração dos apoios num reduzido número de museus.

Quanto ao perfil dos museus beneficiários destacam-se claramente os tutelados pela Administração Local (quadro 5.17). Quanto ao tipo de museu, este sistema de apoio abrange um leque alargado com destaque para os museus Mistos e Pluridisciplinares e também para os museus de Arte. Por Região, a do Norte e a de Lisboa sobressaem pela quantidade e regularidade dos apoios recebidos ao longo dos cinco anos. Os museus que abriram ao público entre 1930-1969 e também os que o fizeram na década de 90 são os que mais se destacam. Quanto à integração na RPM, são sobretudo os museus mais antigos na Rede (adesão em 2001) os que mais beneficiaram destes apoios.

Programa de Apoio a Museus (ProMuseus)

Em substituição do PAQM foi criado em 2006 um novo programa de apoio financeiro aos museus – o ProMuseus – já com o enquadramento legal conferido pela Lei Quadro dos Museus Portugueses⁵⁵, destinado aos

Quadro 5.16 **PAQM – Museus por número de projetos aprovados e por Ano** (números absolutos)

Fonte: OAC a partir de RPM.

Base: 409 projetos apoiados referentes a 69 museus.

Notas: * embora o processo de candidatura tenha decorrido em junho e julho de 2005, os acordos de colaboração foram assinados em março de 2006;

Nd – Dados não disponíveis.

i) Consideram-se como museus elegíveis os museus com outras tutelas que não os Governos Regionais e a Administração Central (salvo Empresas Públicas ou Sociedades Anónimas com Capitais Públicos) integrados na RPM ou em processo de adesão.

ii) Este total não corresponde à soma das parcelas uma vez que aqui se tem em conta todo o período de cinco anos.

⁵⁴ Ou seja, museus com outras tutelas que não os Governos Regionais e a Administração Central (salvo Empresas Públicas ou Sociedades Anónimas com Capitais Públicos) integrados na RPM ou em processo de adesão no período 2001-2005.

⁵⁵ Regulamento publicado pelo Despacho Normativo n.º 3/2006, de 26 de junho.

museus credenciados⁵⁶. A eles podem aceder museus da RPM, à exceção dos tutelados pela Administração Central cuja participação é limitada à área das Parcerias. Este novo programa tem como objetivos incentivar a qualificação dos museus portugueses, contribuir para a preservação do património cultural e melhorar a prestação de serviços ao público. Diferencia-se do PAQM por promover a articulação entre museus da RPM; tornar mais abrangentes e flexíveis as áreas temáticas dos projetos a apoiar e aumentar o rigor na distribuição, na aplicação e no controlo da execução dos fundos outorgados⁵⁷.

A maior abrangência e flexibilidade de áreas temáticas são conferidas pela possibilidade de, anualmente, serem selecionadas áreas preferenciais de apoio de acordo com as necessidades e a evolução da própria RPM. São 7 as áreas previstas no desenho deste programa (ver adiante quadro 5.18).

A avaliação das candidaturas é da responsabilidade de um júri nomeado pela tutela e é feita de acordo com os seguintes critérios: a) a adequação do projeto às necessidades, aos problemas e às deficiências apresentadas pelo museu, tendo em conta a informação constante dos relatórios de apreciação das candidaturas à credenciação; b) Coerência entre a candidatura e a qualificação do museu; c) Localização geográfica do museu em região especialmente carenciada do ponto de vista museológico; d) Adequação dos equipamentos ou serviços candidatados aos montantes apresentados em orçamento; e) Carácter inovador dos projetos (artigo 9º do Regulamento ProMuseus).

Embora o ProMuseus tenha sido concebido para ser de base anual, por constrangimentos de ordem financeira e por uma baixa taxa de execução dos projetos⁵⁸ as candidaturas apenas foram abertas em 2007

e 2010⁵⁹. Foram quatro as áreas preferenciais de apoio selecionadas em 2007 e três em 2010 (quadro 5.19). Repare-se que duas áreas foram contempladas em ambas as edições (Reservas e Parcerias) e outras duas nunca o chegaram a ser (Estudo e Investigação; Projetos Educativos).

Do ponto de vista dos projetos aprovados, estes totalizam 113 envolvendo 53 museus (quadro 5.19). Registe-se ainda 41 projetos candidatos mas cujo apoio não foi aprovado. Aliás, quando se relaciona projetos aprovados com projetos candidatos constata-se que a percentagem diminuiu substancialmente de 87% (em 2007) para 64% (em 2010), o que traduz uma elevada seleção dos projetos a apoiar.

Quanto ao total de projetos aprovados aumenta ligeiramente de 55 (2007) para 58 (2010). Porém, o valor da comparticipação financeira⁶⁰ diminuiu significativamente de €581 mil (2007) para €357 mil (2010).

Por área, destacam-se os 33 projetos aprovados (em 2007 e 2010) na área Reservas e outros 33 na de Divulgação (todos em 2010). Repare-se ainda nos 15 projetos de Parcerias que permitiram a união de 22 museus, ora por afinidades temáticas ora por afinidades regionais, para a concretizar ações conjuntas em domínios como a edição, a educação, as exposições e o estudo e a investigação em torno de coleções.

Sendo o ProMuseus o substituto do PAQM é inevitável a comparação da execução dos dois programas de apoio. Assim, para além do ProMuseus não ter tido uma regularidade anual⁶¹, registe-se a redução substancial dos projetos apoiados neste novo programa (média de 82 projetos/ano no PAQM contra 57 projetos/ano no ProMuseus) e a elevada seleção de projetos a apoiar no ProMuseus (apenas foram aprovados 73% projetos candidatos a este programa, contra 83% no PAQM).

⁵⁶ Recorde-se que, de acordo com o disposto na Lei Quadro, a credenciação é um requisito indispensável para os museus poderem beneficiar de apoios financeiros estatais (artigo 127º). Recorde-se que desde 2005 que os museus integrados na RPM estavam em processo de transição para o novo enquadramento legal, tal como previsto na própria Lei Quadro (artigo 140).

⁵⁷ Boletim RPM nº 23, março 2007, p. 5.

⁵⁸ "A abertura do ProMuseus, que se pretendia anual, apenas foi possível em 2007, por um lado por constrangimentos financeiros e, por outro, pela baixa taxa de execução dos projetos candidatos [ao ProMuseus 2007]" (Camacho, 2009b, 3).

⁵⁹ A abertura das candidaturas foi formalizada pelos Avisos nº 12499/2007, de 11 de abril, e nº 14 934/2010, de 18 de julho.

⁶⁰ A comparticipação IMC/RPM processa-se em duas fases: 70% aquando da celebração dos contratos entre o IMC e as entidades de tutela dos museus apoiados e os restantes 30% após aprovação do relatório sobre a execução do projeto e da entrega dos documentos comprovativos da realização das despesas (artº 13º do Regulamento do ProMuseus).

⁶¹ A não regularidade dos apoios é, aliás, uma das críticas apontadas a este Programa (Raposo, 2010: 14-15).

Quanto à comparticipação prevista, no ProMuseus 2007 ela é bastante superior à média anual do programa anterior (€581 mil contra €457 mil no PAQM). Porém, no ProMuseus 2010 a situação inverte-se uma vez que a comparticipação prevista não ultrapassa os €360 mil. Uma outra ótica a ter em conta é a dos museus. Uma vez que vários apresentaram e foram apoiados em mais do que um projeto, o número de projetos aprovados (113, como se viu anteriormente) é superior ao número de museus que deles beneficiaram (53) (quadro 5.20). Tendo em conta o total de museus que, à data de abertura das candidaturas ao ProMuseus (2007 e 2010), teve efetivamente possibilidade de se candidatar constata-se que a taxa de participação é bastante baixa (41%). Ao contrário do PAQM, onde se detetou uma concentração de apoios num núcleo restrito de museus, no ProMuseus assiste-se a uma maior repartição. Quanto ao perfil dos museus beneficiários do ProMuseus (quadro 5.21) detetam-se algumas semelhanças com o dos beneficiários do PAQM: predominância da tutela Administração Local, abrangência de um leque alargado de tipologias de Museu embora com predominância para os Mistos e Pluridisciplinares e também para os de Arte; destaque para os museus que abriram ao público entre 1930-1969 e também os que o fizeram na década de 90. Porém, os dados também apontam algumas diferenças: uma maior distribuição geográfica dos museus beneficiários e uma maior concentração de apoios em museus que mais recentemente integram a RPM.

Feita esta análise, deve contudo notar-se que ela tem por base os museus e os projetos aprovados no âmbito do ProMuseus nas duas ocasiões em que tal ocorreu, em 2007 e 2010, os quais, supostamente, coincidem com os projetos apoiados. Contudo, o processo iniciado em 2010 (cujo prazo de candidatura encerrou a 3 de setembro e determinou o apoio a 58 projetos de 39 museus, como se referiu) teve diversas vicissitudes que levaram a que não se verifique tal coincidência. Devido a atrasos no processo de formalização dos apoios, cinco museus cancelaram as suas candidaturas e os contratos não chegaram a ser assinados na cerimónia agendada para o efeito a 22 de novembro de 2010 em Coimbra. No *Relatório de Atividades 2011* da RPM faz-se menção a 23 projetos apoiados de 10 museus.

Variáveis	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005*
<i>Total</i>	40	33	42	42	39
Tutela					
Administração Central	2 ⁱ	2 ⁱ	1 ⁱ	2 ⁱ	3 ⁱ
Governos Regionais					
Administração Local	29	25	30	33	27
Privados	9	6	11	7	9
Tipo					
Arte	8	7	14	13	11
Arqueologia	2	1	1	3	-
História	3	3	3	4	3
Ciências Naturais e de História Natural	-	1	1	1	-
Ciência e de Técnica	3	3	2	2	2
Etnografia e de Antropologia	1	3	1	-	1
Especializados	6	3	4	5	5
Território	3	2	4	4	3
Mistos e Pluridisciplinares	13	9	11	10	14
Por definir	1	1	1	-	-
Região					
Norte	16	13	16	18	16
Centro	7	6	6	5	5
Lisboa	11	6	13	13	11
Alentejo	4	5	4	3	5
Algarve	2	3	2	3	1
Açores	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	1	-	-
Ano de abertura					
Antes de 1899	2	2	3	2	2
1900 – 1929	3	3	1	3	2
1930 – 1969	9	6	9	8	10
1970 – 1979	3	1	5	3	4
1980 – 1989	4	5	3	7	6
1990 – 1999	13	8	12	11	11
2000 – 2009	3	5	6	8	4
Não se aplica	3	3	3	-	-
Integração na RPM					
2001	36	18	21	22	23
2002		8	6	8	5
2003			9	8	9
2004				3	1
Museus em processo de adesão	4	7	6	1	1

Nota: * embora o processo de candidatura tenha decorrido em junho e julho de 2005, os acordos de colaboração foram assinados em março de 2006; ⁱ Estes casos referem-se a Empresas Públicas ou Sociedades Anónimas de Capitais Públicos.

Programa de Apoio Técnico aos Museus (PATM)

O PATM tem por objetivo a motivação de iniciativas e a potenciação dos recursos técnicos no âmbito da elaboração de projetos de qualificação, criação ou remodelação de museus. Consiste na disponibiliza-

Quadro 5.17 PAQM – Museus participantes por Tutela, Tipo, Região, Ano de abertura e Integração na RPM por Ano

(números absolutos)

Fonte: OAC a partir de RPM.

Quadro 5.18
ProMuseus – Áreas e Descritivo

Fonte: Regulamento ProMuseus (Despacho Normativo n.º 3/2006, de 26 de junho).

Áreas	Descritivo
Estudo e investigação	Apoio a projetos de estudo e de investigação sobre os bens culturais incorporados ou a incorporar no museu, sobre temáticas passíveis de contribuir para o aprofundamento do conhecimento e para a valorização do património cultural afim à vocação do museu e sobre vertentes da atividade museológica que fundamentem a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao público;
Informatização do inventário	Apoio à execução de tarefas de informatização do inventário dos museus;
Conservação e Segurança	Apoio à aquisição de equipamento de conservação e de segurança, com vista a garantir a melhoria das condições ambientais e de segurança dos museus e dos bens culturais neles incorporados
Reservas	Área destinada à aquisição de equipamento e de mobiliário apropriados para reservas com vista à melhoria das condições de conservação dos bens culturais incorporados em cada museu;
Divulgação	Apoio à produção de edições relacionadas diretamente com o acervo do museu ou com o património cultural correspondente às temáticas afins à vocação do museu;
Serviços Educativos	Apoio à conceção e produção de projetos educativos que contribuam para o incremento do acesso ao património cultural, a participação da comunidade e a diversificação dos públicos, e que representem um acréscimo à programação do funcionamento habitual do museu;
Parcerias	Projetos concebidos e produzidos em parceria envolvendo dois ou mais museus integrados na RPM nas áreas de estudo e de investigação, edições, educação e exposições.

Quadro 5.19
ProMuseus – Projetos aprovados, candidatos e comparticipação prevista por Área e por Ano (2007 e 2010)

(números absoluto, percentagem e euros)

Fonte: OAC a partir de RPM.

Notas: i) o sombreado corresponde a áreas não consideradas prioritárias, pelo que não foi aberta a possibilidade de candidatura nos anos em causa;

ii) dos 58 projetos aprovados em 2010, 6 foram anulados pelos proponentes.

Área	ProMuseus		
	2007	2010	Total
1. Estudo e Investigação			0
2. Informatização do inventário	12		12
3. Conservação e Segurança	20		20
4. Reservas	13	20	33
5. Divulgação		33	33
6. Projetos educativos			0
7. Parcerias	10	5	15
<i>Projetos aprovados</i>	<i>55</i>	<i>58</i>	<i>113</i>
<i>Projetos candidatos</i>	<i>63</i>	<i>91</i>	<i>154</i>
<i>Projetos aprovados / candidatos (%)</i>	<i>87,3</i>	<i>63,7</i>	<i>73,4</i>
Valor previsto da comparticipação IMC/RPM (euros)	580.969	357.142	

ção de serviços de aconselhamento técnico qualificado aos museus.

A incidência é mais alargada do que os outros programas de apoio uma vez que se podem candidatar museus integrados na RPM, museus que tenham iniciado o processo de Adesão (a partir de 2006 processo de Credenciação) e ainda entidades de tutela responsáveis por projetos de criação de novos museus.

situação elencada. Os honorários destes consultores são suportados pelo IPM/IMC⁶², cabendo à entidade beneficiária as despesas relativas às suas deslocações e eventuais estadias. São 6 as áreas, quer técnicas, abrangidas pelo PATM⁶³ (quadro 5.22). Em 2008, na sequência da reformulação orgânica do IMC, passou a existir uma colaboração direta com o

Este aconselhamento, prestado por consultores especializados em determinadas áreas funcionais, técnicas e disciplinares previamente selecionados pela RPM, consiste na análise e diagnóstico do projeto incluindo, sempre que necessário, a deslocação ao local. A consultadoria inclui a elaboração de um relatório técnico com a avaliação da situação e indicações específicas conducentes à resolução da

⁶² Em 2011, a atualização do Regulamento do PATM determina que “os honorários de eventuais consultores externos deverão ser suportados pela entidade beneficiária, exceto se a consultoria técnica que irão desempenhar estiver no âmbito da missão da entidade a que pertencem” (artigo 7º).

⁶³ Em 2011 são disponibilizadas duas novas áreas: Organização de Reservas e Acessibilidade em Museus (ver atualização do Regulamento do PATM).

Departamento de Conservação e Restauro do Instituto na disponibilização de consultadorias especializadas nesta área.

Ao longo do período de 10 anos em análise foram concedidos 210 apoios no âmbito deste programa abrangendo 133 entidades museológicas, 49 das quais integradas na RPM às quais acrescem mais 9 em processo de adesão/credenciação (quadro 5.23). O ano em que foram concedidos mais apoios foi 2003 (46) e com menos foi 2009 (5). É de salientar a continuidade do programa ao longo deste período, apesar de 2007 marcar uma redução significativa dos apoios concedidos e de, em 2010, nenhum museu integrado na RPM ter sido apoiado.

Ao contrário do PAQM e do ProMuseus, este Programa abrange entidades que não pertencem à RPM nem estão necessariamente em processo de Adesão/Credenciação. Ou seja, fica claro o alargamento da ação da Rede a todas as entidades museológicas que queiram qualificar-se. É significativo que, em 2010, 6 dos 7 apoios tenham sido para entidades que não pertencem à RPM nem estão em processo de credenciação. Quanto às áreas mais solicitadas no âmbito deste apoio técnico, os apoios recaem maioritariamente nas da Conservação Preventiva e da Arquitetura.

As entidades museológicas apoiadas pertencem essencialmente a tuteladas da Administração Local e Privadas, embora também estejam presentes, em número bastante inferior, entidades dependentes da Administração Central e dos Governos Regionais – estas últimas apenas entre 2004 e 2006. Quanto ao Tipo de museu, todos estão presentes entre os apoios concedidos no âmbito do PATM, embora se denote uma predominância dos museus de Arte, dos museus Mistos e Pluridisciplinares e dos de Etnografia e de Antropologia. Também por Região se salienta a participação de entidades de todas as regiões do país, sendo as do Centro, Norte e Lisboa as com mais entidades apoiadas (aquelas onde, como se sabe, se concentra, também um maior número de museus). E, relativamente ao Ano de abertura, destaca-se a participação neste programa dos museus mais recentes, sobretudo os que abriram na década de 90.

Número de projetos aprovados	ProMuseus		Total
	2007	2010	
1	14	26	17
2	10	7	17
3	6	5	11
4	2	1	1
5	2	-	4
Mais de 5	-	-	3
Museus com projetos aprovados	34	39	53
<i>Museus candidatos</i>	39	40	-
<i>Museus elegíveisⁱ</i>	125	131	-
<i>Taxa de participação</i>	27,2	29,8	-

Quadro 5.20
ProMuseus – Museus por número de projetos aprovados e por Ano (2007 e 2010)

(números absolutos)

Fonte: OAC a partir de RPM.

Notas: i) para os efeitos do presente quadro consideram-se museus elegíveis todos os integrados na RPM no ano a que se refere o ProMuseus; ii) a participação dos museus tutelados pela Administração Central é limitada à área Parcerias.

Ao longo do período em análise, a equipa da RPM fez e divulgou balanços positivos deste Programa. Citam-se alguns exemplos ilustrativos:

Foram algumas ações levadas a cabo através deste programa que possibilitaram a efetiva melhoria de vertentes de trabalho deficientes em museus que ficaram em processo de adesão à RPM por não cumprir os quesitos mínimos para a sua integração, e cuja reavaliação em 2004 lhes permitiu fazer parte deste amplo projeto.

Boletim RPM, 15, março 2005, p.8

A importância destes apoios é notória sobretudo porque têm ajudado a evitar a tempo problemas futuros.

Boletim RPM, 19, março 2006, p. 8

Outras atividades

Para além dos procedimentos inerentes à definição e acompanhamento dos programas de apoio, importa ainda referir que, ao longo do período de 10 anos, a equipa da RPM foi solicitada para diversas deslocações a museus e para reuniões com os seus responsáveis técnicos e da tutela tendo em vista a análise de projetos de criação de museus e/ou (re)programação museológica, ou ainda aspetos técnicos relacionados com a qualificação dos museus. De acordo com os relatórios de atividades RPM, foram realizadas perto de 200 visitas ou reuniões técnicas no âmbito da qualificação (quadro 5.24).

Quadro 5.21
ProMuseus – Museus
com projetos aprovados
por Tutela, Tipo, Região,
Ano de abertura
e Integração na RPM
por Ano (2007 e 2010)
 (números absolutos)
 Fonte: OAC a partir
 de RPM.

Variáveis	Ano	
	2007	2010
<i>Total</i>	34	39
Tutela		
Administração Central	3	3
Governos Regionais	-	-
Administração Local	24	27
Privados	7	9
Tipo		
Arte	9	9
Arqueologia	5	4
História	2	2
Ciências Naturais e de História Natural	1	-
Ciência e de Técnica	-	2
Etnografia e de Antropologia	1	1
Especializados	2	5
Território	4	3
Mistos e Pluridisciplinares	10	13
Região		
Norte	11	13
Centro	8	10
Lisboa	7	10
Alentejo	4	3
Algarve	4	3
Ano de abertura		
Antes de 1899	3	2
1900 - 1929	2	4
1930 - 1969	7	11
1970 - 1979	2	1
1980 - 1989	4	4
1990 - 1999	8	9
2000 - 2009	8	8
Integração na RPM		
2001	17	15
2002	7	7
2003	10	8
2004	-	3
2010		6

5.3.5. Articulação e Cooperação

Como se referiu anteriormente, a evolução da RPM e as disposições conferidas pela Lei Quadro dos Museus Portugueses conduziram à formalização, em 2004, desta linha de ação de modo a potenciar formas efetivas de articulação entre museus da RPM e incentivar a cooperação institucional no país e no exterior.

Incentivo à articulação entre museus

Desde 2001 que a RPM promove reuniões de balanço anual onde é feita a apresentação e discussão do Plano de Atividades, debate e recolha de sugestões e, desde 2003, a apresentação, pelos museus, de projetos aprovados no âmbito dos programas de apoio como exemplos de “boas práticas”. Esta via, aliada ao empenho posto na comunicação estreita e no acompanhamento (e resolução) atempados das solicitações e dos problemas colocados pelos museus, tem merecido, ao longo das referidas reuniões anuais, apreciações muito favoráveis por parte dos responsáveis dos museus RPM.

O modelo adotado oscilou entre reuniões de âmbito nacional, reuniões bipartidas (uma para os museus localizados a sul de Lisboa e ilhas e outra para os museus do Centro e Norte) e regionais (do continente). Em 2010 realizou-se o *Encontro RPM 10 anos* (AAVV, 2010a).

Emissão de pareceres técnicos

Por delegação da direção do Instituto de tutela é da responsabilidade da equipa da RPM a emissão de pareceres técnicos no contexto da apreciação de candidaturas de museus a programas comunitários de apoio. Trata-se de uma função de grande relevância uma vez que permite a adoção de critérios idênticos de apreciação das candidaturas a estes importantes programas de apoio financeiro.

As competências delegadas pela Tutela na emissão de pareceres relativos a candidaturas de museus ao Programa Operacional da Cultura (POC⁶⁴) levaram,

⁶⁴ Recorde-se que o POC constituiu uma medida inovadora no quadro comunitário dado que se tratou do primeiro programa dedicado exclusivamente a este setor.

Quadro 5.22
PATM – Áreas e Descritivo
 Fonte: Regulamento PATM.

Áreas	Descritivo
Programação Museológica	Aconselhamento conducente à elaboração do programa museológico no âmbito da criação de um novo museu ou da remodelação de um museu já existente;
Estudo de Coleções	Aconselhamento na elaboração de projetos de investigação conducentes ao conhecimento aprofundado de uma coleção ou acervo;
Inventário e Documentação	Aconselhamento na elaboração de um projeto de execução e/ou desenvolvimento do inventário das coleções ou do acervo, da introdução de um sistema de gestão integrada da documentação;
Conservação Preventiva	Aconselhamento na elaboração de um plano de conservação preventiva ou da resolução de situações incorretas do ponto de vista das condições de preservação das coleções;
Educação	Aconselhamento na elaboração de projetos dirigidos a públicos escolares e não escolares;
Arquitetura	Aconselhamento prévio na elaboração de estudos e de projetos arquitetónicos de criação de um novo museu ou de remodelação de um museu já existente.

no final de 2000, à concessão de uma grelha para apreciação daquelas candidaturas, superiormente aprovada pela direção do IPM e incorporada no *Manual de Procedimentos do POC* (RPM, 2002: 36). Recorde-se que o POC previa o financiamento de ações materiais (infraestruturas) e imateriais, podendo os museus candidatar-se à Medida 1.2 – Modernização e dinamização dos museus nacionais. O IPM era, aliás, um dos institutos que integrava a Unidade de Gestão do Programa.

A partir de 2002, a EPRPM passou a ser consultada pelas Comissões de Coordenação Regional (CCDR) no sentido de emitir pareceres na área dos museus sobre novos projetos (fase de candidatura) e, também, sobre projetos apoiados (fase de execução) no âmbito de Programas Operacionais Regionais. Refira-se ainda que a equipa da RPM foi chamada a participar em comissões de acompanhamento de projetos apoiados, participação que inclui a realização de visitas e/ou de reuniões técnicas. Em 2003, a atividade neste domínio prendeu-se fundamentalmente com o acompanhamento da execução de projetos já aprovados pelo POC em anos anteriores e, neste sentido, foram realizadas visitas e reuniões com

entidades responsáveis pelos projetos. Foram ainda emitidos pareceres técnicos no âmbito de candidaturas ao Programa comunitário INTERREG III e ao Programa Operacional AGRIS (QCA III).

Assim, e como mostra o quadro 5.25, a emissão dos pareceres técnicos tem grande expressão no trabalho quotidiano da RPM. Ao longo dos 10 anos em análise foram emitidos 281 pareceres quer de apreciação de candidaturas quer de acompanhamento da execução de projetos apoiados. Contudo esta parece ser uma área de trabalho pouco conhecida para museus não candidatos a estes apoios⁶⁵.

Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)⁶⁶, o desenho dos apoios concedidos nesse âmbito não contempla programas sectoriais mas apenas temáticos, regionais e de cooperação territorial. O apoio na área da Cultura, mais especificamente do Património Cultural⁶⁷, encontra-se inserido no eixo prioritário 3 dos Programas Operacionais Regionais⁶⁸. São três as áreas de intervenção: 1) Valorização do Património Cultural Classificado Imóvel e Arqueológico e dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus; 2) O Património como fator de dinamização e desenvolvimento – Animação e Divulgação; 3) O

⁶⁵ Não deixa de ser curioso salientar que esta atividade parece ser pouco visível até para os museus que integram a RPM (ver adiante capítulo 6).

⁶⁶ Em 2008 foram abertas as candidaturas aos concursos no âmbito do Regulamento Específico do Património Cultural do QREN por parte das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Conforme estipulado no Regulamento, a avaliação de mérito das candidaturas implica a emissão de pareceres por parte da tutela (IMC) quando os projetos tenham enquadramento nas áreas de atuação deste Instituto.

⁶⁷ Segundo o Regulamento Específico Património Cultural os objetivos das intervenções a apoiar são: a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural (imóvel, móvel, imaterial e oral) numa perspetiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados aos da respetiva integridade patrimonial (Regulamento Específico Património Cultural www.qren.pt).

⁶⁸ Designadamente: Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial (POR Norte); Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais (POR Centro); Conectividade e Articulação Territorial (POR Alentejo); Coesão Social (POR Lisboa); Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano (POR Algarve).

Quadro 5.23
PATM – Entidades
participantes por Tutela,
Tipo, Região, Ano
de abertura, Integração
na RPM, Situação da en-
tidade e Área de apoio
por Ano (2001-2010)
 (números absolutos)

Fonte: RPM.

Nota: * 27 apoios foram concedidos em duas áreas em simultâneo, pelo que neste quadro se optou por desdobrar as respetivas áreas funcionais. Assim, a soma das parcelas não corresponde ao total.

Variáveis	Ano									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<i>Total</i>	16	33	46	32	25	25	8	13	5	7
Tutela										
Administração Central		3	4	6	1	3				4
Governos Regionais				2	3	2				
Administração Local	12	20	29	16	18	11	5	11	5	3
Privados	4	10	13	8	3	9	3	2		
Tipo										
Arte	2	8	11	7	6	6	2	2		
Arqueologia	1	1	6	5	2	1	1	2	1	
História	3	1	4							4
Ciências Naturais e de História Natural		1	1							
Ciência e de Técnica	1	2	2	6		1		1	1	1
EtnoGRAFIA e de Antropologia	2	7	7	3	4	6	1	1		1
Especializados	2	5	3	1	1	3	1			
Território	1	2	1	1	1	2				
Mistos e Pluridisciplinares	1	4	9	4	5	4	2	4	3	1
Outros							1	1		
Monumentos Musealizados	1									
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários										
Projetos ainda não definidos quanto ao Tipo	2	2	2	5	6	2		2		
Região										
Norte	2	10	13	7	7	5	1	1	1	3
Centro	3	8	10	12	7	7	1	4	1	
Lisboa	5	9	12	4	2	5	3	3		1
Alentejo	5	3	7	6	3	4	2	4	1	2
Algarve	1	3	4	1	3	2		1	1	
Açores				2	2	2			1	1
Madeira					1		1			
Ano de abertura										
Antes de 1899		1	3	3	1	3	1	2	1	1
1900 – 1929		2	2		1	2		2		
1930 – 1969	1	8	5	4	5	2		1		
1970 – 1979		1	4	1		1				
1980 – 1989	2	3	5	6	3	3	1	1	3	3
1990 – 1999	5	8	11	10	2	5	3	3		
2000 – 2009	1	4		1	1	3	2	2	1	2
Não se aplica (Em projeto)	7	6	16	7	12	6	1	2		1
Integração na RPM										
2001	5	7	8	5	4	8	2	1		
2002		5	6	10	2	4		1	1	
2003			2	1		2	2	1		
2004				3	1	1		1		
Em processo de adesão / credenciação	1	12	7		1	1			1	1
Não pertencem à RPM nem estão em processo de adesão	10	9	23	13	17	9	4	9	3	6
Situação da entidade quanto ao seu funcionamento										
A funcionar	9	27	30	25	13	19	7	11	5	6
Em projeto	7	6	16	7	12	6	1	2		1
Área funcional e técnica do apoio *										
1. Programação Museológica			2	1	2	7				
2. Estudo de Coleções		1	5	3	1	4	5	1		
3. Inventário e Documentação		2	4	2	1	4	5	1		
4. Conservação Preventiva	5	23	20	20	12	13	3			6
5. Educação		1		2		1				
6. Arquitetura	11	8	18	8	10	7		12	5	1

Património como fator de Conhecimento e Inovação – Conservação, Restauro, Valorização, Estudo e Inventariação do Património Móvel, Imaterial e Oral.

Cooperação IMC/OAC/INE

Como referido no capítulo 1, a colaboração entre o IPM, o OAC e o INE assenta num protocolo que remonta a 2000 e que foi assinado para assegurar a continuidade do recenseamento realizado no âmbito do *Inquérito aos Museus em Portugal* (Santos e Neves, 2000), através da gestão da base de dados dele resultante (a BdMuseus), e a atualização e normalização dos conceitos e do questionário utilizados nas estatísticas oficiais (o IMUS do INE). A base de dados é gerida e alimentada pelo OAC, com a colaboração do INE e do IMC, e constitui o universo anual do IMUS⁶⁹ (ver atrás cap. 1). No período 2006-2010 em que o Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) do Conselho Superior de Estatística (CSE) esteve ativo, a referida cooperação foi realizada nesse quadro, mais especificamente no grupo Sector Museus (Neves, 2010b). Note-se que a interlocução do IPM/IMC decorrente do protocolo, incluindo a participação no GTEC, passou sempre pela coordenação da RPM.

Cooperação com outros organismos

A partir de 2008, com as novas competências atribuídas às Direções Regionais de Cultura⁷⁰, a equipa da RPM (então integrada na DCQM) participou em diversas reuniões de articulação com estes organismos, não apenas no âmbito da emissão de pareceres sobre

candidaturas ao QREN, mas também através da troca frequente de informações e de análises sobre o panorama museológico de cada região. Para além dos já referidos, a coordenação e a equipa da RPM têm cooperado com outros organismos com intervenção e/ou tutela na área dos museus, tanto nacionais como internacionais, e com associações da área da Museologia. Participa regularmente em diversos projetos⁷¹ e encontros na área da Museologia, incluindo nos meios académicos, também de âmbito nacional e internacional, nas quais apresenta comunicações que incidem sobre a RPM, os museus que a integram e outros aspetos da política museológica nacional.

5.4 Nível de participação nas linhas de ação da RPM

Nos pontos anteriores caracterizou-se a RPM e descreveu-se o quadro das suas atividades em termos de serviços e de apoios financeiros quanto à oferta e à procura. Referiram-se os seus âmbitos, os quais incluem, segundo diferentes modalidades, museus integrados, museus em processo de adesão/credenciação e mesmo projetos de museus. De modo a contextualizar a ação da Rede abordaram-se também outros programas, exteriores à RPM, que abrangem o sector dos museus, e em cujos processos a equipa da Rede foi chamada a intervir de alguma forma.

Neste ponto do capítulo a análise centra-se na relação dos museus com a Rede tomando como observáveis três grandes linhas antes desenvolvidamente descritas

Ano	Total
2001	47
2002	33
2003	35
2004	12
2005	8
2006	10
2007	6
2008	10
2009	14
2010	7
Total	182

Quadro 5.24
Qualificação – Visitas a museus e reuniões de trabalho realizadas pela equipa RPM por Ano (2001-2010)

(em valores absolutos)

Fonte: OAC a partir de Relatórios de Atividades RPM 2001 a 2010.

⁶⁹ Sobre as várias fases de desenvolvimento da BdMuseus ver Neves e Santos (2001, 2006a e 2006b) e Santos, Neves, Santos e Nunes (2005). A propósito da divulgação de diversos produtos da BdMuseus importa referir as comunicações apresentadas em vários encontros entre os quais: VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 24-27 junho de 2008 (Neves, Santos e Nunes, 2008); I Encontro Observatório Ibero-Americano de Museus e Centros Culturais: Informação, Conhecimento e Gestão - Rio de Janeiro, 2-3 dezembro 2008 (Neves, 2008a e 2008b). X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Braga 4-7 fevereiro 2009 (Neves e Santos, 2009); Encontro RPM 10 anos - Coimbra 18 junho 2010 (Neves e Santos, 2010a); I Encontro de Museus do Alentejo - Évora, 21 e 22 de outubro de 2010 (idem, 2010b).

⁷⁰ Decorrente das orientações definidas pelo PRACE, a reestruturação do Ministério da Cultura contempla 5 Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) que se constituem como serviços desconcentrados da administração direta do Estado e têm por missão, na respetiva circunscrição territorial e em articulação com os organismos centrais da área da Cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus (artigo 18º do Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de outubro).

⁷¹ A título de exemplo citam-se os projetos desenvolvidos com o Ministério da Educação ("A minha escola adota um museu"), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural ACIDI (no âmbito de Ano Europeu do Diálogo Intercultural 2008), o Turismo de Portugal (Roteiro dos museus e "5ª à noite nos museus"), a Associação Nacional dos Municípios Portugueses ("Festa dos Museus", 2002).

Quadro 5.25

Pareceres emitidos pela RPM por Programa Comunitário de Apoio
Fonte: OAC a partir de Relatórios de Atividades RPM 2001 a 2010.

Nota: consideram-se aqui os pareceres técnicos emitidos pela RPM referentes a várias fases de projeto: candidatura, acompanhamento e final. Incluem-se ainda pareceres adicionais e pareceres realizados no âmbito das comissões de acompanhamento.

Ano	Programa Comunitário de Apoio										Total
	QCA III							QREN			
	POC	POR Norte	PO Centro	POR Algarve	Interreg III	Agris	PIQTUR	Não identificado	ON.2 O Novo Norte	INALENTEJO	
2001	20										20
2002	21	5		1							27
2003	8	15	1		10	1					35
2004	3										3
2005	17	23					1	2			43
2006	52	7									59
2007	24	3									27
2008	19								14	7	40
2009										1	1
2010									24	2	26
Total	164	53	1	1	10	1	1	2	38	10	281

e caracterizadas: a formação, o PATM e o PAQM/ProMuseus. A base quantitativa restringe-se ao núcleo dos museus integrados na Rede no momento de referência do Inquérito aos Museus da RPM (31.12.2010) ou seja, que estavam na Rede por ocasião da aplicação do Inquérito e é, portanto, de 131 museus.

Refira-se desde já que a participação dos museus depende de vários fatores: desde logo das linhas de apoio disponíveis; do momento da adesão à RPM; da elegibilidade dos museus (apenas os já integrados na Rede ou também outros ainda em processo de adesão, restrições quanto aos museus tutelados pela Administração Central e pelos Governos Regionais, etc.); da vontade expressa do museu em participar por via da inscrição ou da apresentação de candidatura; e finalmente da aprovação por parte da Rede. Note-se que até 2007 os museus da Administração Central e dos Governos Regionais apenas puderam participar em duas das três linhas programáticas uma vez que estavam excluídos do PAQM⁷². Essa exclusão manteve-se posteriormente com o ProMuseus mas com a exceção da área Parcerias.

Tendo presentes estes condicionalismos, a variável Nível de participação visa, por um lado, identificar os modos de que a participação na RPM se revestiu e o perfil de cada um deles e, por outro, ser um instrumento complementar de aferição das avaliações feitas no Inquérito realizado pelo OAC (ver adiante capítulo 6).

O procedimento adotado na elaboração desta variável segue o anteriormente definido no anterior *Panorama* (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 37) mas agora para o período antes não abrangido (2004-2010). Assim, num primeiro momento construiu-se uma base de dados na qual se registaram as participações por museu e por ano em cada uma das referidas três linhas⁷³. Neste primeiro momento o parâmetro de classificação é meramente dicotómico: participou/não participou. Isso significa, quanto à formação, que pelo menos um funcionário do museu em causa participou em pelo menos uma das ações de formação organizadas pela RPM e, quanto ao PAQM e ao PATM/ProMuseus, que o museu candidatou pelo menos um projeto para apoio no ano em causa e a candidatura foi aprovada pela RPM. Num segundo momento, os museus foram classificados num de três níveis hierarquizados do mais baixo para o mais elevado: o nível Ausência de participação corresponde, como o nome indica, à não participação em nenhuma das três linhas de ação; o nível Participação parcial agrega os museus que participaram em apenas uma das linhas; e o nível Participação cumulativa reúne os que participaram em duas ou três linhas.

Os resultados globais apontam para uma forte concentração da participação no nível intermédio (B) da ordem dos 82%. Comparativamente com o período antes abordado (ver Santos, Neves, Santos e Nunes,

⁷² Salvo Empresas Públicas ou Sociedades Anónimas de Capitais Públicos.

⁷³ Com exceção da formação em 2010, não incluída uma vez que não foi possível obter os dados necessários em tempo útil.

2005: 93) constata-se que esta concentração acentua a anteriormente verificada com uma drástica redução dos museus que correspondem à ausência de participação (nível A), o que seria de esperar até porque o arco temporal abrangido é substancialmente maior (7 contra 3 anos), mas também de uma redução para metade no nível C, resultado que, exatamente pela mesma razão, é algo inesperado (quadro 5.26). De qualquer modo parece desenhar-se uma conclusão geral que aponta para a dominância de um nível de participação parcial, portanto não cumulativo, que inclui mesmo os museus que, de acordo com os regulamentos, poderiam ter uma participação mais intensa do ponto de vista das linhas de ação.

O cruzamento com a Tutela, a Região e o ano de Abertura ao público mostra algumas especificidades. Assim, quanto à Tutela, observa-se que a Administração Local (24%) e Privados (33%) são as que registam percentagens mais elevadas no nível Participação cumulativa, ao passo que Administração Central e Governos Regionais (praticamente) se cingem ao nível Participação parcial (muito provavelmente em virtude das restrições regulamentares quanto à participação em programas de apoio). Relativamente

Nível	Período	
	2001-2003	2004-2010
Ausência de participação (A)	18,4	3,1
Participação parcial (B)	50,0	81,7
Participação cumulativa (C)	31,6	15,3
Bases	114	131

ao anterior *Panorama*, a nota discordante é a quebra acentuada no nível Participação cumulativa na Administração Local uma vez que registava então 24%. Quanto à Região, Alentejo e Algarve são as que mais se destacam neste mesmo nível, sendo que o Alentejo se demarca igualmente no nível Ausência de participação pois regista um valor muito acima dos das demais regiões (17%). De um modo geral, relativamente ao anterior *Panorama* verifica-se uma transferência generalizada de casos situados no nível Ausência de participação para o nível Participação parcial, com destaque para a Madeira, que antes registava 85% face aos presentes 100%. De resto os valores no nível Participação cumulativa são mais elevados no anterior do que no atual estudo em todas as regiões.

Quadro 5.26
Nível de participação nas atividades da RPM por Período (2001-2003 e 2004-2010)

(percentagem em coluna)
Fonte: OAC, base de dados atividades RPM.

6

INQUÉRITO AOS MUSEUS DA RPM

Realizado o balanço do enquadramento orgânico e da estrutura organizativa, caracterizados os museus que integram a RPM e as linhas de ação desenvolvidas no seu âmbito, passa-se agora à apresentação dos resultados de uma avaliação da Rede na perspetiva dos responsáveis dos museus nela integrados. Tal como na anterior edição do *Panorama*, a fonte é um inquérito realizado pelo OAC em 2011 com dados referenciados a 2010, aqui designado *inquérito 2011*. O anterior, aplicado em 2004 com dados referenciados a 2003, será designado *inquérito 2004*.

Os resultados de 2011 são inicialmente apresentados de forma exaustiva, em percentagens. São depois comparados com os do inquérito 2004 com recurso a médias. A apresentação dos resultados das questões quantitativas será complementada com uma síntese das expectativas futuras colocadas na RPM. A fechar dá-se conta das sugestões feitas pelos responsáveis dos museus num primeiro momento por via das várias categorias em que elas foram agrupadas e, num segundo, com transcrições de excertos ilustrativos das respostas. O principal objetivo desta avaliação é produzir dados significativos e fiáveis que informem eventuais medidas a adotar futuramente pelos responsáveis da Rede, medidas essas que em alguns casos vão no sentido da manutenção das linhas de ação e das atividades que têm vindo a ser concretizadas, noutros sugerem a introdução de correções processuais ou de melhorias na circulação de informação, e noutros

ainda sugerem a tomada de medidas de fundo de modo a tornar a intervenção mais eficaz e eficiente, designadamente nos itens tidos como *críticos* do ponto de vista da missão e dos objetivos da Rede.

6.1. Metodologia

Tendo presente uma estratégia comparativa, a principal preocupação foi seguir um método próximo do adotado em 2004 (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 36-37). Assim, a delimitação do universo inquirido é similar e corresponde aos museus *aderentes* (2004) ou *credenciados* na Rede (2011) a 31 de Dezembro do ano de referência. A alteração do número de unidades do universo – que passou de 114 para 131, ou seja, registou um crescimento de 17 unidades – deve-se apenas ao balanço entre novas integrações (como se viu atrás entraram 22) e algumas saídas (mais precisamente 5).

Embora a avaliação tenha sido conduzida pela equipa do OAC, portanto exterior à Rede, foi desenhada em estreita articulação com a equipa desta e os resultados refletem as opiniões dos responsáveis pelos museus que a integram, características que a situam como uma *avaliação interativa* (Capucha e outros, 1996: 14). Ainda seguindo estes autores, pode-se dizer que se trata de uma avaliação de *acompanhamento* (visando apoiar a autocorreção do processo

de intervenção), incidente portanto no processo e nos resultados alcançados no momento em que é realizada, cujos destinatários são dirigentes, responsáveis e técnicos, com recurso a dados descritivos/avaliativos, essencialmente quantitativos, mas também qualitativos, e cujo suporte de recolha – de acordo com a referida estratégia comparativa – é o questionário.

6.1.1. Questionário

De acordo com a metodologia adotada optou-se por seguir, no essencial, a anterior estrutura do questionário, embora sem descurar as alterações entretanto ocorridas, e atualizar apenas os aspetos indispensáveis. Ainda assim, as alterações ocorridas em vários planos (de que se deu conta no capítulo anterior) implicaram a introdução de novos grupos e novas questões decorrentes do enquadramento legal, dos regulamentos e das atividades (ver anexo 6.1 tabela comparativa). De modo a despistar eventuais lapsos ou sobreposições nas questões formuladas o processo de construção contou com a colaboração da equipa da RPM.

Mantiveram-se as cinco dimensões antes consideradas (Objetivos; Eixos programáticos; Impacto da ação da RPM no museu; Expectativas e Sugestões), bem como todos os subgrupos, embora em alguns deles tenham sido introduzidas novas opções de resposta (mais precisamente seis) e tenham sido acrescentados novos subgrupos de questões (quatro): Avaliação da Rede quanto aos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus Portugueses; ProMuseus por áreas; Eixo da articulação e cooperação; Eixo da credenciação (ver anexo 6.2 questionário).

Uma vez que se pretendia obter as opiniões dos responsáveis dos museus optou-se igualmente por privilegiar as questões fechadas, com resposta em escala¹ (análise estatística), e por incluir uma questão aberta para recolha de opiniões e sugestões (análise de conteúdo) (Ghiglione e Matalon, 1978[1992]: 114-140). No total são 69 os itens inquiridos, dos quais 54 de aplicação geral, 11 que se restringem aos 73 museus de outras tutelas que não a Administração Central e os

Governos Regionais, 2 que, pelo contrário, se aplicam aos 58 museus destas duas tutelas, 1 aos 121 museus que passaram pelo processo de transição para o novo enquadramento legal conferido pela Lei Quadro dos Museus e 3 aos 10 museus cuja integração na rede seguiu o processo de candidatura à credenciação.

6.1.2. Aplicação

Ao contrário de 2004, em que o processo de aplicação do questionário e o preenchimento foram feitos integralmente em suporte papel, em 2011 recorreu-se a uma plataforma especializada on-line². Para além de tornar o processo mais eficiente, a solução encontrada determinou a formalização de resposta a todos os itens, ainda que recaindo na opção “não-resposta”, evitando-se assim que esta fosse assumida por omissão. A aplicação teve início com o envio ao responsável de cada museu, via correio eletrónico, da ligação para o questionário na plataforma on-line. O período de resposta, iniciado a 15 de abril de 2011, foi prorrogado por duas ocasiões devido à necessidade de corrigir alguns endereços desatualizados e de alertar para os atrasos no preenchimento pelo que se prolongou até 3 de junho de 2011.

Tanto as soluções encontradas para a formulação das questões como a opção pela plataforma on-line se mostraram adequadas. Apenas se verificaram dificuldades pontuais no acesso de alguns inquiridos ao questionário. O congestionamento de inquéritos de outras proveniências (a cujo preenchimento os responsáveis foram solicitados no mesmo período) não se refletiu na taxa de resposta final.

As dificuldades no preenchimento do questionário foram raras. Uma delas derivou de uma dúvida relativamente à tutela comum a vários museus credenciados na Rede (Museu Municipal do Porto). Colocada a alternativa entre uma única resposta ou tantas quantos os núcleos – trata-se de um museu polinucleado cujos núcleos integram a RPM – optou-se por esta última de modo a respeitar a unidade de inquirição definida (*museu credenciado, independentemente da tutela ser comum a*

¹ Escala que varia, em ambos os inquéritos, entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

² <<https://pt.surveymonkey.com>>

outro(s) e de ser considerado núcleo). Note-se que há outras tutelas com dois ou mais museus credenciados, como as câmaras de Loures e de Viana do Castelo. Outra situação que se colocou foi a de um museu encerrado ao público³, tendo-se optado por contactar pessoalmente o interlocutor, que deu seguimento ao processo de resposta ao inquérito embora, compreensivelmente, não tenha sido possível o preenchimento integral do questionário. Finalmente, por parte de alguns dos palácios que transitaram do IGESPAR para o IMC foi manifestado algum distanciamento, não propriamente ao inquérito, mas mais à própria Rede.

6.1.3. Taxa de resposta, validação e sequência analítica

As taxas de resposta foram muito elevadas em ambos os inquéritos. Em 2011 foi mesmo de 100% quando em 2004 tinha sido de 98%.

Já na fase de validação das respostas constatou-se que vários responsáveis não selecionaram a opção correta quanto ao processo de adesão à Rede (transição ou credenciação), e parte deles assumiram a opção credenciação quando na realidade esse processo apenas se verificou em 10 museus (que, aliás, assumiram todos a opção correta). Este facto levou a que as respostas incorretas a dois itens da pergunta 2.2.5. fossem suprimidas. Constataram-se também respostas incorretas sobre a tutela que foram igualmente corrigidas. Note-se que estas correções não tiveram implicações negativas na validade do conjunto das respostas.

Na análise dos dados toma-se como referência a seguida no inquérito de 2004 (Santos, Neves, Santos e Nunes, 2005: 94-106) a que se acrescenta um outro plano em que se abordam especificamente as não-respostas. As variáveis independentes, ou de caracterização, mantêm-se: Tutela, Região, Data de abertura e Nível de participação.

Uma outra variável construída no anterior *Panorama*, e que neste se retoma, a tipologia Grau de expectativa, visa agrupar os museus de acordo com o sentido

das respostas dadas. Utilizou-se igualmente o já referido procedimento multivariado mas, ao contrário do inquérito de 2004, fez-se *intervir na análise apenas uma parte dos itens* do questionário, uma vez que alguns são alternativos e decorrem, como se referiu acima, das alterações entretanto verificadas no quadro geral de funcionamento da Rede. Optou-se, assim, por construir esta tipologia com os itens do último grupo do questionário, grupo relativo, justamente, às expectativas perante o futuro da RPM, procedimento replicado nos dados de 2004 de modo a estabelecer a comparação. Identificaram-se deste modo três grupos de museus, convencionalmente designados por *Pessimistas*, *Céticos* e *Otimistas*⁴. Os grupos distinguem-se entre si por apresentarem as médias mais próximas da avaliação Muito satisfatória (os *Otimistas*) ou, no pólo oposto, por registarem médias que se aproximam da avaliação Pouco satisfatória (os *Pessimistas*).

6.2. Resultados

Numa primeira leitura global dos dados a conclusão a que se chega é que a avaliação feita em 2011 é francamente positiva. De facto, com uma única exceção (item Benefícios financeiros do grupo Expectativas, 30%) todos os itens registam valores correspondentes à soma dos níveis Satisfatória ou Muito satisfatória acima de 50%, sendo que o valor máximo recai no item Boletim RPM (95%) (ver anexo 6.3).

Essa conclusão mantém-se quando comparados os resultados de 2011 com os de 2004 embora em alguns itens os níveis tenham baixado ligeiramente. Note-se que o primeiro inquérito corresponde aos anos iniciais da Rede, uma fase que Clara Camacho apelida de “os primeiros anos da revolução tranquila”, ao passo que o mais recente, aqui apresentado, abrange diferentes fases, mais precisamente três (ainda segundo a autora) designadas “2004-2006: anos de consolidação, de terreno e de regulação; 2007-2009: anos de reforma e de espera; 2010: novo ânimo” (Camacho, 2010a),

³ Trata-se do Museu Agrícola de Entre-Douro-e-Minho, de Vila do Conde. Integrado na RPM em fevereiro de 2004 encontra-se encerrado ao público desde final de 2007.

⁴ Neste procedimento (K-means cluster do SPSS), utilizou-se a técnica de tratamento das não-respostas Excluye cases pairwise. São nove os casos não classificados.

Objetivos programáticos	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português	–	3,8	39,7	52,7	3,8
Recomendar e divulgar boas práticas museológicas	–	1,5	26,7	68,7	3,1
Promover a divulgação dos projetos e das realizações dos museus	–	6,1	51,9	38,2	3,8
Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus	–	6,9	55,7	33,6	3,8
Promover a qualificação dos museus	–	3,8	41,2	51,2	3,8
Estimular o recurso a pessoal qualificado por parte das tuteladas dos museus	0,8	8,4	56,5	26,7	7,6
Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da atividade museológica	–	6,1	51,1	37,4	5,3
Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus	0,8	12,2	45,8	35,9	5,3
Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais	1,5	13,7	55,0	24,4	5,3

82% (quadro 6.1). Mais especificamente destacam-se pelo mais elevado nível de satisfação (acima dos 50%) três itens: Recomendar e divulgar boas práticas museológicas; Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico nacional; Promover a qualificação dos museus. Os demais itens merecem avaliações maioritariamente situadas no nível Satisfatória. Pelo contrário, destacam-se com elevadas percentagens de insatisfação moderada dois itens: Fomentar oportunidades de partilha e de

Quadro 6.1

Avaliação da ação da RPM face aos Objetivos programáticos (2011) (percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

e reporta-se portanto a um arco temporal mais alargado e sobretudo marcado por grandes alterações, como aliás se viu em capítulos anteriores.

Importa ainda destacar um outro resultado global, o das elevadas percentagens de não-resposta que em alguns itens são superiores a 40% e chegam mesmo aos 47% (item Cooperação IMC/OAC/INE).

Contudo, como se verá adiante, os resultados não são homogêneos quanto ao nível de satisfação registado nos vários itens – embora com maior incidência, como se esperaria, nos dois níveis de (maior) satisfação – e registam mesmo oscilações significativas quando observados segundo as variáveis de caracterização, o que os torna contributos pertinentes para informar a coordenação da Rede.

6.2.1. Resultados globais detalhados, 2011 (percentagem)

Neste primeiro plano procede-se a uma análise detalhada das respostas pelos vários grupos de questões. Os resultados são apresentados com as percentagens correspondentes à escala utilizada.

Quanto aos Objetivos da Rede as avaliações Satisfatória e Muito satisfatória são sempre superiores a

cooperação entre os profissionais do setor e entre os vários museus; Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais.

Mais especificamente quanto aos objetivos explicitados na Lei Quadro dos Museus Portugueses – cujos conteúdos são, em alguns itens, próximos dos anteriormente formulados – nota-se, desde logo, uma baixa do valor percentual resultante da soma das duas avaliações positivas, cujo mínimo é aqui de 57% (item Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus) (quadro 6.2). Dos sete itens que integram este grupo, apenas Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas apresenta uma avaliação maioritariamente muito satisfatória (53%). E em quatro é notória uma quebra nas avaliações uma vez que recaem no nível Pouco satisfatório percentagens que oscilam entre 14% (Cooperação institucional e articulação entre museus) e 26% (Descentralização de recursos). Note-se ainda que o item Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus regista neste nível um valor próximo (24%) e que os restantes dois itens (Descentralização de recursos e Planeamento e racionalização dos investimentos) têm valores baixos,

mas significativos, de avaliação Nada satisfatória (aliás iguais, 3%). Se todos os objetivos aqui formalizados parecem merecer a atenção dos responsáveis da RPM com vista à eventual adoção de medidas, estes dois últimos são claramente aqueles em que tal mais se fará sentir.

As avaliações genéricas dos cinco eixos programáticos da Rede registam avaliações satisfatórias ou muito satisfatórias

cujos valores mais baixos são 84% (Articulação e Cooperação) e apenas no eixo Credenciação a avaliação mais satisfatória é superior à metade das respostas (54%) (quadro 6.3). Seguindo o padrão de análise atrás adotado haverá ainda a destacar os 12% da avaliação Pouco satisfatória registados pelo item Articulação e cooperação, de longe o menos favoravelmente avaliado.

Importa agora olhar mais detalhadamente para os itens de cada um dos eixos, ou seja, para as medidas que os concretizam. No tocante ao Eixo da Informação (quadro 6.4) haverá que reter desde logo que o valor positivo é sempre superior a 78% (Portal IMC/Secção RPM), sendo que também neste subgrupo apenas um item (Boletim RPM/Museus em Rede) concita um nível avaliativo muito elevado (67%), aliás o mais elevado de todos os itens. Os dois itens relativos à página da Rede na internet permitem e merecem uma análise conjunta, da qual se pode concluir o seguinte: a passagem de página própria para página alojada no portal do IMC significou uma quebra muito sensível das avaliações de nível Satisfatório (66% contra 57%) de que beneficiaram tanto as muito satisfatórias (de 16% para 21%) como as pouco satisfatórias (8% para 12%).

No que se refere ao Eixo da Formação (quadro 6.5), cuja avaliação Satisfatória ou Muito satisfatória é sempre superior a 51% (Biblioteca Central do IMC) há dois comentários a fazer. Por um lado, os níveis da avaliação são relativamente fracos. Note-se inclusivamente que a formação, uma área de forte impacto nas atividades

Objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Valorização e qualificação da realidade museológica nacional	–	3,8	51,1	42,0	3,1
Cooperação institucional e articulação entre museus	–	13,7	61,1	20,6	4,6
Descentralização de recursos	3,1	26,0	52,7	8,4	9,9
Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus	3,1	23,7	45,8	10,7	16,8
Difusão da informação relativa aos museus	–	6,9	54,2	36,6	2,3
Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas	–	2,3	41,2	53,4	3,1
Fomento da articulação entre museus	–	14,5	61,1	19,8	4,6

Eixos Programáticos	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Informação	–	6,1	48,9	42,8	2,3
Formação	–	5,3	48,9	42,8	3,1
Qualificação	–	4,6	48,1	42,8	4,6
Articulação e Cooperação	–	12,2	61,1	22,9	3,8
Credenciação	–	2,3	36,6	54,2	6,9

da RPM, é a que regista os valores mais significativos nas avaliações menos favoráveis. Por outro lado, a leitura conjunta das avaliações do Centro de documentação da RPM e da Biblioteca central do IMC (para onde foi deslocado o acervo daquele Centro) mostra uma quebra muito acentuada dos níveis positivos, neste caso com um aumento significativo das percentagens de não-resposta (diferença de 17 pontos percentuais, de 29% para 46%). Ou seja, o processo de integração do Centro parece ter-se traduzido por um maior alheamento por parte dos museus da Rede, embora também importe referir que o (pouco) tempo entretanto decorrido (desde 2008) pode ser possível fator explicativo. Os dados das avaliações feitas pelos museus com tutela da Administração Central e dos Governos Regionais que integram a RPM (58) relativamente aos itens Parcerias e PATM permitem, no essencial, duas conclusões: baixos níveis de satisfação e grande distanciamento patente nas elevadas percentagens de não-respostas (quadro 6.6).

Quadro 6.2
Avaliação da ação da RPM face aos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus Portugueses (2011) (percentagem)
Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Quadro 6.3
Avaliação dos Eixos Programáticos da RPM (2011) (percentagem)
Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Eixo Informação	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Web Site RPM (até Dezembro 2008)	–	7,6	65,6	16,0	10,7
Portal IMC (Secção RPM)	1,5	11,5	56,5	21,4	9,2
Boletim RPM/ Museus em Rede	–	3,1	28,2	67,2	1,5
Reuniões e Encontros dos Museus da RPM	–	7,6	54,2	34,4	3,8
Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus	0,8	4,6	45,0	43,5	6,1

Eixo Formação	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Ações de formação	1,5	6,1	51,1	38,2	3,1
Centro de Documentação RPM (até Março 2008)	–	2,3	46,6	22,1	29,0
Biblioteca Central do IMC	0,8	2,3	39,7	11,5	45,8

Quadro 6.4 Avaliação do Eixo Informação (2011)

(percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Quadro 6.5 Avaliação do Eixo Formação (2011)

(percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Por seu turno, tomados conjuntamente os itens de avaliação do PAQM, ProMuseus e PATM (quadro 6.7), agora na ótica dos museus com outras tutelas que não a Administração Central e os Governos Regionais (73 casos), verifica-se que a percentagem resultante da soma dos valores positivos é sempre superior a 60% (Informatização do inventário). É patente a dominância das avaliações (moderadamente) satisfatórias em todos os itens, das elevadas percentagens de não-respostas e mesmo de avaliações significativamente baixas em vários itens, como por exemplo a área Informatização do inventário (do ProMuseus), com uma avaliação pouco ou nada satisfatória de 19%. No que se refere às ações do Eixo da Articulação e Cooperação (de novo todos os museus, quadro 6.8), o valor positivo é sempre superior a 52% (Cooperação entre IMC/OAC/INE). A análise deste conjunto de cinco itens sugere vários comentários: predominam os níveis moderados de satisfação; evidenciam-se níveis elevados de distanciamento, patentes nas não-resposta, que são particularmente visíveis em três itens cujos valores se situam entre os 44% (Pareceres emitidos POC/QREN) e 47% (Cooperação entre IMC/OAC/INE), este último aliás muito próximo do registado pelo item Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR); e ainda avaliações menos positivas em dois itens, Incentivo à articulação entre museus (23% Pouco satisfatória) e

Incentivo à criação de Redes Regionais/Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho).

Estes resultados são merecedores de mais algumas considerações. Se é verdade que em dois deles (Pareceres emitidos e Cooperação com outros organismos) não se estranham uma vez que, embora muito relevantes no trabalho e na ocupação da equipa da RPM, só incidem em alguns museus da Rede, já o mesmo não se passa no item Cooperação IMC/OAC/INE, por um lado, e nos itens Incentivo à articulação e Incentivo à criação de Redes, por outro, embora por motivos diferentes.

O primeiro porque se trata de uma cooperação antiga e com continuidade – inclusive esteve na origem da RPM e, mais recentemente, foi apresentada uma comunicação por dois investigadores do OAC no Encontro comemorativo dos 10 anos da Rede (Neves e Santos, 2010a) para além de ser regularmente assinalada nos Relatórios de Atividades e em demais reuniões com responsáveis de museus RPM – pelo que o elevado desconhecimento/distanciamento (quase metade dos museus, como se referiu, assinalaram a opção Ns/nr) deixa implícito que essa articulação deverá ser mais divulgada. Os outros dois (Incentivo à articulação e Incentivo à criação de Redes), porque são ações a que o IMC, os museus em geral e a própria Rede vêm atribuindo grande relevância, pelo que o facto de granjear alguma insatisfação sugere que merecem porventura mais atenção por parte da coordenação da Rede. Os próximos dois quadros reportam-se à atuação da Rede na fase posterior à aprovação da Lei Quadro, em 2004, têm em conta a entrada em funcionamento da Secção dos Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura, em 2010, e restringem-se aos museus que foram acompanhados na transição para o novo enquadramento (121 casos, quadro 6.9) ou aos que percorreram o processo de candidatura (10 casos, quadro 6.10).

Qualificação	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Parcerias (área de apoio ProMuseus)	3,4	13,8	32,8	6,9	43,1
Programa de Apoio Técnico a Museus	–	19,0	39,7	6,9	34,5

Programas de Apoio à Qualificação de Museus		Avaliação				
		Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
PAQM	Programação museológica (P.1)	–	16,4	45,2	21,9	16,4
	Investigação e estudo das coleções (P.2)	–	12,3	45,2	32,9	9,6
	Aquisição de equipamento para a conservação preventiva (P.3.1)	–	5,5	49,3	32,9	12,3
	Aquisição de mobiliário ou equipamento apropriado para reservas (P.3.2)	–	9,6	42,5	30,1	17,8
	Aquisição de serviços especializados em conservação preventiva (P.3.3)	–	9,6	52,1	20,5	17,8
	Ações de acolhimento e de comunicação (P.4.1)	–	11,0	50,7	26,0	12,3
	Projetos educativos (P.4.2)	–	8,2	41,1	35,6	15,1
ProMuseus	Informatização do inventário	2,7	16,4	46,6	13,7	20,5
	Conservação e segurança	2,7	5,5	52,1	24,7	15,1
	Reservas	2,7	6,8	47,9	26,0	16,4
	Divulgação	2,7	6,8	53,4	23,3	13,7
	Parcerias	2,7	15,1	42,5	19,2	20,5
PATM	Programa de Apoio Técnico a Museus	–	8,2	52,1	23,3	16,4

Relativamente ao Acompanhamento do processo de transição (quadro 6.9, como referido) o resultado da soma de Satisfatória e Muito Satisfatória é sempre superior a 64% (Elaboração de relatórios técnicos). Dois aspetos merecem ser destacados: o notório equilíbrio dos valores nos níveis Satisfatória e Muito satisfatória; as percentagens relevantes de não-resposta, com destaque para o item Elaboração de relatórios técnicos (33%), uma área de trabalho eventualmente menos visível para uma parte significativa dos museus. Em contraste com estes resultados, os obtidos no mesmo conjunto de itens, agora quanto ao processo de candidatura de credenciação seguido pelos (10) museus na adesão à Rede (quadro 6.10, também já referido), suscita avaliações maioritariamente muito satisfatórias, acima dos 70%, com exceção do item Despacho normativo (formulário de candidatura) relativamente ao qual as opiniões se dividem. O valor mínimo positivo é

sempre superior a 90% (Logotipo e Placa) atingindo 100% nos restantes itens considerados.

O grupo seguinte de itens está direcionado para o impacto da ação da RPM no museu (de novo para o conjunto dos museus, quadro 6.11). O valor mínimo positivo é neste grupo sempre superior a 61% (Condições físicas e ambientais). As avaliações situam-se em todos os itens num nível moderado de satisfação, sendo que alguns registam percentagens de não-resposta elevadas em que se destacam Relação com os públicos (21%) e Condições físicas e ambientais (20%). Este último item é também aquele que regista os valores mais baixos nos dois níveis de satisfação positiva e simultaneamente os mais elevados nos dois negativos e merece, eventualmente, uma atenção acrescida na coordenação Rede. O mesmo, aliás, se poderá dizer quanto à Relação com os públicos uma vez que regista uma percentagem muito baixa no nível Muito satisfatório (15%), longe da

Quadro 6.6

Qualificação: Avaliação por parte de Museus com tutela da Administração Central e Governos Regionais (2011) (percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Base: 58 museus tutelados pela Administração Central ou por Governos Regionais.

Quadro 6.7

Qualificação: Avaliação por parte de Museus com outras tutelas – Administração Local e Privados (2011) (percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Base: museus tutelados pela Administração Local ou por Privados

Eixo da Articulação e Cooperação	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Incentivo à articulação entre museus	0,8	22,9	51,1	16,0	9,2
Incentivo à criação de Redes Regionais/Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho)	0,8	19,1	48,9	16,0	15,3
Pareceres emitidos (POC, QREN)	–	3,8	32,1	20,6	43,5
Cooperação entre IMC/OAC/INE	–	1,5	35,9	16,0	46,6
Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR)	0,8	4,6	36,6	12,2	45,8

Eixo da Credenciação (transição)	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Acompanhamento do processo de transição para o novo enquadramento legal	0,8	0,8	41,3	37,2	19,8
Divulgação de documentos orientadores	–	2,5	43,0	43,0	11,6
Realização de visitas técnicas	–	5,0	37,2	35,5	22,3
Elaboração de relatórios técnicos	–	5,0	30,6	33,1	31,4
Logótipo da RPM	–	3,3	48,8	38,0	9,9
Placa “Museu da Rede Portuguesa de Museus”	0,8	5,0	43,8	43,8	6,6
Certificado de Credenciação	–	0,8	41,3	46,3	11,6

Quadro 6.8
Avaliação do Eixo da Articulação e Cooperação (2011) (percentagem)
Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Quadro 6.9
Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus em processo de transição (2011) (percentagem)
Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.
Base: 121 museus RPM que passaram pelo processo de transição.

verificada quanto ao Funcionamento geral (24%), a par de avaliações pouco ou nada satisfatórias (12%).

A terminar este ponto, reúnem-se no quadro 6.12 as avaliações sobre como os museus encaram o futuro da RPM, quais as suas expectativas de acordo com seis itens. Neste grupo a soma das duas avaliações positivas atinge o valor mínimo de 30% (Benefícios financeiros). Como se pode observar pela leitura do quadro, os resultados apresentam grande amplitude. Pela negativa, o que mais se destaca – não só neste grupo mas no conjunto dos itens do questionário – é o que se refere aos Benefícios financeiros. As expectativas são muito baixas (Pouco ou nada satisfatórias representam 47%), para além de parte significativa dos museus (24%) nem sequer se posicionar. Importa ter aqui em conta que alguns museus não podem receber apoios financeiros da Rede (os da Administração Central e dos Governos Regionais), que os montantes dos apoios são baixos e a sua atribuição vem escasseando nos anos mais recentes (ver atrás capítulo 5). As expectativas moderadas, associadas a um elevado desconhecimento, estão presentes quando

se projeta no futuro a Relação entre o IMC, o Departamento de Museus e a RPM: 47% declaram-se satisfeitos, 26% não respondem. Apesar de a percentagem não ser particularmente elevada, sensivelmente metade dos museus antevê como Muito satisfatória a Relação entre o museu e a RPM.

6.2.2. Por Tutela e Nível de participação, 2011 (médias)

Numa primeira leitura geral da ventilação pela Tutela conclui-se que as avaliações mais positivas se situam mais frequentemente na Administração Local e, de modo menos pronunciado, nos Privados. Por outro lado, Administração Central e Governos Regionais dividem entre si as avaliações

menos positivas.

Isso acontece desde logo no grupo de itens sobre a ação da RPM quanto aos objetivos programáticos cujas avaliações mais positivas se repartem entre as duas tutelas: Administração Local e Privados (quadro 6.13). Se bem que a Administração Central e os Governos Regionais apresentam tendencialmente as avaliações menos positivas, ao contrário do que se regista no inquérito de 2004, não é visível a polarização então verificada entre Administração Central (menos positivas) e Privados (mais positivas), em parte porque a valorização positiva por parte da Administração Local ganhou relevo em 2011. Verifica-se igualmente que em alguns itens as avaliações por parte da Administração Central são um pouco mais positivas do que as dos Privados (dois exemplos: Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português; Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do setor e entre os vários museus).

Relativamente aos objetivos consignados na Lei Quadro mantêm-se a mesma tendência (quadro 6.14).

Nos eixos programáticos regista-se uma distribuição algo diferente das avaliações mais positivas (quadro 6.15). Apesar de as diferenças serem ténues, em dois deles situam-se na Administração Central – Qualificação (3,46) e Credenciação (3,62) –, num situa-se nos Privados (Formação com 3,56), ao passo que nos restantes dois incidem na Administração Local. Os Governos Regionais registam neste grupo as avaliações menos positivas.

No Eixo informação volta a ser da Administração Local a generalidade das avaliações mais positivas com uma única exceção, Portal IMC (Secção RPM) que recai nos Governos Regionais (3,25) (quadro 6.16).

E, quanto ao Eixo formação, é visível a diferenciação dos posicionamentos mais positivos: da Administração Local quanto às Ações de formação (3,38), tutela que reparte essa avaliação quanto ao Centro de Documentação RPM (até março de 2008) (3,30) e Governos Regionais quanto à Biblioteca Central do IMC (3,36) (quadro 6.17).

Relativamente ao ProMuseus/Parcerias e ao PATM (os únicos de que os museus da Administração Central e dos Governos Regionais podem beneficiar), estes últimos mostram avaliações sensivelmente mais positivas (quadro 6.18). E, apenas para os museus da Administração Local e Privados, os primeiros registam sempre as avaliações mais positivas. O mesmo se passa, aliás, quando se trata do Eixo da Articulação e Cooperação (quadro 6.19).

As avaliações sobre o acompanhamento dos processos de transição (121 casos, quadro 6.20) registam apenas um item avaliado mais positivamente pela Administração Central (Logótipo da RPM, com 3,43). Relativamente aos processos de candidatura à credenciação (10 casos, quadro 6.21, apenas da Administração Central e da Administração Local), apenas um item apresenta um valor idêntico para ambas as tutelas (Despacho normativo, com 3,50). De salientar que os quatro itens mais valorizados pelos museus da Administração Local são os que reconhecem e dão

Eixo da Credenciação (candidatura)	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Despacho Normativo (formulário de candidatura)	–	–	50,0	50,0	–
Acompanhamento do processo de credenciação	–	–	10,0	90,0	–
Divulgação de documentos orientadores	–	–	30,0	70,0	–
Formulários on-line	–	–	20,0	80,0	–
Realização de visitas técnicas	–	–	10,0	90,0	–
Elaboração de relatórios técnicos	–	–	20,0	80,0	–
Logótipo da RPM	–	10,0	20,0	70,0	–
Placa “Museu da Rede Portuguesa de Museus”	–	10,0	20,0	70,0	–
Certificado de Credenciação	–	–	30,0	70,0	–

Itens	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Funcionamento geral	1,5	7,6	52,7	24,4	13,7
Promoção / divulgação do museu	1,5	13,7	51,1	25,2	8,4
Qualificação dos serviços e do pessoal	0,8	9,9	49,6	27,5	12,2
Condições físicas e ambientais	3,8	15,3	38,9	22,1	19,8
Relação com os públicos	2,3	9,9	52,7	14,5	20,6

visibilidade à própria integração na RPM (logótipo, placa e certificado de credenciação).

Relativamente às avaliações do impacto da ação da RPM no museu as mais e menos positivas estão claramente polarizadas na Administração Local e na Administração Central (quadro 6.22).

E finalmente, relativamente às expectativas quanto ao futuro da Rede, se as mais elevadas se situam, invariavelmente, na Administração Local, as menos elevadas dividem-se pelas demais tutelas (quadro 6.23). Mais especificamente, Benefícios financeiros (1,97) e Relação entre o IMC, o Departamento Museus e a RPM recai na Administração Central (neste item com valor similar aos Privados) (3,07); Relações inter-museus nos Governos Regionais (2,75); e Relações entre os museus e a RPM (2,22), Contribuições para a qualificação dos museus portugueses (3,00) e ainda Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses (2,89) nos museus dos Governos Regionais.

Quadro 6.10 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus que passaram pelo processo de candidatura (2011)

(percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Base: 10 Museus que integraram a RPM em 2010 na sequência de candidatura à Credenciação.

Quadro 6.11 Impacto da Ação da RPM no museu (2011)

(percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Quadro 6.12
Expectativas quanto
ao Futuro da RPM
(2011)
(percentagem)

Fonte: OAC, Inquérito
aos Museus da RPM,
2011.

Itens	Avaliação				
	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Benefícios financeiros	14,5	32,1	23,7	6,1	23,7
Relação entre o Instituto dos Museus e da Conservação, o Departamento e Museus e a RPM	1,5	6,9	47,3	18,3	26,0
Relação entre o museu e a RPM	0,8	3,1	37,4	49,6	9,2
Relações inter-museus	0,8	11,5	52,7	23,7	11,5
Contribuição para a qualificação dos museus portugueses	–	9,2	36,6	46,6	7,6
Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses	–	8,4	38,9	42,0	10,7

Quadro 6.13
Avaliação da ação
da RPM quanto aos
objetivos programáticos
por Tutela (2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito
aos Museus da RPM,
2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Objetivos programáticos	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português	3,53	3,15	3,64	3,33	3,51
Recomendar e divulgar boas práticas museológicas	3,56	3,38	3,84	3,78	3,69
Promover a divulgação dos projetos e das realizações dos museus	3,23	3,38	3,36	3,44	3,33
Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus	3,10	3,23	3,36	3,44	3,28
Promover a qualificação dos museus	3,38	3,38	3,58	3,56	3,49
Estimular o recurso a pessoal qualificado por parte das tutelas dos museus	3,16	3,25	3,13	3,33	3,18
Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da atividade museológica	3,31	3,38	3,29	3,47	3,33
Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus	3,26	3,00	3,29	3,17	3,23
Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais	3,08	2,85	3,20	2,89	3,08

6.2.3. Resultados globais: comparação dos Inquéritos 2004 e 2011 (médias)

Passa-se agora a uma comparação dos resultados globais dos dois inquéritos. O objetivo aqui é procurar identificar as evoluções verificadas e em que sentido elas se deram. Para tal utilizam-se também as médias totais e recorre-se a ilustrações gráficas. De modo a permitir tanto uma leitura global dos resultados do conjunto dos itens inquiridos como dos itens de cada grupo optou-se por os incluir num gráfico único nas duas abordagens que se seguem (ver adiante gráficos 6.1 e 6.2). Na leitura destes gráficos deve ter-se em conta que alguns grupos e alguns itens não têm base comparativa em 2004. Mantiveram-se

os respetivos valores para se ter uma noção do que representam em termos do conjunto das avaliações. O gráfico 6.1 mostra os resultados correspondentes nos dois inquéritos e permite uma leitura em dois planos, um sincrónico (respostas em 2004 e 2011) e outro diacrónico (comparação entre 2004 e 2011). Em termos muito gerais a comparação das médias confirma o que antes se disse, ou seja, mantém-se a apreciação muito positiva – mas com alguma erosão de 2004 para 2011 uma vez que a média total cai de 3,46 para 3,27 – e reforçam-se quer as valorizações positivas (a média mais alta passa de 3,73 em 2004 para 3,90 em 2011) quer as negativas (a mais baixa desce de 2,99 para 2,28). A primeira nota é que as avaliações oscilam entre

Avaliação dos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Valorização e qualificação da realidade museológica nacional	3,36	3,17	3,49	3,33	3,39
Cooperação institucional e articulação entre museus	3,08	3,08	3,15	2,83	3,07
Descentralização de recursos	2,71	2,64	2,76	2,78	2,74
Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus	2,48	2,62	2,96	2,82	2,77
Difusão da informação relativa aos museus	3,24	3,31	3,36	3,28	3,30
Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas	3,46	3,31	3,60	3,61	3,53
Fomento da articulação entre museus	2,95	2,85	3,25	2,83	3,06

Eixos Programáticos	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Informação	3,29	3,21	3,45	3,44	3,38
Formação	3,38	3,21	3,38	3,56	3,39
Qualificação	3,46	3,15	3,45	3,28	3,40
Articulação e Cooperação	3,05	2,92	3,22	3,06	3,11
Credenciação	3,62	3,33	3,60	3,44	3,56

satisfatórias e muito satisfatórias, como aliás se referiu anteriormente. A segunda reporta-se ao equilíbrio nos resultados das duas avaliações feitas, ou seja, as diferenças entre os dois inquéritos são, em geral, pouco notórias. A terceira e mais significativa nota é que, quando o equilíbrio é desfeito, é-o num tom menos positivo em 2011 face a 2004. Se isso tem alguma sustentação no facto de os resultados se situarem inicialmente num nível muito positivo e portanto terem pouca margem para serem (ainda) mais positivos, não deixa de ser significativo, sobretudo em alguns grupos e em determinados itens, que tenham sido objeto de mais baixas avaliações, ou que, pelo menos, se tenham mantido com avaliações similares. Contudo, importa ter em conta que com uma *avaliação interativa, de acompanhamento* (Capucha e outros, 1996), como é o caso, para além dos dados globais o mais importante é referenciar áreas suscetíveis de medidas de correção, seja porque os resultados são menos satisfatórios do que o esperado, seja porque não foram valorizados como se esperava.

Assim, mais concretamente, verificam-se resultados muito próximos nos dois inquéritos no grupo dos objetivos da RPM, no dos eixos programáticos (geral e especificamente em cada um) e ainda no impacto da ação da RPM no museu. Nos restantes, ou seja, no PAQM (apenas Outras tutelas que não Administração Central e Governos Regionais) e nas expectativas face ao futuro da RPM as avaliações são menos positivas. Deste ponto de vista, o item Benefícios financeiros destaca-se claramente. Mas outros dois registam uma variação negativa de monta: Web site RPM (até dezembro de 2008), provavelmente contaminado pela avaliação atribuída ao item Portal IMC (Seção RPM), e o item relativo ao Programa de Apoio Técnico a Museus.

6.2.4. Resultados das não-respostas: comparação dos Inquéritos 2004 e 2011 (percentagem)

Como atrás se referiu, a obrigatoriedade de resposta a todos os itens como condição para a progressão no preenchimento do questionário e a inclusão da opção

Quadro 6.14
Avaliação dos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus por Tutela (2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Quadro 6.15
Avaliação dos Eixos Programáticos por Tutela (2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Quadro 6.16

Avaliação do Eixo Informação por Tutela (2011) (médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Eixo Informação	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Web Site RPM (até Dezembro 2008)	3,00	3,08	3,21	2,94	3,09
Portal IMC (Secção RPM)	2,85	3,25	3,19	3,13	3,08
Boletim RPM/ Museus em Rede	3,64	3,50	3,69	3,67	3,65
Reuniões e Encontros dos Museus da RPM	3,27	2,92	3,40	3,17	3,28
Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus	3,24	3,50	3,53	3,28	3,40

Quadro 6.17

Avaliação do Eixo Formação por Tutela (2011) (médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Eixo Formação	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Ações de formação	3,28	3,00	3,38	3,33	3,30
Centro de Documentação RPM (até março 2008)	3,30	3,25	3,30	3,21	3,28
Biblioteca Central do IMC	2,95	3,36	3,25	3,00	3,14

Quadro 6.18

Avaliação do Eixo Qualificação por Tutela (2011) (médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Base: 73 museus tutelados pela Administração Local ou por Privados com exceção dos programas assinalados com * cuja base é 131 (total inquirido), ou seja, incluindo também os museus tutelados pela Administração Central e por Governos Regionais.

Eixo Qualificação		Tutela				Total
		Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
PAQM	Programação museológica (P.1)	-	-	3,15	2,77	3,07
	Investigação e estudo das coleções (P.2)	-	-	3,27	3,07	3,23
	Aquisição de equipamento para a conservação preventiva (P.3.1)	-	-	3,39	3,07	3,31
	Aquisição de mobiliário ou equipamento apropriado para reservas (P.3.2)	-	-	3,35	2,93	3,25
	Aquisição de serviços especializados em conservação preventiva (P.3.3)	-	-	3,22	2,86	3,13
	Ações de acolhimento e de comunicação (P.4.1)	-	-	3,26	2,94	3,17
	Projetos educativos (P.4.2)	-	-	3,47	2,87	3,32
ProMuseus	Informatização do inventário	-	-	3,00	2,57	2,90
	Conservação e segurança	-	-	3,25	2,86	3,16
	Reservas	-	-	3,21	3,00	3,16
	Divulgação	-	-	3,21	2,87	3,13
	Parcerias *	2,69	3,00	3,11	2,54	2,90
PATM	Programa de Apoio Técnico a Museus *	2,80	2,88	3,24	3,00	3,04

Quadro 6.19

Avaliação do Eixo Articulação e Cooperação por Tutela (2011) (médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Eixo Articulação e Cooperação	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Incentivo à articulação entre museus	2,74	2,80	3,15	2,59	2,91
Incentivo à criação de Redes Regionais/ Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho)	2,91	2,89	3,06	2,71	2,95
Pareceres emitidos (POC, QREN)	3,29	3,00	3,41	3,15	3,30
Cooperação entre IMC/OAC/INE	3,28	3,17	3,32	3,17	3,27
Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR)	3,05	3,11	3,18	3,00	3,11

Eixo da Credenciação (transição)	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Acompanhamento do processo de transição para o novo enquadramento legal	3,31	3,38	3,53	3,41	3,43
Divulgação de documentos orientadores	3,29	3,40	3,57	3,53	3,46
Realização de visitas técnicas	3,30	3,25	3,50	3,35	3,39
Elaboração de relatórios técnicos	3,25	3,25	3,50	3,47	3,41
Logótipo da RPM	3,43	3,36	3,41	3,24	3,39
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	3,38	3,33	3,49	3,24	3,40
Certificado de Credenciação	3,49	3,36	3,59	3,47	3,51

Eixo Credenciação (candidatura)	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Despacho Normativo (formulário de candidatura)	3,50	-	3,50	-	3,50
Acompanhamento do processo de credenciação	4,00	-	3,88	-	3,90
Divulgação de documentos orientadores	4,00	-	3,63	-	3,70
Formulários on-line	4,00	-	3,75	-	3,80
Realização de visitas técnicas	4,00	-	3,88	-	3,90
Elaboração de relatórios técnicos	3,50	-	3,88	-	3,80
Logótipo da RPM	3,50	-	3,63	-	3,60
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	3,50	-	3,63	-	3,60
Certificado de Credenciação	3,50	-	3,75	-	3,70

Não sabe/não responde (Ns/nr) nas perguntas fechadas levou a que todas elas tenham sido formalizadas pelos inquiridos, ainda que nesta última opção. No inquérito de 2004 as não-respostas foram igualmente apuradas, ainda que, em muitos casos, por codificação *a posteriori* com base na ausência de resposta. É verdade que nas não-respostas podem estar implicados aspetos vários como a maior ou menor adequação do item a cada museu ou o maior ou menor conhecimento da matéria em causa. De todo o modo constituem um objeto de análise (ainda mais) relevante e permitem uma leitura substantiva no sentido em que podem ser tomadas como um indicador de proximidade (ou de distanciamento) face ao item em questão. O gráfico 6.2 mostra os resultados correspondentes nos dois inquéritos e permite igualmente duas leituras, uma síncrona e outra diacrónica.

Quanto ao primeiro plano, uma grande parte dos itens tem valores bastante baixos de não-resposta, que não excedem os 10%. É, por exemplo, o que se verifica no grupo relativo aos objetivos da RPM. No grupo da Lei Quadro dos Museus Portugueses os valores estão abaixo dos 10% com exceção do item Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus (17%). Mas os níveis (mais) elevados de não-resposta são particularmente acentuados (entre os 40% e os 50%) nos itens Biblioteca central do IMC (46%), no ProMuseus parcerias (segmentação Administração Central e Governos Regionais, 43%) e ainda em três outros itens: Pareceres emitidos (POC, QREN) (44%); Cooperação entre IMC/OAC/INE (47%) e Cooperação com outros organismos (DRC, CCCR) (46%). Quanto à comparação entre 2004 e 2011 são visíveis resultados com diferentes sentidos. Em alguns grupos

Quadro 6.20 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus em processo de transição por Tutela

(2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Base: 121 museus RPM que passaram pelo processo de transição.

Quadro 6.21 Avaliação do Eixo da Credenciação por parte de Museus que passaram pelo processo de candidatura por Tutela (2011)

(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Base: 10 Museus que integraram a RPM em 2010 na sequência de candidatura à Credenciação.

Quadro 6.22
Impacto da Ação da RPM por Tutela (2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Itens	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Funcionamento geral	2,85	3,00	3,33	3,31	3,16
Promoção / divulgação do museu	2,72	3,10	3,31	3,25	3,09
Qualificação dos serviços e do pessoal	2,95	3,22	3,36	3,13	3,18
Condições físicas e ambientais	2,34	2,86	3,36	3,19	2,99
Relação com os públicos	2,61	3,00	3,22	3,14	3,00

Quadro 6.23
Expetativas quanto ao futuro da RPM por Tutela (2011)
(médias)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

Itens	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Benefícios financeiros	1,97	2,17	2,52	2,13	2,28
Relação entre o IMC, o Departamento de Museus e a RPM	3,07	2,88	3,20	3,07	3,11
Relação entre o museu e a RPM	3,30	3,22	3,71	3,39	3,50
Relações inter-museus	3,11	2,88	3,28	2,75	3,12
Contribuição para a qualificação dos museus portugueses	3,31	3,00	3,58	3,28	3,40
Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses	3,25	2,89	3,53	3,41	3,38

os valores mantiveram-se em baixa, as diferenças são pequenas e com sentido diverso (exemplo do grupo dos Objetivos). Noutros diminuíram generalizada e significativamente embora se tenham mantido relativamente altos, como são os casos dos grupos PAQM (restrito a outras tutelas que não a Administração Central e Governos Regionais) e Impacto da ação da RPM no museu. Uma diminuição acentuada se nota também no item PATM. No grupo relativo às expetativas verifica-se o movimento inverso, ou seja, os níveis de não-resposta subiram generalizadamente, em dois itens (Benefícios financeiros e Relação entre IMC e RPM) de forma acentuada.

6.2.5. Grau de expetativas quanto ao futuro da RPM (2004 e 2011)

Com base nas respostas válidas retiveram-se três tipos ou graus de expetativas cujas características se elencam de seguida (quadro 6.24). Os designados *Pessimistas* apresentam, em todos os seis itens em análise (2011) ou quase todos (2004) as médias mais baixas, que oscilam entre posicionamentos pouco satisfatórios ou satisfatórios. Os posicionamentos dos *Céticos* oscilam

entre o satisfatório e o muito satisfatório. E os dos *Otimistas* por expressarem expetativas muito elevadas. Quanto à evolução de 2004 para 2011, no que toca ao tipo *Pessimistas*, verifica-se uma baixa dos níveis de satisfação, mais visível nos itens Relação entre IPM/IMC e a RPM (a média baixa de 3,36 para 2,30) e, embora menos visivelmente, no item Contribuição para a qualificação dos museus portugueses (de 2,85 para 2,17). Relativamente ao tipo *Céticos*, nota-se igualmente uma baixa dos níveis de expetativas, com destaque para o item Benefícios financeiros (de 2,84 para 1,95), mas com uma exceção (Relação entre o museu e a RPM, com 3,44 nos dois anos). E quanto ao tipo *Otimistas*, para além da baixa das expetativas, e de um dos itens manter a mesma média (Contribuição para a qualificação dos museus portugueses, 3,95 nos dois anos), num dos itens regista-se uma ligeiríssima melhoria das expetativas (Contribuição para a qualificação). Quanto ao significado dos três tipos em percentagem e à evolução de 2004 para 2011, verifica-se que o aspeto comum é que o tipo *Pessimistas* é o que tem menor percentagem nos dois inquéritos. A análise da evolução mostra que os *Pessimistas* diminuem de

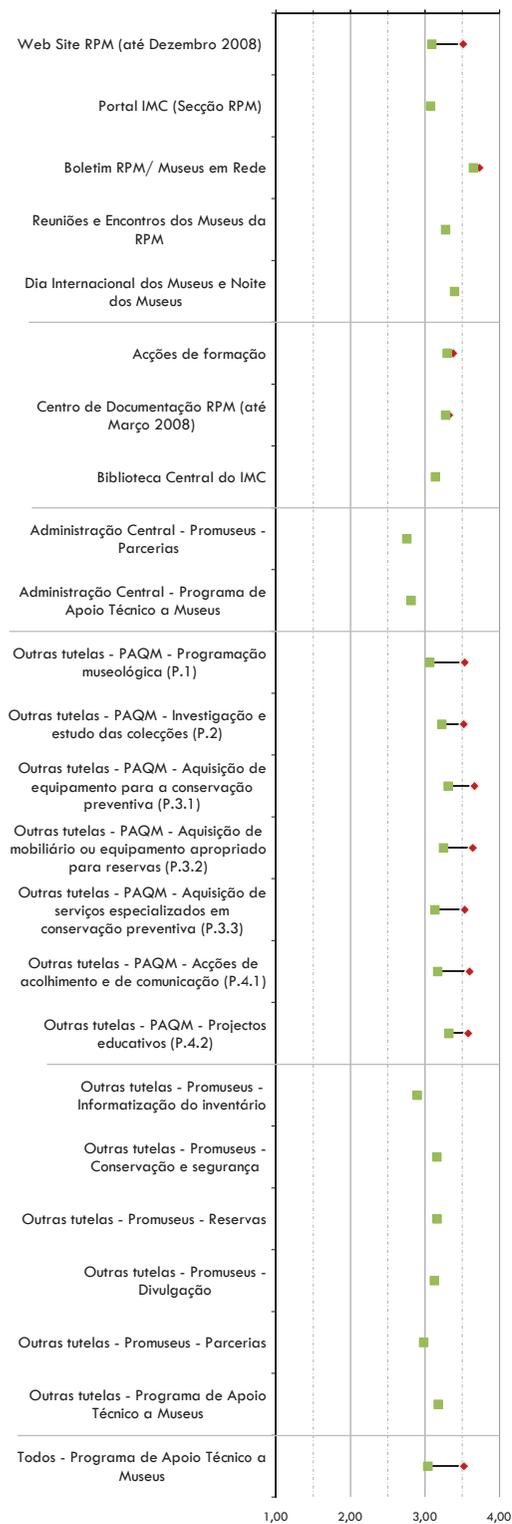
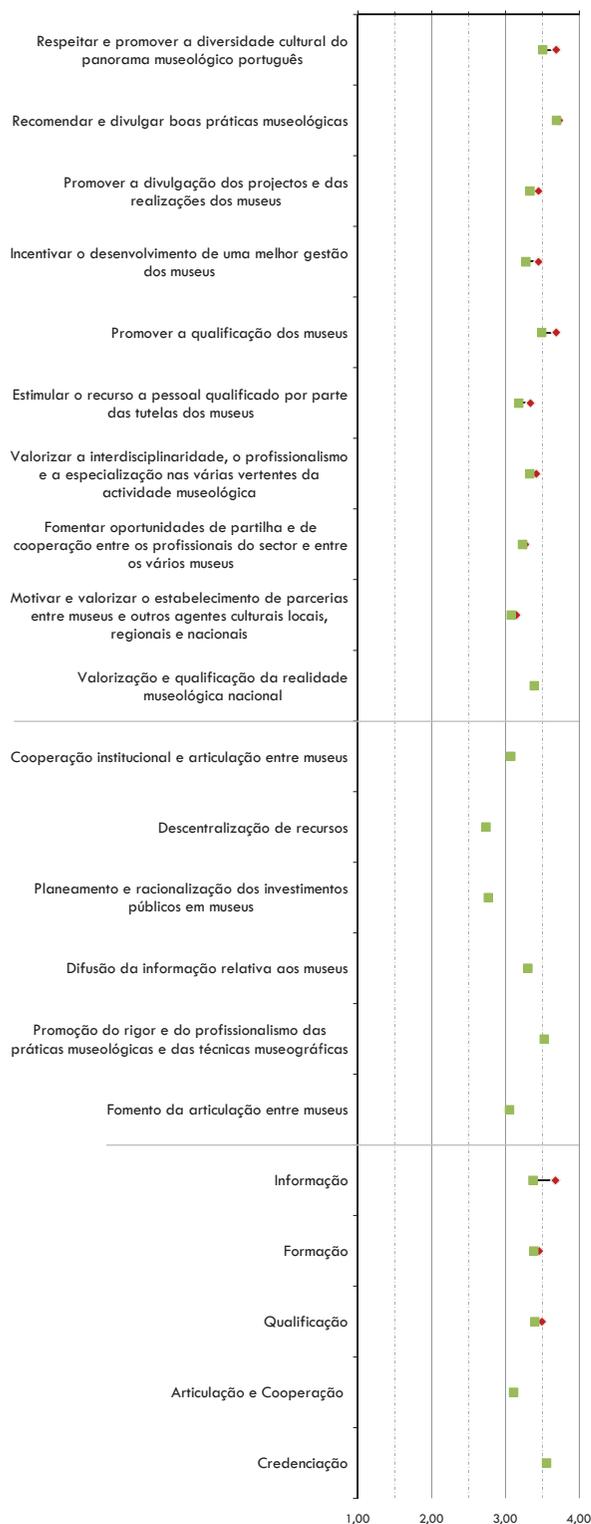


Gráfico 6.1
Resultados globais:
comparação inquéritos
2004 e 2011
(médias)

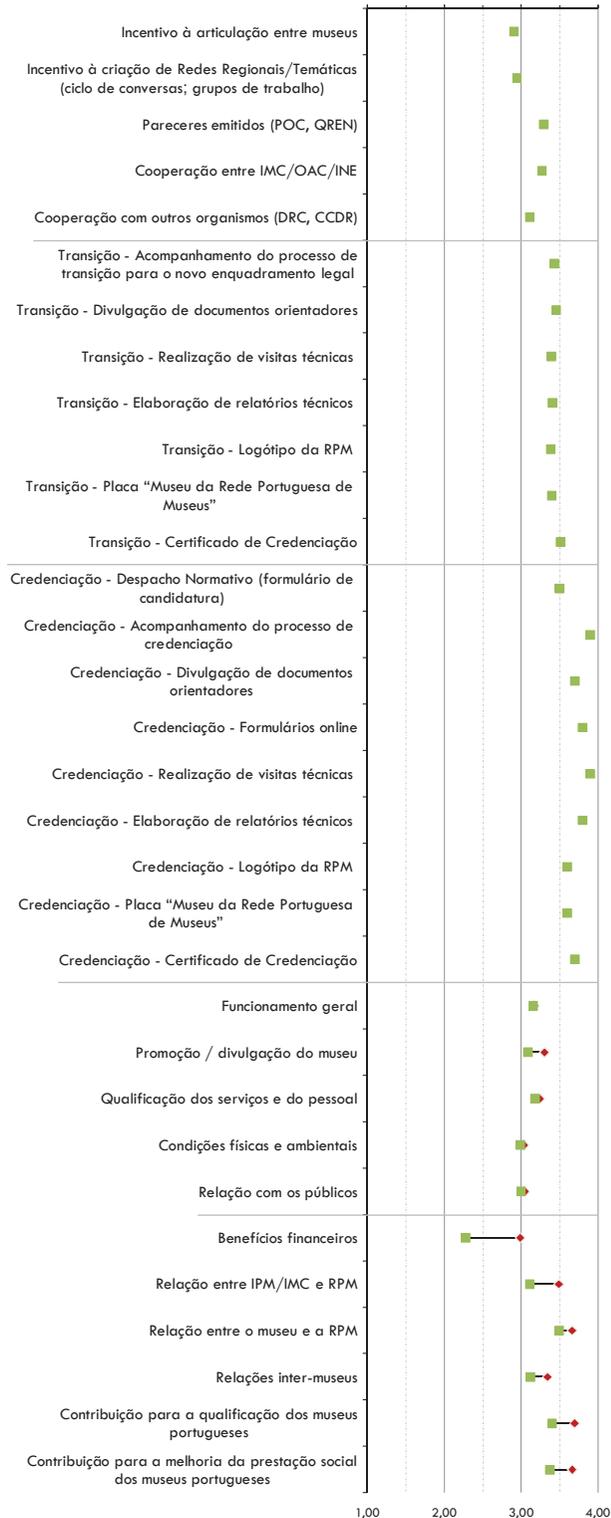
Fontes: OAC, Inquéritos aos Museus da RPM 2004 e 2011.

Nota: a escala varia entre 1 (nada satisfatória) e 4 (muito satisfatória).

◆ 2004 ■ 2011

Gráfico 6.1(cont.)

◆ 2004 ■ 2011



2004 para 2011, mas ligeiramente (quatro pontos percentuais, 14% para 10%) e o mesmo se passa com os Otimistas, embora de um modo muito mais expressivo (27 pontos percentuais, 59% para 32%), pelo que ganha peso o tipo Céticos com um acréscimo de 31 pontos percentuais (de 27% para 58%). Assim, ao passo que em 2004 a maioria dos responsáveis pelos museus manifestava um elevado grau de otimismo quanto ao futuro da Rede, em 2011 o posicionamento dominante é de ceticismo.

Note-se que a mudança de posicionamento é comum a todas as tutelas (quadro 6.25). Será ainda de referir o acréscimo significativo entre os Pessimistas dos museus Privados (de 6% para 17%), embora continue a ser entre os dos Governos Regionais que tal posicionamento é mais notório (33% em 2011) e o facto de os museus Otimistas representarem quase metade dos tutelados pela Administração Local (44%).

6.2.6. Sugestões, opiniões e comentários quanto ao futuro da RPM (2011)

O questionário inclui uma pergunta final aberta destinada a recolher dos responsáveis dos museus sugestões, opiniões e comentários quanto ao futuro da Rede. As respostas obtidas não só são relevantes do ponto de vista quantitativo (74, ou seja 57% do total) mas sobretudo elucidativas das perspetivas, tendências e tensões sobre o funcionamento da RPM por parte dos museus que a integram.

Uma vez que se pretendia manter a possibilidade de comparação com o anterior inquérito, a análise de conteúdo teve por base as 11 categorias construídas em 2004. A estas acrescentaram-se outras 5 (não enquadráveis nas anteriores) que traduzem especificidades das evoluções entretanto ocorridas (quadro 6.26).

Um primeiro esboço comparativo, em termos quantitativos, dos resultados obtidos nos dois momentos de inquirição mostra que: i) a formação mantém-se como a preocupação central; ii) a continuidade da RPM e as relações com os públicos perdem importância em 2011; iii) e, pelo contrário, as relações inter-museus e a maior afetação de verbas ganham importância no quadro das atuais preocupações dos responsáveis pelos museus.

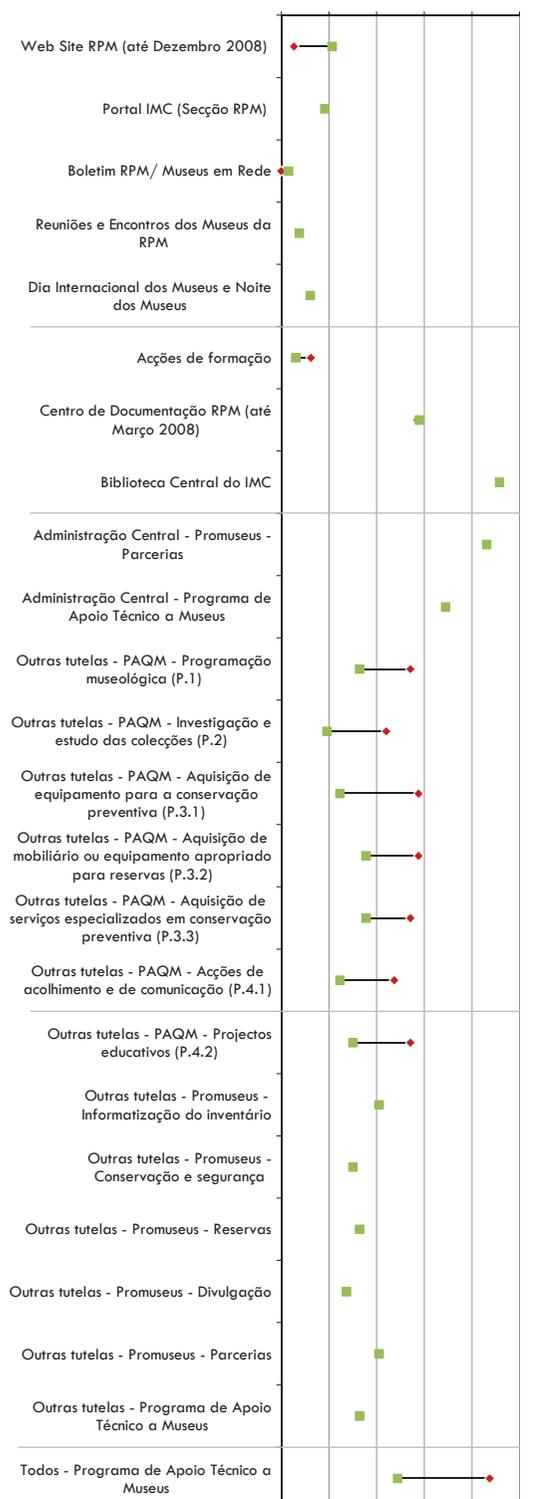
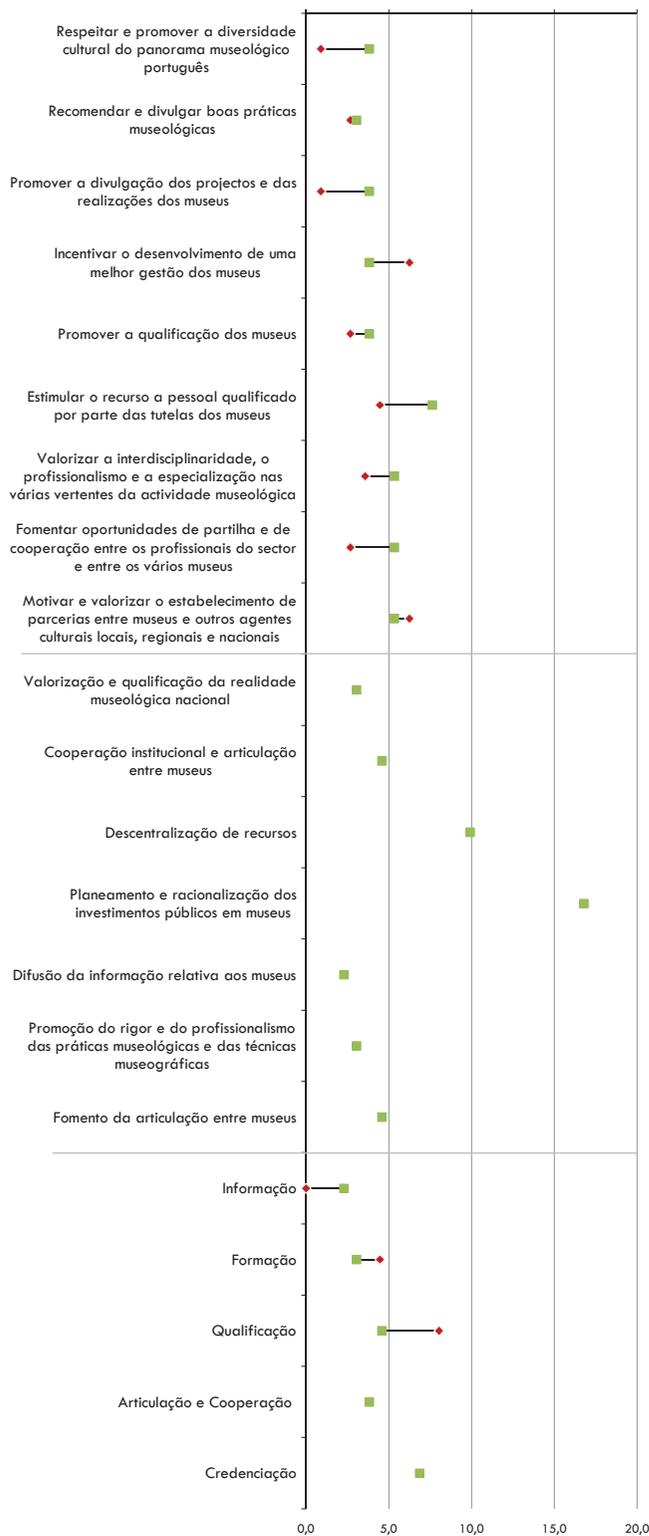
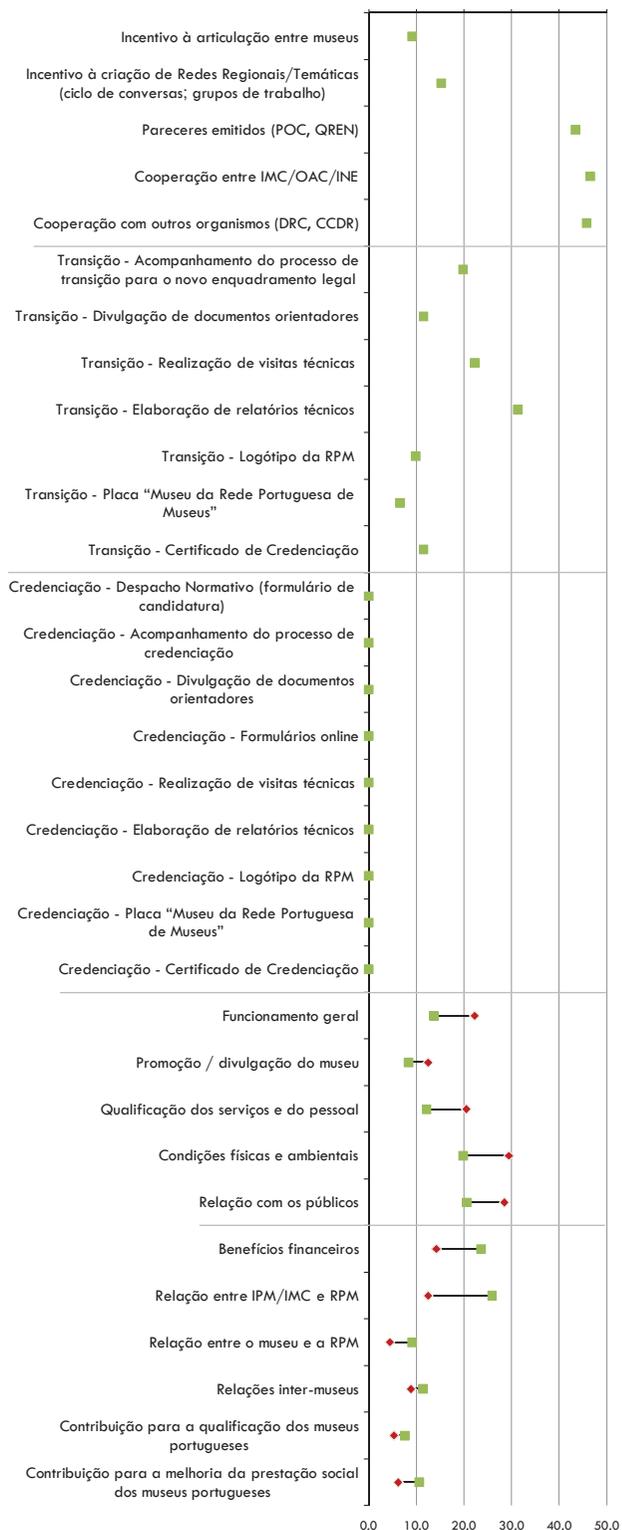


Gráfico 6.2
Resultados Não sabe/ Não responde: comparação Inquéritos 2004 e 2011
 (percentagem)
Fontes: OAC, Inquéritos aos Museus da RPM 2004 e 2011.

◆ 2004 ■ 2011

Gráfico 6.2 (cont.)

♦ 2004 ■ 2011



Ainda em termos quantitativos, repare-se no elevado número dos comentários que dizem respeito à formação (40) a que se segue a Relação Inter-museus (28) e a disponibilização de Mais verbas (15). Num último plano figuram a Sensibilização das tutelas (3) e a Página da Internet RPM (3).

Mas, em concreto, em que consistem as sugestões, opiniões e comentários recolhidos em 2011? Relativamente à formação, os depoimentos recolhidos⁵ salientam a importância desta vertente no quadro das atividades da RPM. Distinguem-se dois argumentos não necessariamente contraditórios entre si: o da continuidade e o da diversificação.

O argumento da continuidade apela à manutenção do modelo seguido até aqui e à repetição de ações formativas, designadamente as que dizem respeito ao acolhimento/atendimento ao público, à guarda-ria e segurança, ao inventário das coleções, à conservação e restauro e ainda à conceção e montagem de exposições.

Mais do que privilegiar áreas, a sua continuidade deverá ser um garante, já que este modelo me parece o mais adequado, pois permite ao técnico em exercício uma formação contínua e anual. Continuem!

Museu da Administração Local, Lisboa

Atendendo à mobilidade de pessoal dentro das instituições, seria de repetir as ações de formação em atendimento ao público, conservação preventiva e segurança.

Museu da Administração Local, Lisboa

O argumento da diversificação dos conteúdos temáticos é sustentado com a necessidade destes corresponderem não só às diferentes áreas de atuação dos museus como também às especificidades de alguns deles (caso dos de ciência). Argumenta-se ainda que esta diversificação deve também passar pela atualização de conteúdos de ações já apresentadas e pela inclusão de outros não explorados (ou pouco explorados) nos

⁵ As transcrições das respostas estão organizadas de acordo com as temáticas identificadas no quadro 6.26. Optou-se ainda por referenciar as citações pela Tutela e pela Região por questões de anonimato, embora se deva ter em conta que as respostas são da responsabilidade dos responsáveis dos museus.

Quadro 6.24
Grau de expectativas
(2004 e 2011)
 (médias)

Fonte: OAC, Inquéritos aos museus da RPM 2004 (casos válidos: 103) e 2011 (casos válidos: 122).

Notas: (i) os tipos resultam do procedimento K-means cluster do SPSS com tratamento de não-respostas por pairwise, no qual se retiveram três clusters após realização de vários testes; (ii) a escala varia entre 1, Nada satisfatória e 4, Muito satisfatória.

Expetativas quanto ao futuro da RPM	Grau de expetativas					
	Pessimistas		Céticos		Otimistas	
	2004	2011	2004	2011	2004	2011
Benefícios financeiros	1,64	1,58	2,84	1,95	3,35	3,16
Relação entre o IPM/IMC e a RPM	3,36	2,30	2,92	2,98	3,76	3,58
Relação entre o museu e a RPM	2,86	2,67	3,44	3,44	3,93	3,85
Relações intermuseus	2,62	2,33	2,81	3,02	3,71	3,54
Contribuição para a qualificação dos museus portugueses	2,85	2,17	3,52	3,31	3,95	3,95
Contribuição para a qualificação	3,00	2,27	3,44	3,21	3,92	3,97
<i>Número de casos</i>	14	12	28	71	61	39
<i>Percentagem dos casos válidos</i>	13,6	9,8	27,2	58,2	59,2	32,0

programas anuais de formação RPM. É neste sentido que são sugeridas temáticas como: acervos bibliográficos e documentais, gestão de museus, marketing cultural, serviço educativo, património cultural imaterial, conservação de arte contemporânea.

Sugere-se ainda que a diversificação se estenda também aos formadores e aos destinatários das ações. Quanto aos formadores apela-se à colaboração de especialistas exteriores ao sector, bem como ao estabelecimento de parcerias com outras entidades (universidades e associações profissionais).

A nível de formadores será conveniente uma maior atenção - aliar uma real experiência no terreno com a teoria será, certamente, uma mais-valia.

Museu da Administração Central, Centro

Quanto aos destinatários, sugere-se que as ações sejam (re)pensadas de forma a abarcarem todo o pessoal que trabalha nos museus, incluindo os menos qualificados.

Tendo em conta a importância da Formação para um melhor desempenho de todos os profissionais dos Museus, seria de todo o interesse um Plano de Formação transversal a todas as pessoas que trabalham nos Museus - técnicos superiores, técnicos e pessoal auxiliar, para elevar o nível de conhecimentos e sensibilidade profissional.

Museu da Administração Local, Alentejo

Relativamente ao local de realização das ações de formação, e apesar de reconhecido o esforço por parte da RPM na diversificação dos locais (ver atrás ponto 5.3.3 – Formação), apela-se a uma maior descentralização em território continental.

Relativamente à formação penso que esta se deve realizar em diversos pontos do país, tendo como palco os pequenos museus e diversificando as suas temáticas alargando-as também para os funcionários menos qualificados.

Museu da Administração Local, Alentejo

As ações de formação têm de abranger todas as regiões. O Alentejo é permanentemente “esquecido”. (...) Descentralização precisa-se. As Direções Regionais da Cultura podiam ir assumindo tarefas de apoio aos museus [incluindo formação]

Museu da Administração Local, Alentejo

Quanto às regiões autónomas, alguns dos testemunhos sugerem que o esforço da RPM na promoção regular de ações de formação em território insular não está a ter o devido reconhecimento por parte de quem as recebe. Outros, pelo contrário, sugerem que a formação deveria ser mais direcionada para os problemas específicos destes museus.

Por sermos Museus duma Região Autónoma (Madeira) não podemos beneficiar de projetos financeiros da RPM. A RPM

Quadro 6.25**Grau de expectativas por Tutela (2004 e 2011)**
(percentagem em linha)

Fontes: OAC, Inquéritos aos museus da RPM 2004 (casos válidos: 103) e 2011 (casos válidos: 122).
Nota: os tipos resultam do procedimento K-means cluster do SPSS com tratamento de não-respostas por pairwise.

Tutela	Grau de expectativas					
	Pessimistas		Céticos		Otimistas	
	2004	2011	2004	2011	2004	2011
Administração Central	25,0	12,5	21,4	65,0	53,6	22,5
Administração Local	4,5	1,8	29,5	54,5	65,9	43,6
Governos Regionais	30,8	33,3	15,4	55,6	53,8	11,1
Privados	5,6	16,7	38,9	55,6	55,6	27,8
Total	13,6	9,8	27,2	58,2	59,2	32,0

Quadro 6.26**Sugestões e comentários quanto ao futuro da RPM por temática (2004 e 2011)**

(números absolutos e percentagem)
Fonte: OAC, Inquéritos aos museus da RPM 2004 e 2011.

Notas: i) n/a Não se aplica;
ii) as respostas podem ser classificadas numa ou mais temáticas

Sugestões e comentários	Inquérito aos Museus da RPM			
	2004		2011	
	n	%	n	%
Formação	33	28,9	40	30,5
Continuidade da RPM	31	27,2	6	4,6
Relação Inter-museus	14	12,3	28	21,4
Relações com os públicos	10	8,8	0	0
Sensibilização das tutelas	6	5,3	3	2,3
Qualificação	4	3,5	5	3,8
Página da Internet RPM	3	2,6	3	2,3
Relação com os média	n/a	n/a	7	5,3
Relação RPM/IPM Relação RPM/IMC	3	2,6	4	3,1
Maior atenção dos Museus da Administração Central	2	1,8	9	6,9
Mais verbas	2	1,8	15	11,5
Credenciação	n/a	n/a	10	7,6
Visitas técnicas	n/a	n/a	4	3,1
Encontros de Trabalho	n/a	n/a	10	7,6
Outras sugestões/comentários	n/a	n/a	10	7,6
nr/ausência de comentário	37	32,5	57	43,5
Base	114		131	

promove somente na RAM ações de formação demasiadamente intensivas e por vezes pouco produtivas.

Museu dos Governos Regionais, Madeira

Este museu depende da Direção Regional da Cultura dos Açores. É preciso visitar os museus das diferentes Ilhas e promover mais ações de formação dentro das necessidades da Região.

Museu dos Governos Regionais, Açores

Ainda no que diz respeito à formação, outras sugestões recolhidas referem-se à auscultação mais frequente por

parte da RPM das carências formativas dos museus; à divulgação mais ampla do plano de formação e definição de critérios mais rigorosos para a avaliação das ações (não esquecendo os impactos na prática profissional dos formandos). Registam-se ainda diversos apelos no sentido da diminuição do custo da inscrição.

Formação a preços acessíveis para que todos os funcionários de Museus possam participar. Formação prática tendo em conta a natureza das coleções existentes nos Museus de modo a que os formandos não fiquem apenas com uma noção teórica dos conhecimentos adquiridos mas também uma consciência prática desses mesmos conhecimentos.

Museu da Administração Local, Alentejo

Como se disse anteriormente, a relação inter-museus é a segunda temática mais abordada

nos comentários e sugestões recolhidos (28). Ganha inclusivamente maior relevância face aos depoimentos recolhidos em 2004 (14). Como se compreende, esta categoria é de uma enorme abrangência uma vez que compreende aspetos que vão desde o fomento do contacto entre museus, ao incentivo da partilha de recursos (informativos, de documentação, formativos, de investigação e de programação em rede), passando ainda pelo estímulo ao estabelecimento de parcerias entre museus e à cooperação efetiva entre museus.

Que avance na relação inter-museus necessária à real partilha de recursos e de ideias e fortalecimento do espírito de pertença e de colaboração.

Museu da Administração Central, Norte

Diversos depoimentos referem-se especificamente à implementação dos núcleos de apoio a museus (6) e à criação de redes regionais e/ou temáticas (9). Argumenta-se que os núcleos de apoio aos museus seriam uma importante mais-valia e lamenta-se o facto de estes não estarem ainda implementados apesar de previstos na Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Institucionalização do recurso a museus regionais ou nacionais de referência para determinados universos temáticos de coleções contemplando os meios necessários que viabilizem um melhor apoio técnico.

Museu da Administração Central, Lisboa

Quanto à criação de redes regionais, esta surge ligada à necessidade de otimizar recursos e de potenciar as complementaridades técnicas dos vários museus tendo em vista um desenvolvimento consistente.

No futuro, gostaríamos que fosse maior o incentivo e apoio à criação de redes regionais que possibilitem uma permuta de sinergias para que o impacto dos Museus seja mais profundo e reconhecido na sociedade, também enquanto gerador de receita e estímulo para o desenvolvimento local.

Museu da Administração Local, Lisboa

Uma maior dotação financeira da RPM (mais verbas) é, como se referiu anteriormente, uma das temáticas que ganha relevância no inquérito de 2011, com 15 comentários/sugestões. O efeito multiplicador do investimento em cultura é usado como argumento para a urgência de um reforço da dotação financeira da RPM.

A RPM é um excelente instrumento para a elevação da qualidade dos museus. Sofre da falta de recursos, que é desejável que venham a ser reforçados, mesmo no atual contexto de crise (ou até devido a ele), dado que a RPM opera investimentos seletivos e com efeitos multiplicadores.

Museu da Administração Local, Centro

Numa estratégia a longo prazo a falta de recursos financeiros pode comprometer todas as ações da RPM, a sua ligação aos museus e conseqüente qualificação dos museus portugueses.

Museu da Administração Central, Lisboa

As sugestões recolhidas apelam veementemente para a continuidade do ProMuseus e para que, em edições futuras, sejam abrangidas áreas de apoio que, embora previstas no Regulamento, não foram ainda contempladas (designadamente Estudo e investigação). Como se disse anteriormente, entre os dois momentos de inquirição diminuiu consideravelmente o número de depoimentos sobre a continuidade da RP6⁶. De facto, esta questão parece ter-se esbatido uma vez concretizada a integração da estrutura da RPM na orgânica do IMC. Mas esta nova realidade motivou outras preocupações relacionadas com o que se considera ser uma perda de autonomia com conseqüências na diminuição de capacidade operativa. Disto dão conta depoimentos classificados na categoria Relação RPM/IMC.

A RPM tem vindo a perder autonomia estratégica e operacional, convertendo-se cada vez [mais] em mero serviço do IMC. Esta evolução causará a sua morte a prazo. Importa regressar ao sentido original da RPM: uma rede de museus, não hierárquica e autónoma, sendo o programa e avaliação das atividades feita pelos próprios museus e garantindo os serviços centrais do Estado “apenas” o secretariado. A extinção do portal Internet próprio, do Centro de Recursos próprio e talvez do Boletim próprio são alguns sinais desta degradação. O ProMuseus 2010 amplificou-a e deu-lhe visibilidade pública. É urgente iniciar novas frentes de aprofundamento da RPM: redes regionais e redes temáticas. O reforço das competências das DRCs nestes domínios representa outra forma de menorização e descaraterização da RPM.

Museu da Administração Central, Lisboa

Penso que a RPM tem gradualmente vindo a perder autonomia e independência no seio do IMC e, assim, vai diminuindo a sua relevância no que diz respeito ao importantíssimo

⁶De 31 em 2004 para 6 em 2011, como se pode verificar no quadro 6.26.

papel regulador e de referência que teve em tempos. No futuro imediato julgo que isso será difícil de recuperar, mas penso que devemos caminhar a médio e longo prazo para uma RPM com a autonomia e independência que tinha no início da sua criação.

Museu da Administração Central, Lisboa

Devo esclarecer que eu desde a primeira hora manifestei o meu desagrado e preocupação pela integração da estrutura da Rede Portuguesa de Museus no IMC. Continuo a achar que a RPM deveria ser uma estrutura autónoma de credenciação de qualquer tipo de Museu, mantendo um corpo de técnicos que fariam o trabalho de campo com o apoio, quando necessário, de Técnicos dos Museus do IMC da especialidade.

Museu da Administração Central, Lisboa

A categoria denominada Sensibilização das tutelas reúne (3) comentários em que os responsáveis dos museus sugerem um papel mais interventivo da RPM, designadamente no que diz respeito ao cumprimento de requisitos de credenciação (quadros de pessoal) e à necessidade de recorrer a profissionais de museologia (técnicos qualificados).

Sugerimos o reforço do papel da RPM no âmbito da valorização e da especialização dos profissionais nas várias vertentes museológicas. Por um lado, através do aumento das oportunidades de formação, nomeadamente com mais ações e diversificando as áreas de formação. Por outro, sensibilizando e estimulando as tutelas a recorrer a profissionais qualificados, mediando parcerias entre estas e as instituições de ensino na área da museologia.

Museu da Administração Local, Centro

De entre os comentários e sugestões recolhidos, 9 apelam para uma maior atenção dos museus tutelados pela Administração Central. Como seria de prever, trata-se, na sua maioria, de respostas deixadas por responsáveis por Museus (e palácios) tutelados pelo IMC.

Enquanto Palácio Nacional, com uma tutela recente do IMC, sentimo-nos um pouco à margem da RPM.

Museu da Administração Central, Lisboa

De uma maneira geral, a atuação da RPM tem-se sentido, neste museu do IMC, de uma forma discreta. (...) Quanto aos museus nacionais e regionais da esfera do IMC, poderia haver maior destaque em termos de divulgação dado que se pretende que estas mesmas instituições sejam referência para os restantes museus.

Museu da Administração Central, Centro

Vários são os comentários referentes à credenciação dos museus. Apesar de se salientar a importância deste processo para a qualificação dos museus, são apontadas diversas críticas que vão no sentido de um controlo mais efetivo: exigência nos critérios de credenciação; vinculação dos pareceres emitidos, etc.

A RPM tem mostrado cada vez menos exigência na credenciação de museus. Não lhe auguro bom futuro.

Museu de Privados, Lisboa

Julgo que seria importante que a Rede verificasse o cumprimento dos critérios de adesão à mesma, conseguindo discernir quando os museus criam quadros que se ficam pela criação formal, mas não são preenchidos e nem sequer são supridos pelo funcionamento de estruturas alternativas.

Museu da Administração Local, Norte

Constata-se que a política de ação da RPM apenas se tem centrado nos museus a credenciar, os outros, os museus de “transição” pouco ou nada beneficiaram.

Museu da Administração Central, Centro

Os pareceres emitidos deveriam ser mais vinculativos para terem mais respeitabilidade.

Museu da Administração Central, Norte

Os (4) comentários e sugestões que mencionam as visitas técnicas enquadradas-nas como significativo impulso para o desenvolvimento da relação de proximidade da RPM com os museus que a integram e como um importante passo para o desenvolvimento do trabalho em rede. Neles se apela para que as visitas técnicas aos museus credenciados ocorram com maior frequência e que incidam sobre as deficiências de cada museu.

Sugiro que se estabeleça uma maior relação de proximidade com os museus da RPM, principalmente os pequenos museus, de forma a incentivar a sua qualificação nas mais diversas áreas. Esta relação de proximidade pode ser intensificada através de reuniões mais restritas e de visitas técnicas específicas e relacionadas principalmente com as deficiências de cada Museu.

Museu da Administração Local, Alentejo

O trabalho da RPM tem sido muito importante e estruturante do tecido museológico nacional, falta agora estimular o desenvolvido do trabalho na Rede, para isso, acho importante o fomento de visitas temáticas/transversais a museus, para que este trabalho em rede seja também entre profissionais e deixe de ser apenas uma rede informal de espaços museológicos credenciados.

Museu da Administração Local, Centro

Embora seja sentida a necessidade da RPM continuar a promover regularmente encontros, colóquios e seminários, as sugestões recolhidas transmitem ainda uma outra preocupação: a de realização de encontros de trabalho mais restritos (circunscritos a uma única região, como aliás ocorreu em 2010 e 2011), com temáticas mais limitadas de forma a permitir uma efetiva partilha de recursos, conhecimentos e experiências.

Manter os encontros de trabalho entre a RPM e os Museus da Rede nas várias regiões CCDR, eventualmente com sessões temáticas.

Museu da Administração Local, Alentejo

Reuniões periódicas com a Rede de Museus do Algarve e outras redes regionais, partilha de recursos informativos, de documentação, formativos, de investigação e de programação em rede.

Museu da Administração Local, Algarve

Encontros entre Museus sob a mesma temática para partilha de conhecimentos e experiências.

Museu da Administração Local, Lisboa

Quanto às relações com os (velhos e novos) média, sugere-se o desenvolvimento da promoção dos museus

e de melhores canais de informação sobre as atividades da Rede bem como o estabelecimento de convénios com órgãos de comunicação social de forma permitir, com regularidade, a divulgação dos museus na televisão, rádio e imprensa.

Outra área que deve ser apoiada e desenvolvida prende-se com a utilização da Web 2.0 e social media (Youtube, Twitter e Facebook) na promoção da missão dos Museus.

Museu da Administração Local, Lisboa

Conseguir fazer com que a comunicação social fale muito mais da ação da Rede, para ajudar a fazer passar a ideia de que os museus portugueses estão a mudar.

Museu da Administração Central, Norte

Achamos de fundamental importância a ação da RPM no sentido da divulgação e publicidade dos museus junto do público em geral, particularmente uma maior intervenção nos meios da comunicação social privilegiando a televisão, excelente meio de expansão.

Museu de Privados, Norte

Também relacionada com a estratégia comunicacional/informativa da RPM está a página da Internet da RPM. Os comentários recolhidos (3) lamentam o facto de a RPM ter deixado de ter um portal próprio (ver atrás ponto 5.3.2) e apelam para uma reformulação da informação disponibilizada on-line.

Outros comentários e sugestões apontam para temáticas diversificadas como a necessidade de maior articulação da RPM com as Direções Regionais de Cultura (por exemplo quanto a formação, recursos, organização de eventos) e para o reforço dos recursos humanos e logísticos afetos à RPM, entre outros.

7

**INDICADORES GLOBAIS DE EVOLUÇÃO DO PANORAMA
MUSEOLÓGICO**

Neste capítulo analisa-se a evolução do *Panorama Museológico* à luz de indicadores construídos para medir a qualificação dos museus ao longo do tempo. No primeiro momento retomam-se os dois modelos definidos no *Inquérito aos Museus em Portugal* designados *Minimal* e *Desenvolvimento*. No segundo momento aborda-se o grau de conformidade dos museus com um conjunto de regulamentos, normas e planos referidos e recomendados na Lei Quadro dos Museus Portugueses. Em ambos a fonte primária de informação é o IMUS.

7.1. Dois modelos de aferição

No *Inquérito aos Museus em Portugal* foram construídos dois indicadores sintéticos, designados modelos *Minimal* e *Desenvolvimento*, cujos objetivos e lógica de construção constam do ponto designado “o tecido museológico nacional numa perspetiva de rede” (Santos e Neves, 2000: 156-162) e cujos traços gerais aqui se recuperam. Os dois modelos têm diferentes níveis de exigência, um mais adequado ao (então) tecido museológico português, o *Minimal*, e um outro, mais exigente, o modelo *Desenvolvimento*. Para a sua construção foram selecionados dois conjuntos alargados de critérios com graus de exigência relativamente modestos de modo a estabelecer mínimos denominadores comuns realistas: sete no primeiro e

catorze no segundo (ver adiante quadros 7.1 e 7.3). Em ambos a condição de classificação é o cumprimento de todos os critérios.

Estes modelos mostraram-se relevantes na aferição da evolução do *Panorama Museológico* uma vez que podiam ser atualizados. E, embora não se trate propriamente de um sistema de indicadores de qualidade¹, tinham a preocupação de medir os níveis de qualificação dos museus portugueses, em linha, aliás, com os objetivos da própria RPM.

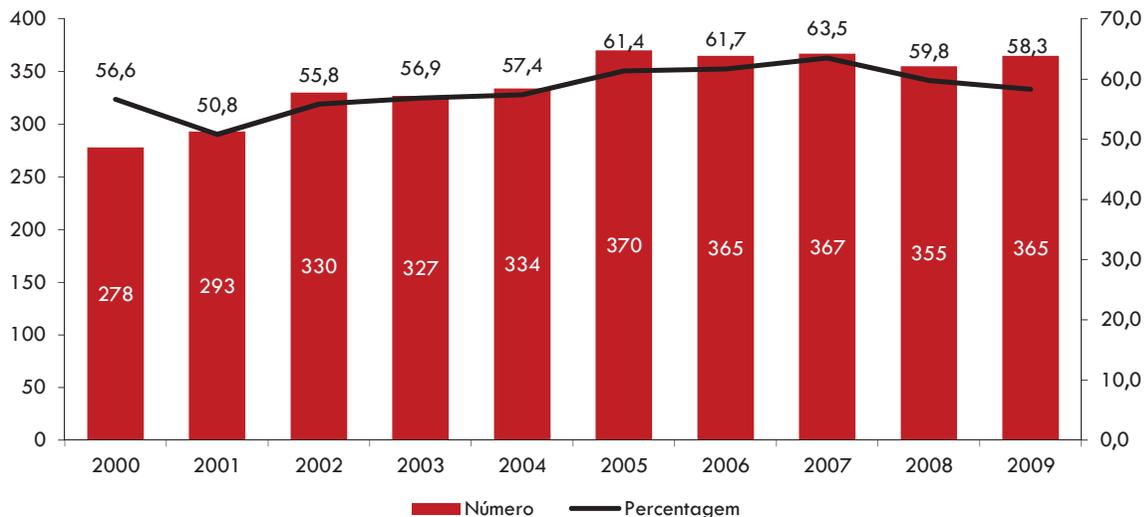
Os dois modelos de aferição foram, pois, retomados no anterior *Panorama* com a vantagem acrescida de uma perspetiva diacrónica alargada (Santos, Neves, Santos e Nunes: 2005: 64-67). Os resultados obtidos permitiram concluir que se deu uma evolução significativamente positiva de 1998 para 2002, patente nos resultados dos dois modelos mas mais acentuadamente no mais exigente. De facto, ao passo que em 1998 satisfaziam o modelo *Minimal* 29% (152 museus) e o *Desenvolvimento* 9% (50) dos museus então recenseados e analisados (530), em 2002 eram já 56% (330 museus) no *Minimal* e 22% (131) no modelo *Desenvolvimento* (dos 591 casos então em análise).

Na presente edição do *Panorama* procurou-se também retomar os modelos para o período em análise. Quanto ao *Minimal* foi possível cumprir esse objetivo mas quanto ao modelo *Desenvolvimento* isso apenas foi possível até 2006 uma vez que um critério foi

¹ A propósito da gestão da qualidade em museus ver, entre outros Sani (2010), Victor (2005) e Negri, Niccolucci e Sani (2009).

Gráfico 7.1

Museus que correspondem ao modelo Minimal por Ano (2000-2009)
(número e percentagem)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.



Quadro 7.1

Museus que correspondem ao modelo Minimal por Critério e por Ano (2003, 2006 e 2009)

(percentagem do número de casos)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Exemplo de leitura:
Em 2003, 95,5% dos 575 museus inquiridos cumpriam o critério de Funcionamento permanente ou sazonal.

Critério	Ano		
	2003	2006	2009
Funcionamento permanente ou sazonal	95,5	97,8	96,6
Conservador ou técnico superior	76,0	81,1	83,2
Sala ou espaço de exposição	99,5	99,7	99,5
Salas para outras funções	87,3	90,2	81,3
Inventário sumário	88,5	89,9	90,4
Orçamento anual próprio	81,9	84,0	85,1
Atividades orientadas para os visitantes	93,9	93,2	92,3
Número de casos	575	592	626

antes regista frequentes movimentos de sentido contrário, movimentos que não parecem estar necessariamente relacionados com a base numérica. A análise em percentagem confirma esta evolução oscilante. Apesar de a percentagem de museus no modelo nunca descer abaixo dos 51% (em 2001), o máximo registado (64%) reporta-se a 2007, baixando depois até atingir 58% em 2009. Como se pode observar no quadro 7.1, do ponto de vista dos critérios individualmente considerados, *Funcionamento permanente ou sazonal*, *Sala ou espaço de exposição*,

Inventário sumário ou *peças inventariadas* e *Atividades orientadas para os visitantes* são os que registam, e de modo continuado, os valores mais elevados. Na ótica da evolução ao longo do período em apreço, a de sentido positivo situa-se nos itens *Conservador ou técnico superior*, destacadamente, mas é visível também em *Orçamento anual próprio* e *Inventário sumário* ou *peças inventariadas*. Pelo contrário, *Salas para outras funções* destaca-se pelo decréscimo percentual de 2006 para 2009 e portanto é o critério que mais contribui para a diminuição do valor total do modelo minimal. Os demais critérios pautam-se pela estabilidade das respetivas percentagens, pelo menos tendo em conta os anos limite do período.

7.1.1. Modelo Minimal

Feita esta nota passa-se seguidamente em revista os resultados disponíveis. No que toca ao Minimal, os dados globais mostram que, considerando os anos de 1998, 2000 e 2009, se evidencia um forte aumento em número de museus que preenchem o modelo: de 278 em 2000 e para 365 em 2009, ou seja, regista-se um aumento de 87 unidades no período em apreço (gráfico 7.1). Mas observa-se igualmente um outro dado que relativiza esta conclusão, é que o aumento não é linear

Voltando aos resultados globais deste modelo Minimal torna-se relevante identificar que alterações se deram de 2003 para 2009 (com uma referência a 2006 para estabelecer comparações com o modelo Desenvolvimento) por Tutela, Tipo, Região, museus integrados na RPM e Ano de abertura (quadro 7.2).

Do ponto de vista da Tutela talvez o aspeto que mais se destaca é o decréscimo, embora ligeiro, verificado na Administração Local (de 58% em 2003 para 56% em 2009). Quanto ao Tipo é possível constatar que estão presentes movimentos de sentido contrário e num número de tipos próximo: em seis decresceu (com destaque para os Museus de Ciências Naturais e de História Natural, oito pontos percentuais), em cinco cresceu (em particular nos Museus de Ciência e de Técnica com uns significativos 29 pontos percentuais). Quanto à Região será de referir as quebras registadas em três, entre elas Lisboa (menos três pontos percentuais) e, pelo contrário, os acréscimos significativos das regiões Açores (mais oito pontos) e Centro (mais sete pontos). Na ótica dos museus integrados na RPM regista-se apenas um ligeiríssimo decréscimo e, por fim, quanto ao Ano de abertura, importa anotar o facto de os decréscimos se verificarem apenas em dois dos escalões, um deles (talvez o dado mais significativo) nos museus que abriram já no presente século.

7.1.2. Modelo Desenvolvimento

Relativamente ao modelo Desenvolvimento, de acordo com os dados globais e considerando os anos de 1998, 2000 e 2006, evidencia-se um aumento significativo do número de museus que preenchem o modelo: de 50 em 1998 passam para

Variáveis	Ano		
	2003	2006	2009
Total	56,9	61,7	58,3
Tutela			
Administração Central	74,3	73,5	84,1
Governos Regionais	87,0	95,2	90,5
Administração Local	58,4	61,8	55,9
Privados	44,0	52,9	48,9
<i>Não Lucrativos</i>	47,0	53,8	50,6
<i>Lucrativos</i>	34,6	50,0	41,0
Tipo			
Arte	61,7	63,4	57,8
Arqueologia	55,9	61,8	56,3
História	53,7	67,9	53,0
Ciências Naturais e de História Natural	76,2	88,2	66,7
Ciência e de Técnica	41,9	60,5	71,4
Etnografia e de Antropologia	36,9	40,0	44,4
Especializados	55,9	59,4	51,9
Território	60,0	76,9	62,5
Mistos e Pluridisciplinares	76,4	71,7	74,4
Outros	11,1	33,3	10,0
Monumentos Musealizados	65,0	68,4	-
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	82,4	85,0	95,0
Região			
Norte	57,4	63,8	58,5
Centro	49,7	56,4	56,5
Lisboa	71,4	72,0	67,5
Alentejo	55,7	62,7	54,2
Algarve	35,0	34,1	40,5
Açores	43,5	54,5	51,7
Madeira	81,8	79,2	73,9
RPM			
Museus integrados	89,5	85,6	88,5
Ano de abertura			
Antes de 1899	90,0	94,4	100,0
1900-1929	85,7	84,6	84,6
1930-1969	66,2	68,1	67,6
1970-1979	62,2	67,7	64,3
1980-1989	48,8	53,8	58,3
1990-1999	51,5	58,4	55,2
2000-2009	56,4	59,5	51,5
Não resposta	25,0	60,0	33,3

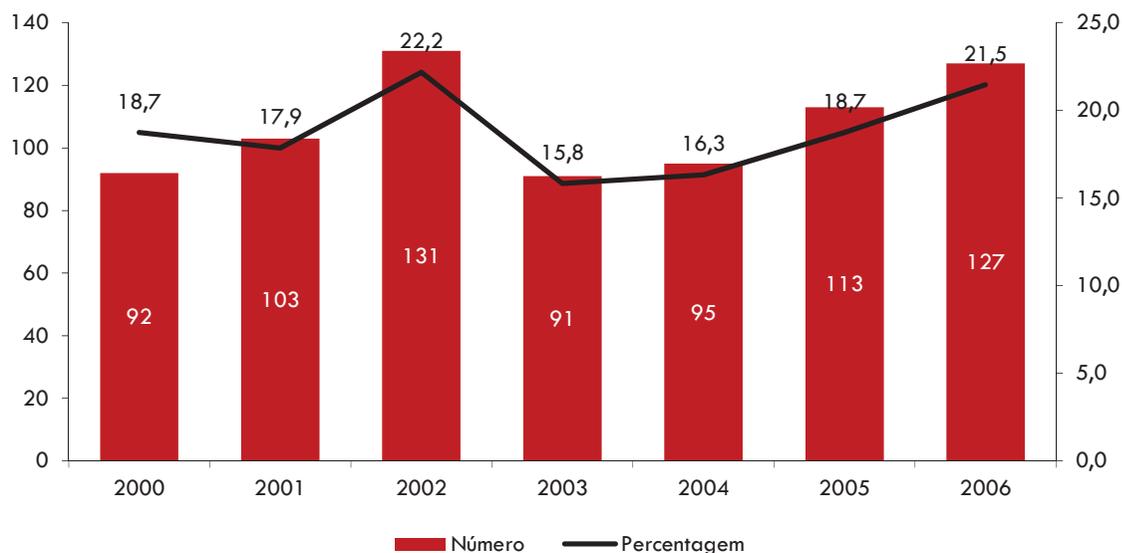
Quadro 7.2
Museus que correspondem ao modelo Minimal por Tutela, Tipo, Região, RPM e Ano de abertura por Ano (2003, 2006 e 2009)

(percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Exemplo de leitura:
em 2003, 74,3% dos museus tutelados pela Administração Central correspondiam ao modelo Minimal.

Gráfico 7.2
Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Ano (2000-2006) (número e percentagem)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.



Quadro 7.3
Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Critério e por Ano (2003 e 2006) (percentagem do número de casos)
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Exemplo de leitura: Em 2003, 95,5% dos 575 museus inquiridos cumpriam o critério Funcionamento permanente ou sazonal.

Critério	Ano	
	2003	2006
Funcionamento permanente ou sazonal	95,5	97,8
Conservador ou técnico superior	76,0	81,1
Sala ou espaço de exposição	99,5	99,7
Salas para outras funções	87,3	90,2
Inventário sumário	88,5	89,9
Orçamento anual próprio	81,9	84,0
Atividades orientadas para os visitantes	93,9	93,2
Sistemas de segurança (antirroubo e anti-incêndio)	44,5	52,9
Serviços de acolhimento ao público	62,8	68,8
Instalações definitivas	87,7	89,5
Relações com o exterior (parcerias ou publicidade)	72,2	75,7
Publicação ou edição (folheto/desdobrável)	71,5	75,7
Informação do nome nos itinerários culturais da área	92,7	90,7
Serviços educativos	48,9	52,4
Número de casos	575	592

acréscimo verificado em 2006 não chega para ultrapassar o verificado em 2002. A análise em percentagem do total de museus confirma essa evolução: a diferença entre o valor registado em 2006 (21,5%) e o verificado em 2002 (22,2%) não chega a um ponto percentual.

Do ponto de vista dos critérios individualmente considerados, *Salas para outras funções* e *Funcionamento permanente ou sazonal*, são aqui os critérios com maior peso, aqueles que praticamente todos os museus cumprem (entre 96% e 100%) (quadro 7.3). Pelo contrário, *Sistemas de segurança (antirroubo e anti-incêndio)* e *Serviços educativos* são os que evidenciam os valores mais baixos (entre os 45% e os 53%). Quanto à evolução no período em análise, na generalidade os critérios registam evoluções positivas mas a nota mais saliente é a baixa amplitude das variações. Em contraciclo, um (único) critério

regista um decréscimo percentual digno de destaque, *Informação do nome nos itinerários culturais da área*. O cruzamento com as variáveis de caracterização mostra que a principal conclusão a tirar é o aumento generalizado em todas as categorias das

regista um decréscimo percentual digno de destaque, *Informação do nome nos itinerários culturais da área*. O cruzamento com as variáveis de caracterização mostra que a principal conclusão a tirar é o aumento generalizado em todas as categorias das

percentagens dos museus que cumprem o conjunto dos critérios em causa (quadro 7.4). Mas esse aumento apresenta clivagens muito relevantes entre várias categorias analíticas.

Quanto à Tutela o crescimento é particularmente evidente nos Governos Regionais (mais 48 pontos percentuais, de 4% para 52%). Quanto ao Tipo, para além de aumentos muito significativos (exemplos dos museus de Ciências Naturais e de História Natural com mais 10 pontos percentuais e de Arte com mais nove), importa registar ainda um dos raros casos que decrescem, Arqueologia (menos três pontos percentuais). Quanto à Região o forte aumento percentual registado em duas delas (as regiões dos Açores e da Madeira com mais vinte e três e trinta e sete pontos percentuais, respetivamente) contrasta com o decréscimo, ainda que ligeiro, da Algarve (menos cinco pontos). Os museus integrados na RPM registam um acréscimo significativo (de nove pontos). E, na ótica do Ano de abertura, é visível que em todos os escalões se verificaram aumentos percentuais sendo aqui talvez de destacar o acréscimo verificado nos museus de abertura mais recente (2000-2009), de oito pontos percentuais.

Se se tiver em conta a evolução registada de 2003 para 2006 (como já se referiu os anos limite em que esta análise é possível) pode dizer-se que, ao contrário do modelo Desenvolvimento, que, no conjunto das categorias, apenas se regista uma quebra na região algarvia, no modelo menos exigente (Minimal) são visíveis quebras em várias delas, que oscilam entre um e quatro pontos percentuais: Administração Central, Museus Mistos e Pluridisciplinares, Algarve e Madeira, RPM e nos museus que abriram entre 1900 e 1929 (ver atrás quadro 7.2).

Em suma, esta análise longitudinal permite concluir pela melhoria dos níveis de qualificação dos museus em Portugal uma vez que aumentou o número de museus que cumprem o conjunto de critérios considerados, o que é muito evidente no modelo Desenvolvimento. Mantêm-se, contudo,

Variáveis	Ano	
	2003	2006
Total	15,8	21,5
Tutela		
Administração Central	31,7	39,2
Governos Regionais	4,3	52,4
Administração Local	12,4	17,5
Privados	13,3	14,8
<i>Não Lucrativos</i>	15,7	16,4
<i>Lucrativos</i>	5,8	9,6
Tipo		
Arte	22,6	31,7
Arqueologia	14,7	11,8
História	14,8	18,9
Ciências Naturais e de História Natural	19,0	29,4
Ciência e de Técnica	29,0	30,2
Etnografia e de Antropologia	4,5	7,6
Especializados	23,7	26,6
Território	13,3	15,4
Mistos e Pluridisciplinares	13,5	19,6
Outros	0,0	0,0
Monumentos Musealizados	20,0	31,6
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	11,8	25,0
Região		
Norte	19,6	22,1
Centro	9,8	18,6
Lisboa	32,8	34,4
Alentejo	4,3	6,7
Algarve	10,0	4,9
Açores	0,0	22,7
Madeira	4,5	41,7
RPM		
Museus integrados	36,0	44,9
Ano de abertura		
Antes de 1899	15,0	33,3
1900-1929	39,3	50,0
1930-1969	19,5	25,0
1970-1979	13,5	25,8
1980-1989	10,4	16,0
1990-1999	15,3	17,4
2000-2009	14,1	22,1
Não resposta	25,0	20,0

Quadro 7.4
Museus que correspondem ao modelo Desenvolvimento por Tutela, Tipo, Região, RPM e Ano de abertura por Ano (2003 e 2006) (percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Exemplo de leitura: em 2003, 31,7% dos museus tutelados pela Administração Central correspondiam ao modelo Desenvolvido.

algumas oscilações quanto ao cumprimento dos vários critérios, o que é muito nítido no modelo Minimal. Permite também identificar aqueles critérios e categorias em que a evolução é mais frágil. Contudo, dadas as limitações patentes nos dados do modelo Desenvolvimento, a leitura destas conclusões deve ser feita com algumas cautelas.

7.2. Regulamentos, normas e planos

A Lei Quadro dos Museus Portugueses estabelece em vários dos seus artigos um conjunto de documentos, orientações e instrumentos que os museus devem dispor em diversas áreas do seu funcionamento. Tendo isso em conta, na reformulação de 2006 do IMUS foi incluído, no módulo trienal, um grupo de questões designado Regulamentos, normas e planos². Visava aferir o grau de conformidade relativamente a dez itens. Em todos eles se solicita uma resposta de acordo com a seguinte escala: (1) dispõe e está atualizado; (2) dispõe, mas precisa de atualização; (3) não dispõe mas está em elaboração ou em curso; (4) não dispõe, nem está previsto (INE, 2008: 205).

Os itens considerados têm diferentes níveis de formalização, mesmo considerando apenas o corpo da Lei. Por exemplo, quanto ao regulamento explicita-se quais as matérias que deve contemplar, ao passo que – para manter um registo ilustrativo – os estudos de públicos são referidos apenas de um modo genérico e portanto abertos a várias interpretações³. Independentemente disso, os resultados apurados permitem avançar desde já com alguns elementos suscetíveis de contribuir para o conhecimento do grau de conformidade dos museus relativamente a questões centrais da Lei Quadro com a vantagem acrescida da possibilidade de comparação dos resultados de 2007 com os de 2010.

Assim, um primeiro dado é que em 2007 apenas 20 museus (4% do total em análise) dispõem, ainda que

a necessitar de atualização, do conjunto dos 10 itens. Em 2010 o número e a percentagem correspondentes passam para 34 (5% do total). Se é verdade que se verifica uma evolução positiva, é igualmente verdade que ela é pouco significativa. Se se adotar a perspectiva dos itens considerados obrigatórios para a credenciação dos museus pela RPM (quatro dos dez⁴) os resultados variam significativamente: em 2007 são 90 (16% do total de museus) e em 2010 são 135 (21% do total). Ou seja, mais uma vez, a evolução é positiva mas está ainda longe a generalização ao conjunto dos museus.

Numa análise desagregada, ainda tendo em conta as respostas dos que dispõem de cada um dos itens, constata-se que o mais difundido é o Inventário museológico, a larga distância do que reúne o valor relativo mais próximo, Programa de atividades educativas. No pólo oposto o item menos difundido é o Programa de formação profissional (gráfico 7.3).

A comparação entre 2007 e 2010 revela que a hierarquia percentual é sensivelmente idêntica e que, de forma mais ou menos expressiva, se verifica na generalidade dos itens um aumento das respetivas percentagens, com exceção de Estudo de públicos que permanece praticamente inalterado.

De modo mais detalhado, considerando integralmente a escala utilizada, os resultados de 2007 revelam alguns outros dados significativos (gráfico 7.4): o Programa de atividades educativas é o que mais museus dispõem atualizado (47%); o Inventário museológico é aquele de que mais museus dispõem, mas é também o que mais carece de atualização (39%); o Regulamento do museu é o mais referido como estando em elaboração (28%); e o Programa de formação profissional é aquele de que os museus mais se alheiam (63% Não dispõe, nem está previsto), seguido de perto por Estudo de públicos (54%).

A comparação dos resultados desagregados de 2007 com os de 2010 (gráfico 7.5) permite avançar alguns outros dados, em particular quanto às necessidades

² Na mais recente reformulação do IMUS este grupo de questões foi retirado (INE, 2012: 4) pelo que não serão possíveis novas comparações.

³ Em todo o caso, os relatórios técnicos da DCQM do IMC para a SMCR/CNC ilustram bem a diversidade de entendimentos dos museus sobre o que são “estudos de públicos”: “ficha questionário”; “questionário ISO 9001: 2000”; “questionários disponíveis na receção”; “inquérito à população”.

⁴ Os quatro itens obrigatórios na credenciação dos museus pela RPM são: Regulamento; Políticas de incorporação; Normas de conservação; e Plano de segurança.

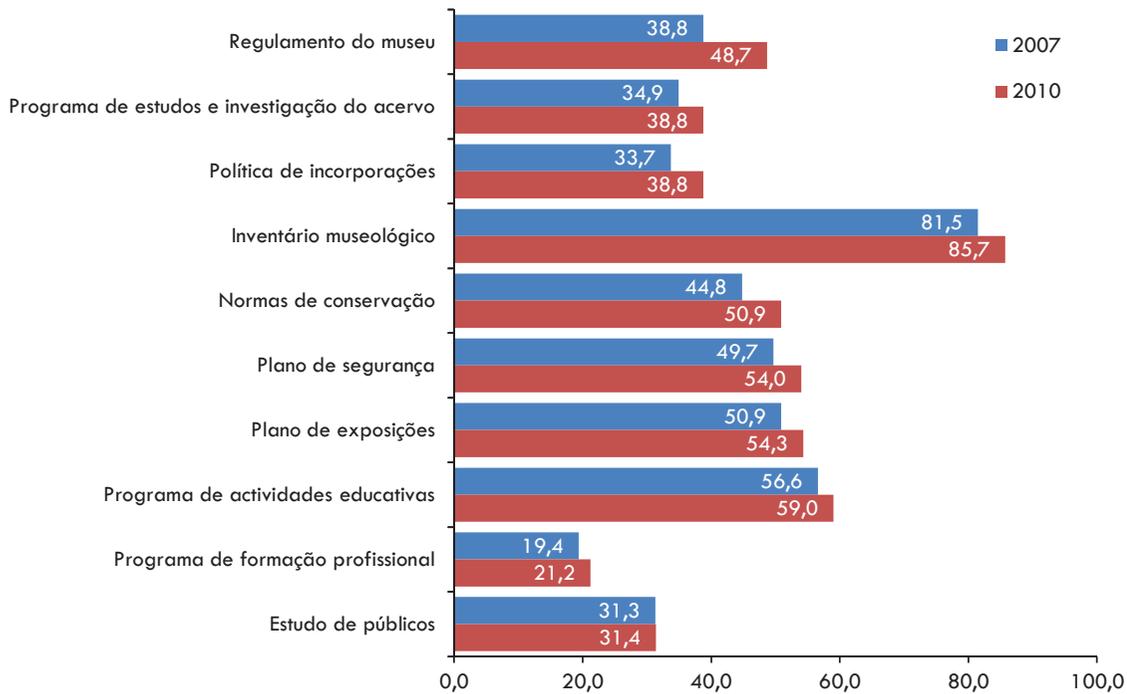


Gráfico 7.3
Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Ano (2007 e 2010) (percentagem)

Fonte: INE, IMUS.

Bases: 578 (2007); 637 (2010).

Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização; ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal.

de atualização e quanto à indisponibilidade, relativa ou absoluta, dos vários instrumentos em causa.

Como seria de esperar a maioria apresenta recuos nas percentagens relativas à necessidade de atualização e à indisponibilidade, mas não todos. Assim, e ainda que os valores percentuais não sejam de grande monta, constata-se um agravamento da necessidade de atualização nos itens Programa de estudos e investigação do acervo, Inventário museológico e Normas de conservação. Constata-se igualmente um agravamento da não existência nos itens Programa de formação profissional e Estudo de públicos.

Importa agora aferir os Regulamentos, normas e planos segundo a Tutela. Mantêm-se a mesma perspectiva (agregação das respostas Dispõe e Dispõe mas precisa de atualização) e comparam-se os resultados de 2007 com os 2010 (quadro 7.5).

Considerados conjuntamente os valores dos dez itens é visível o desnível entre os museus públicos (geralmente mais elevados, em particular os Governos Regionais) e os privados (por norma mais modestos, em particular os

Lucrativos). Embora as percentagens variem significativamente entre tutelas, o mesmo não se verifica quanto às dos itens que cada tutela mais e menos dispõe, e isto nos dois anos em apreço: o Inventário museológico é, em todas as tutelas, o mais elevado, o Programa de formação profissional o mais baixo. A única exceção reporta-se aos Privados Lucrativos que, em 2007, têm nos itens Política de incorporações e Estudo de públicos a percentagem mais baixa (12% em ambos).

Quanto às evoluções verificadas de 2007 para 2010, são talvez mais visíveis se se tiverem em conta os desvios percentuais registados. Como se pode verificar pelo gráfico 7.6, em várias tutelas e na generalidade dos itens as oscilações são significativas e, na maioria dos casos, de sentido positivo.

Por exemplo, na Administração Central a percentagem correspondente ao Regulamento do museu subiu 25 pontos percentuais, na Administração Local 12; nos Governos Regionais o Plano de segurança cresceu 21 pontos; nos Privados Lucrativos o Programa de estudos e investigação do acervo registou um crescimento de 19

Gráfico 7.4

Regulamentos, normas e planos (2007)

(percentagem do número de casos)

N = 578

Fonte: INE, IMUS.

Nota: a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal.

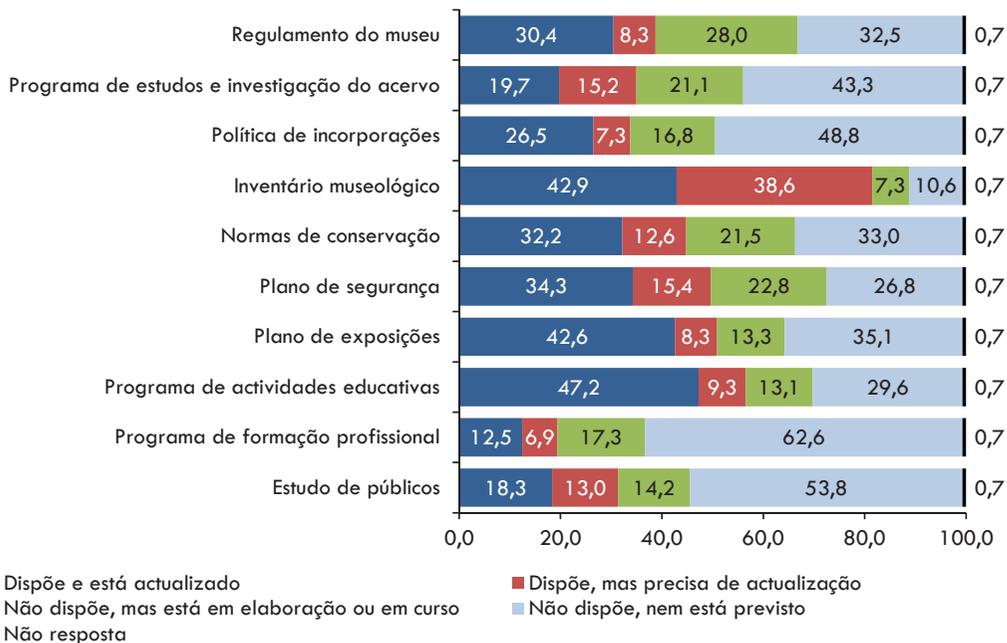


Gráfico 7.5

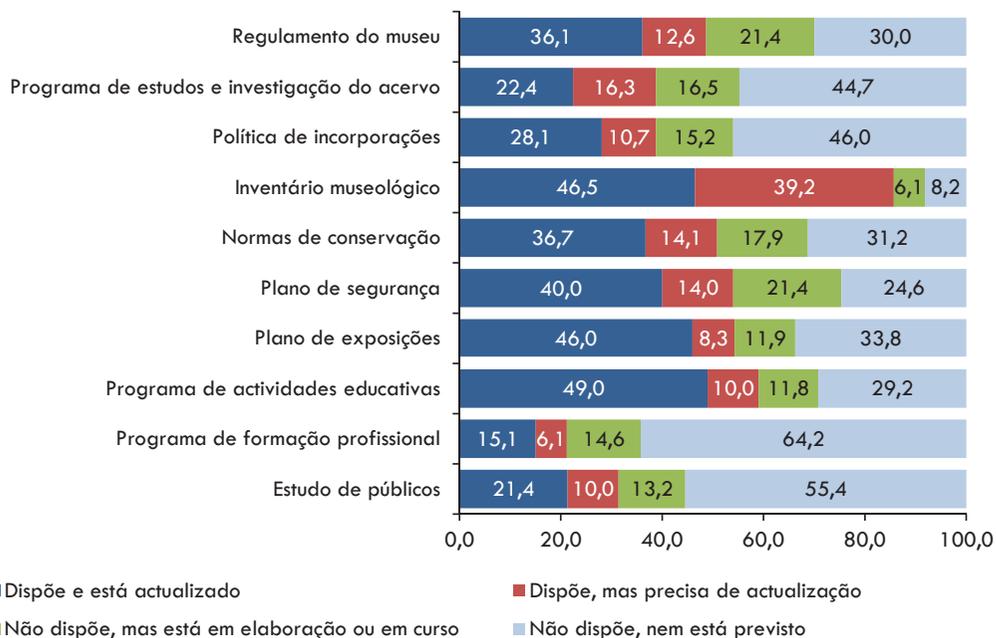
Regulamentos, normas e planos (2010)

(percentagem do número de casos)

N = 637

Fonte: INE, IMUS.

Nota: a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal.



Regulamentos, normas ou planos	Administração Central		Governos Regionais		Administração Local		Privados Não Lucrativos		Privados Lucrativos	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Regulamento do museu	51,8	76,3	72,7	89,5	36,8	48,4	35,5	36,6	19,5	35,7
Programa de estudos e investigação do acervo	48,2	52,6	45,5	47,4	33,7	36,6	33,7	37,1	14,6	33,3
Política de incorporação	47,1	56,6	54,5	73,7	36,0	40,8	26,0	26,9	12,2	28,6
Inventário museológico	92,9	96,1	95,5	94,7	83,1	87,3	75,1	80,1	65,9	76,2
Normas de conservação	50,6	68,4	50,0	68,4	46,0	49,7	43,2	43,5	29,3	52,4
Plano de segurança	49,4	65,8	63,6	84,2	49,0	53,8	49,7	45,2	46,3	59,5
Plano de exposições	63,5	52,6	63,6	78,9	54,0	58,9	43,2	47,8	29,3	40,5
Programa de atividades educativas	69,4	71,1	77,3	68,4	59,8	63,1	46,7	50,5	39,0	40,5
Programa de formação profissional	23,5	30,3	31,8	36,8	19,2	19,4	16,6	20,4	17,1	14,3
Estudo de públicos	43,5	38,2	50,0	42,1	34,5	33,4	22,5	26,3	12,2	21,4

Quadro 7.5
Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela e por Ano (2007 e 2010) (percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Bases: 578 (2007); 637 (2010).

Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização;
ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal.

Exemplo de leitura: em 2007, 51,8% dos museus tutelados pela Administração Central dispõem de Regulamento do museu.

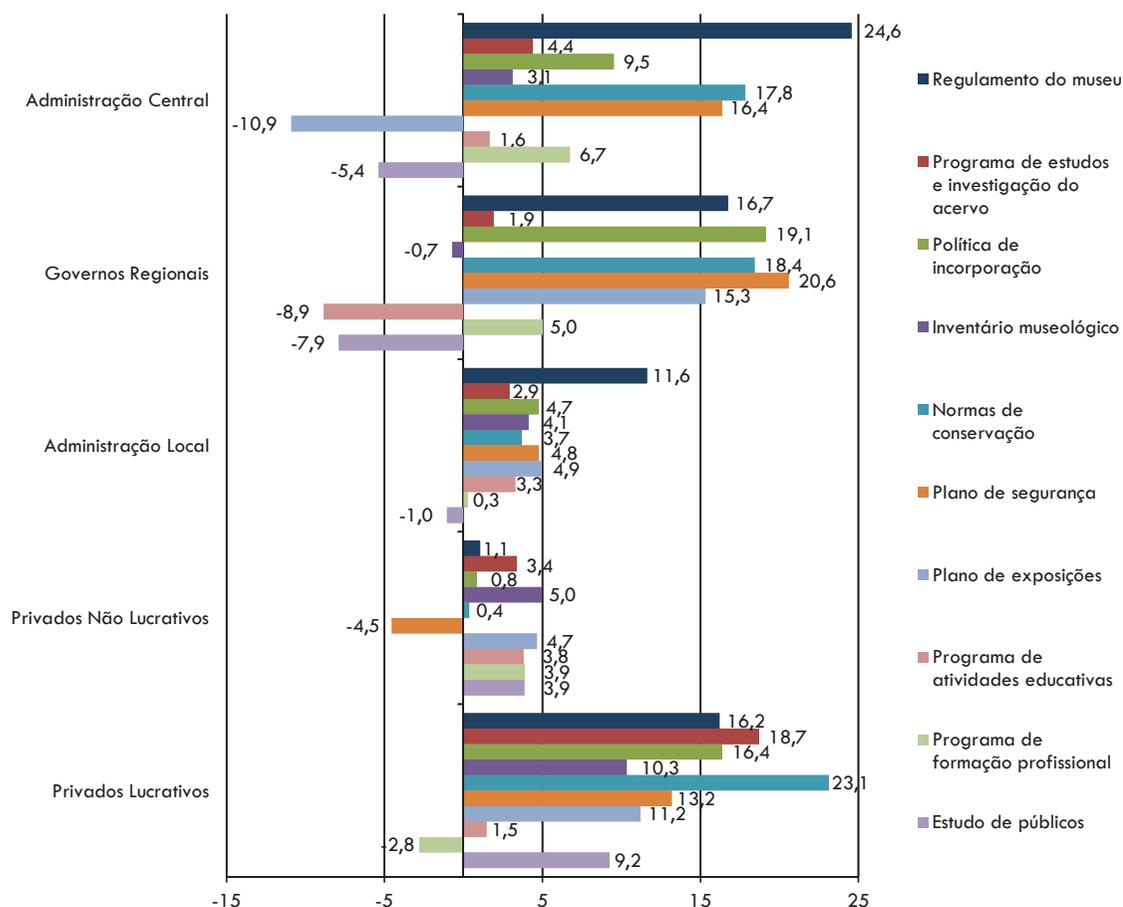


Gráfico 7.6
Museus que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela (diferença entre 2007 e 2010) (percentagem)

N = 578
Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Bases: 578 (2007); 637 (2010).

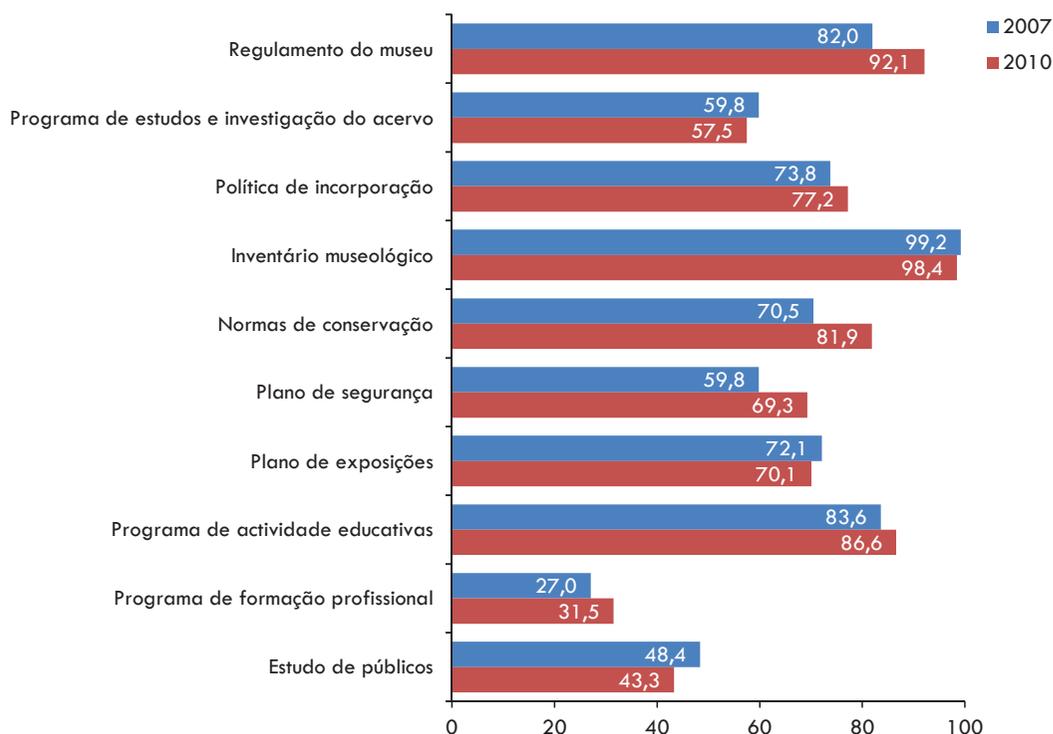
Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização;
ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal.

Gráfico 7.7

Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Ano (2007 e 2010) (percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Bases: 122 (2007); 127 (2010).

Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização; ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal; iii) as bases referidas não coincidem com os museus que integram a Rede.



Quadro 7.6

Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela e por Ano (2007 e 2010) (percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.
Bases: 122 (2007); 127 (2010).

Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização; ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal; iii) as bases referidas não coincidem com os museus que integram a Rede.

Exemplo de leitura: em 2007, 70,0% dos museus da RPM tutelados pela Administração Central dispõem de Regulamento do museu.

Regulamentos, normas ou planos	Administração Central		Governos Regionais		Administração Local		Privados Não Lucrativos	
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010
Regulamento do museu	70,0	92,7	92,9	100,0	85,4	92,5	90,0	84,2
Programa de estudos e investigação do acervo	57,5	56,1	50,0	42,9	58,3	56,6	75,0	73,7
Política de incorporação	62,5	65,9	71,4	78,6	83,3	86,8	75,0	73,7
Inventário museológico	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	96,2	95,0	100,0
Normas de conservação	60,0	82,9	50,0	78,6	81,3	81,1	80,0	84,2
Plano de segurança	55,0	68,3	64,3	78,6	56,3	66,0	75,0	73,7
Plano de exposições	72,5	53,7	71,4	85,7	75,0	73,6	65,0	84,2
Programa de actividades educativas	80,0	82,9	71,4	71,4	91,7	92,5	80,0	89,5
Programa de formação profissional	30,0	31,7	35,7	35,7	20,8	30,2	30,0	31,6
Estudo de públicos	60,0	39,0	57,1	50,0	35,4	41,5	50,0	52,6

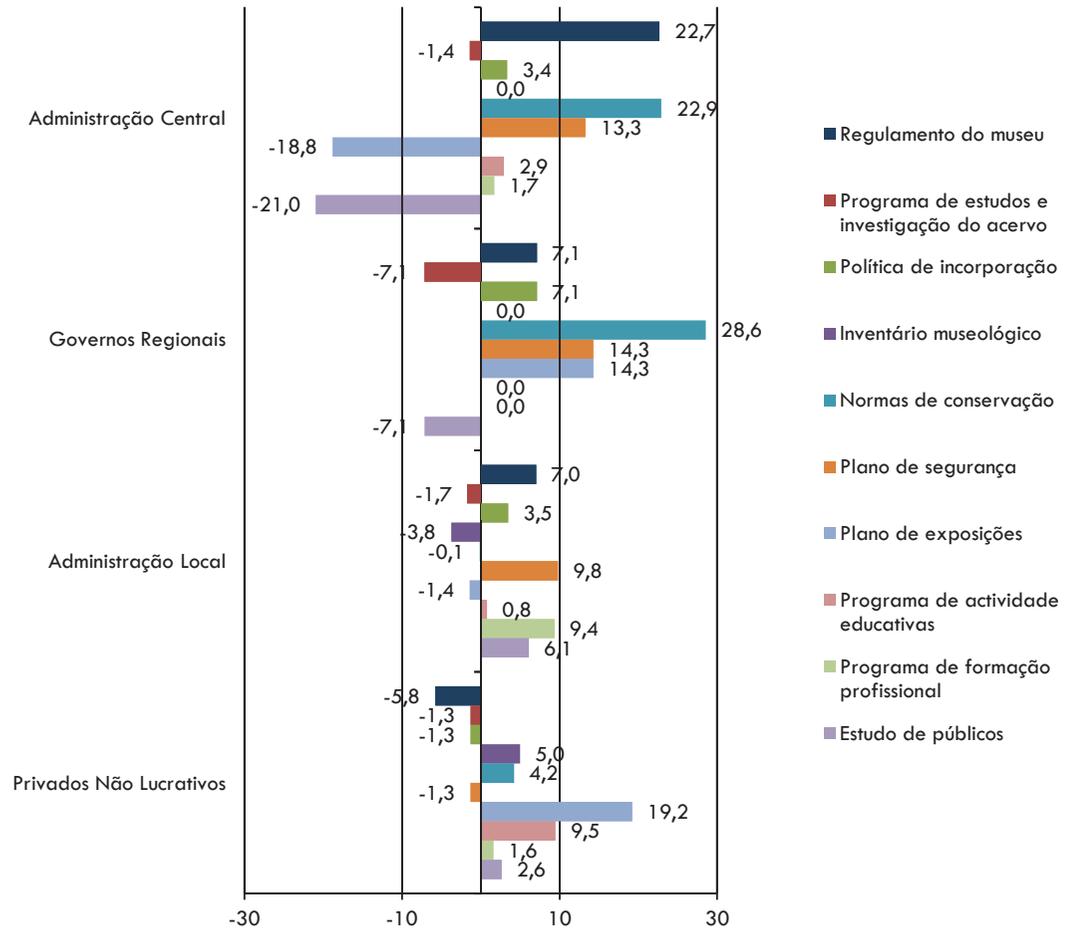
pontos percentuais. A Administração Local e os Privados Não Lucrativos são as tutelas que registam menor diferenciação percentual entre os dois anos considerados. Mas há também evoluções negativas em todas as tutelas, embora num número restrito de itens. No conjunto estas diferenças variam entre -11 pontos percentuais

(Plano de exposições, Administração Central) e -1 ponto (Inventário museológico, Governos regionais, e Estudo de públicos, Administração Local).

Finalmente importa ainda aferir o que se passou com os museus da RPM. Numa primeira abordagem, similar à anteriormente feita para o conjunto dos museus (ver

atrás gráfico 7.3), constata-se que a hierarquia das distribuições percentuais é genericamente a mesma mas as percentagens em causa são, por norma, mais elevadas (gráfico 7.7). Três itens registam aumentos significativos, na ordem dos 10 pontos percentuais: Regulamento; Normas de conservação; Plano de segurança. Porém, constata-se igualmente um outro aspeto que talvez não fosse esperado: ao passo que no universo dos museus não existem variações negativas (com exceção de -0,1 pontos no Estudo de públicos), no conjunto dos museus da Rede não só existem, como incidem em quatro itens, e com valores percentuais com algum significado: Programa de estudo e investigação do acervo (-2 pontos percentuais); Inventário museológico (quase -1 ponto); Plano de exposições (-1 ponto); e Estudo de públicos (-5 pontos percentuais). Mas deve ser referido que nenhum destes itens é obrigatório na credenciação dos museus pela RPM (ver atrás nota de rodapé 4) e que estes registam todos evolução positiva.

Continuando a analisar o conjunto dos museus da Rede, agora do ponto de vista da evolução dos itens por Tutela constata-se, em síntese, o mesmo que para o universo, ou seja, são significativas as oscilações em cada item e em cada tutela, sendo que também nos museus da RPM o item Inventário museológico é aquele que regista as percentagens mais elevadas, frequentemente de 100%, o Programa de formação profissional as mais modestas, entre os 21% e os 36% (quadro 7.6). Os desvios verificados de 2007 para 2010 registam, como seria de supor, alguns acréscimos positivos, alguns relevantes, mas também diminuições em vários itens em todas as quatro tutelas presentes na Rede (gráfico 7.8).



Entre estes últimos os mais importantes situam-se na Administração Central (Estudo de públicos, -21 pontos percentuais, e Plano de exposições, -19 pontos).

As variações negativas ajudam ainda a explicar os decréscimos globais antes referidos. Assim, quanto ao Programa de estudos e investigação do acervo o principal contributo advém dos Governos Regionais (-7 pontos), mas a variação é igualmente negativa nas restantes tutelas. Quanto ao Inventário museológico a variação negativa explica-se pelos -4 pontos percentuais da Administração Local. Relativamente ao Plano de exposições é patente o contributo da Administração Central uma vez que cai, isolada, 19 pontos. E no que se refere ao Estudo de públicos a diminuição explica-se novamente pela Administração Central (-21 pontos), aqui secundada pelos Governos Regionais (-7 pontos percentuais).

Gráfico 7.8
Museus da RPM que dispõem de Regulamentos, normas e planos por Tutela (diferença entre 2007 e 2010) (percentagem)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Bases: 122 (2007); 127 (2010).

Notas: i) percentagens resultam das respostas Dispõe e está atualizado e Dispõe, mas precisa de atualização; ii) a inquirição sobre regulamentos, normas e planos é trienal; iii) as bases referidas não coincidem com os museus que integram a Rede.

NOTAS CONCLUSIVAS

O presente *Panorama Museológico em Portugal* reporta-se à primeira década do século XXI e tem por objetivo dar a conhecer as principais características da evolução verificada, em particular no período não coberto pelo anterior estudo (2000-2003), quanto aos museus e à Rede Portuguesa de Museus (RPM). A metodologia utilizada é essencialmente quantitativa. Tem por fontes centrais o recenseamento (BdMuseus) realizado pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC), o Inquérito aos Museus (IMUS) do Instituto Nacional de Estatística (INE) – fontes utilizadas na construção das séries estatísticas – e o inquérito do OAC aos responsáveis dos museus da RPM. Outras fontes relevantes, presentes ao longo do estudo, são de natureza documental, em particular as decorrentes das atividades da RPM e do IMC.

Antes de passar à exploração dos dados importa situar o contexto em que evoluiu o panorama museológico ao longo da década, questão de que se ocupa o capítulo um. Deste ponto de vista destaca-se a aprovação da Lei Quadro dos Museus e, no tocante às grandes orientações da tutela pública central do sector, a manutenção da RPM – que a Lei Quadro institucionaliza – como o seu principal instrumento de intervenção.

Mais recentemente, já no limiar do período analisado e em plena crise económica e financeira,

desencadeada a nível internacional em 2008, destacam-se entre as políticas públicas do sector dos museus o retorno à concentração dos subdomínios do património num único organismo (a Direção-Geral do Património Cultural) e a contração dos níveis de financiamento. Contudo os efeitos de tais políticas não são identificáveis em toda a sua extensão neste período uma vez que o agravamento da crise a nível nacional é posterior¹. Especificamente quanto à diminuição do financiamento público, o contexto de crise não lhe será alheio mas é igualmente verdade que coincide com o culminar de uma década marcada por patamares elevados de despesas de investimento, em grande medida potenciadas pelos fundos comunitários de que Portugal dispôs, em particular os canalizados pelo Programa Operacional da Cultura (III Quadro Comunitário de Apoio, 2000-2006). Ao nível da administração local as despesas com museus superaram mesmo as direcionadas para o património imóvel.

O estudo permitiu identificar as características da evolução do panorama museológico ao longo da década em várias dimensões. Uma das características – que decorrem do recenseamento permanente cujos resultados foram analisados no capítulo dois – é a tendência para o surgimento de novos museus. Isso é patente nos números dos que já abriram ao

¹ O memorando de entendimento do Estado português com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu data de maio de 2011.

público mas também dos que poderão abrir a curto e médio prazo, ou seja, dos projetos e das intenções de criação de novos museus. Contudo, a observação desta tendência tem subjacentes dois aspetos que importa sublinhar. O primeiro é que se suporta numa noção muito lata de museu, na qual cabem todas as entidades como tal autodesignadas, e portanto reporta-se a um universo muito heterogéneo. O segundo é que nos anos mais recentes vários indicadores mostram sinais de abrandamento – não no número de museus que entraram em funcionamento mas sim nos projetos e nas intenções de criação de novos museus. Ao mesmo tempo, embora com níveis absolutos relativamente baixos, é visível o aumento do número de museus encerrados. Será este um sinal de adequação à Lei Quadro e às crescentes exigências de qualificação dos museus pelo reconhecimento da insustentabilidade dos projetos? Tratar-se-á do resultado de reestruturações promovidas pelas tutelas? Ou será já um sintoma do impacto da crise? As respostas não são ainda claras até porque resultarão, eventualmente, da conjugação de vários fatores.

Duas outras tendências foram identificadas com suficiente clareza: a adoção do modelo polinucleado e conseqüente desdobramento dos núcleos (tendência presente no panorama português desde os anos 1980 mas que recentemente se intensificou); e a multiplicação das formas de articulação em rede.

Os dados de caracterização do universo mais restrito e menos heterogéneo, constituído pelos museus inquiridos no âmbito do IMUS no período 2000 a 2009, conceptualmente delimitado pelas entidades autodenominadas museus, com um funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma pessoa ao serviço e com pelo menos uma sala/espço de exposição (detalhadamente apresentados e analisados no capítulo três), mostram que, no essencial, as principais características (Tutela, Tipo, Região e Ano de abertura) se mantiveram ao longo da década, embora em alguns aspetos se tenham acentuado. Assim, a Administração Local manteve, e reforçou, a sua preponderância entre as tutelas e representa em 2009 quase metade dos museus. De um modo mais geral, impulsionado por este nível administrativo,

o sector público reforçou o seu peso no panorama museológico, embora de forma não muito significativa (de 62% em 2000 para 65% em 2009). Quanto ao Tipo, na segunda metade da década os Museus de Arte ultrapassaram os de Etnografia e de Antropologia e tornaram-se o tipo mais representado, seguido de três outros – Mistos e Pluridisciplinares, Especializados e de História – todos situados acima da fasquia dos 10%. Do ponto de vista regional a distribuição dos museus reflete as tradicionais assimetrias populacionais entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior uma vez que é muito nítida a concentração de museus nas regiões a norte de Lisboa, em particular na região Centro (aquela em que se localiza o maior número), e na faixa litoral. Contudo, isto não significa inexistência ou estagnação no interior do país. A ponderação do número de museus pela população confirma que em geral a evolução é de crescimento, com uma exceção de sentido inverso, o Algarve. Quanto à abertura ao público conclui-se que nos últimos anos se acentuou a juvenildade do panorama museológico português. De facto, constatou-se que em 2009 um em cada três abriu nessa década. E se se somar os que abriram na última década do século XX chega-se a 61% dos museus atualmente abertos ao público.

Relativamente às condições de funcionamento, na vertente dos Recursos humanos e especificamente no Cargo do responsável, manteve-se a hierarquia ao longo da década, designadamente quanto aos mais significativos percentualmente: Diretor (em particular nos museus públicos), seguido de Administrador (maior incidência nos privados) e de Autarca (nos municípios). Uma vez que este último cresceu e o de Diretor diminuiu pode falar-se no aumento de responsabilidade por inerência do cargo e menos especialização nos museus municipais. Em todo o caso, a formação de nível superior dos responsáveis aumentou considerável e transversalmente a todas as tutelas e situa-se nos 91% em 2009. Ainda alguns outros dados significativos a propósito do pessoal são os seguintes: aumentou a percentagem de museus com quadro de pessoal, tanto no total (83% em 2009) como por Tutela; cresceu o pessoal no quadro das

entidades de tutela (4.985 em 2009, mais 1.729 do que no início da década), embora a média por museu se tenha mantido sensivelmente a mesma (10). Tendo em conta o Grupo do pessoal ao serviço constata-se um incremento expressivo da percentagem dos museus com Conservador/técnico superior e, talvez mais significativamente, o que se destaca é (se se utilizar a média por museu) o grupo Outro pessoal técnico (5,3 em comparação com 4,7 de Pessoal auxiliar e operário, que diminuiu quatro décimas face a 2000, e com 3,4 de Conservador/técnico superior, que, pelo contrário, cresceu duas décimas).

Relativamente aos recursos financeiros não é possível avançar outro dado que não a existência, ou não, de orçamento próprio. Esta é uma lacuna de informação importante mas também de difícil solução. A existência de orçamento próprio registou uma evolução positiva embora a percentagem permaneça ainda (bastante) abaixo dos 50%, mais precisamente 42% em 2009. Mas há que registar os avanços positivos da Administração Central (lembre-se que os dados não refletem ainda os efeitos da reestruturação promovida com a criação da DGPC que determinou a centralização dos orçamentos dos museus por si tutelados) e, mais acentuadamente, dos Governos Regionais.

Ainda quanto aos recursos, mas agora informáticos, o desenvolvimento verificado é positivo no arco temporal para o qual existem dados uma vez que os museus com pelo menos um computador passam de 65% para 78% entre 2000 e 2007. O mesmo se passa com a ligação à internet (de 44% sobe para 68%). Contudo, estes dados deixam patente que a margem do que há a progredir é ainda muito elevada face ao que se esperaria na era da sociedade da informação.

Numa outra dimensão, a dos bens dos acervos, mantiveram-se como tipos dominantes mais representados Arte e Etnografia, a que se juntou ultimamente Arqueologia. Um outro dado é que a parte dos museus com vários tipos dominantes de bens é maioritária entre os museus. Se a diversidade de tipos de bens é, portanto, a principal marca dos museus, são visíveis, por outro lado, algumas agregações significativas

quando se consideram conjuntamente os tipos numa análise multivariada. Os três grupos de museus assim identificados têm como principais atributos a predominância do tipo Arte (46%, dos quais a parte mais significativa são museus da Administração Central); dos tipos Etnografia e Arqueologia (41%, na qual pontuam os museus da Administração Local); e de Fotografia e História (os restantes 13%, em que se destacam os Governos Regionais).

Os bens inventariados totalizam 28,5 milhões em 2009, mais cerca de 8 milhões do que em 2000, aumento em grande parte devido aos bens Bibliográficos e arquivísticos e, em menor parte, aos Arqueológicos. Outro dado é que os bens se localizam, no essencial e ao longo de todo o período, nos museus de duas regiões, Lisboa e Norte que significam, em 2009, respetivamente 71% e 18%. Relativamente à Forma de registo, o Inventário sumário ou desenvolvido é o mais adotado pelo conjunto dos museus analisados (cerca de um terço dos bens), ainda assim longe dos registados Em base de dados (12%, valor máximo) e dos bens Fotografados (que não superam os 8%). Em todo o caso, é verdade que houve progressos nas três formas de registo. Ainda a este propósito acrescentam-se dois outros dados, ambos com sentido positivo: um relativo às Modalidades de inventário em que se salienta a evolução da mais exigente (inventário desenvolvido); e outro à informatização, indicador em que fica também patente a evolução positiva tanto dos museus em que tal modalidade está completa, como daqueles em que está em curso, bem como o recuo daqueles em que não existe (que era de 53% em 2000 e baixou para 31% em 2009).

Quanto às Instalações de que os museus dispõem importa talvez destacar o progresso verificado nos Espaços técnicos com a diminuição significativa daqueles museus que não possuem nenhum desses Espaços no período para o qual existe informação: de 44% em 2000 descem para 28% em 2007.

Neste mesmo período, mas numa outra dimensão – o estabelecimento de Parcerias – regista-se igualmente um avanço positivo embora ainda assim abranja pouco mais de metade dos museus em 2007 (56%)

e, nestes, com maior incidência nos museus públicos. Passando aos aspetos relativos aos visitantes (objeto do capítulo quatro) importa destacar desde logo que quase todos os museus (mais de 90%) estiveram abertos ao público e em funcionamento permanente ao longo do ano. A grande maioria optou por abrir nos dois dias de fim de semana, modalidade em que se verificou inclusivamente um pequeno crescimento e se situa em 71% em 2009.

A percentagem de museus que dispõem de serviço educativo registou na década um crescimento significativo, de 18 pontos percentuais, e é de 62% em 2009. Esta evolução positiva está patente nas várias tutelas. Nos outros serviços e atividades orientadas para os visitantes que o IMUS contempla mantiveram-se em geral os valores relativos. Ainda assim importa talvez destacar a diminuição dos museus que realizaram Renovação da exposição permanente (de 36% em 2000 para 29% em 2009) e Visitas guiadas/orientadas (de 82% para 78%). Em sentido contrário destaca-se o aumento dos que tem ações dirigidas ao público escolar (de 60% para 71%) e, embora mais mitigado, dos que apresentaram exposições temporárias (de 57% para 60%).

O aumento do número de museus foi acompanhado do número de visitantes (ou, mais rigorosamente, de *entradas*) que cresceu quase ininterruptamente e passou de 11,9 em 2000 para 15,6 milhões em 2009. A este propósito há que notar que uma fatia significativa (normalmente acima dos 20%) se refere a Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários. A distribuição dos visitantes segundo as variáveis explicativas mostra algumas especificidades: por Tutela, e ao contrário do que sucede com os museus, a dominante não recai nos museus da Administração Local mas sim nos Privados, cuja parte relativa (tal como, aliás, a da Administração Local) aumenta ao longo da série; a percentagem dos visitantes dos museus de Arte é, tal como no número de museus, a mais volumosa, e em crescimento (20% em 2009); Lisboa continua a ser a região que atrai mais visitantes, mas o seu poder de atração tem vindo a diminuir (de 53% para 49% no período) em detrimento da região Norte (14% para 26%). Seja como

for, 87% dos visitantes reportam-se às regiões de Lisboa, Centro e Norte, acompanhando, assim, a concentração de museus já antes referida.

Por via do IMUS é possível avançar mais alguma informação quanto à composição dos visitantes em três categorias: Grupos escolares, Visitantes estrangeiros e Entradas gratuitas. Quanto à primeira, representa 3,3 milhões (25%) em 2009. Quanto aos Visitantes estrangeiros atingem em 2008 os 4,0 milhões (e representam 28%). Relativamente às Entradas gratuitas registam em 2009 o valor mais elevado, 5,7 milhões (36% do total dos visitantes apurados). A análise realizada permite identificar diferentes volumes e evoluções de acordo com a Tutela, a Região e o Tipo de museu os quais foram detalhadamente expostos no capítulo respetivo.

Um aspeto adicional reporta-se ao peso muito significativo que os museus da RPM representam: em 2009 são apenas 21% do total dos museus mas congregam quase metade dos visitantes (46%). E, especificamente quanto aos Grupos escolares, os museus da Rede representam uns expressivos 54% nesse mesmo ano.

Uma última referência ainda a propósito dos visitantes para dar conta de realidades contrastantes. Tendo em conta a dimensão dos museus (medida pelo número de visitantes anuais) consta-se que a maioria são Muito pequenos ou Pequenos (abaixo dos 5.000 visitantes/ano) em toda a década. Isto embora se registre um crescimento percentual dos Grandes museus (com mais de 20.000 visitantes/ano, de 19% em 2000 para 22% em 2009), justamente uma das alterações recentes. Mas constata-se igualmente que os Pequenos e Muito pequenos têm um impacto residual no número total de visitantes (menos de 1%) ao passo que os Grandes congregam uma parte sempre superior a 80%.

Uma vez caracterizado o universo dos museus a perspetiva restringe-se nos dois capítulos seguintes à RPM e aos museus aderentes. Tal como decorre da minuciosa análise realizada no capítulo cinco, do ponto de vista das questões orgânicas o percurso teve várias fases mas genericamente evoluiu para uma maior integração no organismo de tutela

pública do sector. De facto, fundada em 2000 com uma Estrutura de Projeto ligada à direção do IPM, em 2007 as competências da Estrutura passaram a integrar, transversalmente, a orgânica do IMC. Entre as atribuições deste Instituto constava a superintendência da RPM, designadamente a supervisão dos museus da Rede pelo Departamento de Museus. A execução desta e de outras competências foi assegurada por uma pequena equipa técnica, exterior ao quadro da tutela, cujo núcleo incluía seis pessoas das quais quatro técnicos superiores (em 2010). A desativação da equipa no fim de fevereiro de 2011 com a cessação dos respetivos contratos determinou, naturalmente, a suspensão das atividades por ela asseguradas. Contudo, isso não significa o fim de uma estrutura de articulação dos museus da Rede uma vez que, já em 2012, a orgânica da nova DGPC previa uma Divisão de Museus e Credenciação, integrada no Departamento de Museus, Conservação e Credenciação, à qual compete expressamente “superintender, reforçar e consolidar a Rede Portuguesa de Museus” pelo que será de esperar que retome as dinâmicas anteriores no apoio ao funcionamento da Rede. A persistência da referida suspensão não pode ser tomada, portanto, como o fim da RPM, até porque a Lei Quadro atribui aos museus da Rede diversos direitos e obrigações. Mas, seja como for, pode-se dizer que o presente *Panorama* coincide quase integralmente com o que se pode apelidar como o primeiro período de existência da RPM.

Ainda a propósito da equipa (e da sua coordenação) importa sublinhar a capacidade de resposta demonstrada ao longo do período analisado às solicitações da tutela, por um lado, e dos museus, por outro, bem como à necessidade de articular as diferentes políticas museológicas (públicas centrais, dos governos regionais, locais e privadas).

Para além das vertentes relacionadas com o enquadramento institucional e orgânico, a abordagem analítica sobre RPM incidiu ainda sobre duas outras: a das suas ações e atividades, por um lado, e a dimensão relativa aos museus que a compõem, por outro. Começando por esta última, no termo de

2010 são 131 os museus da RPM (que representam 21% do total dos museus como se referiu já), 10 dos quais integrados de acordo com o processo de credenciação estabelecido pela Lei Quadro de 2004 e com parecer final da Secção dos Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura, instituída em 2007 mas que apenas três anos depois foi acionada.

Quanto às características dos museus integrados na Rede a diversidade manteve-se como a principal marca. Diversidade de tutelas, embora com destaque para a Administração Local; de tipos, todos eles representados, embora o peso dos de Arte se saliente; de localizações regionais, com todas as sete (NUTS II) presentes, em particular Norte e Lisboa; e de abertura, coexistindo museus mais antigos com outros que abriram mais recentemente. A comparação das distribuições percentuais relativas ao conjunto dos museus e restritas aos museus da Rede permite constatar que as diferenças são pouco significativas. Ou seja, a RPM replica em traços gerais as principais características do panorama museológico nacional, o que constitui seguramente um elemento de equilíbrio no seu bom funcionamento.

Relativamente às linhas de ação mantiveram-se igualmente com grande estabilidade embora, naturalmente, com diferentes enfoques ao longo do tempo de modo a responder às mudanças entretanto registadas. Definidas de acordo com o diagnóstico da situação e os objetivos inicialmente traçados, formalizados nas *Linhas Programáticas* de 2001, e afinadas mais tarde após a aprovação da Lei Quadro, incluíram a Informação, Formação, Qualificação, Credenciação e Articulação e Cooperação. Ao contrário de outras políticas lançadas pela tutela da Cultura nas últimas três décadas com a designação de *rede* (de bibliotecas, de teatros e cineteatros, para referir apenas dois exemplos), a dos museus não incidiu nas infraestruturas e nos apoios financeiros, embora estes últimos estivessem presentes, mas a um nível quantitativo relativamente pouco significativo, na linha Qualificação. Ainda assim foram importantes para os museus beneficiários. Processaram-se em dois programas (PAQM e ProMuseus) que abrangeram, naturalmente,

os museus integrados, mas também aqueles em processo de adesão de modo a facilitar esse processo. Excluíram os museus da Administração Central dirigindo-se predominantemente aos da Administração Local, justamente a tutela mais volumosa e com maiores necessidades de apoio financeiro. De uma forma mais alargada, muitos museus, integrados ou não na Rede, e mesmo em fase de projeto, beneficiaram de apoio técnico através do PATM. A Formação foi uma linha de forte aposta e dela beneficiaram mais de 1.500 formandos.

A análise comparativa da participação dos museus da Rede no conjunto das linhas de ação em dois períodos (2001-2003 e 2004-2010) com base em três tipos (Ausência, Cumulativa e Parcial) mostrou evoluções várias: a Ausência de participação caiu fortemente (em alguma medida devido ao facto de que, no período mais recente, os museus da Administração Central puderam participar num dos eixos do programa de apoio ProMuseus, o das parcerias); a Cumulativa caiu igualmente, mas menos acentuadamente; ao passo que cresceu fortemente a percentagem dos museus com participação Parcial. Ou seja, a participação nas atividades nacionais da Rede alargou-se e diversificou-se.

Mas para além de traçar os cenários da evolução da Rede ao longo da sua década de vida, nas suas múltiplas vertentes, importava, tal como se fizera já no anterior *Panorama*, obter dos responsáveis dos museus integrados uma avaliação. A replicação em 2011 do método adotado em 2004 permitiu comparar as duas avaliações. Os resultados foram detalhadamente analisados no capítulo seis e deles resulta, numa primeira leitura, uma avaliação global francamente positiva. No total de 69 itens, dos quais 54 de aplicação geral, e numa escala que varia entre *nada satisfatório* e *muito satisfatório*, apenas num item a soma das avaliações de sentido positivo (satisfatório e muito satisfatório) fica abaixo de 50%.

A comparação entre os dois momentos de avaliação sugere outros resultados relevantes. Nota-se, desde logo, alguma erosão uma vez que a média global, ainda que se mantenha alta, caiu em 2011. Por outro lado, acentuam-se (tendo em conta os máximos e

mínimos igualmente globais) quer as valorizações mais positivas quer as mais negativas. A leitura dos valores dos vários itens mostra uma outra perspetiva: de 2004 para 2011 verifica-se que ou se mantiveram sensivelmente idênticos ou baixaram, ainda que não abruptamente. Estes resultados, se por um lado decorrem do facto de os primeiros serem muito elevados, espelhando o contexto de grande dinâmica que marcou o arranque da Rede, não deixam de ter um significado especial no sentido de identificar aspetos mais e menos bem conseguidos e, por isso, de sugerir medidas a adotar pela coordenação da Rede.

Este é justamente o principal objetivo da avaliação de acompanhamento, objetivo que sai reforçado pela análise detalhada, em dois momentos distintos, das respostas e das não-respostas (opção não sabe/não responde). Quanto às primeiras verificam-se resultados muito próximos nos dois inquéritos no grupo dos objetivos da RPM, no dos eixos programáticos (em geral e especificamente em cada um) e ainda no do impacto da ação da RPM no museu. Nos restantes, ou seja, no PAQM (linha Qualificação, apenas outras tutelas que não Administração Central e Governos Regionais) e nas expectativas face ao futuro da RPM as avaliações são menos positivas. Deste ponto de vista, o item Benefícios financeiros destaca-se claramente (é o item com a avaliação menos positiva nos dois inquéritos e de modo mais evidente no de 2011). E dois outros itens registam uma variação negativa de monta: Web site RPM (que deixou de ser autónomo e integrou o do IMC em dezembro de 2008) e PATM.

Quanto às não-respostas – cujo interesse analítico decorre das ilações a tirar quanto a eventuais distanciamientos e, ou, desconhecimento face ao item em questão – em 2011 a tónica em termos percentuais situa-se abaixo dos 10%. As mais elevadas (entre os 40% e os 50%) recaem em cinco itens: Biblioteca central do IMC; ProMuseus parcerias (respostas da Administração Central e Governos Regionais); Pareceres emitidos (POC, QREN); Cooperação entre IMC/OAC/INE; e Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR). A comparação com os resultados de 2004 mostra evoluções com sentidos contrastantes.

Assim, em alguns grupos os valores mantiveram-se em baixa e as diferenças são pequenas (exemplo do grupo referente aos Objetivos da RPM). Noutros diminuíram generalizada e significativamente embora em patamares relativamente altos – PAQM (restrito a outras tutelas que não a Administração Central e Governos Regionais), Impacto da ação da RPM no museu e PATM. No grupo relativo às expectativas para o futuro verifica-se o movimento inverso, ou seja, os níveis de não-resposta subiram generalizadamente e, em dois itens (Benefícios financeiros e Relação entre IMC e RPM), de forma acentuada.

Finalmente, a comparação do Grau de expectativas dos dois inquéritos revela que ao tom maioritariamente otimista face ao futuro da Rede que marcou as respostas obtidas em 2004 sucedeu em 2011 o de ceticismo, patente nas várias tutelas mas mais acentuadamente na Administração Central. Este tom faz-se sentir por parte de alguns dos responsáveis de museus quanto à integração das *competências* da RPM na tutela pública do sector, o que é entendido como a integração (ou perda de autonomia) da própria Rede.

A evolução do panorama museológico ao longo da década em apreço foi evidenciada em várias das suas componentes nos primeiros seis capítulos. No sétimo e último essa evolução foi discutida à luz de conjuntos de indicadores, uns com possibilidades comparativas numa base anual, outros que comparam dois anos não consecutivos. Retomaram-se, tal como no anterior *Panorama*, os dois modelos de análise construídos no *Inquérito aos Museus em Portugal* (Minimal e Desenvolvimento) e recorreu-se a um novo grupo de questões, com recolha trienal de informação, formalizado mais recentemente no IMUS, com base nos regulamentos, normas e planos constantes da Lei Quadro dos Museus Portugueses. Assim, quanto ao modelo Minimal, o menos exigente dos dois, a evolução em termos absolutos mostra que no final da década se regista um acréscimo de 87 unidades para um total de 365 museus nele classificados. Em termos percentuais os valores oscilam. Embora representem sempre mais de metade dos contingentes em análise não se pode falar de

uma evolução positiva linear, registando-se até uma evolução negativa nos últimos três anos. Do ponto de vista das principais variáveis esta evolução está patente, quanto à Tutela, no decréscimo percentual dos museus da Administração Local; no Tipo, a movimentos negativos de vários deles, com destaque para Ciências Naturais e de História Natural; na Região à diminuição de Lisboa; e, quanto ao Ano de abertura, ao decréscimo no escalão mais recente (2000-2009). Nos museus da RPM é visível também uma ligeira quebra, mas apesar de tudo cabe neste modelo uma larga maioria de 89%.

Quanto aos museus classificados no modelo Desenvolvimento (apenas 2000-2006), a progressão em termos absolutos é significativa: cresce 35 unidades para um total de 127 museus. Em termos percentuais os valores oscilam entre os 16% e os 22%. Ao contrário do que se verifica no modelo Minimal é visível uma tendência de crescimento a partir de 2003. Note-se que em todas as tutelas se registam progressos, embora com diferentes amplitudes; do ponto de vista do Tipo, apenas Arqueologia regista uma quebra; da Região, de novo se verifica uma exceção, o Algarve, que diminui; e quanto ao Ano de abertura, volta a verificar-se o aumento em todos os escalões. O número de museus da RPM neste modelo cresce ao longo da década, mas ainda assim representa menos de metade do total em 2006 (45%).

Esta análise permite concluir pela melhoria dos níveis de qualificação dos museus em Portugal uma vez que aumentou o número dos que cumprem os critérios dos dois modelos, e em particular no mais exigente (Desenvolvimento). Contudo, as limitações patentes nos dados deste último sugerem algumas cautelas na leitura dos resultados.

Uma outra abordagem, também com o objetivo de permitir ajuizar sobre a evolução verificada, incide em diversos instrumentos de gestão que os museus devem ter de acordo com a Lei Quadro dos Museus. O IMUS permite, numa base trienal (2007 e 2010) a recolha de informação sobre dez itens na questão dedicada aos regulamentos, normas e planos. É, assim, possível ter uma noção da presença (e em que situação quanto à atualização ou à intenção para

passar a dispor) ou ausência de cada um, e ainda comparar os dois anos. Passando aos resultados obtidos, em 2007 apenas 20 (ou 4% dos museus em análise) dispunham, ainda que a necessitar de atualização, de todos os dez itens. Três anos depois aquele número passa para 34 (5%). Se a análise se focar apenas nos quatro itens que são obrigatórios na credenciação à RPM os números sobem, naturalmente – de 90 (16%) passam para 135 (21%) – mas revelam que ainda há um longo caminho a percorrer seja qual for o patamar de referência adotado.

Observados os dez itens isoladamente, o Inventário museológico é o que regista a percentagem mais elevada, com 86% em 2010, que compara com os 82% de 2007. Todos os outros situam-se abaixo dos 59%. O menos referido é Programa de formação profissional (19% em 2007 para 21% em 2010). Deve ainda notar-se que se registaram variações positivas em todos os itens com exceção de Estudo de públicos (ronda os 31% nos dois anos).

Em suma, esta informação é muito relevante para se aferir da conformidade do conjunto dos museus face ao principal documento regulador (e a alguns dos parâmetros da credenciação) e, na medida em que dela resulta que é fraca tal conformidade, informar a eventual (re)definição de prioridades no sentido da generalização a todos os museus. Se se registaram inegáveis progressos, parece ser ainda árduo o caminho a percorrer até que se cumpram integralmente os objetivos da Lei Quadro quanto aos itens considerados. Feita esta síntese das matérias analisadas deixam-se, a finalizar, três breves notas a propósito de outras tantas questões: que conclusões se podem então tirar sobre a evolução do panorama museológico em Portugal na primeira década do século XXI? Qual a função desempenhada pela RPM nessa evolução? Que possíveis futuras linhas de pesquisa ficaram em aberto no presente estudo?

Quanto à primeira questão, resulta com clareza que se tratou de uma década globalmente positiva para o sector dos museus que cresceu em número e se qualificou em múltiplos aspetos, tanto em termos das infraestruturas como do funcionamento e dos conteúdos disponibilizados aos visitantes. Esta evolução

resulta de um contexto muito favorável em virtude da conjugação das políticas públicas adotadas, dos enquadramentos legislativos implementados e dos meios financeiros (impulsionados pelos fundos comunitários) que para ele foram canalizados. Este contexto favorável do lado da oferta teve impacto positivo do lado das procuras e está refletido nos números de visitantes. Embora o contexto tenha sido particularmente positivo para os museus públicos, os privados também foram envolvidos e dele beneficiaram.

A resposta à segunda questão vai no sentido de que a RPM desempenhou uma importante função. Desde logo como difusora e como impulsionadora de boas práticas mas também, no âmbito mais restrito dos museus integrados ou em processo de integração, na generalização de padrões de referência, de normas técnicas, na formação dos recursos humanos, na concretização de diversos projetos tornados possíveis pelos apoios financeiros concedidos. A RPM contribuiu para o desenvolvimento verificado através da concretização das suas *Linhas Programáticas* e dos objetivos que lhe foram cometidos por via das suas linhas de ação e – tão ou mais importante – por ter proporcionado um enquadramento favorável, integrador, participativo e de articulação das políticas das várias tutelas públicas e privadas.

Na base da função desempenhada está também a forma como a coordenação e a equipa técnica executaram as suas atribuições, favorecendo a *estruturção* da Rede por uma instância de âmbito nacional portadora de instrumentos de regulação sistemáticos, assente em princípios e regras gerais aplicados ao conjunto dos museus integrados (Augusto Santos Silva 2004: 249).

Contudo, importa ainda referir que permanecem por implementar os *núcleos de apoio* previstos em diversos documentos orientadores da política museológica nacional ou, ainda de acordo com o citado texto de A. Santos Silva, os *nós da rede*, que o autor considera elementos essenciais na sua *vertebração*. O alcance desta medida, associado à complexidade da sua concretização, sugere um estudo mais aprofundadamente do modelo a implementar bem como da sua sustentação a prazo.

Entra-se assim na terceira e última questão – a das futuras linhas de pesquisa. Importará, antes de mais, manter e aperfeiçoar o sistema de produção de informação existente (de que são constituintes nucleares a BdMuseus e o IMUS), de modo a dar continuidade a um utensílio fundamental de apoio à gestão e à produção de conhecimento sobre o sector. Num outro plano, mais direccionado para uma conjuntura de crise económica aguda mas que não se esgota nela, seria muito importante a montagem de um dispositivo de acompanhamento dos seus reflexos no panorama museológico em geral, e em particular nos museus da RPM, de modo a minimizar os seus efeitos.

Haverá também que procurar aprofundar algumas das matérias aqui abordadas, de preferência incluindo metodologias qualitativas, de que são exemplos os públicos, seus perfis sociais e modos de relação com as instituições museais, e os instrumentos de gestão consignados na Lei Quadro. E seria ainda de grande interesse estudar duas questões que de todo não foram abordadas por estarem fora do âmbito do presente *Panorama*: por um lado, qual o significado, no terreno, da noção de *coleção visitável* consignada na Lei Quadro e, por outro, quais os possíveis efeitos da RPM nos museus que não a integram.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AAVV (2000), "Cultural Statistics in the UE. Final Report of the LEG", Luxemburgo, EUROSTAT, 192 pp.
- AAVV (2004), *Roteiro de Museus e Centros de Ciência de Portugal*, Lisboa, Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal.
- AAVV (2006), "The Economy of Culture in Europe", Bruxelas, KEA, 355 pp.
- AAVV (2010a), "Encontro RPM 10 anos. Grupos de Trabalho - Conclusões", Lisboa, IMC, 15 pp.
- AAVV (2010b), "The Relationship between Museums and Municipalities in Europe. Electronic appendices to the Policy analysis group report: case studies", 134 pp., disponível em www.encatc.org.
- AAVV (2011), *Museus em Números*, volume 1, Brasília, Ibram.
- Baltazar, Helena Dinamene Duarte Gomes Simões (2008), *Os turistas no museu: (dis) ou indispensáveis? O caso do Museu de Alberto Sampaio em Guimarães*, Mestrado em Ciências e Técnicas do Património, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Beck-Domzalska, Marta (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007*, Luxemburgo, Comissão Europeia e EUROSTAT.
- _____ (2011), *Cultural Statistics 2011*, Luxemburgo, Comissão Europeia e EUROSTAT.
- Bina, Vladimir, Philippe Chantepie, Valérie Derooin, Guy Frank, Kutt Kommel, Josef Kotynek e Philippe Robin (2012), "Project ESSnet Culture - European Statistical System Network on Culture: Final Report", Luxembourg, ESSnet Culture e Eurostat, 556 pp.
- Biserka, Cvjeticanin (Ed.) (2011), *Networks. The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*, Zagreb, Culturelink/IMO.
- Bonet, Lluís e Fabio Donato (2011), "The Financial Crisis and its Impact on the Current Models of Governance and Management of the Cultural Sector in Europe", *ENCACT Journal of Cultural Management and Policy*, 1(1), pp. 4-11. <http://www.encatc.org/pages/fileadmin/user_upload/Journal/JOURNAL_ART_BONET_DONATO_2011.pdf>.
- Botelho, João Alpuim (2007), *Panorama Museológico do Alto Minho*, Mestrado em Museologia e Património, Lisboa, UNL/FCSH.

_____ (2009), “Museu do Traje de Viana do Castelo: Núcleos Museológicos como forma de política cultural integrada”, Comunicação apresentada na Conferência *Museus e Sociedade 2009*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha.

Brigola, João Carlos (2009), “O actual ensino universitário da Museologia - uma reflexão crítica e uma proposta”, *Museologia.pt*, 3, Lisboa: IMC, pp. 13-17.

Camacho, Clara Frayão (1998), “Conhecer melhor os utilizadores dos serviços museais: um estudo sobre a exposição O Homem e o Trabalho - Indústria no concelho de Vila Franca de Xira” em AAVV, *Museologia e Autarquias. Actas do VII Encontro Nacional*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, pp. 217-230.

_____ (2001), “Editorial”, *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, 1, Lisboa, IMC, pp. 1-2.

_____ (2003), “A acção educativa nos Museus da Rede Portuguesa de Museus”, *Seminário Museus e Serviços Educativos*, Ponta Delgada, 17 de março.

_____ (2005), “Ao encontro dos públicos: novos rumos e desafios para os museus portugueses”, Conferência no Museu Militar do Porto, 21 de março.

_____ (2006), “O panorama museológico no Algarve e a Rede Portuguesa de Museus”, *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 1, Faro, CMC/DCP/MMF, pp. 8-25.

_____ (2007), “Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: panorâmica e perspectivas”, in Susana Gomes da Silva e Sara Barriga (coords.) *Serviços Educativos na Cultura*, Porto, Setepés, p. 26-41.

_____ (2009a), “A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade”, *Revista Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Volume VII-VIII, Porto, UP/FL, pp. 107-114.

_____ (2009b), “Editorial”, *Museus em Rede Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 33, Lisboa, IMC, pp. 2-3.

_____ (2009c), “Núcleos museológicos em Portugal: algumas questões teóricas e conceptuais”, *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 4, pp. 16-34.

_____ (2010a), “Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma revolução tranquila”, *Museologia.pt*, 4, Lisboa, IMC, pp. 10-33.

_____ (2010b), “1º Reunião da Secção de Museus e Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura”, apresentação realizada a 18 de fevereiro de 2010 sobre os relatórios técnicos elaborados pela RPM para a credenciação de museus, disponível em www.ipmuseus.pt/pt-PT/conselho_nac_cult/ContentDetail.aspx.

Camacho, Clara Frayão, Cláudia Freire-Pignatelli e Joana Sousa Monteiro (2001), *Rede Portuguesa de Museus Linhas Programáticas*, Lisboa, MC/IPM.

Camacho, Clara e José Soares Neves (2010), “Museums and municipalities in Portugal” em AAVV, *The Relationship between Museums and Municipalities in Europe. Electronic appendices to the Policy analysis group report: case studies*, pp. 27-34.

Camacho, Clara Frayão (coord.) e outros (2007), *Plano de Conservação Preventiva: Bases Orientadoras, Normas e Procedimentos*, Lisboa, IMC.

Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José A. Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o estado da arte em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, pp. 9-27.

Carrilho, António (2006), “A problemática de uma rede museológica em Lagos, que futuro?” *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 1, Faro, CMC/DCP/MMF, pp. 94-105.

Carvalho, Carla Raquel Antunes de (2010), *Casa das Histórias Paula Rego: Estratégias Comunicacionais e suas Implicações nos Visitantes*, dissertação para obtenção do grau de Mestre do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE-IUL.

Castells, Manuel (2002[1996]), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. I, A Sociedade em Rede*, Lisboa, FCG.

Cleto, Joel, Cláudia Almeida e Luís Soares (2007), “Descer do Pedestal: A importância da comunidade na dinamização dos Museus. O exemplo de Matosinhos e da sua Rede de Museus”, *Actas Conferência Museus e Sociedade 2006*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, pp. 61-74.

Coelho, Ana Rita (2008), *Experiências de visita a um centro de ciência: um estudo qualitativo sobre o público não-escolar do Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva*, dissertação para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

Fauvelle, Natália e Susana Marques (2007), “MUD – Uma rede de museus para o Douro”, *Actas do I Encontro Museus do Douro*, Peso da Régua, Museu do Douro, 24 e 25 de setembro, disponível em <www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/actas.html>.

FCG (2009) *Relatório Balanço e Contas 2008*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (2010) *Relatório Balanço e Contas 2009*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (2011) *Relatório Balanço e Contas 2010*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Fundação EDP (2010), *Relatório e Contas 2009*, Lisboa, Fundação EDP.

_____ (2011), *Relatório e Contas 2010*, Lisboa, Fundação EDP.

Gameiro, José (2011), “A Rede de Museus do Algarve - Uma Experiência no Terreno”, Comunicação feita no Workshop “Uma Rede de Museus para o Norte... Interrogações e Caminhos”, Paço dos Duques de Bragança, Guimarães, 14 de novembro.

Chiglione, Rudolphe e Benjamim Matalon (1992[1978]), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.

Glass, Brent (2011), “Effective Strategies for Modern Museum Management”, Palestra realizada no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 23 de fevereiro.

Gomes, Rui Telmo e Vanda Lourenço (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos. Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Gomes, Rui Telmo, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GPEARl (2011), “A Cultura e o QREN. Relatório de Acompanhamento”, Lisboa, GPEARl/MC, 69 pp., disponível em www.gepac.gov.pt.

Gradim, Alexandra (2009), “A Rede polinucleada de Alcoutim: A sustentabilidade de um projecto de ‘museu multifacetado’”, *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 4, Faro, CMC/DCP/MMF, pp. 82-91.

Greffe, Xavier e Anne Krebs (2010), *The Relationship Between Museums and Municipalities in Europe*, 131 pp., disponível em www.enatc.org.

Haan, Jos de (2010), “Museum statistics and cultural policy”, 12th plenary meeting in the European Group on Museum Statistics (EGMUS): Museum Statistics and Museum Policies - New Developments, Oslo, 21-22 de outubro, 15 pp.

Hagedom-Saupe, Monika e Axel Ermer (eds.) (2004), *A Guide to European Museum Statistics*, Berlim, EGMUS.

ICOM – Portugal (2011), “Os desafios da política de museus em tempos de crise”, Lisboa, Comité Nacional Português do ICOM, 8 pp.

IGF (2010), “IGF 2010. Síntese de Actividades”, Lisboa, Inspeção-Geral de Finanças, 168 pp.

IMC (2008) *Relatório de Actividades 2007*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

_____ (s.d.), “Planeamento estratégico do IMC para a legislatura 2009-2013. Museus para o séc. XXI”, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 6 pp.

_____ (2009), *Relatório de Actividades 2008*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

_____ (2010) *Relatório de Actividades 2009*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

_____ (2011) *Relatório de Actividades 2010*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação.

INE (2005), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2004*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

_____ (2008), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

_____ (2009a), *Inquérito aos Museus – Documento Metodológico Versão 3.1*, Lisboa, INE/DES/SIC.

_____ (2009b), *Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria – Documento Metodológico*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

_____ (2011), *Estatísticas da Cultura 2010*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

_____ (2012), *Inquérito aos Museus – Documento Metodológico Versão 4.0*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Inkei, Péter (2010), “The effects of the economic crisis on Culture” in AAVV, *Culture and the policies of Change. Culture Watch Europe Conference 2010 Reader*, Bruxelas, pp. 56-71.

IPM (2006), *Relatório de Actividades 2005*, Lisboa, Instituto Português de Museus.

Isar, Yudhishtir Raj (2010), “Surviving the crises: a strategic perspective”, *NEMO News*, 2|2010, pp. 4-5. <<http://www.ne-mo.org/index.php?id=17>>

Kuhnelt, Wolf (2008), “Lange nacht der museen in Berlin” in Colombo, Alba e David Roselló Cerezuela (eds.), *Gestión Cultural. Estudios de Caso*, Barcelona, Ariel, pp. 237-255.

Lacerda, Manuel e Maria Filomena Barata (2001), “Estruturas de Acolhimento e Interpretação. Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”, *Revista Estudos/Património*, 1, Lisboa, IPPAR, pp. 43-44.

Lameiras-Campagnolo, Maria Olímpia e Henri Campagnolo (2001), “O conceito de ‘Rede’: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas”, in AAVV, *Fórum Internacional Redes de Museus: Actas*, Lisboa, IPM/RPM, pp. 25-39.

Luna, Maria Isabel Soares de (2009), “Públicos do Museu Municipal Leonel Trindade: Tratamento e Análise de Fontes Administrativas”, Lisboa, ISCTE, 24 pp.

Martinho, Teresa Duarte (2007), *Apresentar a Arte. Estudo Sobre Monitores de Visitas a Exposições*, Lisboa, OAC.

Monteiro, Joana Sousa (2011), “Museus municipais de Lisboa: perplexidades, dúvidas e possíveis caminhos para um novo modelo de gestão”, Comunicação apresentada no III Seminário Iberoamericano de Museologia, Madrid, Universidade Autónoma de Madrid, 26 de novembro.

Negri, Massimo, Franco Niccolucci e Margherita Sani (2009), *Quality in Museums*, Budapeste, Archaeolingua.

Neves, José Soares (2000a), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa, OAC.

_____ (2000b), “Museus em Portugal: elementos para uma caracterização”, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

_____ (2004), “Constituição de redes de equipamentos e seus impactos: o caso da Rede Portuguesa de Museus” in AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 223-240.

_____ (2005), “Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)”, Lisboa, OAC, 11 pp., documento disponível em www.oac.pt.

_____ (2007), “Súmula da 10ª Reunião do GTEC 24.07.2007/Plenário”, DOCT/2181/CSE/DSFA, 22 de agosto, Lisboa, 5 pp.

_____ (2008a), “Sistemas de Informação sobre Museus em Portugal: Resultados” Comunicação apresentada no I Encontro Observatório Ibero-Americano de Museus e Centros Culturais: Informação, Conhecimento e Gestão, encontro internacional organizado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (Brasil) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz de Brasília, Rio de Janeiro, 2-3 dezembro.

_____ (2008b), “Sistemas de Informação sobre Museus em Portugal: Processos” Comunicação apresentada no I Encontro Observatório Ibero-Americano de Museus e Centros Culturais: Informação, Conhecimento e Gestão, encontro internacional organizado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (Brasil) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz de Brasília, Rio de Janeiro, 2-3 dezembro.

_____ (2008c), “Estatísticas culturais ou criativas? Sobre o difícil equilíbrio entre conceitos, políticas e recursos”, *OBS*, 16, pp. 10-14.

_____ (2010a), “Políticas culturais locais e financiamento da Cultura: crescimento e planeamento”, *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 16, pp. 125-130.

_____ (2010b), “Relatório Final de Actividades 2010”, GTEC/2916/CSE/S, Lisboa, GTEC, 18 pp.

Neves, José Soares e Jorge Alves dos Santos (2001), “Museus portugueses: evolução recente do seu levantamento”, *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 1, Lisboa, RPM, pp. 10-12.

_____ (2006a), “Os Museus em Portugal no Período 2000-2005: dinâmicas e tendências”, 24 pp, Documento disponível em www.oac.pt.

_____ (2006b), “Aspectos da Evolução dos Museus em Portugal no período 2000-2005”, *Boletim Rede Portuguesa de Museus*, 21, Lisboa, RPM, pp. 4-7.

_____ (2009), “Políticas Culturais e Estatísticas em Portugal: o caso dos Museus” Comunicação apresentada no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Braga, Campus Gualtar, 4-7 fevereiro.

_____ (2010a), “O Projecto Base de Dados Museus: Uma Síntese de Resultados (2000-2009)”, comunicação apresentada no Encontro RPM 10 anos, Coimbra, Museu Machado de Castro, 18 junho.

_____ (2010b), “Alguns dados de caracterização dos Museus do Alentejo”, Comunicação apresentada no I Encontro de Museus do Alentejo, organizado pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, Évora, 21 e 22 de outubro.

_____ (2010c), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura*, Lisboa, GPEARL e OAC.

_____ (2011), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2009*, Lisboa, GPEARL e OAC.

_____ (2012), “Carta Cultural. Diagnóstico, Modelo e Exercício exploratório de mapeamento de recintos de artes do espetáculo, de cinema, de tauromaquia e de museus”, Lisboa, OAC, 185 pp.

Neves, José Soares, Jorge Alves dos Santos e Maria João Lima (2012), *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura 2010*, Lisboa, GEPAC e OAC.

Neves, José Soares, Jorge Alves dos Santos e Joana Saldanha Nunes (2002), “Base de Dados Museus. Primeiro Relatório Intercalar (Dados de 2001)”, Lisboa, OAC, 27 pp.

_____ (2008), “Os museus em Portugal: políticas públicas e dinâmicas do sector em Portugal nos anos mais recentes”, *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, 25-26 junho.

Oleiro, Manuel Bairrão (2006), “Apresentação” em Semedo, Alice e J. Teixeira Lopes (coords.), *Museus Discursos e Representações*, Porto, Afrontamento, pp.9-11.

Oliveira, Ana José A. C. de (2007), “Rede Municipal de Museus de Santa Maria da Feira – um modelo organizacional”, *Actas do I Encontro Museus do Douro, Peso da Régua*, Museu do Douro, 24 e 25 de setembro, 8 pp., disponível em <www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/actas.html>.

Paulo, Dália (2009), “Editorial”, *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 4, Faro, CMC/DCP/MMF, p. 7.

_____ (2011), “Do gueto à partilha nos Museus do Algarve”, *Cadernos de Sociomuseologia*, 41, Lisboa, pp. 255-263.

Pinto, José Madureira (2004), “Para uma análise sócio-etnográfica da relação com as obras culturais” em AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 19-29.

_____ (2010), “A prática da razão sociológica: forçando os limites” em Semedo, Alice e Elisa Noronha Nascimento (coords.), *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola* (Vol. I), Porto, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/Biblioteca Digital, pp. 17-26.

Prista, Pedro (2009), “Núcleos Museológicos de Loulé”, *Museal: Revista do Museu Municipal de Faro*, 4, Faro, CMC/DCP/MMF, pp. 134-142.

Raposo, Luís (2009), "Arqueologia e Museus: Experiências Portuguesas Recentes", *Museologia.pt*, 3, Lisboa, IMC, pp. 75-103.

_____ (2010), "ProMuseus 2010: motivos de revolta", *L+arte*, 75, setembro, pp. 14-15.

RPM (2001) *Regulamento de Adesão*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus.

_____ (2002) *Relatório de Actividades 2001*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus.

_____ (2003) *Relatório de Actividades 2002*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus.

_____ (2005) *Relatório de Actividades 2004*, Lisboa, Rede Portuguesa de Museus.

Sani, Margherita (2010), "Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior", *Museus em Rede Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 37, pp. 9-10.

Santos, Helena (2008a), "Públicos Culturais: Algumas notas com museus em fundo", *Museologia.pt*, 2, Lisboa, IMC, pp. 77-89.

Santos, Helena (2008b), "Públicos e museus. Considerações sobre alguns eixos de mudança" em AAVV, *Actas Conferências Museus e Sociedade 2007*, Museu Municipal de Caminha, Caminha, CMC, pp. 39-43.

Santos, Jorge Alves dos (2006), "Públicos dos museus de Cascais: os grupos escolares", *Revista Turismo & Desenvolvimento*, pp. 151-160.

_____ (2011), "A Parceria como forma de articulação dos Museus da Rede Portuguesa de Museus", *Museologia.pt*, 5, Lisboa, IMC, pp. 58-67.

Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais*, Lisboa, OAC.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, OAC.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e José Soares Neves (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos, (coord.) e outros (2002), *Públicos do Porto 2001*, Lisboa, OAC.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), José Soares Neves, Jorge Alves dos Santos e Joana Saldanha Nunes (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, IPM/RPM e OAC.

Semedo, Alice (2004), "Estratégias museológicas e consensos gerais" em Brito, Mário Armando Nogueira Pereira de e José Manuel Hidalgo Cuñarro (coords.), *Museus do Eixo Atlântico*, Vigo, Porto e Bruxelas, Eixo Atlântico, pp. 5-32.

Silva, Augusto Santos (2004), "As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003" em AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, OAC, pp. 241-283.

Silva, Augusto Santos (coord.) e outros (2000), *A Educação Artística e a Promoção das Artes na Perspectiva das Políticas Públicas: Relatório do Grupo de contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*, Lisboa, Ministério da Educação.

Silva, Raquel Henriques da (1999), “Os museus no tecido cultural nacional: realidades e desafios” em Sousa, Fernando de (coord.), *O Desafio da Gestão na Cultura*, Porto, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, pp.69-73.

_____ (2002), “Apresentação” em AAVV, *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*, Lisboa, MC/IPM, p. 5.

_____ (2009), “Novos museus do IMC: construção, ambições, remodelações”, *Museologia.pt*, 3, Lisboa: IMC, pp. 59-73.

Simplício, Susana (2010), *Públicos do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado*, dissertação para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE-IUL.

The Art Newspaper (2008) “Exhibition and museum attendance figures 2007” in *The Art Newspaper*, 189, Londres, março, pp. 24-32.

_____ (2009) “Exhibition and museum attendance figures 2008” in *The Art Newspaper*, 201, Londres, março, pp. 26-31.

_____ (2010) “Exhibition and museum attendance figures 2009” in *The Art Newspaper*, 212, Londres, abril, pp. 23-29.

_____ (2011) “Exhibition and museum attendance figures 2010” in *The Art Newspaper*, 223, Londres, abril, pp. 23-29.

Tolentino, Átila (2006), “O sistema brasileiro de museus e outros sistemas: uma análise comparativa”, *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, 2, pp. 106-115.

Victor, Isabel (2005), “Os museus e a qualidade - distinguir entre museus com “qualidades” e a qualidade em museus”, *Cadernos de Sociomuseologia*, 23, pp. 3-376.

Wangermée, Robert (1992), “Evaluation of National Cultural Policies. Guidelines for the Preparation of National Reports”, Estrasburgo, Council of Europe Publishing, 40 pp.

Weil, Stephen E. (2003), “Museums and communities: their changing relationship” em Domingues, Álvaro, Isabel Silva, João Teixeira Lopes e Alice Semedo (coords.), *A Cultura em Acção: Impactos Sociais e Território*, Porto, Afrontamento, pp. 15-27.

Xavier, Jorge Barreto (coord.), Isabel Cordeiro, Miguel Soromenho, Paula Folhadela, Paulo Carretas e Paulo Fonseca (2004), “Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura: despacho conjunto n.º 1062/2003, DR II Série de 27 de Novembro”, Lisboa, Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

WEBGRAFIA

Associação Portuguesa de Museologia <www.apom.pt>
Centros de Ciência dos Açores <<http://centrosciencia.azores.gov.pt>>
Conferência Episcopal Portuguesa <www.ecclesia.pt>
Conselho Nacional de Cultura <www.ipmuseus.pt/pt-PT/conselho_nac_cult/ContentDetail.aspx>
Diário da República Eletrónico <www.dre.pt>
EGMUS - The European Group on Museum Statistics <www.egmus.eu>
ENCACT - European Network of Cultural Training Administration Centres <www.enactc.org>
Europa Nostra <www.europanostra.org>
European Digital Library Network <<http://pro.europeana.eu>>
European Museum Forum <www.europeanmuseumforum.info>
European Textile Network <www.etn-net.org>
Fundação Calouste Gulbenkian <www.gulbenkian.pt>
Fundação EDP <www.fundacao.edp.pt>
ICOM – Portugal <www.icom-portugal.org>
IMC – Instituto de Museus e da Conservação <www.ipmuseus.pt>
INE – Instituto Nacional de Estatística <www.ine.pt>
Instituto Politécnico de Portalegre <www.ipportalegre.pt>
ISO – International Organization for Standardization <www.iso.org>
Museu do Douro <www.museudodouro.pt>
Museu Municipal da Vidigueira <<http://museu.cm-vidigueira.pt>>
Museum With No Frontiers <www.museumwnf.org>
NEMO – Network of European Museum Organisations <www.ne-mo.org>
Projeto Mercator <<http://mercator.museudaluz.org.pt>>
Quadro de Referência Estratégico Nacional <www.qren.pt>
Rede de Museus do Algarve <<http://museusdoalgarve.wordpress.com>>
Rede de Turismo Cultural Galaico-Portuguesa <www.rutadevivencias.com>
Rede Nacional de Centros Ciência Viva <www.cienciaviva.pt/centroscv/rede>
Rede Regional de Museus Açores <<http://museus.azores.gov.pt>>
Rota das Catedrais <www.rotadascatedrais.com>
Sistema Integrado de Metainformação do INE <<http://smi.ine.pt>>

LEGISLAÇÃO

Aviso nº 12499/2007, de 11 de abril. IMC [aviso de abertura do concurso para a apresentação de candidaturas, no ano de 2007, ao Programa de Apoio aos Museus da RPM – ProMuseus].

Aviso nº 14934/2010, de 18 de julho. IMC [aviso de abertura do concurso para a apresentação de candidaturas, no ano de 2010, ao Programa de Apoio aos Museus da RPM – ProMuseus].

Decreto regulamentar nº 35/2007, de 29 de março [aprova a orgânica do Conselho Nacional de Cultura].

Decreto regulamentar regional nº 13/2001/A, de 7 de novembro [Governo Regional dos Açores - Reorganiza as estruturas orgânicas de todos os serviços externos na Área da cultura].

Decreto-Lei nº 59/2003, de 1 de abril [relativo à detenção de animais da fauna selvagem em parques zoológicos, estabelecendo as normas para a manutenção e bem-estar dos animais, o licenciamento e inspeções dos parques, a gestão das coleções, a promoção de estudos científicos, a salvaguarda da biodiversidade e a educação pedagógica dos visitantes].

Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de outubro [Lei Orgânica do Ministério da Cultura].

Decreto-Lei nº 97/2007, de 29 de março [concretiza e estrutura o IMC, I. P., que resulta da fusão do IPM, criado pelo Decreto-Lei nº 278/ 91, de 9 de agosto, com o IPCR, criado pelo Decreto-Lei nº 342/ 99, de 25 de agosto].

Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho [estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade].

Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio [Lei Orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural].

Despacho nº 96/CEME/08, de 22 de abril [Normas gerais dos museus e coleções visitáveis do Exército].

Despacho nº 9104/2004 (2ª série), de 6 de maio, Gabinete do Ministro da Cultura [criação de escalões de preços, passes, bilhetes e outras modalidades de ingresso nos palácios nacionais, monumentos, museus e sítios dependentes do IPPAR e do IPM].

Despacho conjunto n.º 616/2000, de 17 de maio, dos Ministérios das Finanças, da Cultura e da Reforma do Estado e da Administração Pública [cria a Estrutura de Projecto 'Rede Portuguesa de Museus'].

Despacho conjunto n.º 309/2003, de 3 de abril, dos Ministérios das Finanças e da Cultura [prorrogação da Estrutura de Projecto 'Rede Portuguesa de Museus'].

Despacho conjunto n.º 455/2004, de 28 de julho, dos Ministérios das Finanças e da Cultura [prorrogação da Estrutura de Projecto 'Rede Portuguesa de Museus'].

Despacho conjunto n.º 834/2005, de 4 de novembro, dos Ministérios da Educação e da Cultura [aprova o Programa de Promoção de Projetos Educativos na Área da Cultura].

Despacho normativo n.º 28/2001, de 23 de maio [aprova o Regulamento do Programa de Apoio à Qualificação de Museus – PAQM].

Despacho normativo n.º 16/2002, de 18 de março [altera o Regulamento de Apoio à Qualificação de Museus, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 28/2001, de 7 de junho].

Despacho normativo n.º 3/2006, de 10 de janeiro [estabelece a credenciação de museus e aprova o seu formulário de candidatura].

Despacho normativo n.º 3/2006, de 26 de junho [cria o Programa de Apoio aos Museus da RPM – ProMuseus – e aprova o respetivo regulamento. Revoga o despacho normativo n.º 28/2001].

Despacho normativo n.º 11-A/2010, de 11 de maio, Gabinete da Ministra da Cultura [aprova o logótipo e o modelo de Certificado de Credenciação da Rede Portuguesa de Museus].

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto [Lei-Quadro dos Museus Portugueses].

Portaria n.º 377/2007, de 30 de março [determina a organização interna do IMC, I.P. criado pelo Decreto-Lei n.º 97/ 2007, de 29 de março. A RPM passa a estar integrada na Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus do Instituto dos Museus e Conservação].

Portaria n.º 1130/2007, de 20 de dezembro [afetação da gestão de bens imóveis classificados às Direções Regionais de Cultura].

Portaria n.º 829/2009, de 24 de agosto [atualização da listagem de bens imóveis classificados afetos a cada Direção Regional de Cultura].

Portaria n.º 281/2010, de 25 de maio [altera os Estatutos do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., aprovados pela Portaria n.º 377/2007, de 30 de março. Determina, entre outros aspetos, a extinção da Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus, e o respetivo cargo dirigente. As competências e o pessoal adstrito à referida divisão passam a estar alocadas diretamente ao Departamento de Museus do IMC].

Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro [regula o novo Sistema de Certificação de Entidades Formadoras da DGERT].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2005, de 30 de junho [cria a Estrutura de Missão 'Rede Portuguesa de Museus'].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de agosto [determina a reestruturação da administração central do Estado, estabelecendo os seus objetivos, princípios, programas e metodologia].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de abril [aprova, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos ministérios].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2006, de 28 setembro [prorroga o prazo de duração da estrutura de missão 'Rede Portuguesa de Museus' até à entrada em vigor da lei orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.].

ANEXO 1.1

capítulo 1

MUSEUS E RPM: PRINCIPAIS REFERÊNCIAS NO PERÍODO 2000-2011

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Legislação e documentos programáticos		Linhas Programáticas da RPM			Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto)						Documento "Planeamento estratégico do IMC. Museus para o séc. XXI" (s.d., apresentação pública a 20.jan.2010)	
Tutela dos museus	[Instituto Português dos Museus] (criado pelo Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de agosto)							Criação do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) (Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março)			Direção IMC: João Brigola (Diretor); Graça Filipe (Subdiretora) Filipe Serra (Subdiretor).	
Órgãos consultivos Tutela Cultura (Museus)						Extinção do Conselho Consultivo do IPM. Criação do Conselho de Museus (Decreto-Lei n.º 228/2005, de 28 de dezembro)		Criação do Conselho Nacional de Cultura (CNC) e da sua Secção de Museus e da Conservação e Restauro (SMCR/CNC) (Decreto Regulamentar n.º 33/2007, de 29 de março)			Constituição formal da SMCR/CNC 1.ª reunião ordinária SMCR/CNC (12.mai. 2010) 2.ª reunião ordinária SMCR/CNC (25.oct.2010) 1.ª reunião extraordinária SMCR/CNC (29.nov.2010)	Reunião ordinária SMCR/CNC (20 Abril 2011)

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Enquadramento orgânico RPM	Criação da Estrutura de Projeto da RPM (Despacho conjunto nº 616/2000, de 17 de maio)			Prorrogação da Estrutura de Projeto da RPM (Despacho conjunto nº 309/2003, de 3 de abril)	Prorrogação da Estrutura de Projeto da RPM (Despacho conjunto nº 435/2004, de 28 de julho)	Criação da Estrutura de Missão RPM (Resolução do Conselho de Ministros nº 117/2005, de 30 de junho)	Prorrogação da Estrutura de Missão RPM (Resolução do Conselho de Ministros nº 133/2006, de 16 de outubro)	Extinção da estrutura RPM. Integração das suas competências na Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus (Portaria nº 377/2007, de 30 de março)			Extinção da Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus do Departamento de Museus (DM) sendo as suas competências diretamente alocadas ao DM (Portaria nº 281/2010, 25 de maio)	
	Clara Frayão Camacho (coord.) Joana Sousa Monteiro (sub-coord.)					Joana Sousa Monteiro (coord.) Clara Camacho (Subdiretora do IPM, com o pelouro da RPM)			Joana Sousa Monteiro (coord.) Clara Camacho (Subdiretora do IMC, com o pelouro da RPM)			Clara Camacho (coord. RPM até set 2010) Isabel Vítor (Diretora do DM)
Coordenação RPM				Suspensão de novas candidaturas à RPM (Despacho do Ministro da Cultura, 29 maio 2003)			Aprovação do Formulário para a credenciação de museus (Despacho normativo nº 3/2006, 25 fevereiro)	Abertura das candidaturas à credenciação de Museus (18 de Maio)			Criação do Certificado de Credenciação e do Logótipo da RPM (Despacho Normativo nº 11-A/2010, 11 maio)	
		Regulamento de Adesão à RPM	14 museus (DRC Açores e Madeira por protocolo)									
Integração na RPM e credenciação de Museus		28 museus (IPM por inerência)										

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
		36 museus (por candidatura adesão)	19 museus (por candidatura adesão)	17 museus (por candidatura adesão)	6 museus (por candidatura adesão decorrentes de anteriores processos)						10 museus credenciados (candidatura) (decisão 1º reunião SMCR/CNC)	6 museus credenciados (candidatura) (decisão reunião SMCR/CNC de 20 abril)
											Manutenção de 121 museus credenciados (decisão 1º reunião SMCR/CNC)	
								Encerramento ao público de 1 museu dita a sua saída da RPM			Cancelamento da credenciação de 4 museus (decisão 1º reunião SMCR/CNC)	
Boletim RPM		Boletim Trimestral Rede Portuguesa de Museus (nº 1, jun de 2001)					Boletim RPM – Rede Portuguesa de Museus (nº 19, Mar 2006) (nova designação, alteração da imagem gráfica, inclusão folha desdobrável)		Museus em Rede – Rede Portuguesa de Museus (nº 29, Set 2008) (nova designação, alteração imagem gráfica)			
Site RPM		Lançamento do site RPM (www.rpmuseum-pt.org)				Criação do mini-sítio do Dia Internacional dos Museus			Site RPM deixa de se autônomo passando a estar alojado no site do IMC (www.ipmuseus.pt)			

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Outras atividades promovidas pela RPM		Fórum Internacional Redes de Museus	Primavera dos Museus	Primavera dos Museus	Primavera dos Museus	Noite dos Museus	Noite dos Museus	Noite dos Museus	Noite dos Museus	Noite dos Museus em Rede	Encontro RPM 10 Anos - 18 de Junho Encontro regional de museus do Alentejo (em colaboração com IMC e DRC)	Noite dos Museus Encontro regional de museus do Centro e Norte (em colaboração com IMC e DRC)
Articulação e Cooperação	Criação da BdMuseus (IPM/ INE/ OAC)											
Estudos	Edição do Inquérito aos Museus em Portugal					Edição de O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]						
Estatísticas nacionais	1º Reformulação IMUS							2ª Reformulação IMUS				
Estatísticas europeias	Relatório final do LEG-CULTURE				Relatório EGMUS							Relatório ESSNet Culture (a versão final data 2012)

ANEXO 1.2

capítulo 1

PRÉMIOS INTERNACIONAIS ATRIBUÍDOS A MUSEUS PORTUGUESES (1977-2012)

Ano	European Museum of the Year Award		Council of Europe Award	Micheletti Award	Kenneth Hudson Award	Europa Nostra				Cerimónia atribuição prémios realizada em Portugal
	Prémio	Menção honrosa				Conservação	Pesquisa	Serviço dedicado por indivíduos ou organizações	Educação, formação e sensibilização	
1977	-	-	-							-
1978	-	Museu Nacional do Traje, Lisboa	-							-
1979	-	-	-							-
1980	-	-	“As Siglas Poveiras”, Museu de Etnografia e História, Póvoa do Varzim [Bank of Ireland Special Exhibitions Award]							-
1981	-	-	-							-
1982	-	-	-							-
1983	-	-	-							-
1984	-	-	-							-
1985	-	-	-							-
1986	-	-	-							-
1987	-	Museu Nacional do Teatro, Lisboa	-							-
1988	-	-	-							-
1989	-	-	-							-
1990	-	-	Manuel da Maia Museu da Água, Lisboa							-
1991	-	Museu Agrícola Entre o Douro e Minho, Vila do Conde	-							-
1992	-	-	-							-

Fontes: European Museum Forum (<http://www.europeanmuseumforum.info/>) e Europa Nostra (<http://www.europanostra.org>).

Ano	European Museum of the Year Award		Council of Europe Award	Micheletti Award	Kenneth Hudson Award	Europa Nostra				Cerimónia atribuição prémios realizada em Portugal
	Prémio	Menção honrosa				Conservação	Pesquisa	Serviço dedicado por indivíduos ou organizações	Educação, formação e sensibilização	
1993	-	Museu Municipal de Loures	-							EMYA 1993, Guimarães
1994	-	-	-							-
1995	-	-	-							-
1996	-	Museu do Chiado, Lisboa	-	-						-
1997	-	-	-	-						-
1998	-	Museu do Trabalho - Michel Giacometti, Setúbal	-	-						-
1999	-	-	-	-						-
2000	-	Visionarium, Sta Maria da Feira	-	-						-
2001	-	-	-	Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Silves						-
2002	-	-	-	Museu da Cerâmica de Sacavém		-	-	-		-
2003	-	-	-	-		-	-	-		-
2004	-	-	-	-		-	-	Dept. do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Beja (medalha)		-
2005	-	-	-	-		Museu, Igreja e Cemitério da Luz, Mourão (diploma)	-	-	-	-
2006	-	-	-	-		-	-	-	-	EMYA 2006, Lisboa
2007	-	-	-	-						-
2008	-	-	-	Museu de Ciência da Universidade de Coimbra		-	Palácio de Belém, Lisboa (medalha)	-	-	-
2009	-	-	-	-		Via Latina, Universidade de Coimbra	-	-	-	-

Ano	European Museum of the Year Award		Council of Europe Award	Micheletti Award	Kenneth Hudson Award	Europa Nostra				Cerimónia atribuição prémios realizada em Portugal
	Prémio	Menção honrosa				Conservação	Pesquisa	Serviço dedicado por indivíduos ou organizações	Educação, formação e sensibilização	
2010	-	-	Museu de Portimão	-		Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra	-	-	-	-
2011	-	Museu do Douro, Peso da Régua	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	6 Órgãos Históricos da Basílica de Mafra, Mafra	-	-	-	EMYA 2012, Penafiel; EUROPA NOSTRA 2012, Lisboa
TOTAL	0	8	3	3	0	4	1	1	0	4

ANEXO 1.3

capítulo 1

REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE MUSEUS

Redes Nacionais

Nome	Ano de Criação	Tutelas	Gestão	Âmbito	Situação
Rede de Museus do Concelho de Vila do Conde	2000	Várias	Câmara Municipal de Vila do Conde	Concelhio	Atividade
Rede Regional de Museus dos Açores	2001	Governo regional	Direção Regional da Cultura	Regional/ Tutela	Atividade
Rede Museológica da Diocese de Beja	2002	Igreja Católica	Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja	Tutela/ Regional	Atividade
Associação Portuguesa de Museus da Igreja Católica	2003	Igreja Católica	Associação Portuguesa de Museus da Igreja Católica	Tutela	Atividade
Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal (MC²P)	2004	Várias	Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal	Temático	Atividade
Rede de Museus Escolares de Portalegre	2004	Várias	Várias	Tutela	Atividade
Rede de Museus do Minho	2005	Várias	Museu de Alberto Sampaio (IMC)	Regional	Desativada
Rede Cultural da Beira Baixa	2006	Várias	Sociedade de Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior	Distrital	Atividade
Rede de Museus de Estremoz	2006	Várias	Câmara Municipal de Estremoz	Concelhio	Atividade
Rede Nacional de Municípios de Arte Nova	2006	Autarquias	Câmara Municipal de Aveiro	Temático	Atividade
Rede de Museus do Algarve	2007	Várias	Várias	Regional	Atividade
MuMa –Rede de Museus de Matosinhos	2007	Várias	Câmara Municipal de Matosinhos	Concelhio	Atividade
Rede de Museus do Douro	2007 (Apresentação)	Várias	Fundação do Museu do Douro	Regional	Projeto
Rede de Municípios com Museus do Vinho	2007 (Apresentação)	Várias	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Temático	Projeto
Rede de Centros de Ciência dos Açores	2008	Várias	Direção Regional de Ciência, Tecnologia e Comunicações	Temático	Atividade
Rede Museológica de Ovar	2010	Várias	Câmara Municipal de Ovar	Concelhio	Atividade
Rede Regional de Museus do Alentejo	2010 (Apresentação)	Várias	Direção Regional da Cultura do Alentejo (IMC)	Regional	Projeto
Rede Nacional de Museus de Energia	2010 (Apresentação)	Várias	Fundação EDP	Temático	Projeto
Rede de Museus do Distrito de Beja	2011	Autárquica	Várias	Distrital	Atividade
Rede Regional de Museus do Centro	2011 (Apresentação)	Várias	Direção Regional de Cultura do Centro (IMC)	Regional	Projeto
Rede Regional de Museus do Norte	2011 (Apresentação)	Várias	Paço dos Duques de Bragança (IMC)	Regional	Projeto
Rede Museológica Municipal de Vila Nova de Famalicão	2011 (Apresentação)	Várias	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Concelhio	Projeto

Redes internacionais com participação de museus nacionais

Nome	Ano de Criação	Tutelas	Gestão	Âmbito	Situação
European Textile Network - ETN	1993	Várias	European Textile Network - ETN	Temático	Atividade
Rede de Museus Madeira, Açores e Canárias MUSEUMAC	2000	Governos regionais	Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e as Regiões da Grande Canária e de Tenerife	Geográfico (Madeira, Açores, Grande Canária e Tenerife)	Terminou em 2006
Rede de Turismo Cultural Galaico-Portuguesa	2002	Várias	Várias	Geográfico (Galiza e Norte)	Atividade
Plataforma Transfronteiriça de Museus MOUSEION	2002	Várias	Várias	Geográfico (Beira Interior, Alentejo e Extremadura)	Atividade
Rede Transfronteiriça de Museus e Espaços Expositivos Municipais	2003	Várias	Diputación de Badajoz e Associação de Municípios do Norte Alentejano	Geográfico (Badajoz e Norte Alentejo)	Terminou em 2008
Discover Islamic Art Virtual Museum	2004	Várias	Museum With No Frontiers	Temático	Atividade
Discover Baroque Art Virtual Museum	2005	Várias	Museum With No Frontiers	Temático	Atividade
Rede de Museus MERCATOR	2006	Várias	Várias	Geográfico (vários)	Terminou em 2008
European Digital Library Network - Europeana Network	2008	Várias	Europeana Foundation	Temático	Atividade

ANEXO 3.1

capítulo 3

TIPOS DE MUSEU

Fonte: INE, *Inquérito aos Museus - Documento metodológico, versão 3.1*, Outubro de 2009.

Tipo de Museu	Definição
Arte	Museu consagrado às belas-artes, às artes aplicadas e às artes performativas. Nota: neste grupo estão incluídos os museus de escultura, pinacotecas, os museus de fotografia, de cinema, de teatro, de arquitectura e as galerias de exposição dependentes de bibliotecas e de arquivos.
Arqueologia	Museu que se distingue pelo facto de as suas colecções terem origem, em grande parte ou na totalidade, em escavações.
História	Museu que ilustra um determinado tema, personalidade, ou momento histórico e nos quais as colecções reflectem predominantemente essa leitura. Nota: neste grupo estão incluídos os museus comemorativos, militares, escolares, dedicados a personalidades históricas.
Ciências Naturais e de História Natural	Museu consagrado às temáticas relacionadas com uma ou mais disciplinas tais como a biologia, a geologia, a botânica, a zoologia, a paleontologia e a ecologia.
Ciência e de Técnica	Museu consagrado a uma ou mais ciências exactas ou técnicas tais como a astronomia, a física, a química, a construção, as indústrias de construção, os artigos manufacturados, as matemáticas, as ciências médicas, etc. Nota: excluem-se os planetários.
Etnografia e de Antropologia	Museu que expõe materiais que se relacionam com a cultura, com as estruturas sociais, com as crenças, com os costumes e com as artes tradicionais, entre outras.
Especializados	Museu consagrado à investigação e exposição de todos os aspectos relativos a um tema ou assunto em particular.
Território	Museu cujas colecções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de acções em articulação com a comunidade e outras instituições locais.
Mistos e Pluridisciplinares	Museu com colecções heterogéneas que não apresenta uma predominância inequívoca de uma determinada colecção sobre outra, ou seja, onde duas ou mais colecções têm relevância e representatividade próximas, não podendo ser identificados por um tema particular.
Outros	Museus que não são abrangidos por nenhum dos tipos anteriores.
Monumentos Musealizados	Museu cujas colecções são indissociáveis de um determinado monumento. Nota: excluem-se os sítios arqueológicos.
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	Entidades cujo carácter específico é a apresentação de espécies vivas. Nota: excluem-se os parques naturais.

ANEXO 4.1

capítulo 4

**SERVIÇOS EDUCATIVOS E OUTRAS ATIVIDADES ORIENTADAS
PARA OS VISITANTES**

1. Museus por Escalão do número de visitantes e por Ano (número)

Escalão do número de visitantes	Ano						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Muito pequenos	112	116	109	111	87	91	102
Pequenos	181	196	206	191	180	192	193
Médios	150	150	162	164	177	178	181
Grandes	107	109	104	104	115	120	137
Total	550	571	581	570	559	581	613
<i>Com mais de 100.000</i>	<i>31</i>	<i>30</i>	<i>32</i>	<i>30</i>	<i>26</i>	<i>27</i>	<i>33</i>

2. Museus com Serviço educativo por Escalão do número de visitantes e por Ano (número)

Escalão do número de visitantes	Ano						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Muito pequenos	25	29	28	32	28	30	33
Pequenos	76	82	89	92	87	97	107
Médios	92	86	100	99	126	123	128
Grandes	84	87	84	83	93	99	118
Total de respostas válidas	277	284	301	306	334	349	386
<i>Com mais de 100.000</i>	<i>26</i>	<i>28</i>	<i>29</i>	<i>28</i>	<i>25</i>	<i>26</i>	<i>32</i>

3. Museus com formalização do Serviço educativo por Escalão do número de visitantes e por Ano (número)

Escalão do número de visitantes	Ano		
	2007	2008	2009
Muito pequenos e Pequenos	18	21	23
Médios	42	28	33
Grandes	35	37	39
Total de respostas válidas	95	86	95
<i>Com mais de 100.000</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>11</i>

Nota: os escalões Muito pequenos e Pequenos foram agregados devido a segredo estatístico.

4. Outras atividades orientadas para os visitantes por Escalão do número de visitantes (2009) (número)

Outras atividades	Escalão do número de visitantes				Com mais de 100.000 visitantes	Total de respostas válidas
	Muito pequenos	Pequenos	Médios	Grandes		
Renovação da exposição permanente	12	58	64	48	14	182
Exposição temporária	36	118	124	96	24	374
Ação dirigida ao público escolar	50	139	140	117	31	446
Ação dirigida ao público adulto	24	96	115	100	27	335
Ação dirigida a outro tipo de público	14	56	73	64	15	207
Conferência/seminário/curso	6	50	82	67	17	205
Atelier/Oficina/Workshop	10	71	101	88	22	270
Espectáculo	6	36	66	61	20	169
Visita guiada/orientada	60	160	156	111	24	487
Outra	5	8	14	12	3	39
Nenhuma actividade	17	10	5	8	0	40

ANEXO 4.2

capítulo 4

VISITANTES DOS MUSEUS DA RPM

1. Visitantes dos museus da RPM por Tutela e por Ano (número)

Fonte: OAC a partir de INE, IMUS.

Tutela	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	1.094.840	1.053.665	1.073.552	1.277.502	2.865.056	2.966.613	3.136.451
Governos Regionais	155.589	142.196	162.045	173.212	154.935	162.087	157.464
Administração Local	392.863	387.668	420.647	431.326	559.164	546.664	709.994
Privados	719.525	850.760	918.531	917.522	1.397.953	1.316.982	1.597.566
Total de visitantes	2.362.817	2.434.289	2.574.775	2.799.562	4.977.108	4.992.346	5.601.475
<i>Número respostas válidas</i>	<i>114</i>	<i>118</i>	<i>118</i>	<i>114</i>	<i>120</i>	<i>120</i>	<i>122</i>

2. Visitantes em grupos escolares dos museus da RPM por Tutela e por Ano (número)

Tutela	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Central	261.656	247.921	248.400	261.242	356.719	375.059	512.553
Governos Regionais	20.662	15.840	19.856	33.799	22.363	19.554	23.556
Administração Local	152.737	128.217	165.061	167.940	198.562	214.317	231.156
Privados	178.613	200.989	234.708	275.338	326.062	430.767	599.347
Total de visitantes	613.668	592.967	668.025	738.319	903.706	1.039.697	1.366.612
<i>Número respostas válidas</i>	<i>109</i>	<i>105</i>	<i>111</i>	<i>109</i>	<i>111</i>	<i>116</i>	<i>119</i>

ANEXO 6.1

capítulo 6

TABELA COMPARATIVA INQUÉRITO AOS MUSEUS RPM 2004 E 2011

Nota: a sombreado os itens considerados em cada inquérito.

1. OBJETIVOS

1.1 Como avalia a ação da RPM quanto aos objetivos programáticos

	INQ 2004	INQ 2011
1. Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português		
2. Recomendar e divulgar boas práticas museológicas		
3. Promover a divulgação dos projetos e das realizações dos museus		
4. Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus		
5. Promover a qualificação dos museus		
6. Estimular o recurso a pessoal qualificado por parte das tutelas dos museus		
7. Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da atividade museológica		
8. Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus		
9. Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais		

1.2. E quanto aos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus Portugueses de 2004 (Artigo 103.º)

	INQ 2004	INQ 2011
1. Valorização e qualificação da realidade museológica nacional	-	
2. Cooperação institucional e articulação entre museus	-	
3. Descentralização de recursos	-	
4. Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus	-	
5. Difusão da informação relativa aos museus	-	
6. Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas	-	
7. Fomento da articulação entre museus	-	

2. EIXOS PROGRAMÁTICOS

2.1. De um modo geral, como avalia a RPM quanto aos seus eixos programáticos

	INQ 2004	INQ 2011
1. Informação		
2. Formação		
3. Qualificação		
4. Articulação e Cooperação	-	
5. Credenciação	-	

2.2 E especificamente quanto a cada um dos eixos:

2.2.1. Eixo da Informação

	INQ 2004	INQ 2011
1. Web Site RPM (até Dezembro 2008)		
2. Portal IMC (Secção RPM)	-	
3. Boletim RPM/ Museus em Rede		
4. Reuniões e Encontros dos Museus da RPM	-	
5. Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus	-	

2.2.2. Eixo da Formação

	INQ 2004	INQ 2011
1. Ações de formação		
2. Centro de Documentação RPM (até Março 2008)		
3. Biblioteca Central do IMC	-	

2.2.3. Eixo da Qualificação**Programa de Apoio à Qualificação de Museus (programas, sub-programas)**

	INQ 2004	INQ 2011
1. Programação museológica (P.1)		
2. Investigação e estudo das coleções (P.2)		
3. Aquisição de equipamento para a conservação preventiva (P.3.1)		
4. Aquisição de mobiliário ou equipamento apropriado para reservas (P.3.2)		
5. Aquisição de serviços especializados em conservação preventiva (P.3.3)		
6. Ações de acolhimento e de comunicação (P.4.1)		
7. Projetos educativos (P.4.2)		

ProMuseus (áreas)

	INQ 2004	INQ 2011
8. Informatização do inventário	-	
9. Conservação e segurança	-	
10. Reservas	-	
11. Divulgação	-	
12. Parcerias (Inclui museus da Administração Central e Governos Regionais)	-	
13. Programa de Apoio Técnico a Museus		

2.2.4. Eixo da Articulação e Cooperação

	INQ 2004	INQ 2011
1. Incentivo à articulação entre museus	-	
2. Incentivo à criação de Redes Regionais/Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho)	-	
3. Pareceres emitidos (POC, QREN)	-	
4. Cooperação entre IMC/OAC/INE	-	
5. Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR)	-	

2.2.5. Eixo da Credenciação (processo de transição e processo de candidatura)

	INQ 2004	INQ 2011
1. Acompanhamento do processo de transição para o novo enquadramento legal	-	
2. Despacho Normativo (formulário de candidatura)	-	
3. Acompanhamento do processo de credenciação	-	
4. Divulgação de documentos orientadores	-	
5. Formulários on-line	-	
6. Realização de visitas técnicas	-	
7. Elaboração de relatórios técnicos	-	
8. Logótipo da RPM	-	
9. Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	-	
10. Certificado de Credenciação	-	

3. IMPACTO DA AÇÃO DA RPM NO MUSEU

	INQ 2004	INQ 2011
1. Funcionamento geral		
2. Promoção / divulgação do museu		
3. Qualificação dos serviços e do pessoal		
4. Condições físicas e ambientais		
5. Relação com os públicos		

4. EXPECTATIVAS

	INQ 2004	INQ 2011
1. Benefícios financeiros		
2. Relação entre o Instituto dos Museus e da Conservação, o Departamento de Museus e a RPM		
3. Relação entre o museu e a RPM		
4. Relações inter-museus		
5. Contribuição para a qualificação dos museus portugueses		
6. Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses		

5. SUGESTÕES

	INQ 2004	INQ 2011
5.1. A terminar agradecemos que nos transmita as suas impressões, sugestões e outros comentários que considere adequados quanto ao futuro da RPM (objetivos, atividades a desenvolver, ações de formação a privilegiar, etc.).		

ANEXO 6.2

capítulo 6

INQUÉRITO AOS MUSEUS RPM 2011: QUESTIONÁRIO

APRESENTAÇÃO

No âmbito da actualização do estudo O Panorama Museológico em Portugal para o período 2004-2010 o Observatório das Actividades Culturais (OAC) está a realizar uma avaliação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) na perspectiva dos responsáveis dos museus credenciados.

Enquanto responsável do Museu, solicitamos o preenchimento do presente questionário, imprescindível à concretização deste estudo. As respostas são confidenciais e os resultados serão apresentados de forma agregada.

Por favor note que o preenchimento deverá ser feito on-line, num único computador. O preenchimento pode se feito em diferentes momentos mas as respostas já dadas só serão guardadas se carregar no botão 'Avançar' presente em cada página.

Depois de terminar deverá validar o questionário carregando, no final, no botão 'Enviar questionário'.

Solicita-se que o preenchimento e validação do questionário não ultrapasse o dia 14 de Maio de 2011.

Em caso de dúvida por favor contacte:

Jorge Alves dos Santos

OAC - Tel: 213 219 860 - Fax: 213 429 697

E-mail: panorama.museus2011@oac.pt

Agradecemos desde já a sua colaboração.
José Soares Neves (coordenador do projecto)

Nome do Museu:

1. OBJECTIVOS

1.1 Como avalia a acção da RPM quanto aos objectivos programáticos:

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	ns/nr
Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português	<input type="radio"/>				
Recomendar e divulgar boas práticas museológicas	<input type="radio"/>				
Promover a divulgação dos projectos e das realizações dos museus	<input type="radio"/>				
Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus	<input type="radio"/>				
Promover a qualificação dos museus	<input type="radio"/>				
Estimular o recurso a pessoal qualificado por parte das tutelas dos museus	<input type="radio"/>				
Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da actividade museológica	<input type="radio"/>				
Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus	<input type="radio"/>				
Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais	<input type="radio"/>				

1.2. E quanto aos objectivos consignados na Lei Quadro dos Museus Portugueses de 2004 (Artigo 103.º):

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	ns/nr
Valorização e qualificação da realidade museológica nacional	<input type="radio"/>				
Cooperação institucional e articulação entre museus	<input type="radio"/>				
Descentralização de recursos	<input type="radio"/>				
Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus	<input type="radio"/>				
Difusão da informação relativa aos museus	<input type="radio"/>				
Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas	<input type="radio"/>				
Fomento da articulação entre museus	<input type="radio"/>				

2. EIXOS PROGRAMÁTICOS

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Informação	<input type="radio"/>				
Formação	<input type="radio"/>				
Qualificação	<input type="radio"/>				
Articulação e Cooperação	<input type="radio"/>				
Credenciação	<input type="radio"/>				

2.2. E especificamente quanto a cada um dos eixos:

2.2.1. Eixo da Informação

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Web Site RPM (até Dezembro 2008)	<input type="radio"/>				
Portal IMC (Secção RPM)	<input type="radio"/>				
Boletim RPM/ Museus em Rede	<input type="radio"/>				
Reuniões e Encontros dos Museus da RPM	<input type="radio"/>				
Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus	<input type="radio"/>				

2.2.2. Eixo da Formação

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Acções de formação	<input type="radio"/>				
Centro de Documentação RPM (até Março 2008)	<input type="radio"/>				
Biblioteca Central do IMC	<input type="radio"/>				

Antes de passar ao próximo grupo, por favor assinale qual a Tutela do museu:

- Administração Central
- Outras tutelas

2.2.3. Eixo da Qualificação

Programa de Apoio à Qualificação de Museus (programas e sub-programas)

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Programação museológica (P.1)	<input type="radio"/>				
Investigação e estudo das colecções (P.2)	<input type="radio"/>				
Aquisição de equipamento para a conservação preventiva (P.3.1)	<input type="radio"/>				
Aquisição de mobiliário ou equipamento apropriado para reservas (P.3.2)	<input type="radio"/>				
Aquisição de serviços especializados em conservação preventiva (P.3.3)	<input type="radio"/>				
Acções de acolhimento e de comunicação (P.4.1)	<input type="radio"/>				
Projectos educativos (P.4.2)	<input type="radio"/>				

ProMuseus (áreas de apoio)

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Informatização do inventário	<input type="radio"/>				
Conservação e segurança	<input type="radio"/>				
Reservas	<input type="radio"/>				
Divulgação	<input type="radio"/>				
Parcerias	<input type="radio"/>				

Programa de Apoio Técnico a Museus

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Programa de Apoio Técnico a Museus	<input type="radio"/>				

ProMuseus (áreas de apoio)

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Parcerias	<input type="radio"/>				

Programa de Apoio Técnico a Museus

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Programa de Apoio Técnico a Museus	<input type="radio"/>				

2.2.4. Eixo da Articulação e Cooperação

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Incentivo à articulação entre museus	<input type="radio"/>				
Incentivo à criação de Redes Regionais/Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho)	<input type="radio"/>				
Pareceres emitidos (POC, QREN)	<input type="radio"/>				
Cooperação entre IMC/OAC/INE	<input type="radio"/>				
Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR)	<input type="radio"/>				

Antes de passar ao próximo grupo, e tendo por base a Lei Quadro dos Museus Portugueses, assinale qual o processo em que o Museu se enquadrou:

- Transição
- Credenciação

2.2.5. Eixo da Credenciação – Processo de Transição

Tendo em conta a Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004) e a entrada em funcionamento da Secção de Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional da Cultura (2010), como avalia a actividade da RPM em relação aos seguintes aspectos:

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Acompanhamento do processo de transição para o novo enquadramento legal	<input type="radio"/>				
Divulgação de documentos orientadores	<input type="radio"/>				
Realização de visitas técnicas	<input type="radio"/>				
Elaboração de relatórios técnicos	<input type="radio"/>				
Logótipo da RPM	<input type="radio"/>				
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	<input type="radio"/>				
Certificado de Credenciação	<input type="radio"/>				

2.2.5. Eixo da Credenciação – Processo de Credenciação

Tendo em conta a Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004) e a entrada em funcionamento da Secção de Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional da Cultura (2010), como avalia a actividade da RPM em relação aos seguintes aspectos:

	Nada satisfatória	Pouco satisfatória	Satisfatória	Muito satisfatória	Ns/nr
Despacho Normativo (formulário de candidatura)	<input type="radio"/>				
Acompanhamento do processo de credenciação	<input type="radio"/>				
Divulgação de documentos orientadores	<input type="radio"/>				
Formulários on-line	<input type="radio"/>				
Realização de visitas técnicas	<input type="radio"/>				
Elaboração de relatórios técnicos	<input type="radio"/>				
Logótipo da RPM	<input type="radio"/>				
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	<input type="radio"/>				
Certificado de Credenciação	<input type="radio"/>				

3. IMPACTO DA ACÇÃO DA RPM NO MUSEU

3.1. Que impacto teve a acção da RPM no museu, no que respeita aos seguintes aspectos:

	Nada satisfatório	Pouco satisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório	Ns/nr
Funcionamento geral	<input type="radio"/>				
Promoção/divulgação do museu	<input type="radio"/>				
Qualificação dos serviços e do pessoal	<input type="radio"/>				
Condições físicas e ambientais	<input type="radio"/>				
Relação com os públicos	<input type="radio"/>				

4. EXPECTATIVAS

4.1. Como encara o futuro da RPM no que respeita a:

	Nada satisfatório	Pouco satisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório	Ns/nr
Benefícios financeiros	<input type="radio"/>				
Relação entre o Instituto dos Museus e da Conservação, o Departamento de Museus e a RPM	<input type="radio"/>				
Relação entre o museu e a RPM	<input type="radio"/>				
Relações inter-museus	<input type="radio"/>				
Contribuição para a qualificação dos museus portugueses	<input type="radio"/>				
Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses	<input type="radio"/>				

5. SUGESTÕES

5.1. Ao terminar agradecemos que nos transmita as suas impressões, sugestões e outros comentários que considere adequados quanto ao futuro da RPM (objectivos, actividades a desenvolver, acções de formação a privilegiar, etc.).

FINAL

O questionário terminou.

Por favor carregue no botão “Enviar questionário” de forma a podermos processar a sua resposta.

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO 6.3

capítulo 6

RESULTADOS GLOBAIS INQUÉRITO AOS MUSEUS DA RPM (2011)

OBJETIVOS

1.1. Como avalia a ação da RPM quanto aos objectivos programáticos:

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Nota: a média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

	Média	Não respostas		Mínimo	Máximo	Desvio padrão
		n	%			
Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português	3,51	5	3,8	2	4	0,58
Recomendar e divulgar boas práticas museológicas	3,69	4	3,1	2	4	0,50
Promover a divulgação dos projetos e das realizações dos museus	3,33	5	3,8	2	4	0,59
Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus	3,28	5	3,8	2	4	0,59
Promover a qualificação dos museus	3,49	5	3,8	2	4	0,58
Estimular o recurso a pessoal qualificado por parte das tutelas dos museus	3,18	10	7,6	1	4	0,62
Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da atividade museológica	3,33	7	5,3	2	4	0,59
Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus	3,23	7	5,3	1	4	0,70
Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais	3,08	7	5,3	1	4	0,68

1.2. E quanto aos objetivos consignados na Lei Quadro dos Museus Portugueses de 2004 (Artigo 103.º)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Nota: a média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

	Média	Não respostas		Mínimo	Máximo	Desvio padrão
		n	%			
Valorização e qualificação da realidade museológica nacional	3,39	4	3,1	2	4	0,57
Cooperação institucional e articulação entre museus	3,07	6	4,6	2	4	0,60
Descentralização de recursos	2,74	13	9,9	1	4	0,67
Planeamento e racionalização dos investimentos públicos em museus	2,77	22	16,8	1	4	0,72
Difusão da informação relativa aos museus	3,30	3	2,3	2	4	0,60
Promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas	3,53	4	3,1	2	4	0,55
Fomento da articulação entre museus	3,06	6	4,6	2	4	0,60

EIXOS PROGRAMÁTICOS

2.1. De um modo geral, como avalia a RPM quanto aos seus eixos programáticos

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Nota: a média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

	Média	Não respostas		Mínimo	Máximo	Desvio padrão
		n	%			
Informação	3,38	3	2,3	2	4	0,60
Formação	3,39	4	3,1	2	4	0,59
Qualificação	3,40	6	4,6	2	4	0,58
Articulação e Cooperação	3,11	5	3,8	2	4	0,60
Credenciação	3,56	9	6,9	2	4	0,55

2.2.1. Eixo da Informação

	Média	Não respostas	
		n	%
Web Site RPM (até Dezembro 2008)	3,09	14	10,7
Portal IMC (Secção RPM)	3,08	12	9,2
Boletim RPM/ Museus em Rede	3,65	2	1,5
Reuniões e Encontros dos Museus da RPM	3,28	5	3,8
Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus	3,40	8	6,1

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
2	4	0,51
1	4	0,65
2	4	0,54
2	4	0,60
1	4	0,62

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Nota: a média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

2.2.2. Eixo da Formação

	Média	Não respostas	
		n	%
Ações de formação	3,30	4	3,1
Centro de Documentação RPM (até Março 2008)	3,28	38	29,0
Biblioteca Central do IMC	3,14	60	45,8

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,66
2	4	0,52
1	4	0,54

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Nota: a média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

2.2.3. Eixo da Qualificação

Administração Central

ProMuseus (áreas de apoio)	Média	Não respostas	
		n	%
Parcerias	2,76	25	43,1

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,75

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Notas: i) Base: 58 museus da Administração Central;
 ii) A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

Programa de Apoio Técnico a Museus

Programa de Apoio Técnico a Museus	2,82	20	34,5
------------------------------------	------	----	------

2	4	0,61
---	---	------

Outras Tutelas

Programa de Apoio à Qualificação de Museus (programas e subprogramas)

	Média	Não respostas	
		n	%
Programação museológica (P.1)	3,07	12	16,4
Investigação e estudo das coleções (P.2)	3,23	7	9,6
Aquisição de equipamento para a conservação preventiva (P.3.1)	3,31	9	12,3
Aquisição de mobiliário ou equipamento apropriado para reservas (P.3.2)	3,25	13	17,8
Aquisição de serviços especializados em conservação preventiva (P.3.3)	3,13	13	17,8
Ações de acolhimento e de comunicação (P.4.1)	3,17	9	12,3
Projetos educativos (P.4.2)	3,32	11	15,1

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
2	4	0,68
2	4	0,67
2	4	0,59
2	4	0,65
2	4	0,60
2	4	0,63
2	4	0,65

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Notas: ii) Base: 73 museus de outras tutelas que não Administração Central;
 ii) A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

ProMuseus (áreas de apoio)

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Notas: ii) Base: 73 museus de outras tutelas que não Administração Central;

ii) A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

Informatização do inventário	2,90	15	20,5
Conservação e segurança	3,16	11	15,1
Reservas	3,16	12	16,4
Divulgação	3,13	10	13,7
Parcerias	2,98	15	20,5

1	4	0,72
1	4	0,68
1	4	0,71
1	4	0,68
1	4	0,76

Programa de Apoio Técnico a Museus

Programa de Apoio Técnico a Museus	3,18	12	16,4
------------------------------------	------	----	------

2	4	0,59
---	---	------

2.2.4. Eixo da Articulação e Cooperação

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Notas: A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

	Média	Não respostas	
		n	%
Incentivo à articulação entre museus	2,91	12	9,2
Incentivo à criação de Redes Regionais/Temáticas (ciclo de conversas; grupos de trabalho)	2,95	20	15,3
Pareceres emitidos (POC, QREN)	3,30	57	43,5
Cooperação entre IMC/OAC/INE	3,27	61	46,6
Cooperação com outros organismos (DRC, CCDR)	3,11	60	45,8

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,68
1	4	0,67
2	4	0,59
2	4	0,51
1	4	0,60

2.2.5. Eixo da Credenciação

Transição

Tendo em conta a Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004) e a entrada em funcionamento da Secção de Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura (2010), como avalia a atividade da RPM em relação aos seguintes aspetos:

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011

Notas: i) Base: 121 museus que passaram pelo processo de transição;

ii) A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

	Média	Não respostas	
		n	%
Acompanhamento do processo de transição para o novo enquadramento legal	3,43	24	19,8
Divulgação de documentos orientadores	3,46	14	11,6
Realização de visitas técnicas	3,39	27	22,3
Elaboração de relatórios técnicos	3,41	38	31,4
Logótipo da RPM	3,39	12	9,9
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	3,40	8	6,6
Certificado de Credenciação	3,51	14	11,6

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,58
2	4	0,55
2	4	0,61
2	4	0,63
2	4	0,56
1	4	0,63
2	4	0,52

Candidatura

Tendo em conta a Lei Quadro dos Museus Portugueses (2004) e a entrada em funcionamento da Secção de Museus e da Conservação e Restauro do Conselho Nacional de Cultura (2010), como avalia a atividade da RPM em relação aos seguintes aspetos:

	Média	Não respostas	
		n	%
Despacho Normativo (formulário de candidatura)	3,50	0	0,0
Acompanhamento do processo de credenciação	3,90	0	0,0
Divulgação de documentos orientadores	3,70	0	0,0
Formulários online	3,80	0	0,0
Realização de visitas técnicas	3,90	0	0,0
Elaboração de relatórios técnicos	3,80	0	0,0
Logótipo da RPM	3,60	0	0,0
Placa "Museu da Rede Portuguesa de Museus"	3,60	0	0,0
Certificado de Credenciação	3,70	0	0,0

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
3	4	0,53
3	4	0,32
3	4	0,48
3	4	0,42
3	4	0,32
3	4	0,42
2	4	0,70
2	4	0,70
3	4	0,48

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Notas: i) Base: 10 museus que viram aprovadas as suas candidaturas à credenciação;
 ii) A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

IMPACTO DA AÇÃO DA RPM NO MUSEU

3.1. Que impacto teve a ação da RPM no museu, no que respeita aos seguintes aspetos:

	Média	Não respostas	
		n	%
Funcionamento geral	3,16	18	13,7
Promoção / divulgação do museu	3,09	11	8,4
Qualificação dos serviços e do pessoal	3,18	16	12,2
Condições físicas e ambientais	2,99	26	19,8
Relação com os públicos	3,00	27	20,6

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,65
1	4	0,70
1	4	0,66
1	4	0,81
1	4	0,65

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Notas: A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

EXPECTATIVAS

4.1. Como encara o futuro da RPM no que respeita a:

	Média	Não respostas	
		n	%
Benefícios financeiros	2,28	31	23,7
Relação entre o IMC, o Departamento de Museus e a RPM	3,11	34	26,0
Relação entre o museu e a RPM	3,50	12	9,2
Relações inter-museus	3,12	15	11,5
Contribuição para a qualificação dos museus portugueses	3,40	10	7,6
Contribuição para a melhoria da prestação social dos museus portugueses	3,38	14	10,7

Mínimo	Máximo	Desvio padrão
1	4	0,87
1	4	0,64
1	4	0,61
1	4	0,65
2	4	0,67
2	4	0,65

Fonte: OAC, Inquérito aos Museus da RPM, 2011
Notas: A média varia entre 1 (Nada satisfatória) e 4 (Muito satisfatória).

O presente *Panorama Museológico em Portugal* reporta-se à primeira década do século XXI e tem por objetivo dar a conhecer as principais características da evolução verificada, em particular no período não coberto pelo anterior estudo (2000–2003).

São duas as principais ordens de interrogações que orientam o estudo. A um nível de maior generalidade, quais as principais características do panorama museológico no termo da primeira década do século XXI? Como evoluiu ao longo desta década? Como é esperável que evolua no futuro próximo? A um nível mais específico, quais os objetivos, quais as atividades desenvolvidas pela RPM desde a sua criação em 2000? Como avaliam o cumprimento dos objetivos e o desempenho das atividades os responsáveis pelos museus que integram esta Rede?

O dispositivo metodológico acionado inclui técnicas de análise documental, de construção de séries estatísticas e de conceção e aplicação de inquérito extensivo por questionário. As séries estatísticas foram construídas a partir das duas fontes centrais: a Base de Dados Museus (BdMuseus), gerida pelo OAC com contributos da RPM e do INE; e o Inquérito aos Museus (IMUS) do INE. Na avaliação da RPM a fonte é um inquérito do OAC aos responsáveis dos museus da RPM.

José Soares Neves

Doutorado em Sociologia. Foi investigador permanente da Associação-Observatório das Atividades Culturais (OAC) durante a sua existência (1996–2013). Nesse âmbito foi responsável executivo e coordenou, entre outros, o projeto BdMuseus que decorreu entre 2000 e 2012. É professor auxiliar convidado do Departamento de Sociologia/Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL e investigador do CIES-IUL.

Jorge Alves dos Santos

Doutorando em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, pelo ISCTE-IUL com a dissertação “Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus”. Foi investigador da Associação-Observatório das Atividades Culturais entre 1999 e 2013 e responsável pela gestão da BdMuseus (2000–2012).

Maria João Lima

Doutoranda em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, mestre em Ciências Musicais (ramo Etnomusicologia) e licenciada em Ciências Musicais. Foi investigadora da Associação-Observatório das Atividades Culturais entre 2001 e 2013.

